UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CULTURAS E IDENTIDADES BRASILEIRAS

ELISIANE DOS SANTOS

Trabalho infantil nas ruas, pobreza e discriminação:
crianças invisíveis nos faróis da cidade de São Paulo

Versão Corrigida

São Paulo
2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CULTURAS E IDENTIDADES BRASILEIRAS

Trabalho infantil nas ruas, pobreza e discriminação:
crianças invisíveis nos faróis da cidade de São Paulo

Versão Corrigida

ELISIANE DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Identidades e Culturas Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Estudos Brasileiros

Orientador: Prof. Dr. Jaime Tadeu Oliva

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa desde que citada a fonte.

DADOS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação do
Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo
© reprodução total

S237

Santos, Elisiane dos

Trabalho infantil nas ruas, pobreza e discriminação: crianças invisíveis nos faróis da cidade de São Paulo / Elisiane dos Santos -- São Paulo, 2017. 290 fls.

Orientador: Prof. Dr. Jaime Tadeu Oliva.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras. Área de concentração: Estudos Brasileiros. Linha de pesquisa: Brasil: tensões, rupturas e continuidades entre passado, presente e futuro.

Versão do título para o inglês: Child labor on the streets, poverty and discrimination: invisible children at traffic signal in São Paulo.

Descritores: 1. Trabalho infantil 2. Crianças de rua 3. Pobreza 4. Discriminação 5. Direitos humanos 6. Cidadania I. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação II. Título.

IEB/SBD42/2017

CDD 331.31

SANTOS, Elisiane dos. **Trabalho infantil nas ruas, pobreza e discriminação: crianças invisíveis nos faróis da cidade de São Paulo**. 2017. 290 fls. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras. São Paulo, 2017.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof (a). Dr (a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof (a). Dr (a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof (a). Dr (a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Ao meu pai, Anibal (in memoriam).

Aos meninos e meninas nas ruas.

Aos que resistem,

Aos que lutam.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho, embora realizado numa perspectiva acadêmica, decorre de instigações que têm origem muito antes do meu ingresso no Programa de Mestrado do Instituto de Estudos Brasileiros, talvez algo que, somente agora, pudesse melhor visualizar, fazendo parte da minha própria existência e do reconhecimento do meu ser como sujeito de direitos.

Assim, não teria como dimensionar e agradecer aqui a todos ou tudo que possa ter contribuído para a realização dessa dissertação, mas nominar algumas situações ou pessoas que me fizeram refletir, problematizar e questionar a injustiça de um sistema opressor, o qual não permite que algumas crianças sejam crianças, que retira a alegria de suas infâncias, que as embrutece, exigindo prematuramente decisões e responsabilidades sobre o rumo incerto de suas vidas.

Agradeço, primeiro, aos meus guias espirituais, pela força inspiradora na luta, persistência e enfrentamento do desafio, ainda maior com demandas profissionais e familiares, as quais me exigem igual envolvimento e dedicação, mas por outro lado incentivam a consolidar o aprendizado e dar voz a crianças que não são ouvidas nem percebidas no nosso dia a dia.

Agradeço a minha mãe e meu pai (*in memoriam*), que mesmo com uma vida difícil, incentivaram nossos estudos, apesar de terem reproduzido inconscientemente a ideologia do trabalho em parte da nossa infância, o que é compreensível, pois carregam em suas histórias as marcas do trabalho infantil.

À minha menina Alicia que, com apenas seis anos, não entende por que há crianças na rua trabalhando e por que elas não estão brincando com outras crianças, o que a leva a ter consciência de que “esse mundo não é justo” e que precisa ser diferente.

Aos meus irmãos Elaine (*in memoriam*), Paulo, Eliane, que venceram as adversidades de uma infância difícil, rompendo um ciclo geracional de pobreza e trabalho, abrindo caminho para que pudéssemos também voar mais alto.

A minha irmã Karine, pelas discussões e entusiasmo, desde o início da idealização desta pesquisa.

Ao meu irmão Edson, por estar presente, embora eu estivesse um tanto ausente, nas ações do Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, marcantes e inspiradoras nas últimas semanas de escrita da dissertação.

Ao Professor Orientador Jaime Tadeu Oliva, que, desde as nossas primeiras conversas, manifestou profunda sensibilidade pela temática deste trabalho, possibilitando, assim, o rompimento com uma visão mais normativo-jurídica, para avançar na reflexão crítica social, cultural e histórica, trazendo a mim um verdadeiro desafio na produção de uma pesquisa interdisciplinar, que pudesse abarcar a complexidade do trabalho infantil, sob diferentes perspectivas de análise, dizendo algo mais do que a proteção legal formalmente anuncia, de forma a compreender porque esse direito ainda é um direito não alcançado por quem mais dele precisa.

Ao Professor Alexandre Barbosa Freitas, que trouxe indagações e questionamentos fundamentais para o rumo que tomou esse trabalho, com uma visão crítico-construtiva, aumentando, assim, os desafios encontrados no percurso. Também ao Professor Ronaldo Lima, que, a partir de uma visão dialética do Direito, trouxe importante contribuição para o desenvolvimento do tema. À Prof. Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, pela possibilidade de desconstruir e reconstruir olhares sobre realidades sociais, Direito e Justiça, a partir da Antropologia do Direito. À Prof. Ana Paula Cavalcanti Simioni e Paulo Teixeira Iumatti, por instigarem reflexões iniciais sobre o projeto e desenvolvimento da pesquisa.

Aos colegas e amigos da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes do Ministério Público do Trabalho, com quem eu tenho a possibilidade de, ao longo dos anos, pensar, problematizar e discutir estratégias de atuação no enfrentamento do trabalho infantil, esperando que essa pesquisa possa trazer novos olhares e subsídios para a efetividade dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes.

Aos profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de São Paulo e do Instituto Social Santa Lúcia, Markinhos Souza (Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua), Douglas Belchior (UNEAFFRO) e Tiago Queiroz (jornalista), que gentilmente disponibilizaram o seu tempo, compartilhando experiências e sentimentos em entrevistas norteadoras dessa pesquisa.

Ao Ministério Público do Trabalho, instituição a qual integro desde 2006, pela missão atribuída de defesa do trabalho digno, na qual se insere a proteção das

crianças e adolescentes contra a exploração no trabalho, como meta prioritária de atuação.

À Organização Internacional do Trabalho e Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística, pelos levantamentos, registros, informações, que possibilitaram o desenvolvimento dessa pesquisa.

Ao Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e ao Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, pela possibilidade de articulação social e mobilização nas ações em defesa das crianças e adolescentes.

A todos e todas que fazem parte da minha vida e de alguma forma contribuíram para a realização desse trabalho.

Aos meninos Gustavo, Ítalo, Mateus, Ricardo (nomes fictícios).

Aos Ibejis, Erês, Curumins, Cunhatãs e todas as Crianças.

*Fiz de minha vida um enorme palco sem atores,
para a peça em cartaz sem ninguém
para aplaudir este meu pranto
que vai pingando e uma poça no palco se faz.
Palco triste é meu mundo desabitado solitário
me apresenta como astro que chora, ri e se curva à derrota
e derrotado muito mais astro me faço.
Todo mundo reparou no meu olhar triste
mas todo mundo estava cansado de ver isso
e todo mundo se esqueceu de minha estreia
pois todo mundo tinha um outro compromisso.
Herzer, 1982¹*

¹ Anderson Herzer, nome social de Sandra Mara Herzer, poeta, ex-interno da FEBEM. A poesia consta do Prefácio do Livro 'A queda para o alto', 1982. É um escrito deixado a Eduardo Suplicy, que o ajudou no processo de saída da FEBEM e publicação do livro. Herzer morreu alguns dias depois de deixar esse escrito. "Ela só queria que as pessoas fossem humanas", é o início do prefácio, escrito por Eduardo Suplicy.

RESUMO

SANTOS, Elisiane dos. **Trabalho infantil nas ruas, pobreza e discriminação: crianças invisíveis nos faróis da cidade de São Paulo**. 2017. 290 fls. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras. São Paulo, 2017.

O presente estudo problematiza a questão do trabalho infantil nas ruas, a partir de uma perspectiva histórica, num cenário de desigualdade social, econômica e racial, que persiste nos dias atuais. Embora o Estado brasileiro tenha reduzido significativamente o trabalho infantil nas duas últimas décadas, persiste o contingente de 2,7 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho, em todas as regiões do país, em diferentes segmentos de atividades econômicas. No cenário urbano, em grandes cidades como São Paulo, a população infantil nas ruas se intensifica, em trabalhos informais, em condições perigosas e precárias, nos faróis da cidade, principalmente no comércio ambulante e apresentações artísticas circenses, atingindo massivamente meninos negros, que estão invisíveis tanto nos dados do trabalho infantil quanto nas políticas sociais para o seu enfrentamento. Propõe-se uma análise do trabalho infantil nas ruas de São Paulo, a partir de levantamento de dados e pesquisa de campo na atividade de malabarismo. Busca-se desvelar realidades ocultas, como o racismo e a pobreza estrutural, por uma ideologia do trabalho, que naturaliza essa violência praticada contra crianças pobres: torna invisível a criança como sujeito e a atividade nas ruas como trabalho. A invisibilidade social do trabalho infantil nas ruas também se revela nos dados gerais sobre trabalho infantil e nas políticas de prevenção e erradicação do trabalho infantil, como se demonstra nessa pesquisa, a partir da análise de dados, levantamentos censitários, entrevistas e diagnóstico das políticas públicas municipais no combate ao trabalho infantil.

Palavras-chave: Trabalho infantil, crianças de rua, pobreza, discriminação, direitos humanos, cidadania.

ABSTRACT

SANTOS, Elisiane dos. **Child labor on the streets, poverty and discrimination: invisible children at traffic signal.** 2017. 290 fls. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras. São Paulo, 2017.

This study problematizes the issue of child labor in the streets from a historical perspective in a social, economic and racial inequality scenario, which persists until the present day. Although Brazilian State has significantly reduced child labor in the last two decades, the contingent of 2.7 million children and adolescents in work situation persists in all regions of the country and in different segments of economic activities. In the urban scenario such as in large cities like São Paulo, the child population on the streets are intensified in informal works, in dangerous and precarious conditions, in the city's traffic lights, especially in street vending and circus artistic performances. It reaches massively black children, who are invisible both in the statistics of child labor as well as in social policies to tackle them. It is proposed an analysis of child labor in the streets of São Paulo through data collection and field research focused on juggling activity. The objective is revealing hidden realities such as the racism and structural poverty by a work ideology, which naturalizes this violence against poor children: it makes the child invisible as a subject and the activity on the streets as work. The social invisibility of child labor on the streets is also revealed in the general data on child labor and in policies to prevent and eradicate it as demonstrated in this research based on the data analysis, census surveys, interviews and diagnosis of municipal public policies in the fight against child labor.

Keywords: child labor, street children, poverty, discrimination, human rights, citizenship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Ruas, 1986.....	59
Figura 2. Charge Jota Camelo/Jornalistas Livres, 2017.....	98
Figura 3. Meninos malabares no intervalo da apresentação.....	164
Figura 4. Crianças malabares utilizando a técnica ‘pirâmide’.....	167
Figura 5. Apresentação de malabares sobre cone de trânsito.....	167
Figura 6. Foto publicada em redes sociais.....	193
Figura 7. Foto publicada em redes sociais.....	196

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Idades mínimas para o trabalho.....	70
Tabela 2. Trabalho infantil no mundo.....	102
Tabela 3. Série histórica do trabalho infantil em números 1993-2013.....	105
Tabela 4. Trabalho infantil por faixa etária (2014-2015)	106
Tabela 5. Série histórica do trabalho infantil PNAD 2014-2015. Números gerais do trabalho infantil.....	110
Tabela 6. Série histórica do trabalho infantil PNAD 2014-2015. Gênero.....	110
Tabela 7. Série histórica do trabalho infantil PNAD 2014-2015. Atividade.....	110
Tabela 8. Série histórica do trabalho infantil PNAD 2014-2015. Trabalho formal.....	111
Tabela 9. Série histórica do trabalho infantil PNAD 2014-2015. Carga horária.....	111
Tabela 10. Série histórica do trabalho infantil PNAD 2014-2015. Rendimento.....	111
Tabela 11. Série histórica do trabalho infantil PNAD 2014-2015. Rendimento per capita familiar.....	111
Tabela 12. Rendimento do trabalho infantil região Sudeste	114
Tabela 13. Atendimentos do Serviço de Abordagem Social de Rua.....	152
Tabela 14. Quantidade de crianças e adolescentes, de zero a 15 anos, em situação de trabalho infantil	153
Tabela 15. Quantidade de jovens trabalhadores de 16 a 17 anos.....	154

LISTA DE QUADRO EXPLICATIVOS

Quadro Explicativo 1. Princípios Fundamentais do Direito da Criança e do Adolescente.....	64
Quadro Explicativo 2. Dados sobre o Trabalho Infantil nas Ruas	116
Quadro Explicativo 3. Grupamento de Atividades	118
Quadro Explicativo 4. Códigos e Ocupação.....	120
Quadro Explicativo 5. Invisibilidade do Trabalho Infantil nas Ruas no PETI	229

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE – Agente Comunitário de Endemias

ACS – Agente Comunitário de Saúde

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CEUS – Centros Educacionais Unificados

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

COORDINFÂNCIA – Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM – Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor

FNPETI – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

FUNABEM – Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MNMMR – Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua

MPT – Ministério Público do Trabalho

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PBF – Programa Bolsa Família

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PETI – Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SAM – Serviço de Atendimento ao Menor

SDH – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SINAM – Sistema Nacional de Atendimento Médico

SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

ANEXOS

ANEXO A – NOTA TÉCNICA nº 06, de 18/02/2000, Do Ministério do Trabalho.....	261
ANEXO B – Comunicado IPEA nº 36 – Juventude e desigualdade racial na PNAD 2008.....	274
ANEXO C – PNAD 2015 (Tabela 4.2.7 – Grupos de idade e posição na ocupação principal)	275
ANEXO D – Estudo do FNPETI – Trabalho infantil por grupamento de atividades com base na PNAD 2014.....	276
ANEXO E – LISTA TIP – DECRETO nº 6481/2008.....	277
ANEXO F – TABELA INSTITUTO SANTA LÚCIA – Registros de atendimentos no ano 2015... ..	285
ANEXO G – RESOLUÇÃO COMAS nº 1144/2016.....	287

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 – INFÂNCIA E TRABALHO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	22
1.1 O trabalho infantil e a escravidão.....	22
1.2 Escravos libertos, trabalho precário e industrialização	29
1.3 Capitalismo e ideologia do trabalho	40
1.4 Movimento operário e legislação trabalhista	46
1.4.1 Contexto histórico-social.....	46
1.4.2 Legislação trabalhista	55
1.5 A Constituição Federal de 1988 e a proteção integral da criança e do adolescente.....	57
2 – A CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DO TRABALHO INFANTIL	69
2.1 Crianças e adolescentes trabalhadoras infantis	69
2.1.1 Concepção legal do trabalho infantil.....	69
2.1.2 Concepção teleológica do trabalho infantil	71
2.1.3 Elevação da idade mínima para o trabalho a partir de uma interpretação lógico-sistemático-normativa	78
2.1.4 Trabalho infantil nas ruas	82
2.2 Exploração econômica, informalidade e trabalho infantil	83
2.3 Trabalho infantil como forma de violência	91
3 – REALIDADE MULTIFACETADA DO TRABALHO INFANTIL NAS RUAS.....	101
3.1 Contornos do trabalho infantil no mundo	101
3.2 Trabalho infantil no Brasil.....	104
3.3 Pesquisa censitária sobre crianças e adolescentes em situação de rua	120
3.3.1 Trabalho como forma de sobrevivência	123
3.3.2 Educação.....	128
3.3.3 Racismo, violência e discriminação	129
3.3.4 Moradia e vínculos familiares.....	129
3.4 A ideologia do trabalho na situação de rua	132
4 – CRIANÇAS MALABARES, O TRABALHO E A SITUAÇÃO DE RUA	141
4.1 Trabalho infantil nas ruas de São Paulo	141

4.2 Malabaristas infantis nas ruas ou quando a arte destrói o lúdico.....	155
4.2.1 Considerações sobre a pesquisa de campo	159
4.2.2 Malabaristas nas ruas e na vida	163
4.2.2.1 Local de trabalho	163
4.2.2.2 Instrumentos de trabalho	167
4.2.2.3 Protagonistas invisíveis	170
4.2.2.4 Subjetividades múltiplas	173
4.3 Direitos fundamentais violados	177
4.4 Gênero e raça no trabalho infantil nas ruas	185
 5 – DESAFIOS NO ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL NAS RUAS	199
5.1 O Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil	199
5.2 ‘Eles podem desistir da gente, mas a gente não pode desistir deles’ ou desafios da rede socioassistencial	205
5.2.1 Rede de proteção x rede de repressão	206
5.2.2 Estigma do trabalho infantil.....	208
5.2.3 Realidade social adversa das famílias.....	210
5.2.4 Complexidade dos fluxos de atendimento	212
5.2.5 Capacitação da rede de proteção à infância.....	213
5.2.6 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	215
5.2.7 Síntese conclusiva parcial	217
5.3 Outras políticas municipais (educação, cultura, saúde e profissionalização).220	
5.4 Invisibilidade do trabalho infantil nas ruas no PETI.....	223
5.5 Educação popular e cultura de direitos	230
 CONCLUSÕES	239
 DOCUMENTOS	249
I – Documentos Gerais	249
II – Legislação	250
JORNAIS	252
 REFERÊNCIAS	253
 ANEXOS	261

INTRODUÇÃO

*“No sinal fechado, ele vende chiclete.
Capricha na flanela.
E se chama Pelé”.*

A realidade trazida nos versos de Pivete (1978), não mudou muito seus contornos, nas ruas dos centros urbanos, após o transcurso de quase quatro décadas. De ‘pivetes’ a ‘menores’, de ‘menores’ a ‘meninos de rua’, até o reconhecimento de crianças como sujeitos de direitos, o fato é que a cena descrita por Chico Buarque persiste nos movimentados cruzamentos da cidade de São Paulo. Entre a fuligem dos carros e o concreto da cidade, crianças lutam pela sobrevivência, no trabalho precário. A maioria é negra, como o Pelé, na música. Trocaram os chicletes por bolinhas e realizam um espetáculo sem cor, que expõe a perversidade de uma sociedade injusta e desigual, que não consegue assegurar a estas crianças direitos fundamentais, na perspectiva de consolidação do Estado Democrático de Direito instituído pela Constituição Federal de 1988. Perpetua-se, assim, um cenário de discriminação social e racial que marca a história e formação da sociedade brasileira.

A letra, em parte, retrata o trabalho infantil nas ruas e faz uma associação à figura do ‘menor’, expressão utilizada no Brasil, desde o período pós-abolição, em que a população negra liberta, inclusive crianças, ficou à própria sorte nas ruas, realizando trabalhos precários. Em sua maioria, considerados vadios e baderneiros, sofreram repressão do Estado, construindo-se, a partir de então, uma legislação voltada à disciplina e regeneração dos ‘meninos de rua’, por meio dos Códigos de Menores (1927 e 1979). O controle e disciplina realizados em instituições de internação legitimaram a exploração do trabalho pelo próprio Estado e a criminalização de crianças e adolescentes pobres, abandonados ou circulantes nas ruas, o que persistiu em termos de legislação até a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando restou reconhecido formalmente a todas as crianças e adolescentes o direito a ter direitos e o direito de serem crianças.

Uma reflexão histórica sobre infância e trabalho no Brasil mostra-se, então, absolutamente necessária, quando se procura compreender o fenômeno do trabalho infantil nas ruas, tão pouco tratado nessa perspectiva. O trabalho infantil normalmente

está associado ao trabalho das crianças nas fábricas, no período de industrialização. Percebe-se, assim, uma parcela da população infantil historicamente discriminada, nas ruas, inclusive em relação ao trabalho - que não é visto como tal -, e atinge predominantemente crianças e adolescentes de determinada origem, cor e classe social. Esta parcela da infância encontra-se absolutamente desprotegida, muito embora a Constituição Federal, há quase 30 anos, tenha lhe assegurado proteção integral e prioridade absoluta na realização dos direitos fundamentais, atribuindo essa responsabilidade a todos: família, sociedade e Estado.

Atualmente, são 2,7 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos em situação de trabalho, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, relativa ao ano 2015. Não há, contudo, dados precisos acerca do contingente de trabalhadores infantis nas ruas na referida pesquisa, o que indica que esse contingente de crianças e adolescentes trabalhadoras é maior.

A legislação nacional estabelece a proibição de trabalho antes dos 16 anos, salvo como aprendiz, a partir de 14 anos e proíbe trabalho noturno, perigoso, insalubre ou prejudicial à moralidade para crianças ou adolescentes com menos de 18 anos (artigo 7º, XXIII, CF; artigo 60 da Lei 8.069/90 e 403 da CLT). Muito embora represente um avanço no reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente, não encontra efetividade para parcela considerável de crianças de determinados grupos ou classes sociais. Os direitos universais consagrados nas Declarações de Direitos Humanos, Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente ainda não são direitos conhecidos, exercidos e plenamente assegurados às crianças, tornando a proteção constitucional ao não trabalho antes da idade mínima uma abstração jurídica, não vivenciada por esta população mais vulnerável.

É verdade que muito se avançou nos últimos vinte anos no enfrentamento do trabalho infantil, com redução expressiva do contingente de crianças trabalhadoras, de mais de 9 milhões na década de 90, para o total de 2,7 milhões segundo a última PNAD/IBGE (2015). A redução se verificou em diferentes segmentos de atividade econômica, especialmente no setor agrícola, despontando o Brasil no cenário internacional como referência nas políticas desenvolvidas para a erradicação do trabalho infantil, mas o fato é que essa grave violação de direitos de crianças e adolescentes persiste, especialmente sob formas e modalidades de difícil combate:

em atividades urbanas, na economia informal, em atividades ilícitas, no trabalho doméstico, disseminando-se de forma invisível, no campo da informalidade. E encontra aceitação por parcela da sociedade, ancorada numa ideologia de valorização do trabalho de crianças das classes populares, que perpetua as desigualdades sociais e os privilégios existentes nessa sociedade.

Trata-se de ideologia que sustenta os mitos de que “é melhor trabalhar do que roubar”, “o trabalho não mata ninguém” ou “o trabalho é bom para o aprendizado”.

Esse trabalho precário, nas ruas, visto pelo senso comum como situação de abandono ou questão social – e não como violação de direitos –, de responsabilidade não apenas da família – no mais das vezes vítima desse sistema injusto –, mas do Estado e de toda a sociedade, precisa ser analisado de forma crítica, buscando-se na sua origem compreender as causas estruturais dessa violação de direitos, a fim de se trilhar caminhos para assegurar a proteção constitucional e os direitos fundamentais à educação, moradia, alimentação, saúde, convivência familiar e social a essas crianças e adolescentes, vítimas de um sistema econômico perverso, fundado em desigualdades sociais, que os submete à exploração econômica e violência estrutural praticada pelo próprio Estado e pela sociedade, que deveriam lhes assegurar proteção.

Daí uma primeira motivação na realização desta pesquisa, ao se tentar desvelar o que está por trás do trabalho infantil nas ruas, para além das falas tidas como mitos culturais, tratadas nesta pesquisa como ideologia, tanto propalada no meio jurídico ao se buscar compreender o fenômeno da persistência do trabalho infantil nos dias atuais. O fato de uma família defender a ideia do trabalho como algo positivo – por ocupar lugar menos indigno que o crime na sua escala de valores –, num contexto social em que os direitos à educação e trabalho digno não estão ao seu alcance, e, por outro lado, a criminalidade é presente no seu território; precisa ser problematizado não apenas como a reprodução de um mito que considera o trabalho (em qualquer condição) enobrecedor, mas do ponto de vista da realidade social e da necessidade da construção de uma cultura de direitos e cidadania a estas famílias.

O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Carta Política de 1988 não podem constituir apenas documentos formais, avançados na sua concepção jurídico-política no reconhecimento de direitos, sem efetiva aplicação. Daí surge a segunda motivação para esta pesquisa, no sentido buscar a partir de uma análise crítica da realidade social observada, no campo teórico, mas também empírico, pontos convergentes de

análise desta realidade que possam indicar caminhos para a atuação nas políticas sociais e reconhecimento e defesa de direitos.

O objeto do estudo é a invisibilidade social da criança trabalhadora nas ruas, questionando-se como a ideologia do trabalho opera na naturalização dessa situação de violação de direitos, no não reconhecimento do sujeito-criança e da atividade-trabalho. E como essa invisibilidade atua na esfera institucional, a partir da análise dos dados sobre o trabalho infantil e insuficiência ou inadequação de políticas públicas para o seu enfrentamento em relação ao trabalho nas ruas. Além da pesquisa teórica, bibliográfica e documental, foi realizada pesquisa de campo, a partir da análise do trabalho de rua dos malabares, com base em observações, entrevistas, conversas informais com adolescentes malabares, profissionais da rede de assistência social do Município de São Paulo e outros atores sociais atuantes na área da infância.

No Capítulo 1, busca-se dar visibilidade ao trabalho infantil nas ruas no período pós-abolição. A história do trabalho infantil, normalmente analisada sob o ponto de vista do trabalho nas fábricas, no período de industrialização, termina por ocultar uma outra face perversa de exploração – que atingiu em maior parte as crianças negras – e restou tratada pela legislação nacional como assunto criminal, originando os Códigos de Menores, de cunho higienista, de controle e dominação social. No campo da legislação trabalhista, as lutas do movimento anarquista pelo fim do trabalho infantil na indústria são destacadas, no contexto da construção de uma regulamentação sobre idade mínima para o trabalho, a partir da Greve Geral de 1917. E, de outro lado, na concepção da proteção integral da criança e do adolescente, especialmente quanto às violações de direitos praticados pelo regime dos Códigos de Menores, resgata-se a atuação do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, na Constituinte de 1987, fundamental para o reconhecimento dos direitos das crianças e adolescentes na Carta Política de 1988. Destaca-se, assim, a luta pelo fim do trabalho infantil como uma questão social colocada como eixo central nas relações de trabalho, igualdade e justiça.

O Capítulo 2 analisa as diferentes concepções sobre trabalho infantil, a partir da legislação internacional e nacional sobre o tema. Problematisa-se o alcance e aparentes contradições inseridas no conceito de trabalho infantil, com base nas diferentes normativas que utilizam os termos “criança” e “adolescente”, por vezes com distinção, por vezes como sinônimos. Busca-se elucidar quem são os trabalhadores infantis considerados nesse trabalho. Também busca-se ampliar o espectro de análise

conceitual, para abarcar discussões sobre a elevação da idade mínima para o trabalho, bem como a concepção do trabalho infantil como forma de violência.

A realidade multifacetada do trabalho infantil nas ruas é trazida no Capítulo 3, com o objetivo de problematizar a análise dos dados oficiais sobre trabalho infantil, apresentados na PNAD, acerca de recortes específicos sobre o trabalho nas ruas, bem como as características dessa população trabalhadora infantil, em cotejo com pesquisas realizadas sobre crianças em situação de rua, que utilizam outras metodologias, analisando variáveis de gênero, raça e classe social, normalmente neutralizados nos debates, estudos e análises sobre os dados do trabalho infantil, que possibilitem uma visualização do trabalho infantil nas ruas.

Com a intenção de agregar à pesquisa teórica conhecimentos da realidade social, a partir de pesquisa empírica, elegeu-se como categoria análise o trabalho das crianças malabares nas ruas de São Paulo. Trata-se de atividade recorrente nos espaços urbanos, que traz a performance artística talvez como forma de desconstruir o estereótipo social de menino de rua. Normalmente, realizado de forma autônoma, sem a figura do explorador, dificulta o seu enfrentamento pela forma de atuação repressiva, além de ser visto muitas vezes como problema social dissociado do trabalho.

A pesquisa de campo foi realizada através de observações na rua, entrevistas com trabalhadores infantis, educadores sociais, assistentes sociais e outros profissionais da rede de proteção que atuam no enfrentamento do trabalho infantil, bem como experiências pessoais da pesquisadora no desenvolvimento de sua atividade profissional nas ações de combate ao trabalho infantil no Ministério Público do Trabalho. O Capítulo 4 traz, assim, uma análise da situação do trabalho infantil nas ruas de São Paulo, com o olhar voltado à atividade dos malabares, suas especificidades e realidades ocultas por trás dos sorrisos tristes, contradições sociais existentes numa sociedade que convive passivamente com a injustiça social e discriminação entre crianças socialmente incluídas e crianças sem direitos no espaço urbano.

A partir das análises trazidas na pesquisa de campo, em cotejo com os dados colhidos na pesquisa teórica, acerca da construção social histórica, legislação, retrato do trabalho infantil em geral e invisibilidade do trabalho infantil nas ruas, com base nos relatos dos adolescentes e dos atores da rede de proteção, examina-se no Capítulo 5 como o trabalho infantil nas ruas está considerado nas políticas sociais

desenvolvidas pela municipalidade e como a construção de uma cultura de reconhecimento de direitos, a partir da educação popular, pode ser um caminho para orientar ações no campo dos movimentos sociais e também diretrizes institucionais e políticas de promoção de direitos para o enfrentamento do trabalho infantil nas ruas.

A pesquisa tem a pretensão de colaborar no debate e discussão de estratégias para o combate ao trabalho infantil nas ruas, dando visibilidade ao problema histórico que atinge a população negra - no acesso ao trabalho formal, ao trabalho digno e aos direitos fundamentais -, e impacta na inserção precoce e precária de crianças e adolescentes no trabalho. Tal segmento da população infantil continua sem acesso a direitos fundamentais, num silencioso consenso social, que os mantém invisíveis como crianças aos olhos da sociedade e como trabalhadores infantis nas políticas públicas.

1 – INFÂNCIA E TRABALHO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

*Ecoa noite e dia
É ensurdecidor
Ai, mas que agonia
O canto do trabalhador
Esse canto que devia
Ser um canto de alegria
Soa apenas
Como um soluçar de dor.*
Mauro Duarte, 1976.

1.1 O trabalho infantil e a escravidão

A história da infância pobre é uma história de trabalho. O Brasil, desde a colonização, utilizou a mão de obra infantil. As crianças pobres sempre trabalharam. Como destaca Rizzini (2013), tanto inseridas no sistema produtivo, quanto em atividades esparsas; para os seus “donos”, no período da escravidão; para os detentores dos meios de produção no período da industrialização; para os grandes proprietários de terras; para produções artesanais domiciliares ou agrícolas; e nas ruas – objeto desta pesquisa –, para manterem a si e suas famílias², desde o período pós abolição até os dias atuais.

Com efeito, ainda antes do tráfico de escravos negros para o Brasil, a partir da invasão portuguesa, inicia-se a exploração do trabalho infantil, com a utilização da mão de obra de crianças indígenas na extração do pau-brasil e na construção dos primeiros vilarejos. Nesse sentido, encontram-se registros em Nascimento e Costa (2015, p. 129)³:

Nota-se que a prática de explorar a infância e sua mão-de-obra atravessou o oceano e aqui aportou juntamente com os colonizadores. Estes aqui chegando não tardaram em explorar a mão-de-obra das crianças indígenas, consoante destaca Ferreira (2001, p. 61) ao asseverar que o primeiro trabalho infantil em nosso país “aconteceu entre os indígenas do litoral, que, no início do século XVI, em troca de

² RIZZINI, Irma. Pequenos Trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 376.

³ NASCIMENTO, Edmilson; COSTA, Renilda. *Indígenas e Trabalho infantil: da fronteira étnico-cultural à perspectiva de uma ação institucional diferenciada no Brasil*. Journal Law – Jacarezinho –PR, Brasil, n.23, p.129-158. Acesso em 03.03.2007 <http://docplayer.com.br/17896400-Indigenas-e-trabalho-infantil-da-fronteira-etnico-cultural-a-perspectiva-de-uma-acao-institucional-diferenciada-no-brasil.html>

quinquilharias como espelhos e contas coloridas distribuídas pelos colonizadores portugueses, ajudaram os adultos a extrair o pau-brasil e a erguer as primeiras vilas.

Além das crianças indígenas, as embarcações portuguesas que chegavam ao Brasil traziam a bordo os chamados “grumetes” – trabalhadores que faziam a limpeza de navios –, em sua totalidade crianças e adolescentes. Segundo Ramos (2013, p. 22), essa mão de obra era formada principalmente por crianças órfãs (portuguesas) desabrigadas, oriundas de famílias pobres e também crianças judias, que eram raptadas com o objetivo de evitar o crescimento da população judaica em Portugal.

Os grumetes realizavam a bordo todas as tarefas normalmente desempenhadas por um trabalhador adulto, recebendo a metade da remuneração, em condições desumanas, submetidos a maus tratos. Realizavam serviços pesados e penosos, muitas vezes sofriam abuso e violência sexual. Além dos grumetes, também eram utilizadas crianças na função de pajens, cujos serviços eram menos pesados: encarregados de arrumar os camarotes, servir mesas, organizar camas. (RAMOS, 2013, pp. 25-7)⁴.

Como se pode constatar, houve uma importação do trabalho infantil, já corrente na Europa, para o Brasil. Esta importação é consolidada com a escravização dos povos indígenas (incluindo as crianças), pelos portugueses, iniciando-se um processo de dominação e exploração das crianças no trabalho.

Outro marco histórico se dá com a chegada dos padres jesuítas, cujo objetivo de catequização colaborou com a ideologia do trabalho como mecanismo de disciplina e educação cristãs. Chambouleyron (2013, p. 67) afirma que a presença da educação

⁴⁴ “Os grumetes não tinham qualquer direito à privacidade para si ou seus troços. Uma das razões para essa falta de espaço era a ganância dos oficiais que possuíam direitos a uma porcentagem no lucro gerado pelas mercadorias por eles transportadas, superlotando com carga os navios e deixando de carregar os víveres necessários para a viagem. Em vista disso, os grumetes eram alojados a céu aberto no convés, ficando expostos ao sol e à chuva e vindo a falecer, aliás como outros tripulantes mais debilitados, vítimas de pneumonia e queimaduras do sol. [...] Entregues a um cotidiano difícil e cheio de privações, os grumetes viam-se obrigados a abandonar rapidamente o universo infantil para enfrentar a realidade da vida adulta. Muitos grumetes eram sodomizados por marujos inescrupulosos – tripulação classificada nos documentos, como formada por ‘criminosos da pior espécie’, tais como ‘assassinos, incendiários, (e) sediciosos’, cuja pena por ‘decapitação ou enforcamento’ havia sido comutada ‘pelo serviço marítimo’ - de evidente superioridade física sobre os meninos. [...] Embora a maioria dos grumetes enfrentasse vários problemas a bordo das embarcações, quando embarcavam pela primeira vez, todos tinham em mente que esta poderia ser uma oportunidade de ascensão social. É verdade que somente alguns tinham a chance de sobreviver a tantos obstáculos e humilhações para fazer carreira na Marinha. Mas como no século XVI e mesmo XVII, a prática era a principal escola, servir como grumete era uma oportunidade para iniciar-se nos segredos do mar”. (RAMOS, Fábio Pestana. “A História Trágico-Marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI” In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p.25-27.).

católica promoveu total transformação na vida das crianças indígenas, sendo que muitas delas aprenderam ofícios e, depois de casadas, ganhavam suas vidas ao modo dos cristãos⁵, por assim dizer, observando os padrões europeus do “homem civilizado”: dóceis, obedientes e trabalhadores.

Shigunov Neto e Maciel (2008, p.174-175) registram que o primeiro grupo de jesuítas chegou ao Brasil em 1549, liderados pelo padre Manuel da Nóbrega. Fundaram, na Bahia, a primeira escola “de ler e escrever” brasileira. Tinham como missão ensinar os indígenas a ler e escrever, mas também doutriná-los sob a prática cristã e pelo hábito ao trabalho⁶. Transcreve-se:

O modelo ideal de homem, o homem puro, cristão e livre dos pecados do mundo burguês, que buscavam os padres jesuítas, poderia ser este homem inocente, encontrado em terras brasileiras. As Cartas Jesuíticas, documento que relata as preocupações, as necessidades e as atividades realizadas pelos padres jesuítas. Juntamente com suas atividades de catequização, os jesuítas tentaram desenvolver no indígena a preocupação burguesa com o trabalho, com o produtivo.

Além disso, também exploraram meninos órfãos portugueses, nessa missão, e, depois os próprios indígenas catequizados, para ensinarem as lições. No ano 1551, desembarcou o segundo grupo de padres jesuítas, com os meninos órfãos, que trabalhavam na evangelização dos indígenas (NETO e MACIEL, 2008, p. 177)⁷.

Já na primeira metade do século XVI, com a produção de açúcar e a dificuldade de dominação dos indígenas para o trabalho, tem início o tráfico de escravos africanos para o Brasil, que recebeu além de mulheres e homens, também crianças negras, utilizadas como mão-de-obra, principalmente, para o trabalho doméstico e a agricultura.

A escravidão negra perdurou durante quase quatro séculos, intensificando-se no período de 1700 a 1822⁸. Relatam Góes e Florentino⁹ (2013) a concentração de

⁵ CHAMBOULEYRON, Rafael. “Jesuítas e as Crianças no Brasil Quinhentista”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p.67.

⁶ SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial. *Revista Educar*, n. 31. Curitiba: Editora UFPR, 2008. p.169-189. Acesso em 03.03.2017 <<http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/12806/8694>

⁷ Registre-se que além da catequização das crianças indígenas, pelos padres jesuítas, a Igreja católica ainda teve influência na exploração da mão de obra infantil, no Brasil, através das Santas Casas de Misericórdias, no período republicano, no sistema de Roda dos Expostos, como se verá mais adiante.

⁸ Geledés. <http://www.geledes.org.br/historia-da-escravidao-negra-brasil/#gs.p9TjpkE>

⁹ Góes, José Roberto de; Florentino, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 177-191.

negros escravizados nas fazendas de café e açúcar, por volta de 1830, que dificilmente chegavam aos 50 anos de idade. As crianças representavam 2/3 entre os cativos. Poucas chegavam a ser adultos. No Rio de Janeiro, análise dos inventários das áreas rurais apontam que os escravos com menos de dez anos de idade correspondiam a 1/3 dos falecidos; dentre estes 2/3 morriam antes de completar um ano, 80% até os cinco anos de idade.

Del Priore (2012, p.245), a seu turno, traz um relato do tráfico negreiro no Rio:

Dos escravos desembarcados no mercado do Valongo, no Rio de Janeiro do início do século XIX, 4% eram crianças. Destas, apenas 1/3 sobreviviam até os 10 anos. A partir dos 4 anos, muitas delas já trabalhava com os pais ou sozinhas, pois perder-se de seus genitores era coisa comum. Aos 12 anos, o valor de mercado das crianças já tinha dobrado. E por quê? Considerava-se que seu adestramento já estava concluído e nas listas dos inventários já aparecem com sua designação estabelecida: Chico “roça”, João “pastor”, Ana “mucama”, transformados em pequenas e precoces máquinas de trabalho¹⁰.

Destaca também o tráfico de crianças negras em Pernambuco, a partir de registros em Freyre¹¹:

Das faturas de escravos destaque-se este caso típico: de quarenta negros mandados buscar em 1812, por Bento José da Costa, o mais poderoso escravocrata pernambucano de seu tempo, e que constam de um livro manuscrito do outrora engenho do Salgado (...) só dois eram ‘negros barbados’; os mais eram moleques, molequinhos, crias e molecões. Dezesesseis moleconas.

Dourado e Fernandez *apud* Liberati e Dias (2006, p.19) apontam que, no campo, os meninos começavam desde cedo a trabalhar nas lavouras e na mineração:

Um negro saudável de 14 anos era considerado uma mercadoria importante e cara, pois tinha toda força da juventude para gastar no trabalho. Por isso, a maioria dos escravos jovens era encaminhada para trabalhos pesados. Os que ficavam nas atividades domésticas, como os pajens, por exemplo, podiam se considerar privilegiados, pois tinham a confiança ou a predileção dos patrões.

¹⁰ DEL PRIORE, M. A criança negra no Brasil. In: JACÓ-VILELA, AM. And SATO, L, orgs. *Diálogos em Psicologia Social (on line)*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. ISBN: 978-85-7982-060-1. p. 245. <<http://books.cielo.org>

¹¹ *Apud* Freyre, Gilberto, Mary Del Priore. A criança negra no Brasil. In: JACÓ-VILELA, AM. And SATO, L, orgs. *Diálogos em Psicologia Social (on line)*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. ISBN: 978-85-7982-060-1. p. 246. <<http://books.cielo.org>

E com relação às meninas, citadas autoras relatam o trabalho em serviços domésticos e a exploração sexual (LIBERATI, DIAS, 2006, p.20):

As meninas além das atividades domésticas ou na lavoura, eram alvo dos desejos sexuais dos senhores. Muitas eram forçadas a se entregar sexualmente aos patrões, seus filhos eram capatazes e, quando resistiam, eram barbaramente espancadas. Os filhos que nasciam dessas relações sexuais às vezes recebiam alguma atenção especial dos senhores, mas também podiam ser abandonados nas instituições de caridade ou mesmo nas ruas.

Destacam que os senhores de engenho, sob pretensa afeição a filhos recém-nascidos de escravas, dispensavam a estes um tratamento inicial especial, como se membro da família fosse, mas depois os entregavam aos seus filhos, que assumiam a condição de proprietários dos pequenos escravos, como se fossem seus brinquedos. Crescendo juntos, o pequeno escravo tornava-se um objeto de capricho da criança branca.

É importante dar visibilidade à exploração do trabalho infantil no período de escravidão, pois marca um contexto histórico que irá explicar as bases em que construída a legislação do menor, a criminalização das crianças negras abandonadas nas ruas, pós abolição, bem como a naturalização do trabalho infantil doméstico e do trabalho nas ruas de crianças negras.

É comum nos depararmos com relatos breves ou inexistentes sobre o trabalho infantil na escravidão. Associa-se fortemente a exploração da mão de obra infantil ao ingresso das crianças nos processos produtivos fabris a partir da industrialização. Se é certo que a perversidade contra as crianças nas fábricas foi marcante na história do trabalho e da infância – e em decorrência, para a elaboração de uma legislação que impedisse a exploração do trabalho infantil –, também é certo que as crianças negras já eram exploradas desde o período colonial e, após a abolição, passaram a integrar a população de rua, em situação de abandono e marginalidade.

Valéria Nepomuceno (2016), afirma que

Não existe uma história específica da exploração do trabalho infantil no Brasil. O que a gente tem são várias histórias sociais da infância pobre e essas histórias são marcadas por desrespeitos às necessidades mais elementares de crianças e adolescentes. Esse desrespeito leva crianças e suas famílias ao envolvimento com o trabalho. Imaginando a história depois do descobrimento do Brasil,

identificamos que as crianças escravas e filhos de escravos já trabalhavam, e quando chegavam aos seis, sete anos, estavam envolvidas diretamente nas atividades, seja na lavoura, engenhos, casa grande. As crianças pobres, negras e escravas já trabalhavam! Não podemos discutir tudo isso sem pensar na classe social desses pequenos e suas famílias. O trabalho infantil, sem dúvidas, está ligado diretamente à situação de pobreza. Os meninos e meninas pobres trabalhavam, enquanto que os ricos estudavam¹².

As crianças negras, além do trabalho escravo, não tinham acesso à educação. O Decreto nº 1.331-A, de 1854, que instituiu o ensino obrigatório, em seu artigo 69, determinava que “não serão admitidos, nem poderão frequentar a escola: os meninos que padecerem moléstias contagiosas; os que não tiverem sido vacinados, e os escravos”. Por certo, as crianças sem acesso à saúde eram também filhas de escravos. Desde o início, a história é marcada pela desigualdade no acesso da população negra ao sistema educacional e, conseqüentemente, à qualificação profissional e acesso ao mercado de trabalho formal.

Del Priore (2000, p. 236) relata a proibição do acesso das crianças negras ao ensino público:

No século XIX, a saída para os filhos dos pobres não seria a educação, mas a sua transformação em cidadãos úteis e produtivos na lavoura, enquanto os filhos de uma pequena elite, eram ensinados por professores particulares. Reclamada, desde 1824 e criada em 1856, para atender as necessidades de uma população livre e vacinada, a escola pública proibia seus assentos às crianças escravas. Às pobres, provavelmente mulatas e negras, reservava espaço quando se tratavam daquelas que demonstravam “acentuada distinção e capacidade”. Examinando relatórios de mestres, lecionando em Jacarepaguá e no Rio de Janeiro, no final do século passado, Alessandra Martinez de Schuler⁵ demonstra que segundo esses, uma parcela diminuta de alunos era constituída por libertos “pretos”, além de um “número pequeno de cor parda”. A desigualdade social e racial inscrevia-se, portanto, nas origens do ensino público que não era para todos. Mas, para alguns.

Também parte dessas crianças estava relegada ao abandono e à exploração no trabalho por entidades assistenciais, por meio da Roda dos Expostos. Tratava-se de sistema utilizado para descartar os filhos ilegítimos de senhores com as mulheres escravizadas e também crianças pobres que eram abandonadas. As crianças

¹² In: Fraga, Geraldo et. al. Infância Castigada, Direitos Negados. Especial: Infância sem Cor. Matéria jornalística digital. <http://especiais.leiaja.com/infanciasemcor/infanciastigada/> Acesso em 22.06.2017

enfeitadas ficavam sob os cuidados de uma entidade assistencial – a Santa Casa de Misericórdia – e, posteriormente, eram inseridas em famílias para serem utilizadas no trabalho doméstico.

As crianças abandonadas eram entregues, ainda bebês, em uma roda giratória, assegurando-se o anonimato dos genitores ou responsáveis doadores. À entidade assistencial incumbia assegurar os cuidados gerais no desenvolvimento destas crianças, por meio de colocação destas em casas de amas de leite. A partir de certa idade, eram utilizadas nos serviços domésticos ou outros trabalhos. Relata Gomes Junior (2012)¹³:

A Roda dos Expostos, como ficou conhecida, chamada de Casa dos Expostos que funcionava dentro da Santa Casa de Misericórdia, era um cilindro de madeira com uma abertura para a rua e outra para dentro da instituição e tinha como objetivo servir de local apropriado para o abandono de recém-nascidos, “com uma campainha a ser acionada quando uma criança era colocada na roda e esta roda girava, de modo que o “doador” do recém-nascido não fosse visto”. (MARTINS, 2008, p.29).

No início surgiram quatro rodas, a primeira em Salvador, depois no Rio de Janeiro em 1738, em Recife no ano de 1789 e em São Paulo em 1825. Depois as Rodas se espalharam para todo o país, sendo que em 1806, o Imperador atribuiu a assistência aos órfãos as Santas Casas de Misericórdia.

A roda foi instituída para garantir o anonimato do expositor evitando-se na ausência daquela instituição e na criança de todas as épocas, o mal maior, que seria o aborto e o infanticídio. Além disso, a roda poderia servir para defender a honra das famílias cujas filhas teriam engravidado fora do casamento. Alguns autores atuais estão convencidos de que a roda serviu também de subterfúgio para se regular o tamanho das famílias, dado que na época não havia métodos eficazes do controle da natalidade. (MARCILIO, 1999, p. 72).

Quando recebidas as crianças pela Santa Casa, estas eram amamentadas por uma “mãe de leite”, onde recebiam pagamento pelo serviço. Ao completarem os três anos de idade, as crianças passavam a viver por conta própria, eram mal cuidadas e tornavam-se escravas, obrigados a trabalhar nos serviços domésticos. Devido as explorações, verificava-se altos índices de mortalidade infantil dentro das Santas Casas. Chegado o período Republicano, no ano de 1927 surgiu o primeiro Código de Menores, extinguindo a Roda dos Expostos vinda para o Brasil durante o período colonial.

¹³ GOMES JUNIOR, Valmir Pereira. Histórico acerca do direito da criança e do adolescente no direito brasileiro. <http://www.webartigos.com/artigos/historico-acerca-do-direito-da-crianca-e-do-adolescente-no-direito-brasileiro/87085/>. Acesso em 23.03.2017.

Sobre a exploração do trabalho das crianças abandonadas na Roda dos Expostos, citam-se ainda os registros trazidos por Marcílio¹⁴ (2001, p. 74-5)

Buscava a rodeira colocar logo o bebê recém-chegado em casa de ama-de-leite, onde ficaria, em princípio, até a idade dos três anos. Mas procurava-se estimular a ama a manter para sempre a criança sob sua guarda. Neste caso, e até a idade dos 7 anos, em alguns casos, e de 12 anos, em outros, a Santa Casa pagava-lhes um estipêndio pequeno. A partir daí, poder-se-ia explorar o trabalho da criança de forma remunerada, ou apenas em troca de casa e comida, como foi o caso mais comum.

A Lei do Ventre Livre, em 1871, em sua essência, nenhuma liberdade deu às crianças filhas de escravos, simplesmente legitimou a transferência da propriedade para o Estado, mediante indenização, a partir de oito anos de idade, impondo ao senhor da mãe escrava, a obrigação de cuidar e tratar do filho até esta idade. A partir de então, caso não transferido ao Estado, podia se utilizar do seu trabalho até os 21 anos. O Estado, por sua vez, quando ficava com as crianças, podia entregá-las para associações que se utilizariam gratuitamente dos serviços prestados por esses até completarem 21 anos.

Com a abolição da escravidão, no ano 1888, não houve melhoria na condição de vida das crianças negras, que, juntamente com suas famílias, foram jogadas às ruas sem qualquer perspectiva de inclusão social. Por causa da crise econômica vivenciada no período, os problemas se agravaram. A falta de integração social das famílias então libertas gerou uma onda de marginalização. (LIBERATI e DIAS, 2006, p. 21).

Del Priore (2013, p. 97) afirma que, mesmo depois da abolição da escravatura, a ideologia do trabalho continuou sendo o elemento marcante para o “avanço” da sociedade. A transição da escravidão para o trabalho livre não significou a abolição da exploração das crianças brasileiras no trabalho, mas apenas substituiu um sistema por outro considerado mais legítimo e adequado aos princípios norteadores do liberalismo e da chamada modernidade industrial.

¹⁴ MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In História Social da Infância. (org) FREITAS, Marcos de Cezar. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

1.2 Escravos libertos, trabalho precário e industrialização

Em São Paulo, após a abolição da escravidão, a situação de abandono das crianças negras foi agravada, tendo em vista o não aproveitamento da mão de obra dos escravos libertos – adultos – no trabalho formal. Com a industrialização, os postos de trabalho nas fábricas foram ocupados massivamente pelos imigrantes italianos e espanhóis.

A seu turno, a exploração da mão de obra infantil aconteceu tanto no trabalho assalariado quanto nas ruas em atividades marginais ou informais, muito embora em relação a estas tenha sido tratada sob o ponto de vista penal e não do trabalho. Nas fábricas, os filhos dos imigrantes trabalhavam em atividades perigosas, insalubres e degradantes. As crianças filhas dos escravos libertos, por sua vez, ocupavam as ruas, lutando pela sobrevivência por meio de mendicância, pequenos trabalhos ou atividades ilícitas. Portanto, a infância pobre foi brutalmente violentada pelo Estado, marcada pelo trabalho nas fábricas, assim como pelo trabalho em atividades de sobrevivência nas ruas.

Essa realidade social marca a base de sustentação da sociedade paulistana, ancorada numa desigualdade no acesso ao mercado de trabalho, penalizando sistematicamente a população negra, a par de estigmatizar ou tornar invisível atividades informais, nas ruas, como formas de trabalho.

Discorre Pochmann (2001, p.25) que ao mesmo tempo que São Paulo rompeu com o trabalho escravo, no período de industrialização, garantiu uma geração de vagas para uma elite incapaz de construir uma nação menos desigual. Em virtude disso, reuniu uma das maiores massas de pobres, vinculadas às atividades de sobrevivência, como excedente das necessidades do capital. Assim não restou outra alternativa a esse 1/3 da população em condição de miserabilidade, senão o envolvimento com a prostituição, violência, crime, drogas, entre outras formas regressivas de vida e de trabalho.

Essa análise sobre a inserção seletiva e discriminatória da população adulta no trabalho, pode ser trazida para o contexto das crianças negras submetidas ao trabalho nas ruas, com o agravante de constituírem mão de obra invisível, descartável e criminalizada.

Nesse sentido, Valeria Nepomuceno, na reportagem “Infância sem Cor” (2016)¹⁵, afirma:

Os negros libertos não receberam nenhum tipo de apoio de políticas públicas para essa nova fase da vida. Então aumentou a pobreza e a gente passou a encontrar mais crianças pelas ruas. No início do Século 20, encontramos principalmente meninos se envolvendo em pequenos delitos e nesse período já não vemos resposta do estado, não havia políticas para menores nessa condição social de pobreza. Isso aconteceu em todo o Brasil. A primeira resposta do estado brasileiro só veio com a polícia, quando a gente passou a ver as crianças sendo presas. Foram criadas instituições de internamento, com a perspectiva coercitiva e não de proteção. Essas instituições, em sua maioria, tinham uma proposta educacional do ensino regular, mas junto, existia uma disciplina muito forte do trabalho. Elas trabalhavam e se envolviam em alguma formação profissional para atender às necessidades do mercado em idades que não correspondem a um trabalho adulto. Crianças de 9, dez anos de idade, já eram preparadas para trabalhar. O trabalho sempre esteve presente na vida da criança pobre brasileira.

Destaca-se, nesse contexto, a construção de uma cultura de valorização do trabalho assalariado, em contraposição ao trabalho informal – tratado como atividade marginal –, bem como uma visão do trabalho como mecanismo regenerador de comportamentos socialmente não aceitáveis como a ociosidade, concebida como sinônimo de vadiagem (o que posteriormente, viria a ser considerado crime pela legislação penal). Destaque-se também o local de inserção da população negra, em decorrência, crianças e adolescentes desassistidos, nas ruas, sem quaisquer direitos assegurados, obrigados a lutar pela sobrevivência. Somente quatro décadas depois da abolição é que parte da população negra passa a ser absorvida pelo mercado formal, em ocupações mais simples e mal remuneradas (FERNANDES, 1965, p. 147)¹⁶.

¹⁵ In: Fraga, Geraldo et. al. Infância Castigada, Direitos Negados. Especial: Infância sem Cor. Matéria jornalística digital. <http://especiais.leijaja.com/infanciasemcor/infanciastigada/> Acesso em 22.06.2017

¹⁶ FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. Dominus Editora: São Paulo, 1965, p. 147. (...) entre 1939 e 1945, as oportunidades de emprego das ‘populações nacionais’ aumentaram rapidamente, em conexão com os influxos da II Grande Guerra na intensificação e na diferenciação de nossa produção industrial. Pela primeira vez, em nossa história econômica recente, o ‘negro’ adquire possibilidades reais de fazer parte permanente do mercado de trabalho livre. (...) Na esfera do emprego, que nos interessa especialmente, ocorrem dois fenômenos simultâneos. Primeiro, surgiram muitas oportunidades de trabalho assalariado do gênero ‘qualquer um pode fazer’. Nos serviços de construção, de transportes ou nas fábricas, nas lojas e nos escritórios, o aumento quantitativo do número de vagas coincidente com a ausência de correntes imigratórias volumosas, forçou os empregadores a recorrerem a candidatos ‘negros’ a trabalhos sem qualificação ou semiquificados, independentemente das restrições que porventura lhe fizessem. Segundo, a

Sobre o cenário social dicotômico entre trabalho e vadiagem, instalado na cidade de São Paulo¹⁷, no período, afirma Santos (2013, p. 213):

O solapamento do sistema escravista e a entrada maciça de mão de obra imigrante resultou numa profunda transformação do quadro social da cidade. (...) a aura republicana moldava a forte dicotomia entre os mundos do trabalho e da vadiagem, protagonizados respectivamente pelo imigrante e pelo nacional, principalmente aquele advindo da escravidão. (...) A deterioração das condições sociais, as modificações das formas e modos de relacionamento, e ainda os diferentes e novos padrões de convívio que a urbanidade impunha a seus habitantes eram ignorados pelo discurso oficial, que estabelecia a oposição entre lazer-trabalho e crime-honestidade.

Rizzini (2013, pp. 376-7) menciona que o aumento da marginalidade no espaço urbano leva ao pensamento de que o trabalho seria uma solução para o problema do abandono e da delinquência. Nesse sentido, iniciativas do Estado são implementadas com vistas à disciplina e à correção de comportamentos socialmente não aceitos. Crianças são retiradas das ruas para trabalhos em colônias agrícolas e indústrias, sob justificativa filantrópica, mas com visíveis interesses de limpeza social e de exploração no trabalho. Interessante notar que o trabalho nas ruas, nesse caso, é inserido no contexto da situação de rua e, como tal, marginalizado.

O trabalho nas ruas, embora pouco tratado na literatura nesse período histórico como trabalho, é predominante tanto quanto o trabalho infantil na indústria. Relata Moura (2013, p. 274) o trabalho clandestino (sem licença municipal) de meninos e meninas na venda de bilhetes de loteria, engraxates e vendedores de jornais¹⁸. Afirma que:

as atividades informais abrigavam muitas crianças e adolescentes, caso, entre outros, dos menores de ambos os sexos que, sem licença da municipalidade, vendiam bilhetes de loterias pelas ruas da cidade, dos pequenos engraxates que se postavam junto às praças e às portas das igrejas, bem como dos pequenos vendedores de jornais que percorriam as ruas em passo rápido ou pendurados nos estribos dos bondes.

escassez de mão-de-obra qualitativa, em todos os níveis da produção e no setor de serviços, também redundou em criação de oportunidades aos 'trabalhadores de cor'. Aqui, as barreiras mantiveram-se mais fortes; elas não impediram, no entanto, que candidatos com as aptidões requeridas varassem os critérios de peneiramento. (p.147).

¹⁷ Santos, Marco Antonio Cabral. Criança e Criminalidade no início do Século XX. In DEL PRIORE, Mary. (org.) História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013, p. 213

¹⁸ MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro. Crianças operárias na recém industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, Mary. (org.) História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013, p. 274.

Referida autora problematiza, ainda, a questão da delinquência e criminalidade das crianças em situação de abandono:

As ruas da cidade são, no limiar do século XX, um referencial importante à história do trabalho infantil e adolescente. Os menores eram ativos personagens na cidade. Ao emprego indiscriminado nos estabelecimentos industriais somavam-se não somente as atividades na construção civil e na economia informal, conforme ilustrado anteriormente, mas, também, as práticas que, resultado do abandono, aludiam à mendicância, à delinquência e à criminalidade. Esmolando, roubando, agredindo-se mutuamente e aos passantes, foram muitos os menores que fizeram das ruas paulistanas o cenário de sua história, uma história da qual o empresariado habilmente saberia lançar mão, emprestando como veremos à visível exploração à qual submetia os pequenos operários e operárias em São Paulo, mais uma vez um caráter filantrópico.¹⁹

Embora o trabalho nas ruas constitua o objeto de estudo desta pesquisa, importante citar que, enquanto meninos realizavam estas atividades no espaço urbano, as meninas negras foram utilizadas no trabalho doméstico, e submetidas a abusos e exploração sexual, conforme registros²⁰:

No cenário de pós-abolição, já nas primeiras décadas do século XX, muitas meninas nas condições de empregadas domésticas, negras, desamparadas, seduzidas e enganadas foram vítimas de estupro e defloramento. No dia 19 de maio de 1925, foi registrado na 17ª DP o caso de defloramento de Maria da Conceição, de cor preta e com 15 anos. A menina fora há meses deflorada por seu patrão José da Silva Estrella, branco, 36 anos. O fato se passou na residência onde a referida menor trabalhava como empregada doméstica. O pai da menor recorreu à polícia para registrar o delito.

Em São Paulo, no ano 1902, foi criado o Instituto Disciplinar, visando à regeneração da infância e adolescência abandonada nas ruas, através do trabalho e para o trabalho (MOURA, 2013, p. 277). A pobreza estrutural, matriz do abandono, contudo, não era considerada nas políticas do Estado. A ideologia do trabalho como formadora do caráter e disciplina foi disseminada, abrigando uma exploração institucionalizada da mão de obra das crianças e adolescentes.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ SOARES, Aline Mendes. 'Precisa de um pequeno: negociação, conflito e estratégia de vida da mão de obra infantil negra no pós-abolição no Rio de Janeiro (1888-1927). In: Abreu, Martha. Pereira, Matheus Serva. Caminhos da Liberdade: Histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói: PPGHistória – UFF, 2011. p. 362

De outro lado, a exploração do trabalho das crianças nas fábricas, em sua maioria migrantes, era intensa. No início do século XX, crianças e adolescentes ocupavam quase 40% da mão de obra fabril em São Paulo. Além das condições perversas de trabalho, jornadas extenuantes, condições insalubres e perigosas, baixa remuneração, acidentes de trabalho ocupavam as páginas nos jornais à época e, em decorrência, mobilizavam os movimentos operários, assim como a própria sociedade. (MOURA, 2013, p. 259)²¹.

Para muitos menores, a atividade produtiva traduziu-se em sequelas físicas irreversíveis e na morte prematura. Não foram poucas as crianças e foram muitos os adolescentes vitimados em acidentes do trabalho, em decorrência do exercício de funções impróprias para a idade, das instalações precárias dos estabelecimentos industriais, enfim, de condições de trabalho deploráveis.

Na obra citada, Moura (2013, p. 280), a partir de pesquisas em periódicos, descreve vários acidentes de trabalho ocorridos à época, envolvendo crianças. Relata acidente em 20 de dezembro de 1901, em indústria têxtil, em que explodiu um tambor de aço de engomar tecidos, citando publicação do jornal Estado de S. Paulo: “o desastre (...) impressionou vivamente a população da capital, por serem as vítimas principalmente crianças”. Dentre as vítimas, estava Maria Stanzione, de 10 anos de idade, que sofreu ‘por todo o corpo grandes queimaduras de água a ferver’. Em 17 de dezembro de 1915, O Combate, publicou matéria sobre acidente ocorrido em oficina de móveis, envolvendo Vittorio Maccari, 14 anos: apanhado por uma polia de transmissão, sofreu fratura exposta do braço direito. O jornal responsabilizava o proprietário do estabelecimento que, ‘não zelando pela vida dos seus empregados’, fazia com que ‘uma criança’ trabalhasse em uma máquina perigosa.

Relata que as notícias se repetiam também em outras cidades. Em maio de 1913, em Ribeirão Preto, Fortunato Miningoti, 14 anos de idade, esmagou a mão direita na máquina que trabalhava. Na fábrica de tecidos Confiança Industrial, no Rio de Janeiro, em agosto de 1909, Maria Teixeira, 13 anos, ao fazer a limpeza de uma máquina, ficou com uma das mãos reduzida a farrapos de tecido humano. (MOURA, 2013, fls. 284-5). Segundo a autora,

²¹ Moura, Esmeralda Blanco Bolsonaro. Crianças Operárias na Recém Industrializada São Paulo. In DEL PRIORE, Mary. (org.) História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013, p. 259.

Muitos outros detalhes do cotidiano das fábricas e oficinas permanece nos subterrâneos de uma história bem conhecida em termos do conjunto da classe operária, mas, nebulosa demais no que diz respeito às singularidades que teriam permeado o dia a dia dos trabalhadores menores ou não, quer em São Paulo, quer nos demais cantos do país.

Whitaker (2007, p. 122), sobre os acidentes de trabalho envolvendo crianças e adolescentes, rememora publicação do *Jornal Fanfulla*, um periódico de resistência do movimento anarquista, durante a Greve Geral de 1917. O *Jornal* denuncia como humanamente pode se tolerar que menores dos dois sexos sejam obrigados a trabalhar nas máquinas, consumindo seu débil organismo em pouco tempo e em permanente perigo, proveniente dos contínuos acidentes de trabalho? ²². E observa:

No final do século passado, o acidente de trabalho já faz parte da rotina nos estabelecimentos industriais, situação que se mantém durante as primeiras décadas deste século. De fato, o noticiário, da capital permite concluir que já nos primeiros anos do século XX, os menores estão plenamente incorporados ao processo produtivo e são vítimas frequentes de acidentes do trabalho nos estabelecimentos industriais, inclusive em oficinas de pequeno porte, acidentes cuja gravidade, a morte do pequeno operário ou o ferimento irremediável permitem constatar de imediato.

Além disso, a partir dos debates parlamentares da época, Moura apud Whitaker (2007, p. 123) identifica a presença da ideologia do trabalho como justificadora da violação dos direitos de crianças e adolescentes pobres, mostrando como “em relação a esse tipo de crianças são negadas todas as características definidas pelo sentimento de particularidade da infância”.²³ A par da absoluta ausência de direitos humanos reconhecidos às crianças a um desenvolvimento saudável, nenhuma proteção contra a exploração no trabalho existe à época na legislação brasileira. A primeira legislação nacional, tratando da idade mínima para o trabalho, somente viria a ser aprovada em 1927. Ainda, considera revelador do processo ideológico do trabalho, contra o qual lutaram vozes denunciadoras das atrocidades praticadas em face das crianças nas fábricas, mostrando como eram negadas em relação a estas crianças a própria condição e características da infância. Afirma “a fraqueza e a fragilidade das crianças, assim como a vivacidade e o caráter lúdico da infância são atributos

²² Whitaker, Dulce C. A. *Industrialismo e Trabalho infantil: Paradoxos da Modernização*. In: Pacheco, Elza Dias (org.). *O Cotidiano infantil violento: marginalidade e exclusão social*. São Paulo: LAPIC. FAPESP, 2007. p.122.

²³ *Ibidem*, p. 123.

dos filhos da burguesia. A criança operária é vista ainda como adulto em miniatura". (Ibidem, p. 124). E, podemos acrescentar, a criança de rua é vista como um perigo social.

Como visto, à míngua de políticas sociais de inserção no mercado de trabalho para os negros, e ainda inexistente uma legislação social trabalhista, com limitação da idade para o trabalho, no período de transição entre Império e República, houve o deslocamento de parte da mão de obra escrava, para as ruas, em atividades marginais, reservando-se aos imigrantes, inclusive crianças, os postos de trabalho nas fábricas, no meio urbano.

Liberati e Dias (2006, p. 24) destacam também o deslocamento de crianças do meio urbano para o rural, para trabalhar em fazendas:

De acordo com Grunspun, em virtude do grande número de trabalhadores situados nas cidades, desempenhando atividades nas fábricas, a atividade agrícola começou a se desestabilizar por falta de mão de obra. Assim, foram criadas as chamadas colônias agrícolas que visavam, supostamente, a transferir crianças de famílias de imigrantes e jovens que fossem vistos perambulando pelas ruas para o campo, sob o pretexto de transformá-las em trabalhadores qualificados. Não obstante, tais patronatos nada mais eram que estabelecimentos que visavam ao encarceramento dessas crianças".

Verifica-se, assim, que o trabalho infantil no Brasil, no período industrial, disseminou-se tanto nas fábricas quanto nas ruas da cidade de São Paulo. O estigma da população negra relegada ao abandono e marginalidade, como visto, remonta ao período pós-abolição. Tais aspectos históricos nos trazem importantes elementos, para a compreensão da divisão do trabalho manual e assalariado e a exclusão dos negros e negras na sociedade industrial, relegados a atividades de sobrevivência, marginais, que não eram reconhecidas como trabalho. Veja-se que mesmo ocupações urbanas manuais, como costura, carpintaria, ferraria, marcenaria, outras eram realizadas por pessoas brancas. À população negra restou o trabalho doméstico, o trabalho rural e as atividades de rua. Transcreve-se análise de Pochmann (2001, fl. 39-40):

Na cidade de São Paulo, embora houvesse a coexistência do trabalho livre com o trabalho escravo – era comum que ocupações urbanas como alfaiataria, carpintaria, ferraria, marcenaria, construção, tintura de tecidos, entre outras, fossem exercidas por mão-de-obra branca, auxiliada nas atividades mais simples por diversos escravos -, registrava-se um grande foco de desigualdade social. Muitas vezes,

pelo menos até 1929, os postos de trabalho urbanos ocupados pertenciam ao trabalhador imigrante. Dessa forma, os empregadores urbanos e rurais privilegiaram a disciplina e a cultura do trabalho assalariado europeu, ao mesmo tempo em que induziam ao branqueamento da população negra no país. Por consequência, o trabalhador nacional (negro, cafuzo, mameluco, indígena) encontrou enorme dificuldade para ser aproveitado pelo assalariamento a partir do livre funcionamento do mercado de trabalho, constituído depois de 1888.

O trabalho infantil passou pela mesma divisão social, concentrando as fábricas a mão de obra de crianças migrantes, posteriormente abolida, com a legislação que fixou uma idade mínima para o trabalho, e, de outro lado, as ruas, o trabalho informal, com uma legislação higienista, que previa a internação dessas crianças em instituições de correção e disciplina, legitimando o trabalho infantil, nesses casos, como forma de aprendizado, socialização ou 'regeneração'.

A exploração do trabalho infantil na indústria restou legalmente proibida, a partir da luta dos movimentos operários, no século XX, como se verá no próximo tópico, que culminou com a edição de leis limitando a idade para o trabalho, posteriormente, em todos os setores de atividade empresarial.

Não obstante, foram necessárias décadas para a implementação dessa legislação e efetivação de políticas voltadas à eliminação do trabalho infantil no Brasil. Muito embora muito se tenha avançado, com redução expressiva dos índices de trabalho de crianças e adolescentes nos últimos vinte anos, o sistema capitalista e as elites brasileiras continuam se beneficiando do trabalho infantil no mundo contemporâneo.

Sobre a desigualdade econômica e social construída na cidade de São Paulo, a partir da injusta divisão do trabalho e exploração das classes dominadas, Pochmann (2001, p.26) traz importante análise quanto ao papel e omissão das elites paulistas na construção desta base social:

Ao mesmo tempo em que a cidade de São Paulo rompeu com a fase do trabalho escravo, convergindo para o período de industrialização nacional e de um dos maiores adensamentos de trabalho em atividades intelectuais do Terceiro Mundo, garantiu a geração de vagas para a classe média, bem como a presença polarizada de uma elite empresarial com pouca referência mundial. Essa verdadeira elite, diga-se de passagem, mostrou-se incapaz de construir uma nação menos desigual. (...) Embora seja para o capital o espaço para geração do lucro, a cidade, é para o trabalho, uma forma de existência

em que o confronto entre a riqueza material produzida no maior município brasileiro e o padrão de vida de seus habitantes possibilita identificar o fracasso do modelo social adotado. As diversas fases de uso do trabalho numa cidade como São Paulo, permitem identificar a evolução do mundo do trabalho, bem como constatar quantas oportunidades perdeu esse país que um dia pretendeu romper com o passado, todavia sem poder contar efetivamente com sua elite na definição de uma estratégia que implicasse o consentimento de impor limites e civilidade ao capitalismo selvagem.

Na atualidade, a fragmentação das atividades empresariais, por meio de processos de terceirização, com a participação de diversas outras empresas na cadeia produtiva, revela que o setor empresarial continua se utilizando da mão de obra precária adulta e infantil – muitas vezes em condição análoga a de escravo –, reproduzindo cenários tenebrosos da época do início da industrialização. Como exemplo, pode-se citar o trabalho de crianças na cadeia produtiva da moda, alimentos, construção civil²⁴.

Whitaker (2007, p. 123) afirma que a indústria do calçado, ao terceirizar boa parte de sua confecção, gera não só as bancas e pequenas oficinas que empregam crianças com facilidade, mas também o trabalho em domicílio, no qual os próprios pais, pressionados pela necessidade de produção e preço vil pago pelas indústrias, são obrigados a colocar seus filhos numa situação que os expõe ao cheiro da cola e ao efeito tóxico de uma variada gama de solventes.

No cenário rural, destaca que da colheita responsável por alimentar o complexo agroindustrial da laranja (exportadora de suco para os países mais avançados do mundo) à coleta de resina dos pinheiros utilizada na indústria do papel, passando pelo trabalho nas plantações de fumo e no corte de cana, a destreza da mão de obra infantil é um recurso valioso que alimenta as cadeias produtivas globalizadas das mais variadas e sofisticadas mercadorias consumidas no mundo todo. (WHITAKER, 2007, p. 123)

A par disso, o trabalho nas ruas se mantém, desde a abolição da escravidão, e continua atingindo em sua grande maioria crianças pobres e negras, ainda que em outra dimensão estrutural – muitas crianças estudam, têm vínculos familiares e residência –, mas não menos grave a situação de exclusão social e pobreza, agora nos moldes da sociedade capitalista contemporânea, em que o consumo constitui uma

²⁴ http://fnpeti.org.br/arquivos/campanha-site/11/2017/download/Estudo_Cadeias_Produtivas.pdf

das expressões de identidade social, constituindo também elemento motivador, ao lado da própria subsistência, do trabalho precoce e precário nas ruas da maior capital da América Latina.

A legislação sobre a idade mínima, como se vê, abarcou a proteção das crianças submetidas à exploração do trabalho nas fábricas, para impor limites à utilização da mão de obra infantil e condições para a proteção do trabalho permitido do adolescente. De outro lado, as crianças nas ruas – negras – foram submetidas à marginalidade ou criminalização imposta pela legislação menorista.

Apenas para situar o tema da criminalização das crianças negras, após a abolição, o Código Penal de 1890 estabelecia a imputabilidade penal em 9 anos de idade (art. 27, §1º). Entre 9 e 14 anos, a imputabilidade ficava condicionada à presença do discernimento, determinando-se o recolhimento a estabelecimentos disciplinares industriais pelo tempo que o juiz achasse conveniente, desde que não ultrapassasse 17 anos (art. 27, §2º c/c art. 30). Entre 14 e 17 anos, o código previa uma pena mais branda (art. 65), podendo os maiores de 14 serem recolhidos a estabelecimentos industriais até os 21 anos (art. 399, §2º). Esse sistema tornava possível, por exemplo, a internação de uma pessoa dos 9 aos 21 anos.

Veja-se que as crianças eram submetidas a trabalho forçado, como medida corretiva e disciplinar, em estabelecimentos industriais. Além disso, embora associada a questão da criança de rua à prática de atividades ilícitas, é certo que o trabalho nas ruas se desenvolvia juntamente com outras formas de sobrevivência ou não, mas decorrente de uma realidade perversa imposta a essas crianças desprotegidas, como faz certa a história da escravidão e a ruptura do sistema escravocrata na sociedade brasileira, sem inserção da população negra no trabalho livre. A questão do trabalho, contudo, sempre ficou encoberta pela questão penal.

Exemplo disso, é o caso de Bernardino, engraxate, preso com 12 anos de idade, que viria a repercutir na elevação da idade penal para 18 anos, com o Código Mello Mattos, em 1927²⁵. Em matéria da Agência Senado (2015)²⁶ é possível acessar o Jornal do Brasil, que em março de 1926, revelou a estarrecedora história do menino que ganhava a vida nas ruas do Rio como engraxate. Ele foi preso por ter atirado tinta

²⁵ <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/07/em-1927-o-brasil-ganhou-o-primeiro-codigo-de-menores>

²⁶ <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/07/criancas-iam-para-a-cadeia-no-brasil-ate-a-decada-de-1920>

num cliente que se recusara a pagar pelo polimento das botinas. Nas quatro semanas encarcerado numa cela com vinte adultos, Bernardino sofreu todo tipo de violência. Os repórteres do jornal encontraram o garoto na Santa Casa “em lastimável estado” e “no meio da mais viva indignação dos seus médicos”. (WESTIN, 2015). Segundo o relato, esse caso, além de outros, teria influenciado fortemente na legislação aprovada em 1927.

Até então, a idade penal, estabelecida pela Lei nº 4.242, de 1921, havia sido elevada de 9 para 14 anos, submetendo o maior de 14 e menor de 18 anos a processo especial, eliminando o critério do discernimento. Em 1927, de modo a dar tratamento específico aos jovens entre 14 e 18 anos, a matéria foi regulada pelo Código de Menores (Código Mello Mattos), que elevou a idade penal para 18 anos e, posteriormente, o Código Penal de 1940, manteve esse limite etário.

1.3 Capitalismo e ideologia do trabalho

É possível identificar, a partir dos relatos históricos, a construção de dois pensamentos dominantes, disseminados a partir do processo de industrialização, que passam a ser aceitos e naturalizados na sociedade: a) primeiro, o trabalho como formação e aprendizado para a classe trabalhadora; b) segundo, o trabalho como formador do caráter e sinônimo de honestidade. Essas duas questões têm sido tratadas como mitos do trabalho infantil.

Pode-se compreender essa ideologia dominante, a partir do trabalho infantil, de um lado, com a utilização da mão de obra das crianças nas fábricas e, de outro lado, com a retirada das crianças das ruas para o trabalho forçado. Duas dicotomias são traçadas nesse perverso sistema de dominação das classes trabalhadoras: trabalho x educação e trabalho x criminalidade.

A primeira, a nosso sentir, mostra-se menos difícil de ser desvelada, considerando o direito à educação como fundamental, que deve ser assegurado a todos, este sim um caminho para o aprendizado e formação. A segunda, contudo, mostra uma complexidade de compreensão pelas próprias classes dominadas, ao passo em que estas elencam o trabalho, ainda que precário, como menos pior que o crime, sem conseguir visualizar a possibilidade do estudo e profissionalização. As duas estão relacionadas e se perpetuam diante da ineficiência de políticas de proteção

social que enfrentem as causas estruturais do trabalho infantil ligadas à pobreza e desigualdade social. Além disso, naturalização do trabalho infantil decorre também de uma visão de que o trabalho, ainda que precoce, em condição degradante e precária, é uma defesa para essa sociedade incluída não ser ameaçada pela criminalidade – esse pensamento pode ser identificado, por exemplo, em posts nas redes sociais, em campanhas de combate ao trabalho infantil²⁷. Tais ideologias são normalmente entendidas como mitos ou barreiras culturais do trabalho infantil.

O conceito de ideologia aparece em Marx como equivalente a uma falsa consciência proveniente da dominação da classe social detentora dos meios de produção para a manutenção do sistema de produção capitalista e reprodução das relações de produção. Nesse sentido, a ideologia, enquanto falsa consciência, gera a inversão ou a camuflagem da realidade para os ideais ou interesses da classe dominante²⁸ (LOWY, 1985, p. 12).

Desta forma, através da ideologia, constroem-se discursos que ocultam o conflito social entre classes e dissimulam a dominação, dando a aparência de uma generalidade, universalidade. Analisando-se a questão do trabalho infantil, podemos identificar na fala que sustenta ser cultural a inserção precoce no trabalho duas camuflagens: a) uma, que encobre a dominação histórica da classe trabalhadora, ao incorporar o trabalho como valor de honestidade e aprendizado; b) outra, que encobre desigualdade social por trás da exploração no trabalho de crianças e adolescentes. O pensamento dominante faz com que a “cultura” ou as famílias sejam entendidas como causas concorrentes, principais ou determinantes do trabalho infantil, mantendo-se ocultas suas causas estruturantes.

O discurso ideológico não nega a desigualdade entre os segmentos sociais, mas nega que essa diferença tenha como vetor a razão histórico-econômica. Para explicar as diferenças sociais, a ideologia utiliza-se da naturalização e do sistema de meritocracia. A naturalização é a tentativa de justificar as desigualdades sociais, remetendo-se a supostas causas naturais para as diferenças de classe, gênero e raça. O grupo social hegemônico que se encontra no poder beneficia-se do recurso à naturalização porque, através dele, permite-se estabelecer uma hierarquização de grupos, atribuindo-se a inserção social a critérios de esforço e mérito, mantendo-se o

²⁷ Vide comentários nos posts da campanha www.chegadetrabalho infantil.com.br

²⁸ LOWY, Michael. Ideologia e ciência social. São Paulo: Cortez, 1985. p. 12.

privilégio dos grupos hegemônicos, entendendo-se como natural, em decorrência, o trabalho nas ruas de crianças pobres.

Parece-nos que a principal questão inserida no conceito de ideologia é o entendimento de que, para um fenômeno ser ideológico, ele necessariamente deverá colaborar na criação e/ou na manutenção de relações de dominação. E sobre as relações de dominação, questiona-se se estariam abarcadas pela ideologia apenas as relações de dominação decorrentes da luta de classes ou todas as diferentes relações sociais e suas práticas, ações.

Nesse sentido, Souza Filho (1995)²⁹, ampliando a concepção marxista da ideologia, entende por dominação a submissão do indivíduo a toda ordem social. Essa dominação não é exclusivamente a de classe ou de Estado, mas ela se alarga como submissão à cultura, padrões, convenções etc. Conforme o citado autor, a ideologia se inscreve no sujeito a partir dos modos de operar da linguagem e da cultura, que, ao ocultarem o caráter de convenção humana e social, tornam invisível a dominação. Se por um lado a linguagem e a cultura são condições para a existência humana, por outro, seus modos de operar fazem com que a realidade social seja vivida como algo natural e não como algo construído pela ação dos homens, impedindo que eles se deem conta do processo sócio histórico resultado das práticas sociais humanas.

No caso do trabalho infantil, desde o período colonial, no Brasil, o trabalho de crianças e adolescentes pobres foi legitimado e concebido como um valor importante para a classe trabalhadora, sinônimo de honestidade e obediência, inicialmente com base na doutrina cristã e, posteriormente, como forma de disciplina e alternativa à criminalidade, pelo Estado, durante a República, portanto, como mecanismo de formação do caráter da criança pobre. As elites brasileiras, portanto, utilizaram valores morais para difundir a noção de trabalho como elemento educador e disciplinador das classes trabalhadoras, através da disseminação do valor positivo do trabalho, indistintamente, independentemente das condições em que se realiza. Outra questão é a disseminação de uma suposta ascensão ou melhoria na condição de vida a partir da dedicação ao trabalho, pautada no mérito individual em detrimento da luta e organização coletiva. O homem trabalhador é um homem bom, enquanto aquele que

29

http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index_arquivos/ARTIGOS%20ACADEMICOS/ARTIGOS_PDF/Cultura,%20ideologia%20e%20representacoes.pdf. Não paginado.

não vende sua força de trabalho é considerado à margem da sociedade, vadio ou inadequado.

No período industrial, pode-se afirmar que a ideologia do trabalho como educação para a classe trabalhadora foi sedimentada. Segundo Liberati e Dias (2006)

Essa difícil segmentação de políticas públicas se devia também a alicerces ideológicos que se demonstravam cada vez mais coesos, vindos da própria população, apensos à cultura do trabalho como elemento enobrecedor, mesmo sendo executado precocemente”. Observando isso, Dourado e Fernandez discorrem: ‘A ideologia presente na época era a de que o trabalho ajuda a criança a tornar-se um cidadão útil à sociedade. Para muitos políticos e juristas, melhor era manter uma rígida rotina de trabalho a fim de que as crianças não tivessem tempo livre para ficar nas ruas, perambulando. O caráter dos mais jovens deveria ser formado dentro do local de trabalho, pois dessa forma seriam criados novos trabalhadores, para construir o futuro da nação. O discurso operário era contrário a essas ideias. Jornais da época, tais como A Plebe, Fanfulla e Terra Livre, que defendiam interesses dos trabalhadores, denunciavam os problemas de saúde que crianças adquiriram nas fábricas e o comprometimento físico e intelectual dos mais jovens, pela submissão à dura rotina industrial. (pp. 21-2)

Moura (2013, p. 277) revela que a imprensa escrita também contribuiu para a disseminação da ideologia do trabalho, nas notícias publicadas nos jornais no início do século XX. Cita, como exemplo, o *Estado de S. Paulo*, com a tendência a considerar o trabalho como redentor da infância e da adolescência abandonadas, desamparadas, imersas na vadiagem, na delinquência, na criminalidade. Ilustra, também, a tendência a fazer do abandono, do desamparo, da delinquência e da criminalidade uma justificativa para a exploração da capacidade produtiva da infância e da adolescência. Transcreve-se notícia publicada no referido jornal no dia 25 de julho de 1900:

O dr. Oliveira Ribeiro, chefe de polícia, a fim de reprimir a vagabundagem de grande número de menores, que por aí viviam com fome e no relento, conseguiu um meio de os tirar de São Paulo. Para esse fim, entrou em acordo com o sr. Coronel Pinho, industrial e fazendeiro, residente em Rio Claro, o qual se propôs a colocar em fábricas e fazendas de sua propriedade os menores capturados, que, ali, além de casa, comida e roupa, terão um salário, contribuindo por essa maneira, com pequeno esforço, para a regeneração desses infelizes que poderiam mais tarde ser um elemento nocivo à sociedade. De dias a essa parte tem sido recolhidos na repartição central 19 desses menores, que amanhã seguirão para Rio Claro, em companhia

do coronel Pinho. Esses menores já ontem deviam ter seguido. Deu-se, no entanto, na estação da Luz, à hora do embarque, um incidente que os reteve.

Um agente de segurança, ao vê-los reunidos na estação, supo-os gatunos e, sem mesmo atender à pessoa que os acompanhava, e que estava munida de um memorandum do dr. Chefe de polícia, prendeu-os, conduzindo-os à repartição central. (pp. 276-7)

Nessa passagem, destaca-se a menção a “vagabundagem”, que revela o entendimento de que a criança deveria estar trabalhando. E quando menciona a “regeneração desses infelizes” reforça a concepção de que o trabalho seria um elemento disciplinar e que o objetivo não era em hipótese alguma a proteção da criança ou adolescente – ainda que numa concepção equivocada sobre o trabalho –, mas sim a sociedade: “poderiam mais tarde ser um elemento nocivo à sociedade”.

Essa política higienista, objetivando a retirada dos meninos e meninas das ruas, tem sido repetida na história recente da capital paulistana, por exemplo, em relação aos moradores de rua, usuários de substâncias psicoativas, que circulam nas ruas do centro, na conhecida Cracolândia, em que a Administração Municipal tem se utilizado de práticas de retirada das pessoas da rua³⁰. Veja-se que já naquela época pretendia-se não apenas retirar os “menores” da rua, mas da cidade de São Paulo.

Liberati e Dias (2006, p. 23) também fazem referências a notícias de jornal que apontam, à época, a preocupação social com a inserção das crianças abandonadas no trabalho, como forma de educação, em contraposição à criminalidade:

A enérgica pressão da sociedade em afastar crianças e adolescentes das ruas, tida como um elemento consoante da aquisição dos principais males experimentados pelos centros urbanos emergentes, fez com que o número de jovens trabalhadores nas fábricas aumentasse de forma alarmante. O trabalho, até então, era tido como uma grande virtude, defendido por toda a sociedade: já que sempre atuou como protagonista na construção do caráter, passou a se projetar na vida de crianças e adolescentes, não simplesmente como um elemento altruísta, mas como um forte vetor do desgaste excessivo causado por duras horas de trabalho e intensa carga de responsabilidade equiparada ao potencial de produtividade de um trabalhador adulto.

³⁰ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/06/13/prefeitura-quer-pagar-para-moradores-de-rua-e-viciados-deixarem-sp-diz-secretario-de-doria.htm>

Os fatos e registros da época revelam a inexistência de políticas voltadas à educação das crianças, em detrimento de ações repressivas higienistas legitimadoras da exploração destas no trabalho, em benefício dos detentores do capital (proprietários rurais e industriais ou ainda entidades assistenciais ou filantrópicas) e como forma de esconder o problema social da sociedade aristocrata. Nesse sentido, o relato de Del Priore³¹ (2012, p. 238):

(...) no final do século XIX, vozes como as de Cândido Motta, Moncorvo Filho e Bush Varella, juristas e médicos, imprecavam contra a presença crescente de crianças nas ruas —as negras eram maiorias— exigindo solução para estancar a circulação destes “desgraçados, sem teto, sem lar, sem educação, sem instrução e sem ordem”. Na República, recém proclamada e que ostentava na bandeira o lema “Ordem e Progresso”, a infância negra prometia desordem e atraso. Na capital, Rio de Janeiro, pequenos mendigos, indigentes e vadios faziam da Praça XV, do Arco do Telles e das portas de igrejas, o seu ponto de apoio⁷. Quarenta anos depois, o Estado Novo criava, em 1941, o Serviço de Atendimento ao Menor, (SAM), sistema que ajudou a criminalizar definitivamente o menor de rua. No primeiro quartel do século XX, a população de crianças carentes tinha que se defrontar com um binômio imposto pela sociedade burguesa: lazer versus trabalho e honestidade versus crime. Normalmente foram associadas ao trabalho e, na ausência deste, crime. Os rostos de crianças negras são os mais frequentes nas imagens mostradas sobre a FEBEM.

Whitaker (2007, p.124) afirma que as políticas de retirada das crianças das ruas para o trabalho produzem um componente ideológico fundamental que permanece até hoje: a ideia de que a criança pobre não só precisa, mas deve trabalhar, sendo o trabalho uma virtude a ser perseguida pela família trabalhadora.

Destaca esta ideia como tornada um componente forte na base de sustentação da sociedade capitalista industrial, chegando os pais a lamentar as leis restritivas que retiram os filhos do trabalho. Face ao dilema angustiante da sobrevivência, aderem a essa ‘tese’ por entenderem que, sem o trabalho das crianças, muitas famílias não sobreviveriam. São, então, vítimas da condenação da sociedade, que os acusa de explorarem o trabalho dos próprios filhos, quando na realidade, são eles – pai e/ou mãe – as vítimas de um brutal sistema de exploração que os leva à utilização do esforço muscular dos filhos. (WHITAKER, 2007, fl. 124).

³¹ DEL PRIORE, M. A criança negra no Brasil. In: JACÓ-VILELA, AM. And SATO, L, orgs. *Diálogos em Psicologia Social (on line)*. Rio de Janeiro: Centro Edelnstein de Pesquisas Sociais, 2012. ISBN: 978-85-7982-060-1. p. 238. <http://books.cielo.org>

Nesse sentido, é marcante a fala atual de uma mãe, que perdeu o filho adolescente em acidente de trabalho em uma construção na cidade de São Leopoldo/RS, em tempos muito recentes, no ano 2014. Transcreve-se excerto da matéria publicada no jornal *O Globo*, de 18.05.2014³², p. 35:

Em 5 de março último, M. F. R. S., de 14 anos, estava no seu primeiro dia de trabalho em uma construção na cidade de São Leopoldo (RS). Ao manusear uma betoneira de misturar concreto, sem usar equipamento de proteção, sofreu um choque mortal.

— Era só um fiozinho desencapado, mas o choque estourou o coração dele.

O meu orgulho é saber que morreu trabalhando e não na mão de algum policial ou traficante. Assim como Deus sabe a hora de pôr no mundo, sabe também a hora de recolher — chora a mãe R. R., que ainda deve R\$ 1.300 pelo enterro do menino. (Grifo nosso)

Para Whitaker (2007, p. 125), é preciso destruir este componente ideológico que confunde o trabalho com educação ou como valor de honestidade, de forma indiscriminada. Como se pode ver, na fala reproduzida da mãe que perdeu o filho, essa ideologia persiste no inconsciente coletivo até os dias atuais, ainda que sob outros contextos.

1.4 Movimento operário e legislação trabalhista

1.4.1 Contexto histórico-social

A luta por melhores condições de trabalho nas fábricas e pela abolição do trabalho infantil no século XX foi determinante para a construção de uma legislação que estabelecesse uma idade mínima para o trabalho.

Moura (2013, p. 281) afirma que não foram poucas as vozes que se ergueram contra o trabalho infantil, à medida em que este comprometia, em vários níveis, a saúde de crianças e de adolescentes, sendo comuns as referências à aparência raquítica, esquelética, pálida, dos pequenos trabalhadores. Cita a greve ocorrida na Vidraria Santa Marina, no ano 1909, exigindo aumento de salários para os menores, bem como a greve dos operários de uma fábrica de tecidos na Lapa, em 1917, que exigia a dispensa de uma mestra que espancava meninas.

³² http://canoas.rs.gov.br/downloads/Max_Sao%20Leopoldo.PDF. Acesso em 16/03/2017.

No ano de 1917, o Centro Libertário de São Paulo, de tendência anarquista, criou o Comitê Popular de Agitação contra a Exploração dos Menores nas Fábricas. Tal movimento deu curso a uma série de manifestações contra a inserção de crianças e adolescentes no trabalho industrial, apontando para o descumprimento de dispositivos legais sobre a matéria. (MOURA, 2013, p. 282).

Em São Paulo, como visto, a industrialização se utilizou largamente da mão de obra infantil e esta questão se tornou prioritária na pauta do movimento operário. Segundo Moura (2013, p. 260), nos pequenos trabalhadores, as lideranças sabiam identificar a causa preciosa, capaz de revelar a condição da classe operária no que essa tinha de mais miserável. Lopreato (2000, p. 84), sobre o movimento anarquista e a organização dos trabalhadores discorre:

Em reunião realizada no salão Germinal, em 4 de março de 1917, os anarquistas decidiram deflagrar uma campanha em prol das crianças consideradas 'vítimas do capitalismo explorador e tirano, a fim de que não continuem submetidas a esse monstruoso regime de torturas'. (...) Anarquistas e simpatizantes do ideal libertário deliberaram tratar a questão publicamente através de comícios e conferências 'a fim de esclarecer os pais dos menores, difundir os motivos morais e desfazer interpretações e conclusões erradas'. Também decidiram publicar um manifesto expondo os objetivos e as razões do movimento; realizar uma investigação documentada sobre as condições de trabalho das crianças nas fábricas; e para melhor organizar a campanha, resolveram constituir o Comitê Popular de Agitação contra a Exploração dos Menores Operários.

A campanha encetada pelo Centro Libertário de São Paulo e pelo jornal Guerra Sociale ganhou a simpatia dos que se preocupavam com a questão do menor. A imprensa paulistana apoiou a iniciativa anarquista de por fim a exploração do trabalho infantil e abriu espaço em suas páginas para divulgar a campanha. (...) A campanha foi dirigida aos pais e apelou para os sentimentos de dignidade humana. Já, no seu lançamento, os anarquistas apontaram os dois inimigos da criança proletária: o patrão encarnação viva da avidez capitalista, e os pais, que por ignorância ou irresponsabilidade, consentiam na exploração dos seus filhos e suas mulheres. (...) A campanha objetivou sensibilizar os pais e mostrar a eles que, ao invés de lançar os filhos e mulheres no mercado de trabalho, contribuindo eles próprios para rebaixar o valor da força de trabalho, deveriam exigir salário digno, reclamar menos horas de trabalho, e reivindicar a redução nos preços dos gêneros de primeira necessidade e nos aluguéis das casas, a fim de poder alimentar, dar instrução e lazer para a família.

O fim último da campanha anarquista contra a exploração do trabalho do menor era agitar a massa trabalhadora, despertando-a da apatia em que se encontrava. Estava em jogo um trabalho de preparação moral junto ao operariado com vistas a estimulá-lo a agir por conta própria, e, através da ação coletiva colocar em xeque os alicerces do regime capitalista de produção. Para dar vigor e impulso a campanha

os anarquistas decidiram realizar comícios públicos e elegeram os bairros populares como o lugar, por excelência, da atuação do Comitê Popular de Agitação contra a Exploração dos Menores Operários.

Lopreato (2000), em trabalho historiográfico sobre a Greve Geral de 1917³³, aprofunda a análise das condições do trabalho de crianças em São Paulo e a organização dos movimentos operários, sobretudo o movimento anarquista no combate ao trabalho infantil. Destacamos os principais pontos, de forma a ressaltar a importância dessa questão, talvez a mais grave violação de direitos humanos no sistema laboral, à época – e por que não dizer ainda hoje –, e seus desdobramentos na construção da legislação trabalhista.

Segundo relata, foram realizados comícios, em diversos bairros da cidade de São Paulo, tendo sido o primeiro na Lapa no dia 14 de março de 1917³⁴. Durante os atos, era divulgado o manifesto-programa do Comitê, com objetivos e método de ação, notadamente a pressão popular por meio da imprensa, comícios, conferências e boletins sobre ‘os culpados dessa inominável exploração dos filhos do proletariado, assim como sobre todos aqueles que, tendo a possibilidade de a evitar, consentem-na por criminoso cumplicidade ou vergonhoso desleixo’.

Referido documento trazia uma crítica ao discurso de defesa do emprego de crianças sob a justificativa de profissionalização e retribuição financeira como ajuda à família, sustentando que a inserção precoce da criança no mercado de trabalho acarretava um processo de degeneração física e moral e somente os patrões tinham aumento de ganhos decorrentes de menor salário pago ao menor, pois, com o aperfeiçoamento do maquinário, as crianças podiam produzir tanto quanto os adultos.

Foram constituídas as ligas operárias nos bairros populares onde os trabalhadores trabalhavam e residiam. Durante o mês de maio de 1917, foram chamadas reuniões nos cinemas dos bairros operários para discutir documento base

³³ Lopreato, Christina Roquette. *O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000. (p. 77-96). A narrativa apresentada foi elaborada com base no Capítulo II da obra indicada.

³⁴ O primeiro comício foi realizado em 14 de Março, na Praça da Estação, no bairro da Lapa. Apesar da chuva, um número expressivo de pessoas compareceu para ouvir os integrantes do *Comitê de Agitação* explicarem e justificarem os fins que inspiraram a campanha. Outros cinco comícios foram realizados no mês de março no Brás (16/3), Cambuci (21/3), Bom Retiro (23/3), Ipiranga (26/3) e Belenzinho (30/3). Os oradores eleitos pelo Comitê, os militantes anarquistas Silvio Antonelli, Francesco Cianci, José Fernandes, Antônio Nalepinski, Florentino de Carvalho e Edgard Leuenroth, se revezaram na tarefa de explicar os objetivos da campanha e granjear a simpatia da população que afluiu aos comícios. (p. 89)

para um acordo com os patrões. A primeira liga operária foi constituída na Mooca, onde funcionavam importantes indústrias têxteis; depois, a liga do Belenzinho. No período de junho a agosto de 1917, foram criadas as ligas operárias nos bairros da Lapa e Água Branca, Brás, Cambuci, Bom Retiro, Vila Mariana e Ipiranga.

A Liga Operária da Mooca, no ano 1917, denunciou o emprego de 200 crianças que, além de serem prejudicadas em sua instrução e em sua saúde, indiretamente ocupavam o lugar dos trabalhadores adultos. Não atendidos em suas reivindicações, entraram em greve. Os tecelões do Lanifício Ítalo Paulista, no Belenzinho, também aderiram à greve, reivindicando reajuste e melhores condições de trabalho. A imprensa apoiou a luta dos trabalhadores têxteis.

Em manifesto assinado pelo Comitê de Tecelões da União Geral dos Trabalhadores foram retratadas as condições perversas de trabalho. Afirmavam que “em idênticas condições se encontram atualmente, na famosa capital do mais adiantado estado desta tão decantada democracia, os milhares de homens, mulheres e crianças que labutam do romper ao pôr do sol nesses ergástulos industriais, que são as fábricas de tecido.” O Comitê dos Tecelões denunciou os constantes espancamentos a que estavam sujeitas crianças e finalizou o documento conclamando todos os trabalhadores a se juntarem a sua luta porque era a dignidade do trabalho que estava em jogo e, portanto, a luta deveria ser de todos.

Apesar das reivindicações do movimento operário, que culminou com uma greve geral de grandes dimensões em 09/07/1917, somente uma década depois, com o Código de Menores, é que houve a limitação da idade para o trabalho na legislação nacional. Registre-se que o movimento anarquista não concordava com soluções pontuais relativas à jornada e idade mínima para o trabalho do menor por não suprimir a exploração. Eles acreditavam que a exploração do trabalho do menor era apenas uma das facetas da questão social e resultava de problemas econômicos, políticos e éticos. Eliminar o problema, portanto, colocava em jogo a transformação da sociedade. (LOPREATO, 2000, p. 84)

Destaca-se, após a promulgação da República, normativa objetivando limitar a idade mínima para o trabalho, contudo, ainda admitindo o trabalho infantil. O Decreto 1313, de 17 de janeiro de 1891, estabeleceu na Capital Federal o limite de 12 anos para trabalho em fábricas, admitindo a contratação de aprendizes, a partir de 8 anos; proibiu o trabalho de menores de 18 anos na limpeza de máquinas em movimento, junto a rodas, volantes, engrenagens e correias em ação, bem como em depósitos de

carvão, fábricas de pólvora, ácidos, algodão e nitroglicerina e ainda, outras atividades de risco. Tais diretrizes – bastante permissivas –, contudo, não foram colocadas em prática.

A Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891 não tratou de questões relacionadas ao trabalho, tampouco relativamente à proteção das crianças e adolescentes. O Decreto 1801, de 11 de agosto de 1917, do Rio de Janeiro, por sua vez, instituiu algumas medidas de tutela às crianças e adolescentes trabalhadoras. Em âmbito nacional, o Decreto nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923, expedido pelo Ministério da Justiça, aprovou o Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública. Nele estabelecia a proibição do trabalho de menores de 12 anos nas fábricas³⁵. Fixava a duração da jornada diária de trabalho dos indivíduos com idade inferior a 18 anos no limite máximo de seis horas, a cada vinte e quatro horas. Segundo Lima (2008), a normativa não passou de letra morta³⁶.

O Código de Mello Mattos, promulgado através do Decreto nº 17.943-A, em 12/10/1927, foi a primeira norma que estabeleceu a idade mínima de 12 anos para o trabalho em todo o território nacional, com capítulo abrangente sobre o trabalho do menor. Rodello *apud* Lima (2008)³⁷, contudo, destaca que um habeas corpus suspendeu a entrada em vigor do Código por dois anos, sob alegação de que atentava contra o direito dos genitores de decidir o que era melhor para os filhos.³⁸

³⁵ CAPITULO VII

TRABALHO DE MENORES

Art. 351. As fabricas não admittirão como operario nenhum menor de 12 annos.

Art. 352. Para os effeitos da lei sanitaria consideram-se - menores - os operarios de 12 a 18 annos.

Art. 353. E' prohibida a admissão de menores nas fabricas de tabacos.

Art. 354. Os menores não trabalharão mais de seis, em vinte e quatro horas, e serão sempre excluidos dos chamados serões.

³⁶ LIMA, Débora Arruda Queiroz. Evolução da legislação que protege a criança do trabalho infantil. <http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=1329>. Acesso em 16.03.2017.

³⁷ <http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=1329>

³⁸ CAPITULO IX. DO TRABALHO DOS MENORES: Art. 101. é prohibido em todo o territorio da Republica o trabalho nos menores de 12 annos.

Art. 102. Igualmente não se póde occupar a maiores dessa idade que contem menos de 14 annos. e que não tenham completando sua instrucção primaria. Todavia. a autoridade competente poderá autorizar o trabalho destes, quando o considere indispensavel para a subsistencia dos mesmos ou de seus paes ou irmãos, comtanto que recebam a instrucção escolar, que lhes seja possivel.

Art. 103. Os menores não podem ser admittidos nas usinas, manufacturas, estaleiros, minas ou qualquer trabalho subterraneo, pedreiras, officinas e suas dependencias. de qualquer natureza que sejam, publicas ou privadas, ainda quando esses estabelecimentos tenham caracter profissional ou de beneficencia, antes da idade de 11 annos.

§ 1º Essa disposição applica-se no aprendizado de menores em qualquer desses estabelecimentos.

§ 2º Exceptuam-se os estabelecimentos em que são empregados sómente os membros da familia sob a autoridade do pae, da mãe ou do tutor.

A principal característica do Código era o caráter higienista e repressivo em relação às crianças nas ruas, possibilitando a apreensão destas pelo Estado e “depósito” em entidades voltadas à correção e regeneração de caráter. Objetivava uma “limpeza social”³⁹, como se depreende do disposto no seu artigo 1º, que estabelecia “O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submettido pela autoridade competente às medidas de assistência e protecção contidas neste Codigo.” Como medida de ‘assistência’, o artigo 55 previa a apreensão e o ‘depósito’ de ‘menores’:

A autoridade, a quem incumbir a assistencia e pprotecção aos menores, ordenará a apprehensão daquelles de que houver noticia, ou lhe forem presentes, como abandonados os depositará em lugar conveniente, o providenciará sobre sua guarda, educação e vigilancia, podendo, conforme, a idade, instrucção, profissão, saude, abandono ou perversão do menor e a situação social, moral e economica dos paes ou tutor, ou pessoa encarregada de sua guarda, adoptar uma das seguintes decisões. (...)

O internamento dos menores como medida de assistência era previsto às crianças e adolescentes destituídos de status social. Também era prevista a entrega destes a uma instituição de caridade em caso de vadiagem ou mendicância. Interessante destacar, ainda, a criminalização dos jovens “vadios, mendigos ou capoeiras”, entre 18 e 21 anos, portanto, negros libertos, conforme estabeleceu o artigo 78 do Código de 1927: “Os vadios, mendigos, capoeiras, que tiverem mais de 18

§ 3º Todavia, os menores providos de certificados de estudos primarios, pelo menos do curso elementar, podem ser, empregados a partir da idade de 12 annos.

Art. 104. Sao prohibidos aos menores de 18 annos os trabalhos perigosos á saude, á vida, á moralidade, excessivamente,. fatigantes ou que excedam suas forças.

³⁹ No Brasil dessa época, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, a incipiente industrialização, a nova feição das cidades, o aumento do comércio internacional, as correntes imigratórias e, principalmente, a presença de contingentes populacionais “livres” concentrados no espaço urbano deram nova complexidade à estrutura social do país. Aos dirigentes republicanos interessavam o desenvolvimento de um projeto de controle higiênico dos portos, a proteção da sanidade da força de trabalho e o encaminhamento de uma política demográfico-sanitária que contemplasse a questão racial. Abriu-se campo para a proliferação de tecnologias e para o trabalho de especialistas que investigavam sobre a saúde dos imigrantes, a situação sanitária dos portos, o dia-a-dia das cidades, a higiene infantil, os hábitos e costumes populares, a eugenia ou “ideal de branqueamento” do povo brasileiro, o trabalho fabril, o mundo do crime, etc. O discurso médico-higiênico acompanhou o início do processo de transformação política e econômica da sociedade brasileira em uma economia urbano-comercial e expressou o pensamento de uma parte da elite dominante que queria modernizar o país.

MANSANERA, Adriano Rodrigues. SILVA, Lucia Cecilia da. A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da Psicologia Social no Brasil, 2000. <http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n1/v5n1a08.pdf>. Acesso em 23.06.2017.

anos e menos de 21, serão recolhidos á Colonia Correccional, pelo prazo de um a cinco annos.”

Em 1930, é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, que passa a tratar, a partir de 1940, da obrigatoriedade do ensino fundamental. Instaura um período de ruptura com o anterior, porém, com uma política assistencialista, mantendo na essência, em relação à infância, o caráter higienista da legislação. Em 1938, foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social, ao qual caberia instituir serviços públicos de atendimento à população em condições de pobreza e miserabilidade, para atuar nas esferas de âmbito nacional, estadual e municipal. Registre-se a promulgação do Código Penal Brasileiro, em 1940, no qual a idade para a imputabilidade penal se define aos 18 anos. O período é marcado também por ações sociais ligadas à Igreja Católica, com a intenção de desenvolver a caridade e a obra missionária, através do Serviço Social.

Em 1942, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor – SAM, órgão subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios do Interior e ao Juizado de Menores, por meio do Decreto n. 3.799, que atribuía ao Estado poder para atuar junto aos “menores”, reiteradamente qualificados como “desvalidos” e “delinquentes”. O SAM se estruturou sob a forma de reformatórios e casas de correção para adolescentes infratores e de patronatos agrícolas e escolas de aprendizagem de ofícios urbanos para menores carentes e abandonados. É reconhecido por alguns autores como primeira política pública para a infância e adolescência no Brasil. Surgem casas de atendimento assistencial, sem atacar as reais causas da desigualdade social. Registre-se que a pobreza era causa para a internação, portanto, as famílias poderiam abandonar os filhos nas unidades de internação, com autorização de um Juiz de Menores.

É importante destacar, em âmbito internacional, a criação da ONU e do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), em 1945 e 1946, respectivamente, dando visibilidade às atrocidades praticadas contra crianças e adolescentes durante a II Guerra, buscando, assim, a cooperação internacional dos países na construção de uma legislação protetiva da infância: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no ano de 1948; em 1950, a instalação do UNICEF no Brasil, em João Pessoa, desenvolvendo programas de proteção à saúde da criança na região Nordeste e, em 1959, a aprovação da Declaração Universal dos Direitos da Criança,

que ampliou a visibilidade e preocupação com os direitos humanos das crianças e adolescentes.

No cenário nacional, em 1964, com a tomada do poder pelos militares, a política de assistência do menor – que sofria críticas - é substituída pela política de segurança nacional, a partir da criação da FUNABEM, em 1º de dezembro de 1964, pela Lei nº 4513, vinculada ao Ministério da Justiça, reforçando seu caráter policial frente à problemática que deveria atender. Em substituição ao ineficiente sistema do SAM, deveria se pautar nas diretrizes da Declaração da ONU dos Direitos da Criança, todavia o sistema foi inspirado na Doutrina da Segurança Nacional, que militarizou a disciplina nos internatos, agravando, portanto, a condição das crianças e adolescentes internadas, submetidas então a crueldades e repressão nas Fundações de Bem-Estar do Menor.

Na questão laboral, o governo militar legitimou a inserção precoce no sistema produtivo, reduzindo a idade mínima para 12 anos, a partir da Constituição Federal de 1967, reforçando, assim, a ideologia do trabalho para as classes desfavorecidas, em detrimento de uma cultura de educação e direitos. De outra parte, no tocante aos meninos na rua, inclusive em situação de trabalho, intensificam-se as violações de direitos e ações repressivas, com a instituição das FEBEM nos Estados, palco de inúmeras atrocidades praticadas contra crianças e adolescentes, denunciadas nacional e internacionalmente por movimentos em defesa dos direitos humanos.

Na década de 70, iniciativas começaram a ser tomadas em defesa dos direitos humanos das crianças e adolescentes, especialmente por parte de setores progressistas da Igreja Católica, destacando-se a fundação da Pastoral do Menor, em São Paulo, no ano 1977, tendo como missão a “promoção e defesa da vida da criança e do adolescente empobrecido e em situação de risco, desrespeitados em seus direitos fundamentais”. Seu lema era *"Quem acolhe o menor a mim me acolhe"*. Surgem novos movimentos populares na defesa dos direitos das crianças, num cenário de aumento da violência, analfabetismo, exploração sexual e outras violações de direitos de crianças e adolescentes.

Em 1979, o Decreto nº 6.697 aprovou o novo Código de Menores, revogando o código anterior. Não obstante, manteve a mesma concepção do anterior em relação às políticas de controle e assistencialismo às crianças pobres e abandonadas, agora denominadas menores em situação irregular e repressão aos então menores considerados delinquentes. Inaugurou a Doutrina do Menor em Situação Irregular. Era

considerado como tal aquela criança ou adolescente que não possuía o essencial para sua subsistência, dada a falta de condições econômicas do responsável. O princípio de destituição do poder familiar baseado no estado de abandono, através da sentença de abandono, possibilitou ao Estado recolher crianças e jovens em situação irregular e condená-los ao internato até a maioridade.

Se o Código Mello Mattos se pautava substancialmente pela internação e exploração no trabalho em colônias agrícolas e indústrias, o Código de Menores partiu para um verdadeiro encarceramento das crianças e adolescentes, pouco se distanciando as unidades da FEBEM de unidades prisionais, com o diferencial de ‘especialização’ em adolescentes.

Os movimentos críticos das políticas para a infância, então apoiados também nas iniciativas internacionais da ONU e UNICEF, chegam à década de 80 apontando para o esgotamento da legislação imposta pelo Código de Menores e pela Política Nacional do Bem-estar do Menor.

Em 1986, organizações não governamentais de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, inspiradas no projeto da Convenção dos Direitos da Criança da ONU, iniciam movimento em direção à introdução do conteúdo do princípio da proteção integral da criança e do adolescente, já reconhecido na Convenção da ONU, no artigo 227 da Constituição Federal de 1988.

Nesta época, os meninos e meninas de rua se consolidam como símbolo da questão da infância e adolescência no Brasil, tanto pela sua dimensão quantitativa, quanto em razão de sua organização coletiva, por meio do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, e consequente intervenção no panorama político nacional, com apoios internacionais, que viria a repercutir na promulgação da Constituição Federal de 1988, e, posteriormente, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Interessante notar que a invisibilidade do trabalho nas ruas – enquanto inserida no contexto da situação de rua –, termina por afastar essa questão da pauta do movimento sindical, deixando de integrar a luta da classe trabalhadora, voltando-se a questão da infância para o “menor”, para a “rua” e para a “criminalidade”, como se estivesse a questão da infância dissociada da luta por trabalho decente, por redução das desigualdades sociais, e também por igualdade de gênero e raça no trabalho.

É importante destacar que, à época, a questão da infância, de forma geral, foi abarcada pelo Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua,

independentemente das tipologias de situação de rua ou violação de direitos. Assim, a luta do movimento nacional era pela afirmação dos direitos humanos da criança e do adolescente, que foram, posteriormente, inscritos na Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, Markinhos Souza⁴⁰, coordenador do Movimento, afirma em relação à discussão atual sobre as crianças em situação de rua, que:

A sociedade civil e o Estado têm uma dívida com essas crianças. Nos anos 80, eles deixaram a sua pauta específica, para ter uma pauta pela criança brasileira. E depois de vinte e seis anos está se discutindo a criança brasileira, mas não se discute o menino e a menina de rua.

1.4.2 Legislação trabalhista

Em relação à legislação trabalhista, no ano de 1932, o Decreto nº 22.042, fixou em 14 anos a idade mínima para o trabalho nas fábricas. O Decreto também criou a obrigatoriedade de o empregador apresentar uma relação de empregados adolescentes. Contudo, admitiu o trabalho em idade inferior a estabelecida, desde que provada a necessidade para subsistência da família.

A Constituição de 1934, iniciou uma fase de constitucionalismo dos direitos trabalhistas. Instituiu o salário mínimo, a jornada de trabalho de oito horas, o repouso semanal, as férias anuais remuneradas e a indenização por dispensa sem justa causa. Sindicatos e associações profissionais passaram a ser reconhecidos, com o direito de funcionar autonomamente. Proibiu em seu artigo 121, § 1o., “d”, o exercício de atividade laborativa aos menores de 14 anos. A Constituição de 1937 manteve a proibição.

Em 1943, sistematizando a legislação trabalhista que existia, entrou em vigor a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dispondo que a idade mínima para o trabalho era 14 anos. Repetiu a regra da possibilidade de trabalho em idade inferior, quando necessária à subsistência, exigindo, nesse caso, autorização judicial. Estabeleceu a possibilidade de autorização para o trabalho nas ruas, pelos Juízes de menores, se necessário à sobrevivência familiar, o que revela, mais uma vez a

⁴⁰ Entrevista realizada no dia 23.06.2017, pela autora, no MNMMR, em São Bernardo do Campo. Marquinhos é o nome social de Marco Antônio da Silva, coordenador do MNMMR e foi uma das crianças de rua que ingressou no movimento na década de 80.

legitimação da exploração do trabalho de crianças e adolescentes pobres e negros, pelo próprio Estado. Transcreve-se:

Art. 405. (...)

§ 2º. O trabalho exercido nas ruas, praças e outros logradouros dependerá de prévia autorização do Juiz de Menores, ao qual cabe verificar se a ocupação é indispensável à sua própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e se dessa ocupação não poderá advir prejuízo à sua formação moral.

§ 3º. Considera-se prejudicial à moralidade do menor o trabalho: a) prestado de qualquer modo, em teatros de revista, cinemas, boates, cassinos, cabarés, dancings e estabelecimentos análogos;

b) em empresas circenses, em funções de acróbata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes;

c) de produção, composição, entrega ou venda de escritos, impressos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos que possam, a juízo da autoridade competente, prejudicar sua formação moral;

d) consistente na venda, a varejo, de bebidas alcoólicas.

§ 4º. Nas localidades em que existirem, oficialmente reconhecidas, instituições destinadas ao amparo dos menores jornalheiros, só aos que se encontrem sob o patrocínio dessas entidades será outorgada a autorização do trabalho a que alude o § 2º. (...)

Art. 406. O Juiz de Menores poderá autorizar ao menor o trabalho a que se referem as letras a e b do § 3º do artigo 405:

I - desde que a representação tenha fim educativo ou a peça de que participe não possa ser prejudicial à sua formação moral;

II - desde que se certifique ser a ocupação do menor indispensável à própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e não advir nenhum prejuízo à sua formação moral.

A CLT, assim, reconheceu o trabalho nas ruas e, de outro lado, o retirou da proteção assegurada pela proibição de trabalho antes da idade mínima, trazendo a necessidade econômica como fundamento para a autorização judicial de trabalho. Da mesma forma, em relação a atividades circenses considerou tais atividades prejudiciais à moralidade, portanto, proibidas para menores de 18 anos, e, de outro lado, abriu exceção para a realização de tais práticas, por crianças e adolescentes, em caso de subsistência própria, de pais, irmãos ou avós. Daí se verificar que a legislação trabalhista legitimou o trabalho nas ruas, ao tempo em que a legislação menorista, de certa forma, penalizou referidas condutas, ao estabelecer o regime de internação para 'menores' em situação de abandono, vadiagem ou delinquência. O trabalho precário fica absorvido pelas outras práticas, e, por isso mesmo não considerado como tal. Atente-se quanto ao trabalho dos malabares, que será objeto de análise em capítulo próprio, a legislação celetista, já no seu nascedouro, considera

como trabalho prejudicial à moralidade (seja na perspectiva das ruas ou de atividade circense).

A Carta Política de 1967, como as demais medidas instauradas no período de ditadura militar no Brasil, representou retrocesso legislativo em relação à proteção das crianças e adolescentes, reduzindo a idade mínima para o trabalho a 12 anos. A Emenda Constitucional 1, de 1969, manteve os mesmos dispositivos da Constituição de 1967, sem alterações.

Embora previstos limites na legislação para o trabalho de crianças e adolescentes, da análise dos textos legais, resta evidente que a ideologia do trabalho persistiu legitimada na produção legislativa, ao admitir a possibilidade de trabalho para crianças pobres, inclusive mediante autorização judicial, transferindo para estas a responsabilidade pelo sustento da família, legitimando a omissão do Estado na execução de políticas públicas de educação, geração de renda, trabalho e cidadania.

1.5 A Constituição Federal de 1988 e a proteção integral da criança e do adolescente

O trabalho infantil, no Brasil, no período anterior à Constituição Federal de 1988, segundo dados da OIT (2004), alcançava o patamar de 6,9 milhões de crianças e adolescentes, atingindo no ano de 1992 o seu mais alto nível histórico, abrangendo o contingente alarmante de 9,6 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho⁴¹.

No país, os movimentos sociais pela anistia e redemocratização, bem como as denúncias às condições perversas de tratamento dos adolescentes na FEBEM, intensificaram a luta dos movimentos sociais pela infância, especialmente por meio do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, Pastoral do Menor, juntamente com o movimento internacional promovido pela ONU e UNICEF, culminando com a construção de um novo paradigma de legislação voltada à proteção da infância em contraposição à legislação do menor.

Segundo Rizzini (2004, p. 47), ao partir dos movimentos de abertura política que se processavam no país, solidificava-se um sentido de urgência por mudanças e

⁴¹ Di Giovanni, Geraldo. Aspectos qualitativos do trabalho infantil. Brasília: OIT, 2004. http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/ipecc/pub/aspectos_qualitativos_trabalho_infantil_no_brasil_322.pdf. Acesso em 16.03.2017. p. 23

a compreensão de que o foco deveria recair sobre as causas estruturais ligadas às raízes históricas do processo de desenvolvimento político-econômico do país, tais como a má distribuição de renda e a desigualdade social. A falta de alternativas à internação limitava as perspectivas de desenvolvimento da criança e o processo de redemocratização possibilitou que setores organizados da sociedade e os próprios internos questionassem esta modalidade de ‘assistência’, a qual permanecera no silêncio durante os 20 anos de ditadura militar. As reações vêm de dentro dos internatos, da sociedade civil e também da esfera governamental.

Nesse sentido, vale citar o livro, publicado no ano 1983, “Queda para o Alto”, de autoria de Anderson Herzer, uma menina, com identidade de menino, que relata o período em que viveu, dos 14 aos 17 anos, em diferentes unidades da FEBEM, em São Paulo, com graves denúncias⁴². Segundo biografia, pela própria autora⁴³, assim se descreve:

Anderson Herzer, jovem poeta, escreve desde os doze anos de idade, e brevemente verá o seu ideal realizado, através do seu primeiro livro. O livro contém denúncias sobre a febem, onde esteve. O principal tema do livro é tentar diminuir as violências, corrupções e a morte de menores, que necessitam apenas de amor, compreensão e não serem massacrados pela sociedade.

Nesse cenário de denúncias contra o sistema de ‘atendimento’ dos menores, abertura política e fortalecimento dos movimentos sociais, surge, na década de 80, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR) pelos direitos da criança e do adolescente no Brasil. O movimento recebe apoio do UNICEF e o tema da infância passa a ter visibilidade social, num contexto de crítica e denúncia das práticas violadoras de direitos e, por outro lado, passam a ser discutidas práticas de atendimento pedagógicas voltadas para o trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua, baseadas, principalmente, nos ensinamentos de Paulo Freire.

O I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua⁴⁴, em 1986, é um marco na história da infância. Os meninos e meninas denunciavam a sistemática violação de seus direitos como pessoas humanas na família, nas ruas, pela polícia, pelo judiciário e pelas instituições de bem-estar do menor. E também denunciavam a violência

⁴² Herzer morreu antes da publicação do livro. HERZER, Anderson. A queda para o alto. São Paulo: Editora Vozes, 1985.

⁴³ https://www.google.com.br/search?q=HERZER+QUEDA+PARA+O+ALTO&ie=utf-8&oe=utf-8&client=firefox-b&gws_rd=cr&ei=uehaWaLFMoeEwQSfnZyACA#

⁴⁴ http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931988000100007

praticada pelo Estado em razão da falta de moradia, salário digno para os pais, trabalho, escolas, programas de capacitação para o trabalho, cultura, esporte, lazer (MENDONÇA, 2010, p. 132).

Figura 1. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, 1986

Fonte: Oficina de Imagens, 2005.⁴⁵

Convocada a Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, o movimento em defesa da infância conseguiu movimentar amplos setores da sociedade, organismos internacionais e setores governamentais, com vistas a inserir na Constituição Federal os direitos fundamentais das crianças e adolescentes e a proteção integral, também pautada nas discussões que viriam a ensejar a aprovação da Convenção dos Direitos da Criança, pela ONU, no ano 1989.

Costa, citado por Mendonça (2010, p. 132), afirma que os principais atores políticos na defesa dos direitos das crianças foram a Frente Nacional de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, a Pastoral do Menor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o MNMMR e a Comissão Nacional Criança e Constituinte. Realizaram encontros, seminários e debates, conseguiram espaço nos meios de

⁴⁵ <http://oficinadeimagens.org.br/mobilizar-para-garantir-25-anos-do-eca/>. Acesso em 20.05.2017.

comunicação, além da assinatura de um milhão e quatrocentas mil crianças e adolescentes reivindicando aos parlamentares a inserção dos direitos das crianças e adolescentes na Constituição de 1988. Além disso, mais de duzentas mil assinaturas de eleitores apresentando duas emendas de iniciativas popular, “Criança e Constituinte” e “Criança-Prioridade Nacional”, foram unificadas para, ao final, originar o artigo 227 da Constituição Federal, com o apoio de 435 parlamentares a favor e 8 contrários.

Mendonça (2010, p. 133) chama a atenção para a capacidade de organização do movimento que, conhecendo o projeto da Convenção, esforça-se por incorporar seus principais elementos na Constituição de 1988, mesmo ainda não tendo sido aprovada no âmbito da ONU referida Convenção sobre os Direitos da Criança.

Com a promulgação da Constituição Federal, em 05 de outubro de 1988, o artigo 227, em vigência, traz o princípio da proteção integral e prioridade absoluta da criança e do adolescente, rompendo com a legislação menorista, fundado nos postulados da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e das discussões preparatórias à Convenção da ONU dos Direitos da Criança.

O novo paradigma legislativo reconhece todas as crianças e adolescente como sujeitos de direitos, atribuindo ao Estado, à família e à sociedade responsabilidade em assegurar a realização desses direitos, além da obrigação em proteger as crianças e adolescentes de qualquer forma de opressão, exploração, violência. Os direitos da criança e do adolescente são historicamente alçados a âmbito constitucional:

é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, ou seja, sua imaturidade física e psicológica justifica a absoluta prioridade inscrita no princípio da proteção integral, bem como a reunião de esforços mútuos da sociedade, família e Estado para assegurar a realização dos direitos fundamentais inscritos na Constituição Federal e na legislação internacional que reconhece tais direitos como humanos, universais, inalienáveis, imprescritíveis.

Registre-se que as normativas internacionais, especificamente Convenção dos Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 20/11/1989 - mas em discussão no período da Assembleia Constituinte -, e a Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre idade mínima para o trabalho, aprovada no ano 1973 (embora ratificada pelo Estado brasileiro somente em 2001), já albergavam princípios inspiradores da nova legislação voltada à proteção integral da criança e do adolescente.

Tal princípio normativo, em total contraposição à doutrina do menor em situação irregular, então vigente no sistema jurídico brasileiro, foi introduzido na Constituição Federal de 1988, traçando um novo paradigma legislativo calcado na proteção da infância, na compreensão da criança como sujeito de direitos, a quem devem ser assegurados os direitos fundamentais previstos na carta política, assim como participação ativa na sociedade, com o exercício pleno de sua cidadania.

A partir da promulgação da nova Carta Política, são lançadas as bases para o debate e a mobilização que levaram à aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), regulamentando o 227 da Constituição. Nesse contexto, foi importante a ação articulada do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, representantes do sistema de Justiça, setores governamentais representados no Fórum Nacional de Dirigentes de Políticas Estaduais para a Criança e o Adolescente, Ordem dos Advogados do Brasil, Sociedade Brasileira de Pediatria e Associação dos Fabricantes de Brinquedos. (MENDONÇA, 2010)

O ECA – Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – constitui marco na legislação nacional e na proteção dos direitos da criança e do adolescente. Incorporando as regras previstas na Constituição Federal acerca da idade mínima para o trabalho, estabelece um Sistema De Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, que deve atuar de forma integrada em três eixos: defesa, promoção, controle e efetivação de direitos⁴⁶. Institui os Conselhos Tutelares, com atribuição de zelar pelos direitos da

⁴⁶ O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal. Compreendem este Sistema, prioritariamente, os seguintes eixos:

Eixo da Defesa dos Direitos Humanos: os órgãos públicos judiciais; ministério público, especialmente as promotorias de justiça, as procuradorias gerais de justiça; defensorias públicas; advocacia geral da união e as procuradorias gerais dos estados; polícias; conselhos tutelares; ouvidorias e entidades de defesa de direitos humanos incumbidas de prestar proteção jurídico-social.

criança e do adolescente e ainda, prevê crimes específicos praticados contra a criança e contra o adolescente, dentre estes o abuso e exploração sexual comercial.

Constitui legislação avançada e importante marco normativo no reconhecimento desses direitos, fundamentais para que socialmente também aconteçam avanços, de forma a se caminhar para a efetiva abolição do trabalho infantil no Brasil, ainda que possa sofrer críticas do ponto de vista da efetivação dos direitos nele reconhecidos.

As crianças, assim, além dos direitos fundamentais assegurados a todas as pessoas, são destinatárias de direitos especiais, dada a sua peculiar condição de pessoas em desenvolvimento, conforme previsto no arcabouço jurídico vigente, notadamente a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e Adolescente, a Declaração Universal de Direitos da Criança, a Convenção dos Direitos da Criança e as Convenções 138 e 182 da OIT.

Importante dizer que, uma vez assegurada pela Constituição Federal à criança e ao adolescente uma idade mínima para o trabalho, reconhece, em decorrência, o direito fundamental ao não trabalho antes da idade mínima (artigo 7º, XXXIII), (MARQUES, 2011)⁴⁷, ao lado dos demais direitos fundamentais – à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária – previstos no artigo 227 e o direito a não sofrer negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Também se aplicam às crianças e aos adolescentes os princípios fundamentais, sobre os quais se assentam o Estado Democrático de Direito, estabelecidos no artigo 1º da Carta Magna, notadamente a cidadania, dignidade da

Eixo da Promoção dos Direitos: A política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes operacionaliza-se através de três tipos de programas, serviços e ações públicas: 1) serviços e programas das políticas públicas, especialmente das políticas sociais, afetos aos fins da política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes; 2) serviços e programas de execução de medidas de proteção de direitos humanos e; 3) serviços e programas de execução de medidas socioeducativas e assemelhadas.

Eixo do Controle e Efetivação dos Direitos: realizado através de instâncias públicas colegiadas próprias, tais como: conselhos dos direitos de crianças e adolescentes; conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas; e os órgãos e os poderes de controle interno e externo definidos na Constituição Federal. Além disso, de forma geral, o controle social é exercido soberanamente pela sociedade civil, através das suas organizações e articulações representativas.

<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/fortalecimento-de-conselhos/garantia-de-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em 16.03.2017.

⁴⁷ MARQUES, Rafael Dias. Trabalho Infantil e Direitos Humanos: um novo e necessário olhar. http://www.mp.ba.gov.br/sites/default/files/biblioteca/crianca-e-adolescente/trabalho-infantil/doutrinas_e_artigos/trabalho_infantil_direitos_humanos_um_novo_necessario_olhar.pdf

pessoa humana e o valor social do trabalho. Daí decorre que a sociedade democrática assentada nestes valores fundamentais, pilares do Estado e da ordem jurídica, não pode permitir nem tolerar a ausência de cidadania e dignidade humana a crianças e a adolescentes, respeitado o valor social do trabalho, não se admitindo, pois, o trabalho antes da idade mínima, em razão dos prejuízos ao desenvolvimento biopsicossocial que lhes causa. E esses direitos fundamentais devem ser assegurados a todos, independentemente de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, IV).

Acresça-se, ainda, que o Estatuto da Criança e do Adolescente, a par dos princípios da proteção integral e prioridade absoluta, também previstos na carta constitucional, afirma outros importantes princípios a serem observados nas políticas, atendimento e na aplicação da legislação⁴⁸. Passamos a descrever brevemente quatro princípios fundamentais que orientam o Direito da Criança e do Adolescente no quadro explicativo a seguir, objetivando explicitar sua incidência no campo do enfrentamento do trabalho infantil:

Quadro Explicativo 1. Princípios Fundamentais

Princípio da Proteção Integral: Inscrito no artigo 227 da Constituição Federal, desempenha papel estruturante na sociedade e no sistema jurídico, refletindo-se na aplicação e interpretação da norma jurídica pelos operadores do direito na proteção ampla, integral e irrestrita da criança e adolescente, combatendo-se todo o tipo de violação de direitos, como é o caso do trabalho infantil, assegurada e garantida por este princípio a realização dos direitos fundamentais a todas as crianças e adolescentes, mais os especiais que lhes são reconhecidos, em razão de sua peculiar condição de desenvolvimento – como o direito ao não trabalho antes da idade mínima – considerados como direitos humanos.

⁴⁸ Os princípios que orientam o Direito da Criança e Adolescente estão divididos em estruturantes, concretizantes e de garantia. Como princípios estruturantes elenca: I- (a) a vinculação à Doutrina da Proteção Integral, (b) a universalização, (c) o caráter jurídico-garantista e (d) o interesse superior da criança. Os princípios concretizantes são classificados em: II - (a) prioridade absoluta, (b) humanização no atendimento, (c) ênfase nas políticas sociais públicas, (d) descentralização político-administrativa, (e) desjurisdicionalização, (f) participação popular, (g) interpretação teleológica e axiológica, (h) despoliciação, (i) proporcionalidade, (j) autonomia financeira e integração operacional dos órgãos do poder público. E, por fim, como princípios de garantia o autor cita: III - (a) a prevalência da família natural, (b) a reserva legal, (c) o devido processo legal, (d) a ampla defesa, (e) a presunção de inocência, (f) o contraditório, (g) a excepcionalidade e (h) a brevidade das medidas privativas de liberdade, (i) a imputabilidade, (j) a inviolabilidade de defesa, (l) a restrição a publicidade, (m) a impugnação ao duplo grau de jurisdição, (n) a brevidade e (o) excepcionalidade da internação. (VERONESE, Josiane Rose Petry. CUSTÓDIO, André Viana. Trabalho Infantil Doméstico no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 122).

Princípio da Prioridade Absoluta: Inscrito também no artigo 227 da CF, complementado pelo artigo 4º do ECA (Lei 8.069/90) impõe à família, a sociedade e ao Estado a responsabilidade em assegurar os direitos fundamentais à criança e adolescente, com prioridade absoluta. O ECA prevê o alcance da garantia constitucional, no parágrafo único do referido artigo, explicitando que compreende: (i) primazia em receber prestação de socorro em qualquer circunstância; (ii) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; (iii) preferência na formulação e execução das políticas sociais públicas; (iv) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e juventude.

Princípio do Melhor Interesse: Consiste na primazia das necessidades infanto-juvenis como critério de interpretação da norma jurídica, em decisões judiciais, ou mesmo nas políticas públicas. O interesse da criança (proteção) está, portanto, acima do interesse econômico da família, por exemplo, na inserção precoce no trabalho. Tal princípio deve ser analisado também sob o ponto de vista da necessidade da escuta das crianças e adolescentes e protagonismo no âmbito de elaboração e execução de políticas sociais a elas destinadas.

Descentralização de Políticas Públicas e Municipalização do Atendimento: Estabelece o artigo 86 do ECA que a política de atendimento da criança e do adolescente deve ser realizada através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. E aponta como diretriz desta política a municipalização do atendimento (artigo 88). A valorização das ações municipais na política, objetiva, assim, contemplar as características específicas de cada região, buscando, em decorrência maior efetividade nas ações implementadas no combate e erradicação do trabalho infantil em cada município. O Município, assim, é o ente político determinante para a efetivação das políticas públicas sociais, com a cooperação também dos Estados e União.

Temos, pois, elencados os pilares jurídicos da proteção legislativa à criança e ao adolescente, a quem assegurados direitos fundamentais gerais e especiais, que devem ser garantidos pelo Estado, pela família e por toda a sociedade. Com relação à idade mínima para o trabalho, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a idade mínima para o trabalho em 14 anos, passando, a partir da Emenda Constitucional 20/1998, para a idade atual, fixada em 16 anos.

A partir da legislação protetiva, o trabalho infantil no Brasil aparece no cenário internacional como problema grave existente na sociedade, atingindo milhares de crianças, de mais tenra idade, em trabalhos forçados e degradantes assumindo o

Estado brasileiro na década de 90 a existência do trabalho infantil. Com o apoio da OIT, iniciam-se ações voltadas ao enfrentamento desta grave violação de direitos, que, no período, atingia mais de 9 milhões de crianças e adolescentes, em diferentes setores de atividade econômica, em todas as regiões do país.

O documento “Aspectos qualitativos do trabalho infantil no Brasil”, produzido pela OIT (2004) assim registra os dados do trabalho infantil nas décadas de 80 e 90:

Em 1980, o seguimento das crianças e dos adolescentes representava 18,8% da população e, em 1990, 29,93%. Somente em 2002, a tendência será invertida, baixando o percentual para 25,5%, ou 42,8 milhões de pessoas. Essa tendência indica uma nova configuração da pirâmide populacional no sentido do aumento proporcional da participação de adultos no número total de habitantes do país. Vemos que o número de crianças e adolescentes trabalhadores revela um movimento parecido, mas provavelmente devido a causas diferentes. Em 1980, 6,9 milhões de pessoas com idade entre 5 e 17 anos trabalhavam no Brasil. Em 1992, esse número cresceu a seu mais alto nível histórico: **9,6 milhões de trabalhadores entre 5 e 17 anos de idade, o que representava 21,85% da população dessa faixa etária.** Em 1995, eram 9,5 milhões e, somente em 1998, esse número começa a diminuir, quando chega a 7,7, milhões. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios confirmam essa tendência à queda da incidência do trabalho infantil no Brasil. Assim, 6,6 milhões trabalhavam, em 1999, e 5,4 milhões, em 2001. Em relação a 1992, ano de maior incidência do fenômeno, quando 21,8% das crianças brasileiras entre 5 e 17 anos trabalhavam, em 2002, esse percentual se reduziu a 12,6%.

Certamente, essa diminuição de números poderia ser parcialmente explicada pelas mudanças da estrutura demográfica que indica, como vimos, um aumento da participação percentual de pessoas com idade maior. Entretanto, não se pode deixar de registrar, como um forte fator interveniente, o desencadeamento de ações e implementação de políticas de erradicação do trabalho infantil por parte do Estado brasileiro, bem como por organizações internacionais e da sociedade civil. (Grifo nosso)

A Organização Internacional do Trabalho instituiu, no ano 1992, o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil – IPEC, dando início a um processo de articulação, mobilização e legitimação das iniciativas nacionais de combate ao trabalho infantil. A OIT/IPEC consolida estratégias de cooperação e potencializa ações em defesas dos direitos das crianças e dos adolescentes, em todo o País.⁴⁹

⁴⁹ No Brasil, o IPEC elaborou, executou, acompanhou e avaliou, conjuntamente com parceiros dos setores público, das organizações de patronais e da sociedade civil mais de 100 programas de ação em todo o território nacional. Foram produzidos inúmeros dados e estudos sobre o trabalho infantil,

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil⁵⁰, criado no ano 1994, com apoio da OIT e UNICEF, como estratégia da sociedade na articulação de sociedade civil, organizações governamentais e não-governamentais que pretende interferir nas políticas e programas de prevenção e erradicação do trabalho infantil no Brasil. É um espaço democrático, não institucionalizado, de discussão de propostas, definição de estratégias e construção de consensos entre governo e sociedade civil sobre a temática do trabalho infantil.

Intensificam-se as fiscalizações de trabalho infantil, em todo o país e, no ano 1995, o Estado brasileiro reconhece também a existência de trabalho escravo, criando, no âmbito do Ministério do Trabalho, os grupos móveis de fiscalização do trabalho escravo e infantil, que realizam diversas operações nos diferentes rincões do país, resultando no resgate de trabalhadores adultos e infantis em condições de trabalho degradante ou análogo ao de escravo.

O Brasil ratifica as Convenções Internacionais sobre Piores Formas de Trabalho Infantil e Idade Mínima para o Trabalho, respectivamente, em setembro de 2000 e fevereiro de 2002. Em consequência, foram promovidas medidas de adequação da legislação nacional aos postulados dessas convenções, formulado o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (2004) e implementados programas nacionais, estaduais e municipais de prevenção e eliminação do trabalho infantil.

O Ministério Público, a partir da Constituição Federal de 1988, consagra-se como instituição autônoma e independente dos Poderes do Estado, com a missão primordial de defesa da democracia e da sociedade. Conforme artigo 127, constitui instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

lançadas campanhas de conscientização, implementados programas de ação direta e promovidas articulações político-institucionais com recursos majoritariamente do Governo Alemão e, atualmente, com o suporte financeiro do Governo Norte Americano, em especial do Departamento do Trabalho. <http://www.oit.org.br/sites/all/ipecc/apresentacao.php>. Acesso em 16.03.2017.

⁵⁰ O FNPETI é uma instância autônoma de controle social, legitimado pelos segmentos que o compõem. São membros do Fórum os 27 Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, representantes do governo federal, dos trabalhadores, dos empregadores, entidades da sociedade civil (ONGs), do sistema de Justiça e organismos internacionais (OIT e UNICEF). O FNPETI coordena a Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, formada pelos Fóruns de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, presentes nas 27 unidades da Federação e 48 entidades membro. <http://www.fnpeti.org.br/quem-somos/o-que-e-o-forum>. Acesso em 16.03.2017.

O Ministério Público do Trabalho, ramo do Ministério Público da União, passa a atuar na defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos no âmbito das relações de trabalho, com atribuição investigatória, por meio dos inquéritos civis públicos e prerrogativa para o ajuizamento das ações civis públicas, objetivando cessar condutas lesivas e buscar a reparação de danos coletivos e individuais. Assim sendo, passa a atuar fortemente no combate ao trabalho infantil e escravo, inclusive por meio dos grupos móveis, instituídos pelo Ministério do Trabalho, como também integra a CONAETI – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, criada através da Portaria nº 365/2002 do MTb e a Comissão de elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Infantil. No ano 2000, cria sua primeira coordenação temática, a COORDINFÂNCIA – Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes, por meio da Portaria n. 299, e passa a desenvolver ações estratégicas no enfrentamento do trabalho infantil, de forma coordenada, contra as variadas formas de exploração do trabalho de crianças e adolescentes, dando tratamento uniforme ao referido tema na atuação dos Procuradores do Trabalho em todos o país.

Como resultado, ao longo de vinte anos de políticas de enfrentamento, abrangendo fiscalização, atuação do MPT, FNPETI, CONAETI, OIT (e diversas outras organizações governamentais e não governamentais), bem como implementação do PETI e outros programas sociais como o Bolsa Família, tem-se a redução dos números do trabalho infantil no país em 70% em relação à década de 90, constituindo, pelo menos até o ano 2013, quando aconteceu a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil no Brasil, referência mundial no seu enfrentamento.

De outro lado, o trabalho infantil nas ruas persiste e, muito embora considerado como uma das piores formas de trabalho infantil, conforme descrição no Decreto 6.481/2008 – Lista TIP, não há dados exatos sobre crianças e adolescentes em situação de trabalho nas ruas, assim como as políticas de enfrentamento ao trabalho infantil não estabelecem ações específicas nessa seara, que, como visto, abrange desigualdades sociais e raciais historicamente construídas, que se refletem no acesso aos direitos sociais como moradia, educação, saúde, cultura, profissionalização, e, em decorrência, nas políticas de proteção social direcionadas a meninos e meninas em situação de trabalho nas ruas.

Como visto, ao longo da construção social-histórica brasileira, o trabalho nas ruas atingiu massivamente a população negra e, embora apareça na CLT, a partir de

1943, a normatização dessas atividades como trabalho, o viés legislativo predominantemente aplicado aos pequenos trabalhadores nas ruas foi o da internação dos menores abandonados ou em situação irregular (em casas de interção, depois na Febem), por meio dos Códigos de Menores, prevalecendo uma concepção punitiva relacionada a essas atividades, em detrimento do sistema normativo de proteção da criança e adolescente. Veja-se que a própria CLT autorizou a exploração no trabalho para subsistência, eximindo, pois, de responsabilidade tanto o Estado quanto a sociedade pela condição histórica de desigualdade social e racial, transferindo (cruelmente) à própria criança o peso pelo sustento e sobrevivência sua e da família. A Constituição Federal de 1988 inaugurou, assim, um novo paradigma de proteção, contemplando todas as crianças e adolescentes.

Questiona-se, nos próximos capítulos, à luz da legislação protetiva, em que medida as atividades informais, de rua, estão inseridas na concepção contemporânea de trabalho infantil, como estão identificados estes pequenos trabalhadores nos dados sobre trabalho infantil, bem como nas políticas públicas desenvolvidas pelo Município de São Paulo. Além disso, a partir da análise das subjetividades e realidades que envolve o trabalho dos meninos malabares, analisa-se como a ideologia do trabalho opera na sociedade, tornando natural a grave violação de direitos a que submetidas estas crianças e adolescentes invisíveis no trabalho nas ruas.

2 – A CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DO TRABALHO INFANTIL

*Enquanto o menino trabalha debaixo do sol no farol
Sonhando ser craque de futebol
E brilhar na linda tela
Favela, Berço da simplicidade
Favela, Retrato da realidade
Verdade que não perde o seu valor
Na favela nasci e me criei
Na favela encontrei o amor
E meu filho é filho do fruto da nossa favela
Pagode da 27, 2012*

2.1 Crianças e adolescentes trabalhadoras infantis

Pretende-se nesse tópico esclarecer quem são os trabalhadores e trabalhadoras infantis, tendo em vista que tanto crianças quanto adolescentes estão inseridas na concepção legal do trabalho infantil. A par de situar a população infantil trabalhadora, propõe-se novas análises sobre a concepção contemporânea do trabalho infantil, a partir da discussão jurídica sobre a elevação da idade mínima para o trabalho e da concepção do trabalho infantil como forma de violência praticada contra a criança e o adolescente.

2.1.1 Concepção legal do trabalho infantil

Iniciamos pela concepção legal do trabalho infantil, a partir da compreensão das normas jurídicas internacionais e nacionais, que estabelecem os limites de idade para o trabalho. É comum nos depararmos com dúvidas ou questionamentos, quando nominamos o trabalho proibido do adolescente como trabalho infantil, assim como observa-se no senso comum uma tendência a imaginar que trabalho infantil se refere apenas ao trabalho de crianças de mais tenra idade.

A legislação nacional, no Estatuto da Criança e do Adolescente, distingue o período de infância e adolescência como etapas do desenvolvimento humano, definindo como criança as pessoas com idade entre 0 e 12 anos e, adolescentes entre 12 a 18 anos. Reconhece, outrossim, que crianças e adolescentes são pessoas em

peculiar condição de desenvolvimento, que necessitam de especial proteção.⁵¹ Conforme o ECA, crianças e adolescentes gozam dos mesmos direitos fundamentais – aqui inserido o direito ao não trabalho antes da idade mínima – reconhecendo-se sua condição especial de pessoas em desenvolvimento.

A distinção ocorre não em razão da peculiar condição de desenvolvimento reconhecida tanto às crianças quanto aos adolescentes, mas em razão do tratamento diferenciado na esfera penal, quanto à aplicação de medidas protetivas ou restritivas de direitos, no caso da prática de ato infracional. Em se tratando de criança, ficará sujeita às medidas de proteção previstas no artigo 101, que implicam tratamento através da própria família ou comunidade. Já em relação ao adolescente infrator, este será submetido a medidas socioeducativas previstas no artigo 112, que podem implicar restrição de liberdade. Destaca-se, ainda, a possibilidade do adolescente expressar sua opinião e decidir sobre assuntos que lhe dizem respeito, como por exemplo, em relação a adoção, mas a questão penal é prevalente.

Em matéria trabalhista, a legislação nacional estabelece a proibição de trabalho para crianças ou adolescentes com menos de 16 anos, ressalvando a possibilidade de aprendizagem profissional, a partir de 14 anos de idade. Além disso, estabelece a proibição de trabalho insalubre, noturno, perigoso ou prejudicial à moralidade para pessoas com menos de 18 anos, abrangendo, portanto, crianças e adolescentes. (Artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal de 1988, artigo 403 da CLT). Há, pois, três idades mínimas para o trabalho a serem observadas, sendo que o trabalho em idade inferior a qualquer um desses limites de idade caracteriza o trabalho infantil:

Tabela 1. Idades mínimas para o trabalho

IDADE MÍNIMA	APRENDIZAGEM PROFISSIONAL	TRABALHO PROTEGIDO	TRABALHO INSALUBRE, PERIGOSO OU NOTURNO
0-13	Trabalho Infantil	Trabalho Infantil	Trabalho Infantil
14 – 15	X	Trabalho Infantil	Trabalho Infantil
16 – 17	X	X	Trabalho Infantil

⁵¹ Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

18 ou mais	X	X	X
------------	---	---	---

Fonte: Da autora (2016), com base na legislação (CF/88).

O trabalho infantil é, pois, o trabalho juridicamente proibido (OLIVEIRA, 2009, p. 160), isto é, todo o trabalho de crianças ou adolescentes abaixo da idade permitida na legislação de cada país. No Brasil, a idade mínima é 18 anos, para trabalhos perigosos, insalubres ou noturnos; 16 anos, para qualquer atividade que não seja a aprendizagem profissional e 14 anos de idade para a aprendizagem.

Portanto, para a definição do que vem a ser trabalho infantil o critério utilizado pela legislação brasileira é a idade mínima, que estabelece três diferentes limites etários, para diferentes tipos de atividades laborais, não importando se a proibição abrange crianças ou adolescentes, sendo certo que exercido abaixo do limite de idade fixado se trata de trabalho infantil.

O trabalho perigoso, no qual se insere o trabalho nas ruas, proibido para crianças e adolescentes, é considerado como piores formas de trabalho infantil, conforme estabelece o Decreto nº 6.481/2008, que regulamenta a Convenção 182 da OIT, ratificada pelo Brasil em 02/02/2000. É proibido para pessoas com menos de 18 anos, conforme estabelece o artigo 7º, XXIII da Constituição Federal e o citado Decreto. A população infantil tratada nesta pesquisa, portanto, são as crianças e adolescentes com idade inferior a 18 anos que trabalham nas ruas.

2.1.2 Concepção teleológica do trabalho infantil

É importante destacar que, do ponto de vista biológico e psicológico, a adolescência é uma fase de transição entre a infância e a vida adulta. Taneer (1962), citada por Eisenstein (2005)⁵², define como o período de transição entre estas etapas do desenvolvimento, caracterizado pelos impulsos do desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social e pelos esforços do indivíduo em alcançar os objetivos relacionados às expectativas culturais da sociedade em que vive. A adolescência se inicia com as mudanças corporais da puberdade e termina quando o indivíduo consolida seu crescimento e sua personalidade, obtendo progressivamente sua independência econômica, além da integração em seu grupo social.

⁵² Eisenstein E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. *Adolesc Saúde*. 2005;2(2):6-7

Para nós, interessa compreender o adolescente como destinatário da proteção integral e prioridade absoluta, pessoa em peculiar condição de desenvolvimento e, portanto, também afeto aos prejuízos biopsicossociais causados pelo trabalho precoce, amplamente descritos na Nota Técnica nº 06, de 18/02/2000, do Ministério do Trabalho⁵³ (ANEXO A). Nessa esteira, é considerado trabalhador infantil, quando realiza trabalho desprotegido, perigoso, proibido pela legislação.

Devemos entender então o trabalho infantil como todo aquele que traz prejuízos ao desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, pessoas em peculiar condição de desenvolvimento, abrangidas pela proteção integral e prioridade absoluta prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente e Constituição Federal.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (em processo de revisão), ao não esclarecer que as piores formas de trabalho infantil, proibidas para menores de 18 anos, constituem também trabalho infantil, relativiza ou torna menos grave – aos olhos do senso comum - o trabalho proibido do adolescente na faixa etária de 16 a 17 anos, que é também trabalho infantil. Assim estabelece:

O termo “trabalho infantil” refere-se, neste Plano, às atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independentemente da sua condição ocupacional. Para efeitos de proteção ao adolescente trabalhador será considerado todo trabalho desempenhado por pessoa com idade entre 16 e 18 anos e, na condição de aprendiz, de 14 a 18 anos, conforme definido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

Entendemos que a definição de trabalho infantil trazida pelo Plano Nacional produz um dualismo entre trabalho infantil x trabalho do adolescente, que pode tornar invisível a situação de trabalho infantil a que milhares de adolescentes são submetidos, nas piores formas descritas no Decreto nº 6.481/2008, que regulamenta a Convenção 182 da OIT, proibidas para pessoas com menos de 18 anos de idade. Muito embora, no marco legal, assim como nas estratégias de ação, o Plano contemple como prioritária a erradicação das piores formas, nos parece um lapso não

⁵³ http://www.capecanaveral4045.com/legislacao/port_06_trab_infant_notatec.html

destacar o trabalho proibido do adolescente na definição de trabalho infantil, prevista no item 2 - “Nota Explicativa”.

Numa concepção evolutiva da abrangência da infância – e em decorrência do que se entende por trabalho infantil - as normas internacionais tendem a utilizar a terminologia “criança”, para pessoas com menos de 18 anos, indistintamente, ao assegurar proteção integral.

A Convenção Dos Direitos da Criança da ONU (1989), ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990, publicada através do Decreto no. 99.710/1990, considera crianças todas as pessoas com menos de 18 anos. Estabelece em seu artigo 1º: “Considera-se como crianças todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes”.

Estabelece, em seu artigo 32, o direito da criança estar protegida contra a exploração econômica e contra o desempenho de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir em sua educação, ou que seja nocivo para sua saúde ou para seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social. E, mais adiante, estabelece que os Estados devem estabelecer uma idade mínima para admissão no emprego.

No mesmo sentido, a Convenção 182 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2000 e promulgada através do Decreto nº 3.597/2000, que trata das piores formas de trabalho, estabelece em seu artigo 2: “Para efeitos da presente Convenção, o termo “criança” designa toda pessoa menor de 18 anos”.

A Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho, por sua vez, mais remota, aprovada em 1973, ratificada pelo Estado Brasileiro no ano de 1999, em vigor a partir do Decreto nº 4.124/2002, emprega a distinção entre ‘criança’ e ‘adolescente’, abrangendo três critérios para a fixação da idade mínima (desenvolvimento físico e mental do adolescente, escolaridade obrigatória e trabalho perigoso)⁵⁴:

⁵⁴ Levando em consideração os dispositivos das seguintes convenções: Convenção sobre a idade mínima (indústria), 1919; Convenção sobre a idade mínima (trabalho marítimo), 1920; Convenção sobre a idade mínima (agricultura), 1921; Convenção sobre a idade mínima (paioleiros e foguistas), 1921; Convenção sobre a idade mínima (trabalhos não industriais), 1932; Convenção (revisada) sobre a idade mínima (trabalho marítimo), 1936; Convenção (revisada) sobre a idade mínima (indústria), 1937; Convenção (revisada) sobre a idade mínima (trabalhos não industriais), 1937; Convenção sobre a idade mínima (pescadores), 1959; e Convenção sobre a idade mínima (trabalho subterrâneo), 1965; Considerando que chegou o momento de adotar um instrumento geral sobre o tema que, gradualmente, substitua os instrumentos atuais, aplicáveis a setores econômicos limitados, a fim de obter a abolição total do trabalho de crianças.

Artigo 1.

Todo País-Membro em que vigore esta Convenção, compromete-se a seguir uma política nacional que assegure a efetiva abolição do trabalho infantil e eleve progressivamente, a **idade mínima de admissão a emprego ou a trabalho a um nível adequado ao pleno desenvolvimento físico e mental do adolescente (...)**

Artigo 2

(...) 3. A idade mínima fixada nos termos do parágrafo 1º deste Artigo **não será inferior à idade de conclusão da escolaridade obrigatória** ou, em qualquer hipótese, não inferior a quinze anos.

Artigo 3.

1. Não será inferior a dezoito anos a idade mínima para a admissão a qualquer tipo de emprego ou trabalho que, por sua natureza ou circunstâncias em que for executado, **possa prejudicar a saúde, a segurança e a moral do adolescente.** (Grifos nossos)

O que se defende nesse tópico de reflexão é que a distinção na utilização dos termos ‘criança’ e ‘adolescente’, na análise do que vem a ser trabalho infantil, dificulta sobremaneira a compreensão do trabalho do adolescente também como forma de trabalho infantil. Assim, contribui para relativizar a proteção integral estabelecida pelo legislador constituinte e naturalizar a inserção precoce no trabalho de adolescentes das classes sociais desfavorecidas em atividades que constituem piores forma de trabalho infantil.

Observe-se que as piores formas, proibidas para pessoas com menos de 18 anos, contemplam “o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças” (item d, artigo 3, da Convenção 182 da OIT), ou seja, quase todo o trabalho produtivo. O que é permitido é exceção. A Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil descreve, pelo menos, 93 tipologias de atividades (Decreto 6481/2008), restando, praticamente, no contexto de trabalho protegido do adolescente a possibilidade de realização de atividades técnicas e administrativas em setores não insalubres, perigosos ou prejudiciais à moralidade.

É relevante o estudo do IPEA (2009)⁵⁵, sobre “Juventude e Desigualdade Racial”, ao detalhar dados da PNAD, sobre inserção no mercado, apontando que nas famílias em que a renda per capita é superior a dois salários mínimos, o percentual de adolescentes que **apenas estudam** atinge 81% mulheres e 75% homens, o que confirma que o trabalho nessa faixa etária atinge predominantemente os adolescentes

⁵⁵ IPEA, PNAD: 2008. Primeiros estudos: Juventude e Desigualdade Racial. Comunicado da Presidência nº 36. 2009, P. 11.

das classes sociais baixas. Como se vê a inserção precoce no trabalho não é propriamente cultural, mas fundada em critérios econômicos e de classe social. Ou seja, a maioria dos adolescentes de classe média, em fase de transição escola-trabalho (15 a 17 anos), apenas estuda e não trabalha.

Interessante notar ainda que desde o ano 2004 a legislação brasileira prevê a escolaridade obrigatória gratuita, dos quatro (4) aos dezessete (17) anos, como garantia constitucional prevista no artigo 208, inciso I⁵⁶, portanto, assegurada às crianças e adolescentes, observando-se, assim, uma tendência à valorização da educação no período de transição entre infância e juventude, em detrimento da inserção precoce no trabalho, especialmente considerando a proibição de 93 segmentos de atividades econômicas consideradas como piores formas de trabalho infantil (Decreto 6.481/2008).

O conjunto dessas normas nos permite defender que a melhor definição para o trabalho infantil na sociedade contemporânea deveria ser a consideração do trabalho realizado por pessoas com menos de 18 anos (crianças ou adolescentes) indistintamente. Tal interpretação leva em consideração o princípio da proteção integral a criança e ao adolescente, bem como as normas internacionais de direitos humanos que consideram como criança pessoas com menos de 18 anos.

Nesse universo de trabalho infantil, seria possível, então estabelecer categorias de trabalho infantil permitido e proibido, aplicando-se os limites legais, que devem ser, de outro lado, elevados, conforme estabelece a Convenção 138 da OIT e a própria idade média de inserção no trabalho e escolaridade média verificada nos estudos sobre juventude e trabalho, que apontam nesse caso sim uma tendência cultura à elevação do ingresso do jovem no mercado de trabalho.

O que se conclui, a partir de uma evolução histórica legislativa, é o que “o trabalho protegido do adolescente”, ainda na atualidade legitima o trabalho precoce dos filhos da classe trabalhadora ou do lumpemproletariado (aqueles que estão buscando inserção no mercado de trabalho), perpetuando, assim, o ocultamento das verdadeiras raízes da desigualdade social e racial no acesso à educação e, em decorrência, na inserção qualificada e digna no mercado de trabalho, quando deveria

⁵⁶ Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

o Estado buscar a valorização da educação e o acesso universal ao ensino público, gratuito e de qualidade para todos.

Por fim, a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, instrumento de pesquisa oficial utilizada pelo Estado Brasileiro para dimensionamento do TRABALHO INFANTIL, para mensuração da população infantil em situação de trabalho, considera o critério ocupação/desocupação, abrangendo todas as crianças e adolescentes, com idade entre 5 a 17 anos, que trabalharam pelo menos uma hora na semana ou buscaram trabalho, no período de referência da pesquisa. Não faz distinção entre o trabalho legal (aprendizagem ou trabalho protegido) e aquele não permitindo, trazendo um retrato do contingente de crianças e adolescentes que trabalham no Brasil. Esse segmento populacional considerado na PNAD corresponde ao que a OIT, no plano internacional, define como crianças economicamente ativas⁵⁷.

Entendemos que este critério abrangente é o que melhor revela o universo de crianças trabalhadoras – consideradas as pessoas com menos de 18 anos –, independentemente de se tratar de trabalho permitido ou não, numa perspectiva de problematização e enfrentamento dessa realidade perversa que ainda obriga os adolescentes de classes sociais menos favorecidas a assumirem responsabilidades no trabalho precoce. Sabe-se que o trabalho afeta diretamente o nível de escolaridade e, em decorrência, a perspectiva de uma inclusão digna no mercado de trabalho, de

⁵⁷ Para a OIT, crianças em atividade econômica ou trabalhadoras são aquelas ocupadas em qualquer atividade econômica, em pelo menos uma hora, durante o período de referência. Esse trabalho não está inteiramente considerado nas estatísticas mundiais do trabalho infantil, que contempla situações mais estritas que denomina como trabalho infantil⁵⁷. Na categoria atividade econômica incluem-se todas as formas de trabalho em economias formais ou informais, dentro ou fora do contexto familiar, remunerado ou não. Do ponto de vista das crianças economicamente ativas, atualmente, há no mundo um contingente de 268 milhões de crianças trabalhadoras, enquanto submetidas a trabalho infantil esse número desce para 168 milhões. Na categoria trabalho infantil são consideradas apenas as crianças ou adolescentes abaixo da idade mínima, sem incluir crianças em trabalho ligeiro (duração inferior a 14 horas), e aquelas submetidas a trabalhos perigosos. O trabalho perigoso é definido como qualquer atividade ou ocupação que, pela sua natureza ou tipo, tenha ou conduza a efeitos nocivos na segurança, saúde, desenvolvimento ou moral da criança. Pode incluir o trabalho noturno, em horários prolongados, exposição a maus-tratos ou abusos físicos, psicológicos ou sexuais, o trabalho subterrâneo, subaquático, em alturas perigosas ou em espaços confinados, o trabalho com maquinaria, equipamento ou ferramentas perigosas, ou que envolva o manuseio ou transporte de cargas pesadas e o trabalho em ambientes insalubres que possa, por exemplo, expor as crianças a substâncias, agentes ou processos perigosos, ou a temperaturas, níveis de ruído ou vibrações nocivas para a sua saúde, tomando-se como base as piores formas de trabalho infantil estabelecidas na Convenção 182 da OIT. Medir o progresso na Luta contra o Trabalho Infantil - Estimativas e tendências mundiais 2000-2012 / Bureau International do Trabalho, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) - Genebra: OIT, 2013. p.46.

forma que possibilite romper um ciclo geracional de pobreza, com acesso a um capital econômico, social e cultural.

Numa interpretação teleológica do Direito da Criança e do Adolescente, buscando-se a máxima efetividade da norma constitucional prevista no artigo 227 da Constituição Federal, em consonância com a Convenção dos Direitos da Criança e Convenção 182 da OIT, propõe-se uma conceituação de trabalho infantil como todo o trabalho, remunerado ou não, em regime de exploração ou por conta própria, realizado por pessoas com menos de 18 anos (crianças ou adolescentes), contemplando duas categorias: trabalho permitido e proibido. Nessas categorias estariam inseridas as piores formas de trabalho infantil, o trabalho artístico, a aprendizagem, o trabalho em atividades ilícitas. Oliveira (2009) apud Santos (2015, p. 23), nessa linha de raciocínio, afirma

Quanto à idade, deve-se observar que os documentos internacionais (Declarações de Direitos, “Cartas”, Convenções da OIT) denominam ‘criança’ (child, niño, enfant) a pessoa na faixa etária que vai de zero a dezoito anos. Assim, literalmente é infantil todo trabalho executado nesta faixa etária; todavia, importa observar que as normas internacionais, tratando de trabalho, apresentam vários níveis de idade abaixo de dezoito anos.

Santos (2015, p.23), por sua vez, entende que para conceituar trabalho infantil “é necessário levar em consideração três elementos cuja relevância representa seus traços característicos, inclusive identificando as hipóteses em que este trabalho seja lícito ou ilícito, ou ainda permitido e não permitido”. E aponta os três elementos como sendo a idade mínima, a atividade econômica e a forma de prestação do trabalho, conforme normas da OIT e legislações internas dos países.

Nessa linha de interpretação, defendemos que melhor seria a compreensão do trabalho infantil na sociedade contemporânea, levando-se em consideração a idade mínima de 18 anos, prevista para a proibição de atividades insalubres, perigosas, noturnas, prejudiciais à moralidade, tratando-se as formas permitidas abaixo dessa idade exceção à regra do trabalho proibido.

Tal interpretação teleológica compatibilizada a norma constitucional (artigo 7º, XXXIII) com os tratados internacionais ratificados pelo Brasil (Convenção da Criança e do Adolescente e Convenção 182 da OIT) e artigo 227 da Constituição Federal, para adotar como regra a proibição geral do trabalho infantil, considerada a faixa etária de 0 a 17 anos, constituindo o trabalho protegido do adolescente exceção legal,

justificada na formação metódica profissional (aprendizagem) ou elementos educativos (artístico)⁵⁸, com previsão específica.

Assim, evitar-se-ia ambiguidades e interpretações equivocadas por parte da sociedade, empresas e do próprio sistema de justiça, a par de adequar o alcance da expressão ‘trabalho infantil’ à legislação protetiva internacional sobre o tema, que define como criança as pessoas com menos de 18 anos (Convenção dos Direitos da Criança e Convenção 182 da OIT).

2.1.3 Elevação da idade mínima para o trabalho a partir de uma interpretação lógico-sistemática normativa

Partindo-se de uma interpretação lógico-sistemática do ordenamento jurídico, também sob esse viés, conclui-se que a idade mínima para o trabalho deve ser 18 anos, em razão do que dispõe a Convenção 138 da OIT e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira acerca do ensino público obrigatório. A Convenção 138 da OIT, ratificada pelo Brasil no ano 2000, estabelece que a idade mínima para o trabalho não será inferior à idade de conclusão da escolaridade obrigatória (artigo 2, item 3).

Ora, a partir da EC 59/2009, a escolaridade obrigatória no Brasil vai até os 17 anos. Dispõe o artigo 208 da Constituição Federal:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

Nessa esteira, considerando que referida Convenção integra o ordenamento jurídico, e, por versar sobre direitos humanos fundamentais, tem status de norma

⁵⁸ No tocante ao trabalho infantil artístico, estabelece o artigo 8 da Convenção 138 da OIT: “A autoridade competente poderá conceder, mediante prévia consulta às organizações interessadas de empregadores e de trabalhadores, quando tais organizações existirem, por meio de permissões individuais, exceções à proibição de ser admitido ao emprego ou de trabalhar, que prevê o artigo 2 da presente Convenção, no caso de finalidades tais como as de participar em representações artísticas.” Tal excepcionalidade deve ser compatibilizada com a normativa interna que estabelece proteção integral à criança e ao adolescente, bem como a necessidade de autorização judicial, para permitir o trabalho em condições de segurança e compatível com a peculiar condição de desenvolvimento da criança e do adolescente. No Brasil, ainda não há regulamentação para o trabalho artístico infantil, restando estabelecidos os critérios para o seu exercício, quando autorizado, pelo Juiz que concede a excepcional autorização para o trabalho.

constitucional (artigo 5º, § 2º da CF), integrando do rol dos direitos fundamentais, não há como afastar a incidência do dispositivo legal, em consonância com as regras previstas na legislação de diretrizes e bases da educação.

Oliva (2015, p. 65), sobre a questão, defende a elevação da idade mínima para 18 anos, apontando que seu artigo 1º da Convenção 138 da OIT, obriga todo país-membro — e o Brasil é inclusive fundador da OIT — a “[...] seguir uma política nacional que assegure a efetiva abolição do trabalho infantil e eleve, progressivamente, a idade mínima de admissão a emprego ou a trabalho a um nível adequado ao pleno desenvolvimento físico e mental do jovem”. E conclui, dada a força normativa que tem a referida Convenção, que é lícito afirmar “que ninguém pode trabalhar antes de completar o ensino médio no Brasil, pois este é hoje compulsório”. Assim, também é possível assegurar que ninguém pode trabalhar antes dos 18 anos de idade (a não ser na condição de aprendiz, sendo o caso de verificar, inclusive, se não se deveria também elevar-se a idade mínima para a aprendizagem).

Nesse sentido, é também o entendimento dos magistrados trabalhistas participantes do XVIII Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (2016), que aprovaram ementa, considerando a idade mínima para o trabalho como 18 anos. Transcreve-se:

IDADE MÍNIMA PARA O TRABALHO DEVE SER DE 18 ANOS PARA COMPATIBILIZAR-SE COM A EDUCAÇÃO BÁSICA COMPULSÓRIA. A partir da EC 59/2009, que modificou o artigo 208 da CRFB, tornado obrigatórios, até 2016, também a pré-escola e o ensino médio, que integram a educação básica compulsória dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos, deve ser elevada a idade mínima para o trabalho, que hoje é de 16 (dezesesseis) anos (exceto na condição de aprendiz, a partir dos catorze), para 18 (dezoito) anos. Isto deriva da observância da Convenção 138 da OIT, ratificada pelo País, que veda a fixação da idade mínima para trabalhar antes do término da escolarização obrigatória. Deste modo, o Brasil que, apesar de tudo, ainda é referência na luta pela erradicação do trabalho infantil, poderá dar exemplo ao mundo na área de direitos humanos.

O entendimento encontra-se em consonância com os princípios de direitos humanos e trabalho decente, além de levar em conta uma realidade social-econômica em que a expectativa de vida aumenta e a maior qualificação e investimento no ensino deve ser prioridade, com vistas à inserção digna no mercado de trabalho e ao desenvolvimento econômico nacional.

Santos (2015, p. 22), sobre o tema, destaca que um trabalhador para ter acesso e desempenhar as suas funções de forma digna e decente necessita ter conhecimentos e oportunidade para desenvolver-se de forma criativa e saudável, tendo mais probabilidade de obter um posto de trabalho de melhor qualidade, mais bem remunerado e que preserve a sua saúde, algo que só é possível mediante a garantia do direito de ser criança e ter acesso à educação de qualidade e formadora.

E ainda lembra que o trabalho infantil, como as demais formas de trabalho indecente, decorre dos modelos de dominação capitalistas que têm sua origem nas sociedades antigas que utilizavam o trabalho forçado e a escravidão como forma de dominação, fazendo com que a OIT adotasse instrumentos legais de orientação e cooperação com os Estados-membros voltados ao combate às formas de trabalho indecente, como é o caso do trabalho infantil.

Márcio Pochmann, desde o XIII Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho Rural, realizado no ano 2007, a partir de análises econômicas defende que ninguém deveria trabalhar antes de completar 25 anos de idade, levando em consideração a expectativa de vida das pessoas e a sociedade do conhecimento, sustentando que o ensino superior não é mais o teto, mas o piso necessário — a escolaridade mínima — para se obter um trabalho decente. (OLIVA, 2016, p. 65).

O pensamento do economista decorre do entendimento de que a idade mínima não é fixa, devendo se levar em conta o movimento histórico em que é analisada, conceito cultural, econômico certamente, a estrutura familiar, a expectativa de vida, mudanças demográficas, previdenciárias e outras, para só então haver a regulação pública da idade. Como exemplo, em 1910, a expectativa de vida não superava 35 anos. Era uma sociedade agrária que aceitava e entendia o trabalho aos 5/6 anos de idade como possível, segundo a análise de Pochmann. Atualmente, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010/IBGE, a expectativa de vida atinge 74 anos. (OLIVA, 2016, p. 65-66).

Nesse sentido, o raciocínio acompanha também as regras vigentes sobre seguridade social e aposentadoria (30 e 35 anos de contribuição), muito embora em tramitação no Congresso Nacional proposta legislativa de modificação das regras atuais⁵⁹, prejudicando trabalhadores e, contrariamente aos tratados internacionais

⁵⁹ Atualmente a PEC 287/2016 prevê a mudança do regime de aposentadoria, para exigir o total de 49 anos de contribuição, para aposentadoria integral, o que se aprovado, além de retrocesso social e violação aos direitos trabalhistas e previdenciários historicamente conquistados, importaria em

ratificados pelo Brasil e legislação protetiva, implicará na necessidade de ingresso no mercado formal de trabalho aos 16 anos, para aposentadoria integral aos 65, desde que sem interrupção de contribuição durante todo o período. Sem adentrar na inconstitucionalidade do PEC 287/2016, diante do princípio de vedação ao retrocesso social, em tramitação no Congresso Nacional, pode-se dizer acertadamente que referido projeto legislativo contraria os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil na erradicação do trabalho infantil, vez que impõe aos trabalhadores a inserção precoce no trabalho.

Entendemos que as normas internacionais ratificadas pelo Brasil, as quais preveem a progressividade da idade mínima para o trabalho, valorizando a inserção educacional e não o trabalho produtivo na fase de transição da idade escolar para a atividade produtiva, afiguram-se necessárias ao desenvolvimento social e econômico pleno, provocando mudanças de paradigmas necessários na sociedade. É certo que tais avanços legislativos importam na efetivação das políticas públicas necessárias a assegurar o ensino universal, de qualidade e obrigatório, e valorização da formação profissional qualificada e não inserção em trabalhos produtivos de forma precária. Ademais, o desemprego estrutural existente no Brasil, ao revés de justificar a inserção de adolescentes precocemente em atividades produtivas – rompendo assim a possibilidade de melhor formação e inserção futura no mercado de trabalho – deveria priorizar a contratação dos milhares de trabalhadores adultos que se encontram desempregados, estes sim, integrantes do lumpem (a que se referia Marx) ou reserva de mercado.

estimular o ingresso precoce no mercado de trabalho, contrariando todo o arcabouço legislativo de proteção ao adolescente e as convenções internacionais sobre o tema, tendo em vista que na prática seria necessário ingressar no mercado de trabalho formal aos 16 anos, para, sem nenhuma interrupção, adquirir ao direito à aposentadoria aos 65 anos de idade. A chamada “Reforma da Previdência”, contudo, encabeçada pelo grupo político que assumiu o poder, após o afastamento da Presidenta da República eleita nas eleições diretas de 2016, Dilma Rousseff, tem sofrido críticas dos mais amplos setores da sociedade, tanto no campo jurídico como social, assim como enfrentamento através de mobilizações sociais em todo o país. “O trabalhador só terá direito a aposentadoria integral aos 65 anos, se ele entrar no mercado de trabalho formal aos 16 anos, idade mínima para o trabalho, e contribuir ininterruptamente por 49 anos. Sabendo-se que raramente um trabalhador permanece empregado continuamente por tanto tempo, dados a alta rotatividade e o desemprego prolongado, diminui a possibilidade de aposentadoria, assim como se reduz o valor do benefício (em relação às contribuições que o trabalhador terá de fazer). Nem em países desenvolvidos exigem-se condições tão duras, pois implicariam aposentadoria só aos 72 anos de idade, para uma média de 23 anos de idade, no ingresso no mercado de trabalho.” In Previdência: reformar para excluir? Contribuição técnica ao debate sobre a reforma da previdência social brasileira. Brasília: DIEESE/ANFIP, 2017, p. 24. http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2017/02/Previdencia_Doc_Sintese.pdf. Acesso em 17.03.2017.

Como observa Oliva (2016, p. 66), atualmente os filhos dos ricos — ou da classe média em evolução — só começam a trabalhar após concluir um curso de graduação ou até uma pós-graduação, pelo que entende injusto que tal possibilidade não seja assegurada também aos menos favorecidos social e economicamente. E, arremata que, não sendo assim, a disputa continuará desigual, indicando uma possível preocupação das classes dominantes com certa “reserva de mercado”, o que explica: no momento em que todos tiverem acesso a ensino de qualidade e ninguém for condenado a trabalhar precocemente, o acesso ao trabalho decente, se não for para todos, pode fechar portas também para aqueles que já foram beneficiados na concorrência pelo simples fato de nascer rico.

Por certo, a elevação da idade mínima para o trabalho, no cenário atual, pode parecer distanciada de uma realidade social desigual, que impõe aos subempregados ou socialmente excluídos uma condição que os impede de acessar direitos e os obriga a encontrar alternativas próprias — violadoras dos próprios direitos formalmente assegurados como o trabalho infantil —, para garantir sua sobrevivência e a satisfação de direitos básicos (moradia, alimentação, vestuário).

De outro lado, não se pode, no plano legislativo, legitimar uma condição desigual na inserção no mercado de trabalho, para justificar a pobreza, sem atacar as suas causas, mantendo-se as bases educacionais que perpetuam a discriminação e desigualdade social histórica.

Entendemos, assim, que a legislação deve caminhar para a elevação dos patamares mínimos civilizatórios, jamais para o retrocesso social, princípio jurídico assentado no Protocolo de San Salvador, formulado em 1988, como instrumento aditivo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969 (Pacto de São José da Costa Rica), tratado internacional de direitos humanos, também ratificado pelo Brasil, a fim de se avançar socialmente numa cultura de direitos, e não aprofundar uma cultura de dominação, que mantém incólumes os status sociais e perpetua a condição de pobreza, desigualdade e discriminação das classes desfavorecidas.

2.1.4 Trabalho infantil nas ruas

Podemos concluir, a partir das diferentes concepções sobre trabalho infantil, que o trabalho infantil abrange todo o trabalho proibido de crianças e adolescentes, devendo ser considerada a idade mínima prevista na legislação. E conforme

entendimento por nós sustentado, a idade mínima na legislação brasileira deve ser 18 anos, a fim de compatibilizar-se a legislação interna e os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil.

Não obstante, é incontroversa, de acordo com a legislação nacional vigente, a proibição do trabalho perigoso, insalubre, noturno ou prejudicial à moralidade a pessoas com menos de 18 anos. É o que está estabelecido expressamente no artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal. E nessa hipótese está inserido, também por disposição expressa no Decreto 6.481/2008, que regulamenta a Convenção 182 da OIT, o trabalho nas ruas.

Sendo assim, independentemente de se entender que a idade mínima geral para o trabalho deva ser elevada para 18 anos, ou se utilizar a expressão criança no seu conceito amplo – abrangendo crianças e adolescentes –, concluímos esse tópico sem qualquer divergência conceitual quanto à população infantil trabalhadora contemplada no presente estudo. Constituindo uma das piores formas de trabalho infantil, o trabalho nas ruas abrange todas as crianças ou adolescentes com menos de 18 anos, que desenvolvem atividade nas ruas, com objetivo de ganho econômico ou sobrevivência, ocasionalmente ou de forma contínua, em regime de exploração ou por conta própria, com ou sem remuneração. Tal forma de trabalho, prevista expressamente no Decreto 6.481/2008, constitui uma das piores formas de trabalho infantil.

2.2 Exploração econômica, informalidade e trabalho infantil

Esse tópico pretende analisar o trabalho nas ruas como trabalho infantil independentemente de se tratar de forma autônoma ou de exploração econômica por terceiro. Tal aspecto é relevante, pois muitas vezes o trabalho nas ruas, tido como situação de rua simplesmente é desassociado da exploração no trabalho.

Inicialmente, convém destacar que a Convenção Dos Direitos da Criança (1989) estabelece proteção à criança contra “a exploração econômica e contra o desempenho de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir em sua educação, ou que seja nocivo para sua saúde ou para seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social”.

Para o Direito do Trabalho, a distinção entre trabalho subordinado e autônomo se mostra determinante para fins de aplicação da legislação trabalhista (CLT e legislações especiais) a categorias de trabalhadores, que possuem vínculos jurídicos de subordinação a um empregador e, portanto, submetidos à exploração econômica do seu trabalho, são denominados empregados.

Tal distinção, contudo, para fins de aplicação das normas gerais de direitos humanos, inclusive no campo do trabalho decente, em que o valor protegido pela norma é a própria dignidade humana ou a dignidade do trabalhador, a natureza do vínculo jurídico (subordinado ou trabalho por conta própria) não importará para o reconhecimento da situação de violação de direitos, em que qualquer trabalhador, submetido a uma condição degradante ou desumana deverá ser protegido pela legislação que viola a dignidade humana e o valor social do trabalho (art. 1º da Constituição Federal).

Nesse sentido, a Convenção dos Direitos da Criança quando protege a criança – ou adolescente – contra a exploração no trabalho se refere à exploração econômica ou desempenho de qualquer trabalho perigoso ou que possa interferir na sua educação ou nocivo à saúde ou desenvolvimento biopsicossocial. Daí decorre que, independentemente de existir exploração econômica do trabalho da criança ou adolescente por terceiro – que pode inclusive ser um familiar –, a proteção contra o trabalho inseguro que traz prejuízos ao seu desenvolvimento saudável é absoluta, independentemente de a atividade ser explorada por alguém ou realizada de forma autônoma (sem direcionamento e organização por terceiro).

O que modificará, no campo jurídico, será eventual responsabilidade civil-trabalhista do empregador ou explorador identificado pela utilização do trabalho da criança ou adolescente, assim como em relação ao poder público omissor na efetivação de suas obrigações legais no campo de políticas públicas, notadamente quanto realizado o trabalho infantil sem a figura necessária de um explorador direto.

Nesse momento, interessa-nos compreender a lógica em que opera o trabalho informal, nas ruas, dos malabares, que pode ocorrer tanto em regime de exploração como de forma autônoma.

Num cenário social, em que o trabalho informal atinge tanto a população excluída quanto a parcela incluída precariamente – em decorrência do desemprego estrutural –, o trabalho nas ruas afeta não apenas crianças, mas também a população adulta, nas suas mais diversas formas de atividades de sobrevivência (comércio

ambulante, distribuição de panfletos, engraxe de sapatos, limpeza de carros, atividades circenses ou de entretenimento).

Como dito, o trabalho das crianças e adolescentes pode ocorrer tanto em regime de exploração como também por conta própria, abrangendo neste último caso adolescentes que definem e coordenam o próprio trabalho. No caso dos malabares, esta última situação é mais fácil de ser encontrada, tendo em vista que o material de trabalho é simples e não depende de aquisição por terceiros, como por exemplo, a venda de balas ou outros produtos.

No caso dos malabares não se observa a predominância de trabalho em regime de exploração por uma organização empresarial ou grupo circense ou artístico. Normalmente, quando alguém dirige e controla esse trabalho, trata-se de um familiar ou um trabalhador adulto (ou até adolescente) mais experiente, o qual também desenvolve e sobrevive da atividade. No trabalho de campo realizado nessa pesquisa, num universo de 10 crianças e adolescentes com que conversamos, não identificamos situação de trabalho dirigido por terceiro, muito embora, através de relatos de agentes socioeducativos, que realizam abordagem social de rua, tenha-se obtido informação nesse sentido.

Em pesquisa realizada no ano 2008⁶⁰, o educador social Itamar Moreira (2009, p. 50), num universo de 50 crianças entrevistadas, identificou diversas situações de exploração econômica por terceiro na venda de produtos. Tal atividade, contudo, desenvolve-se de forma distinta do malabarismo, normalmente por crianças menores, orientadas por adultos. E, ainda assim, o universo de crianças trabalhadores por conta própria foi elevado. O pesquisador identificou um universo de 35% dos entrevistados trabalhando com os pais, 14% com a supervisão dos pais e 49% sem a presença de pais ou responsáveis (não identifica se estariam trabalhando sozinhos ou sob orientação de terceiros).

Esse dado interessa como demonstração de que o trabalho pode ocorrer tanto de forma orientada, quanto de forma autônoma pela criança ou adolescente, ainda que possa causar certo estranhamento o fato da criança organizar o próprio trabalho. Registre-se que, quando se tratam de crianças menores, normalmente, estão em grupos, com irmãos ou amigos.

⁶⁰ MOREIRA, Itamar. O Trabalho Infantil na Cidade de São Paulo. São Paulo: Scortecci Editora, 2009, p. 50.

Claro que a forma autônoma aqui discutida não se insere numa concepção de autonomia jurídica, em que o sujeito tem poder de decisão e responsabilidade, tanto em razão da ausência de capacidade civil ou trabalhista quanto em razão da necessidade de sobrevivência que se sobrepõe a qualquer livre manifestação de vontade. Portanto, o que se tem é um trabalho precário, perigoso, sem, contudo, existir necessariamente um empregador ou explorador direto da atividade, o que dificulta que seja entendido como trabalho, tanto em razão pela forma 'desorganizada' em que é exercido, quanto em razão da inexistência do explorador direto.

Contudo, como visto, não é necessária a figura do empregador para que o direito da criança ao não trabalho antes da idade mínima prevista na legislação seja assegurado. Trata-se de norma fundamental aplicável a todas as crianças e adolescentes, e, conforme estabelece o artigo 227 da Constituição Federal, é dever da sociedade, da família e do Estado assegurar esse direito. Assim, todos são responsáveis pela violação desse direito. É o princípio da proteção integral e prioridade absoluta da criança e do adolescente que alberga esta tríplice responsabilidade. O Estado precisa assegurar as políticas necessárias ao desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes, com a realização dos direitos fundamentais à educação, moradia, convivência familiar, social, profissionalização, que os afaste da condição insegura, não permitida, de trabalho nas ruas. A sociedade precisa cumprir o seu papel realizando denúncias, evitando o consumo de produtos ou serviços oriundos do trabalho infantil e realizando ações de responsabilidade social, no caso das empresas. À família, incumbe o acolhimento e proteção.

Como visto, esse trabalho sempre existiu, embora tratado na esfera penal-repressiva, com políticas de higienização, sem avanço nas políticas sociais de enfrentamento da situação das crianças nas ruas. Não se confunde com as novas formas de trabalho informal produzidas pelas dinâmicas atuais do sistema capitalista, decorrentes da flexibilização do Direito do Trabalho. Assim, entendemos que as discussões acerca da heterogeneidade do trabalho informal, ilegalidade x legalidade, não encontram relevância na discussão sobre a caracterização do trabalho nas ruas de crianças e adolescentes como trabalho infantil.

Em se tratando de trabalho proibido, sob qualquer ótica de análise, encontra-se um contexto de desproteção, ilegalidade e precariedade. Por outro lado, oculta uma condição histórica de invisibilidade, não proteção social e absoluta falta de oportunidade de inserção qualificada no mercado de trabalho. Os meninos e meninas

do trabalho infantil nas ruas estão em situação de maior vulnerabilidade porque, além dos prejuízos inerentes ao trabalho precoce, estão mais suscetíveis à violência nas ruas e exploração por terceiros, em atividades ilícitas ou outras atividades gerais. E se tornam invisíveis como pequenos trabalhadores, violados, nesse caso, em todos os seus direitos.

É importante notar que mesmo o trabalho informal contribui para a sustentação do sistema capitalista, especialmente diante da não responsabilização de um explorador direito, o que mantém intocáveis privilégios de classe, e transfere a culpa, em decorrência, às famílias e às próprias crianças, que devem lutar individualmente (e honestamente) para mudar suas realidades através do trabalho. Esse pensamento fundado num sistema de meritocracia, parte de um pressuposto falso de igualdade de condições, que irá valorizar o trabalho mesmo indigno e inaceitável como forma de superação da condição de pobreza, e como meio legítimo preferível à prática de atividades ilícitas. E é tido não raro como cultural, decorrente de valores arraigados na sociedade brasileira, em defesa de uma iniciação precoce no trabalho, seletivamente, direcionado apenas a uma determinada classe social.

Além disso, sob o ponto de vista econômico, é possível sustentar também sua inserção numa lógica capitalista, tendo em vista que esse trabalho representa um ganho econômico a pessoas que estão fora da atividade produtiva, possibilitando um consumo mínimo, além de perpetuar a condição de desigualdade social, de uma classe que se mantém sem direitos formais no campo do trabalho, sem questionamento das suas causas, deixando o Estado de investir numa verdadeira inclusão social.

A remuneração das atividades pela sociedade consumidora contribui com o sistema de forma a possibilitar a essa população marginal um mínimo de inclusão no consumo de produtos de necessidade básica ou até mesmo outros produtos ou bens para pequenos prazeres ou diversão (celular, jogos, doces, outros).

Trabalhadores infantis entrevistados⁶¹ relataram auferir ganhos de R\$ 500,00 até R\$ 1000,00, mensais. Imagine-se um contingente de 10.000 crianças ou adolescentes trabalhadores, na cidade de São Paulo, fazendo circular, mensalmente, na cidade, R\$ 10.000.000,00. Para fins de análise econômica, certamente o mercado

⁶¹ No capítulo 4 estão descritas as entrevistas realizadas com crianças. Esse dado também tem apoio em atividades de inspeção realizadas na atuação profissional da autora no Ministério Público do Trabalho.

se beneficia desse trabalho, com o consumo (ainda que de itens necessários à manutenção e sobrevivência) e circulação de dinheiro. Tudo isso às custas do trabalho ilegal de crianças, que deveriam ser absolutamente atendidas pelas políticas de proteção social (moradia, alimentação, saúde), na ausência de condições econômicas dos seus responsáveis, que deveriam – estes sim – estar inseridos no sistema produtivo de forma digna.

Portanto, o sistema capitalista se beneficia também do trabalho infantil nas ruas, sem contar que o não reconhecimento de direitos e ausência de organização como classe trabalhadora contribuem para perpetuar o sistema de dominação (diversamente, por exemplo, do que aconteceu no século XIX, com o trabalho infantil nas fábricas denunciado pelas organizações sindicais). Ademais, não se olvide tratar de atividades que passam a fazer parte do espaço urbano, têm uma dinâmica própria, escolha estratégica dos locais de trabalho, planejamento, ganhos, gastos. Há pessoas que passam anos trabalhando nas ruas, tendo essa atividade como um trabalho fixo, que realizam diariamente, em horários definidos, assumindo o sustento de suas despesas e consumo, com base na remuneração dessa atividade.

Alguns trabalhadores que iniciam na infância chegam à fase adulta realizando o mesmo trabalho. A reportagem “O trabalho que faz as pessoas pararem no tempo”, do especial Infância sem Cor, produzido por Cavalcanti (2016)⁶², relata a história de quatro trabalhadores adultos nas ruas do Recife que iniciaram a trabalhar quando crianças nos semáforos. Nas nossas entrevistas realizadas em São Paulo, também encontramos dois jovens de 18 anos que iniciaram o trabalho nas ruas ainda adolescentes⁶³.

De certa forma, interessa ao sistema capitalista manter essa população em trabalhos precários, pois não seriam de qualquer forma absorvida pelo mercado de trabalho. Assim, sobrevivem economicamente no modelo excludente, sem questioná-lo, inclusive pela falta de consciência de classe e organização.

Poderíamos entendê-los como o lumpemproletariado, a que se referiu Marx ao destacar os ocupantes de atividades precárias, ilegais, marginais, desempregados, autoempregados, tendo por característica principal a não formação de uma

⁶² <http://especiais.leiaja.com/infanciasemcor/pararnotempo/>

⁶³ Idem à nota 57.

consciência de classe (Manifesto Comunista, 1848, Dezoito Brumário, 1852)⁶⁴, ou ainda, o subproletariado, conceituado por Antunes (2001, p.200) como o proletariado precarizado, desprovido dos direitos mínimos do trabalho.

Maciel e Grillo (2006, p. 317) trazem uma concepção mais crítica dessa categoria de excluídos (trabalhadores precários), especialmente em relação a Antunes, por não fazer distinção entre a massa de qualificados e desqualificados, estes últimos fadados a não inserção no mercado, ainda que surgissem vagas, a quem denominam “ralé”:

A grande e fundamental diferença entre o lumpemproletariado de Marx e a ralé contemporânea é que esta não possui nenhuma qualificação incorporada para ingressar no mercado de trabalho qualificado, mesmo que este de alguma maneira abrisse as vagas necessárias para isso. Desse modo, a perpetuação da ralé não pode ser explicada pelo simples fato de o mercado ter expurgado nas últimas décadas um número considerável de pessoas e não ter gerado novas condições para sua reinserção, tese esta amplamente aceita atualmente na sociologia do trabalho e da exclusão mundial. O teor sutilmente liberal dessa perspectiva se apresenta quando logo em seguida se pensa na solução: é preciso criar novas possibilidades de inserção, ou seja, novas oportunidades para quem está de fora.

É assim que jamais se questiona, como fizemos aqui, o que permite, na prática social contemporânea, que apenas algumas pessoas adquiram as qualificações necessárias para uma inserção digna no mercado de trabalho competitivo, e por outro lado faz com que outras muitas sejam uma ralé que mesmo diante das melhores oportunidades de trabalho não teriam a menor possibilidade de aproveitá-las. Só resta a estes, por isso, improvisar alguma ocupação nas fatias precárias e desqualificadas do mercado (...).

Integrantes de um grupo social ou classe trabalhadora denominada ralé ou subproletariado, o fato é que o trabalho infantil nas ruas não deixa de se inserir numa lógica neoliberal de precarização no trabalho, impossibilitando a inserção digna no trabalho na fase adulta, o que contribui para a manutenção do sistema perverso de exclusão social e sem a possibilidade de formação de uma consciência de classe trabalhadora. Nesse sentido, esse conjunto de formas de sobrevivência no mundo do capital – também do trabalho –, as quais costumam ser enquadradas como atividades marginais, para além da ilegalidade, tem uma organicidade, uma dinâmica própria de funcionamento, que o torna um espaço também necessário de reprodução do capital e da sociedade (MORETTO; CAPACCHI, 2006, p. 177).

⁶⁴ MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. Tomo I. BARATA-MOURA, José. et. al. (edição dirigida). Editora Avante – Edições Progresso: Lisboa, Moscovo, 1982.

De toda a reflexão produzida neste tópico, a provocação que se quer trazer no campo de análise do trabalho infantil nas ruas é que, mesmo esse trabalho informal, ainda que não explorado por terceiro ou por uma atividade econômica definida – lembrando que nosso campo de análise é a atividade de malabares, pois no comércio ambulante podemos identificar eventuais cadeia econômicas de produção –, ainda assim beneficia e se insere numa lógica capitalista neoliberal. Estas crianças atualmente nas ruas, em trabalhos precários, integrarão a massa de excluídos, sequer alcançando a categoria de subproletários. Tal fenômeno dificulta – ou impede – que se construa uma cultura de direitos e, mais que isso, uma consciência de classe, que tenha a possibilidade de questionar o sistema de dominação desigual e injusto.

Tal análise mostra-se de fundamental importância, a fim de visualizar o trabalho infantil, para além da situação de violação de direitos da criança e do adolescente, também como mecanismo de dominação de classe social que envolve desigualdades de gênero e raça e atinge toda a classe trabalhadora, por isso deveria também se integrar as pautas das organizações sindicais pelo trabalho decente, por emprego e geração de renda para os trabalhadores adultos (e contra a retirada de direitos sociais).

Nesse sentido, ainda que criticada como sociologia voluntarista, por Grillo e Maciel, a visão ampla de classe trabalhadora desenvolvida por Antunes (2015), acreditamos ser esse um dos caminhos para avanço na construção de uma cultura de direitos e mobilização social, a integrar as pautas do movimento sindical contemporâneo, como o foi no século XX em relação ao trabalho nas fábricas.

Na concepção da nova classe trabalhadora de Antunes (2015, p. 220), essa classe fragmentada, heterogênea e complexa, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais etc., tida como ‘classe que vive do trabalho, no século XXI, tem como desafio maior soldar os laços de pertencimento de classe existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca, até aqueles segmentos que estão à margem do sistema produtivo, mas que, pela condições precárias em que se encontram, constituem-se em contingentes sociais potencialmente rebeldes diante do capital e suas formas de (des)socialização.

Sem dúvida, esse é também um desafio para o avanço no enfrentamento do trabalho infantil nas ruas que, sob essa perspectiva, aparece fragmentado, invisibilizado, sem a figura de um empregador/explorador definido.

2.3 Trabalho infantil como forma de violência

O trabalho infantil como forma de violência pouco tem sido estudado no campo sociológico ou jurídico, seja pelo viés da violência contra crianças trabalhadoras nos ambientes em que laboram (e do prejuízo pelo exercício da atividade laboral), seja em razão da violência estrutural que impõe às crianças o trabalho. Nesse sentido, aponta o estudo das Nações Unidas sobre violência contra crianças⁶⁵, 2002, ao referir que:

“Há poucos dados sobre a violência contra criança trabalhadoras, **principalmente para as que trabalham no setor informal**. Normas internacionais, como as previstas na Convenção no. 138 da OIT (1973) sobre a Idade Mínima para Admissão a Emprego, impedem que crianças abaixo da idade mínima para trabalhar sejam encontradas em um local de trabalho. Em todas as regiões, a violência – física, sexual e psicológica – afeta milhões de crianças que trabalham legal e ilegalmente. Ela pode ser usada para forçar crianças a trabalhar ou para puni-las ou controlá-las em locais de trabalho. **Algumas categorias de trabalho ilegal foram identificadas como as “piores formas de trabalho infantil” e, portanto, constituem violência contra crianças.**” (Grifo nosso)

O relatório elenca a exploração no trabalho infantil como forma de violência, ainda que mencione a existência de poucos dados sobre violência no trabalho (em razão da ilegalidade do trabalho infantil), mas o faz em relação às piores formas de trabalho infantil – nas quais se insere o trabalho nas ruas –, quando considera que “constituem violência contra crianças”, como destacado no trecho supracitado.

Em que pese, mencione violência praticada nos locais de trabalho e não o próprio trabalho infantil como uma forma de violência, a discussão trazida pela ONU constitui importante referencial para aprofundamento do tema.

Repise-se, em relação às piores formas, o estudo aponta a violência concreta praticada, física ou psicológica – o que de resto pode ser identificado como as

⁶⁵Relatório do especialista independente para o Estudo das Nações Unidas sobre a Violência Contra Crianças. Assembleia Geral das Nações Unidas. 23.08.2006. Original: inglês. https://www.unicef.org/brazil/pt/Estudo_PSP_Portugues.pdf. Acesso em 18.03.2017.

prováveis repercussões à saúde elencadas na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Decreto 6481/2008) –, em relação a cada uma das atividades listadas, prejudiciais ao desenvolvimento físico, psicológico, social e moral da criança e do adolescente. Fica claro que o exercício destas atividades constitui violência real praticada contra estas.

De outro lado, independentemente dos efeitos imediatos ou prováveis repercussões negativas à saúde de crianças e adolescentes, todo o contexto social, que obriga, incentiva ou direciona as crianças para o trabalho precoce, pode ser compreendido sob o viés da violência estrutural a que se referem Flinkler et. al. (2012, p. 160)⁶⁶:

“A violência estrutural é caracterizada pela falta de condições mínimas de sobrevivência das famílias, que sofrem os efeitos das violações de direitos humanos diariamente, e se reflete de forma ainda mais intensa nas situações de rua. É formada por um conjunto de ações que se produzem e reproduzem na esfera da vida cotidiana, mas que frequentemente não são percebidas como violentas, como o quadro de miséria e desigualdade social e econômica, crianças nas ruas, trabalho infantil, falta de condições mínimas de vida digna.(Nunes e Andrade, 2009).

(...) A violência demanda intervenções intersetoriais, em áreas tão diversas como de segurança pública, de geração de renda, educação, até atenção mais direta às políticas de saúde. (...) a violência repercute em sofrimento psicológico, gerando não apenas custos pessoais e subjetivos, mas também sociais e econômicos compartilhados por toda a sociedade. Não se pode esquecer, ainda, a possibilidade de continuidade de ciclos de violência e as histórias de transgeracionalidade das próprias vivências de rua. ”

Pode-se entender a violência estrutural como aquela que incide sobre a condição de vida das crianças e adolescentes, a partir de uma realidade histórico-econômica-social que prejudica o seu desenvolvimento ou não lhe garante os direitos fundamentais que deveriam ser a todos assegurados. É uma violência que se naturaliza, como se não houvesse nela a ação de sujeitos ou sistemas políticos. Portanto, se faz necessário desvendá-la através de instrumentos institucionais, relacionais e culturais.

⁶⁶ Flinkler et. al. Crianças em situação de rua: a desproteção como forma de violência. In: Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática. Luiza F Habigzang et. al. Porto Alegre: Artmed, 2012.

Minayo (2001, p. 93) aponta como maior expressão da violência estrutural o contingente de 20 milhões de crianças e adolescentes brasileiras de 0 a 17 anos (34,8% do total da faixa etária) que, ainda no ano 2000, encontravam-se em situação de pobreza, vivendo em famílias com renda média mensal familiar de até ½ salário mínimo *per capita*⁶⁷. São estas as crianças que circulam nas ruas no trabalho infantil, predominantemente, para complementação de renda ou sustento próprio.

A violência estrutural contra as crianças pobres, no Brasil, é produzida historicamente, desde os tempos da colonização, como visto no capítulo anterior, que trouxe o trabalho como principal fator de exploração e violação de direitos. Trata-se, pois, de violência produzida estrutural e institucionalmente.

O tratamento dispensado às crianças em situação de rua, no período da República, e seus desdobramentos até os dias atuais – afetando principalmente a população negra – constitui violência praticada silenciosamente, que passa distante das consciências das pessoas que integram a sociedade incluída, justamente esses que remuneraram o trabalho infantil nas ruas.

Nesse sentido, Rizzini (2013, p. 376), revela que a trajetória da não cidadania das crianças brasileiras tem origem no período colonial. E na instauração do regime republicano, não houve interesse em mudar o rumo da história, com políticas direcionadas à infância. Criou-se um complexo sistema de tutela do Estado sobre a infância pobre, institucionalizando a divisão entre infâncias privilegiadas e infâncias marginalizadas, cujo destino passou a ser decidido nos asilos, nas casas de detenção, nos juizados de menores ou no interior das próprias famílias como menores trabalhadores. Tal situação perdura há 100 anos, sendo sempre diagnosticada como "problema grave", "prioridade", "escândalo", sem que, na verdade, redunde em objeto de convicção ou determinação política.

Minayo (2001, p. 94) elenca como expressões da violência estrutural os "meninos e meninas de rua"; os "meninos e meninas trabalhadores" e as "crianças e adolescentes que cumprem medidas socioeducativas". Segundo ela, estudos apontam que a primeira ou uma das principais causas de ida para a rua, por parte das crianças e adolescentes, é a miséria e absoluta falta de subsistência das famílias. Nas ruas, eles convivem com ameaças a sua vida, indução ao crime, maus tratos

⁶⁷ MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. Rev. bras. saúde matern. infant., Recife, 1(2):91-102, maio-ago., 2001,

praticados por policiais ou por outros, sendo explorados por comerciantes, seguranças, além de serem estigmatizados como "futuros bandidos".

A distinção traçada pela autora entre 'meninos e meninas de rua' e 'meninos e meninas trabalhadoras', ambos como expressão da violência estrutural, reforça a problemática trazida a debate nessa pesquisa quanto à marginalidade dos trabalhadores na rua, não reconhecidos num agrupamento de crianças em situação de trabalho infantil, e, por outro lado, inseridos num conceito amplo de crianças em situação de rua.

Não obstante a distinção, que será melhor estudada no próximo capítulo, concordamos com a linha de raciocínio da autora no sentido de que a exploração do trabalho infantil constitui expressão significativa da violência estrutural, especialmente considerando tratar-se de uma condição imposta, quer em razão da necessidade alimentar, quer em razão de uma imposição do núcleo familiar, quer decorrente de uma decisão tomada pelo próprio adolescente, com vistas ao consumo de bens que não tem acesso, numa condição de vida que não lhe permite se sentir parte de uma sociedade estruturada no consumo e acumulação de capital.

Essa violência camuflada é também tratada como violência simbólica, conceito desenvolvido por Bourdieu (2012, p. 7) – em estudos realizados no contexto das relações de gênero⁶⁸ –, mas que trazemos para o campo de análise do trabalho infantil, que impõe à criança uma condição de dominação invencível, diante do silêncio e aceitação da sociedade, no ambiente externo, e da própria família, no ambiente interno. Trata-se de

violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento em termos de dominação simbólica, a resistência é muito mais difícil, pois é algo que se absorve como o ar, algo pelo qual o sujeito não se sente pressionado; está em toda parte e em lugar nenhum, e é muito difícil escapar dela.

Bourdieu (2012, p. 47) explicita que a violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação). Trazendo para a questão da criança, esta não tem como

⁶⁸ Bourdieu, Pierre. A dominação masculina. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

pensar numa relação diferente da que estabelece com a própria família ou seus cuidadores, num contexto de trabalho infantil, em que esta relação de dominação é vista como natural, resultando na incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto.

O estudo da ONU aponta que a violência contra crianças é multidimensional e exige uma resposta multifacetada. O documento elaborado na perspectiva de direitos humanos, saúde pública e proteção da criança elenca causas, consequências e meios de prevenir a violência. Adota a definição da criança contida no artigo 1 da Convenção sobre os Direitos da Criança: “todo ser humano menor de 18 anos de idade, salvo se, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes”.

A definição de violência está no artigo 19 da citada Convenção: “todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual”.

Podemos identificar, assim, o trabalho infantil como produtor de violência real praticada contra a criança ou adolescente em razão de danos físicos ou psicológicos – destaque-se a ocorrência de acidentes de trabalho envolvendo trabalhadores infantis –, e também estrutural, decorrente do sofrimento provocado por uma condição de desigualdade social e racial, não acesso a direitos básicos, situação de negligência da família ou Estado, a par de se tratar de uma forma de exploração.

Ao lado da violência real e simbólica, a pobreza é também uma forma de violência estrutural que pode levar ao trabalho infantil ou ser deste decorrente (ciclo de pobreza geracional). É, portanto, causa e consequência do trabalho infantil. Uma violência que produz o trabalho infantil e é também produzida por este. Evidencia-se, sob a mesma lógica, que o trabalho infantil constitui grave violação de direitos humanos da criança e do adolescente, que além de desrespeitar a condição peculiar de desenvolvimento da criança, afetando, pois, sua saúde (desenvolvimento saudável), provoca outras violações de direitos (educação, cultura, convivência familiar, convivência comunitária). É, ainda, uma porta de entrada para outras violências praticadas contra crianças, como abuso e exploração sexual, agressões, abandono, negligência, especialmente o trabalho nas ruas, que coloca a criança em situação de extrema vulnerabilidade. O trabalho infantil por si só constitui tratamento negligente em relação à criança e ao adolescente, inserindo-se, também sob esse aspecto, no conceito de violência previsto na Convenção dos Direitos da Criança.

Diretamente ligado a pobreza e desigualdade social, o trabalho infantil deve ser enfrentado também na perspectiva de transformação de realidades socioeconômicas das famílias de baixa renda ou em condição de pobreza. Não se trata meramente de questões culturais fundadas na valorização do trabalho, mas de uma ideologia construída no pressuposto do mérito – o que produz violência simbólica, naturalizada socialmente assim como a condição de trabalho imposta as crianças e adolescentes pobres.

Chauí (2007), ao tratar da naturalização da violência no Brasil, sustenta a existência do mito da não-violência⁶⁹, como forma de legitimar a violência social, praticada silenciosamente pela crença na ideologia dominante, no caso, de naturalização do trabalho infantil como uma alternativa à criminalidade, por exemplo.

no Brasil, a violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda idéia que reduz um sujeito à condição de coisa, que viola interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetua relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural. Mais do que isto, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega ao lugar efetivo de produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira, que, em sua violência cotidiana, reitera, alimenta e repete o mito da não-violência.

A naturalização da violência contra a criança faz com que esta não seja identificada como pessoa com direitos por quem se deva lutar ou se insurgir contra uma situação de injustiça. É como se ocorresse um processo de desumanização da criança, que não é compreendida como pessoa humana, sujeito de direitos. Esse olhar estagnado e naturalizado da sociedade sustenta a prática de opressão/exploração, assim como outras violências, diante da sua impossibilidade de escolha e resistência.

TELLES (2001, pp. 81-82) aborda a questão da violência encoberta na representação simbólica do trabalhador pobre e delinquente:

“É certo que as figuras modelares do ‘trabalhador’, do ‘pobre’ e do ‘delinquente’ são construções ideológicas que ocultam a violência inscrita na sobrevivência cotidiana, é certo também que são clivagens que transfiguram em hierarquias morais diferenças que nas situações concretas de vida têm fronteiras fluidas e incertas. Mas há um efeito de poder nestas construções – poder simbólico -, pois elas montam

⁶⁹ Chauí, Marilena. Contra a violência. <http://csbh.fpabramo.org.br/contraviolencia-por-marilena-chauí>. Acesso em 18.03.2017.

um universo de representações que, tanto quanto a privação material, são definidoras da pobreza. E é isso precisamente que arma o drama da pobreza como condição de existência. Numa formula quase lapidar, o pobre é aquele que tem que provar o tempo todo, se fazer ver e reconhecer a si próprio e à sociedade a sua própria respeitabilidade num mundo em que os salários insuficientes, a moradia precária, o subemprego e o desemprego periódico solapam suas condições de possibilidade. Nesse caso, seria possível dizer que a condição de pobreza se traduz na experiência de uma liminaridade real ou virtual entre a ordem e a desordem, experiência que transcorre nas frágeis fronteiras que separam o 'trabalhador honesto' do 'pobre', que vive a desordem moral como fado, e do 'marginal' que faz desordem uma estratégia e um estilo de vida. ”

Podemos, assim, identificar o trabalho infantil manifestado em três formas de produção da violência contra crianças e adolescentes: a) de forma real, diante dos danos físicos e psíquicos produzidos; b) de forma estrutural, decorrente de um sistema que discrimina as crianças pobres, à medida em que não assegura a estas os direitos fundamentais constitucionalmente previstos; c) de forma simbólica, diante da naturalização da própria violência que é o trabalho antes da idade mínima como alternativa possível e melhor que a situação em que se encontram, que lhes é reforçada pelo próprio núcleo familiar, pessoas cuidadoras ou do seu meio social.

Em relação aos trabalhadores infantis nas ruas, especificamente os malabares, a violência real, estrutural e simbólica produzida pelo trabalho é absolutamente relevante, pois se encontram claramente prejudicados em seu desenvolvimento saudável, nas ruas, calçadas, no frio ou no calor, sem direitos assegurados, buscando a própria sobrevivência ou algum recurso financeiro para aquisição de bens que lhes proporcione – ainda que aparentemente – algum tipo de inclusão na sociedade de consumo.

Também se mostra relevante a violência produzida na perpetuação da ideologia do trabalho, que atribui à criança pobre a condição de trabalho como um caminho honesto para vencer na vida, em contraposição à criminalidade, em detrimento do direito à educação, cultura, cidadania, perpetuando a desigualdade social, numa condição de dominação, sem resistência, também forma de expressão de violência estrutural praticada pela sociedade e pelo Estado contra as crianças pobres.

A não efetivação dos direitos fundamentais, constitucionalmente previstos a estas crianças, traduz-se em forma escancarada de violência estrutural,

discriminatória, que naturaliza uma condição injusta de inexistência de direitos humanos a essas crianças, retirando-lhes, em certa medida, a própria humanização e dignidade. Nesse sentido, é marcante a charge produzida por Jota Camelo:

Figura 2

Fonte: Jota Camelo/Jornalistas livres, 2017.⁷⁰

Podemos, assim, compreender o trabalho infantil nas ruas como uma forma de violência real, estrutural e simbólica – traduzida na exploração, invisibilidade, não reconhecimento de direitos.

Desvelar a violência que se encobre por trás do trabalho infantil é uma forma de romper mitos que reproduzem uma ideologia do trabalho que traz o trabalho como uma alternativa à criminalidade ou sustenta que trabalhar é bom ou um aprendizado, ou ainda que trabalhar não mata ninguém, todas essas falas apoiadas em falsas

⁷⁰

https://www.google.com.br/search?q=jota+camelo+bons+sonhos&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwi3xJqk0f_TAhVCIJAKHdl7Bc8Q_AUICigB&biw=1600&bih=767#imgsrc=3Hyfol7sU75PjM. Acesso em 20.05.2017.

crenças; tanto o trabalho quanto o crime são prejudiciais à criança, o trabalho precoce prejudica a formação educacional, o trabalho infantil mata e mutila centenas de crianças anualmente –, apontando para a gravidade da situação violadora de direitos, normalmente naturalizada e, por isso mesmo, tida como uma violação de menor potencial ofensivo, o que não é verdade.

O trabalho infantil, como visto, pode estar associado a várias outras situações de violações de direitos e violências praticadas contra a criança e o adolescente. No caso do trabalho nas ruas há vulnerabilidade em relação ao aliciamento para a prática de atividades ilícitas, consumo de substâncias entorpecentes, abuso ou violência sexual, são inúmeros os desdobramentos que podem resultar da inserção precoce e precária do adolescente no mundo do trabalho, além dos prejuízos físicos e psicológicos efetivos, que se traduzem em violência real praticada contra estes, uma vez que estão submetidos a uma situação involuntária, seja em razão de imposição familiar ou da violência estrutural decorrente da condição de necessidade econômica.

Entender o trabalho infantil como forma de violência é mais um passo para avançar na proteção da criança e do adolescente em termos legislativos, por exemplo, em relação à criminalização de condutas próprias de exploração do trabalho infantil ou associadas com outras práticas criminosas, com penalidades agravadas ou diferenciadas em situações que envolvam a exploração do trabalho infantil, maior vulnerabilidade e as próprias falsas promessas características de situações que envolvem trabalho em condição análoga a de escravo. É claro que tais proposições necessitam de um aprofundamento maior que não será possível desenvolver nessa pesquisa, mas o reconhecimento do trabalho infantil como violência real, simbólica e estrutural pode apontar para essa esfera de criminalização de condutas violadoras de direitos.

Além disso, dar visibilidade à violência decorrente do trabalho infantil, a partir de estudos sociológicos, psicológicos ou outras áreas, pode orientar toda uma política de conscientização das vítimas acerca de sua condição de vulnerabilidade, necessidade de denúncia e reconhecimento de direitos, podendo trazer maior efetividade nas políticas de erradicação do trabalho infantil, com viés no atendimento psicológico, na cultura de direitos e no fortalecimento da vítimas e suas famílias, trabalhando-se com um viés emancipatório, de libertação daquela forma de violência, o que desenha uma nova forma de atuação, fundada numa ação protetiva e não repressiva pela prática de uma conduta proibida pela legislação, tendo em vista sua

condição de vítima, que normalmente não é reconhecida pelo próprio sujeito que se encontra na situação de trabalho infantil.

Uma concepção pautada na proteção das crianças e adolescentes vítimas do trabalho infantil pode, ainda, orientar uma política de segurança pública especializada para este segmento, como ocorrido, por exemplo, em relação à violência contra a mulher, iniciativa tão necessária diante de tantas violações de direitos praticadas contra crianças e adolescentes. O Disque-Denúncia, nesse sentido, funcionaria como um número para atender a vítima da violação de direitos e não propriamente para a denúncia da ilegalidade do trabalho infantil. A forma como está estruturado o sistema de denúncia termina por transferir o foco da proteção da vítima da violência para a eliminação da conduta ilegal.

Portanto, entendemos que a concepção sobre o trabalho infantil como forma de violência pode resultar numa mudança de paradigma na compreensão do fenômeno, para ultrapassar a questão da ilegalidade, com vistas à construção de um discurso e uma cultura de reconhecimento de direitos, a partir da consciência da violação de direitos e da violência sofrida pelas próprias vítimas.

3 – REALIDADE MULTIFACETADA DO TRABALHO INFANTIL NAS RUAS

Menino microscópico
O peito gela onde o bem é utópico
É o novo tópico meu bem
A vida nos trópicos
Não tá fácil pra ninguém
É o mundo nas costas e a dor nas custas
Trilhas opostas, 'la plata' ofusca
Fumaça, buzinas e a busca
Faíscas na fogueira bem de rua, chamusca
 Emicida, 2013

3.1 Contornos do trabalho infantil no mundo

Segundo o relatório “Medir o progresso na luta contra o trabalho infantil: estimativas e tendências mundiais 2000-2012”⁷¹, (OIT, 2013), houve importante avanço no enfrentamento do trabalho infantil, no mundo, especialmente nos países da América Latina. Em números gerais, houve redução de 215 para 168 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho no período de 2008 a 2012. Em relação ao trabalho perigoso (piores formas), um decréscimo de 115 para 85 milhões.

Contudo, os números ainda são elevados, observando-se que a estimativa de 168 milhões corresponde a 11% da totalidade da população infantil mundial. Desse contingente, como visto, 85 milhões encontram-se em trabalhos perigosos.

Em números absolutos, Ásia e Pacífico concentram o total de 77,7 milhões de crianças trabalhadoras. Em seguida, a África subsaariana atinge o número de 59 milhões; América Latina e Caribe totalizam 12,5 milhões e Oriente Médio e Norte da África o total de 9,2 milhões de crianças trabalhadoras. Em números relativos, contudo, a situação mais grave ocorre na África subsaariana, que concentra

⁷¹ Desde o ano 2000, a OIT tem estudado e medido o progresso mundial na luta contra o trabalho infantil. Para tanto, realiza estudos sobre estimativas e tendências no mundo inteiro, que são publicadas em Relatórios Globais, periodicamente, no escopo do objetivo (não atingido) de erradicação das piores formas de trabalho infantil até 2016, definido na Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, realizada em Haia, no ano 2010. (Medir o progresso na Luta contra o Trabalho Infantil – Estimativas e tendências mundiais 2000-2012/ Bureau International do Trabalho, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil – Genebra: OIT, 2013).

http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---ipec/documents/publication/wcms_221799.pdf. Acesso em 09.03.2017.

proporção de mais de uma criança para cada cinco em situação de trabalho (21,4% da população infantil em situação de trabalho). Em seguida, vem a Ásia, América Latina e Oriente Médio.⁷²

América Latina e Caribe concentram o total de 17,8 milhões de crianças economicamente ativas e, desse contingente, são consideradas 12,5 milhões em situação de trabalho infantil, segundo os critérios adotados pela OIT.

Tabela 2. Trabalho infantil no mundo

Envolvimento de crianças em atividade econômica, trabalho infantil e trabalho perigoso por região, grupo etário 5-17 anos, 2012						
Região (a)	Crianças em atividade econômica		Trabalho infantil		Trabalho perigoso	
	(000)	%	(000)	%	(000)	%
Ásia-Pacífico	129.358	15,5	77.723	9,3	38.860	4,1
América Latina e Caribe	17.843	12,5	12.505	8,3	9.638	6,8
África Subsariana	83.570	30,3	59.031	21,4	28.767	10,4
Médio Oriente e norte da África	13.307	12,1	9.244	8,4	5.224	4,7

Nota: (a) Os totais regionais perfazem menos do que os totais mundiais porque estes incluem países fora das 4 regiões principais aqui referidas.

Fonte: OIT, 2012.

A OIT adota critérios distintos para a classificação do trabalho de crianças e adolescentes, especificamente: a) crianças economicamente ativas (seria a concepção utilizada pela PNAD no Brasil, considerando todo o contingente de crianças e adolescentes ocupadas); b) trabalho infantil (estritamente trabalho abaixo da idade mínima em cada país – no Brasil, é considerada a idade de 16 anos); c) trabalho perigoso (piores formas, proibido para pessoas com menos de 18 anos).

Segundo o relatório (OIT, 2013, p. 16)⁷³, crianças em atividade econômica denotam um conceito mais abrangente de trabalho infantil. A OIT assim define: quando as crianças se encontrem ocupadas em

⁷² Medir o progresso na luta contra o trabalho infantil: estimativas e tendências mundiais 2000-2012. Ibidem.

⁷³ Ibidem.

atividade econômica de qualquer natureza, pelo menos durante uma hora no período de referência. O termo atividade econômica inclui toda a produção comercial, bem como determinados tipos de produção não comercial (principalmente a produção de bens e serviços para uso próprio). Inclui todas as formas de trabalho em economias formais e informais, dentro ou fora do contexto familiar, o trabalho remunerado ou com fins lucrativos (em dinheiro ou em espécie, a tempo parcial ou inteiro) ou o trabalho doméstico realizado fora do próprio lar da criança, para uma entidade empregadora (com ou sem remuneração). Neste texto, os termos “crianças trabalhadoras” e “crianças em atividade econômica” são utilizados com o mesmo significado.

Tendo em vista diferentes definições adotadas pelos países no tocante ao trabalho infantil, a OIT considera como tal as crianças nas piores formas e as crianças economicamente ativas abaixo da idade mínima. Não inclui crianças em trabalhos ligeiros (trabalhos inferiores a 14 horas semanais em determinadas atividades), conforme permissivo legislativo em cada país (não é o caso do Brasil). É um conceito mais restrito. O trabalho perigoso, por sua vez, é aquele realizado em qualquer atividade ou ocupação que, pela sua natureza ou tipo, tenha efeitos nocivos na segurança, saúde, desenvolvimento ou moral da criança, o que chamamos de piores formas. É entendido como uma subcategoria do trabalho infantil.

Entendemos que o conceito de crianças economicamente ativas é o que mais se aproxima do trabalho infantil mensurado na PNAD, pelo Brasil, na esteira da concepção teleológica trazida no Capítulo 2, que considera todo o trabalho realizado por crianças ou adolescentes, na faixa etária de 5 a 17 anos, sem qualquer distinção em relação à quantidade de horas ou outros critérios como exploração ou conta própria, atividade formal ou informal.

Considerado o número total de crianças e adolescentes economicamente ativas, entre 5 e 17 anos, no mundo, os dados revelam o total de 264 milhões de crianças e adolescentes, concentrando a América Latina e Caribe o total de 17, 8 milhões (OIT, 2013, p. 15) e o Brasil 3,5 milhões no ano 2012, passando para 2,7 milhões em 2015. (PNAD, IBGE, 2013, 2016).

Os dados são mais ilustrativos da situação mundial, que propriamente úteis na análise do trabalho infantil nas ruas. Observa-se uma carência de dados especificamente nesse segmento – trabalho nas ruas - no relatório. Há referência quanto ao aumento do trabalho informal nos últimos anos, mencionando que tal ocorre no setor de serviços, portanto, bastante amplo no conjunto das atividades e funções

nele consideradas. A mesma ausência de dados sobre trabalho infantil nas ruas será encontrada também nacionalmente nos números da PNAD, como veremos.

3.2 Trabalho infantil no Brasil

A última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, relativa ao ano 2015, aponta uma redução expressiva do trabalho infantil no Brasil, de 3,3 milhões (2014) para 2,7 milhões (2015) de crianças e adolescentes, com idade entre 5 e 17 anos em atividades laborais. A redução de quase 20% do trabalho infantil em relação ao ano anterior trouxe questionamento quanto à possível relação entre esta redução e a crise econômica (elevação da taxa geral de desemprego) ou se teria efetivamente obtido resultado positivo as ações de enfrentamento ao trabalho infantil.

Destaca-se que a PNAD anterior apontava uma elevação do trabalho infantil em relação ao ano 2013 (3,1 para 3,3 milhões), após duas décadas em que o Estado brasileiro reduziu significativamente a exploração da mão de obra infantil (70% de redução de 1992 a 2015), figurando internacionalmente como referência no conjunto de ações e políticas sociais de enfrentamento do problema.

Segundo a OIT, no ano 1992, os dados apontavam o contingente de 9,6 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho⁷⁴. (OIT, 2004). O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, por sua vez, aponta o total de 7,7 milhões no período e apresenta série histórica de 1992 a 2014, conforme linha temporal elaborada, com base nos dados da PNAD-IBGE:

⁷⁴ Di Giovanni, Geraldo. Aspectos qualitativos do trabalho infantil. Brasília: OIT, 2004. http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/ipecc/pub/aspectos_qualitativos_trabalho_infantil_no_brasil_322.pdf. Acesso em 16.03.2017. p. 23

Tabela 3. Série histórica do trabalho infantil em números 1992-2013

Tabela A1.1 - Número de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade ocupados (Mil pessoas)
Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 1992-2013

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Norte	326	345	341	282	312	314	331	273	310	304	619	601	575	528	490	450	490	433	367
Rondônia	34	31	30	18	30	24	23	21	35	31	75	69	64	60	55	63	51	51	42
Acre	14	11	13	9	12	10	9	11	17	11	30	31	31	31	26	27	28	27	13
Amazonas	62	65	68	43	51	35	48	43	45	46	86	69	90	86	76	79	121	88	69
Roraima	4	6	5	6	5	2	5	5	3	8	13	12	20	14	10	8	13	8	5
Pará	131	149	140	126	135	163	143	127	136	142	346	347	304	269	258	206	221	220	198
Amapá	7	10	11	9	12	9	12	4	6	8	9	13	9	14	7	9	7	6	8
Tocantins	75	74	74	71	67	72	91	62	68	58	60	60	57	54	58	58	49	33	32
Nordeste	2.983	3.022	3.062	2.573	2.640	2.671	2.708	2.193	2.353	2.171	2.077	2.230	2.021	1.857	1.679	1.592	1.302	1.179	1.055
Maranhão	437	477	489	443	478	521	518	393	328	298	323	365	334	315	223	201	227	205	208
Piauí	206	203	218	175	176	167	206	137	174	158	173	171	146	128	113	121	119	107	85
Ceará	450	418	480	398	371	371	430	343	376	377	328	353	328	296	290	290	206	173	146
Rio Grande do Norte	150	123	131	103	107	89	90	83	90	89	80	90	82	100	87	84	57	41	46
Paraíba	232	232	211	209	195	170	166	123	167	138	147	163	121	107	100	68	76	73	52
Pernambuco	473	450	434	389	369	390	376	333	381	343	296	326	316	283	237	206	121	140	146
Alagoas	144	126	142	111	114	109	86	135	124	127	105	120	123	102	101	89	74	68	45
Sergipe	74	88	90	80	90	75	90	61	66	65	52	63	59	49	55	46	41	52	35
Bahia	817	906	868	665	740	778	747	585	647	576	573	579	512	477	473	487	381	320	292
Sudeste	2.561	2.484	2.460	2.177	2.023	1.823	1.780	1.580	1.544	1.499	1.386	1.495	1.451	1.370	1.311	1.259	1.097	1.106	1.001
Minas Gerais	914	904	884	765	748	667	730	568	621	596	510	598	599	514	493	477	402	392	378
Espírito Santo	168	159	148	137	132	138	123	108	114	113	99	96	99	82	75	71	75	73	57
Rio de Janeiro	302	289	264	251	197	170	157	150	160	124	135	145	128	139	120	129	100	97	104
São Paulo	1.178	1.132	1.164	1.024	946	847	770	754	649	666	642	656	625	635	623	582	520	544	462
Sul	1.333	1.327	1.293	1.131	1.061	1.009	1.011	881	948	887	926	862	836	824	705	688	603	583	524
Paraná	550	568	559	466	441	402	402	337	355	340	348	339	318	334	268	260	254	218	186
Santa Catarina	288	287	289	242	238	246	247	201	217	183	220	205	203	186	167	190	121	146	123
Rio Grande do Sul	495	472	445	423	382	361	362	343	376	364	358	318	315	304	270	238	228	219	215
Centro-Oeste	570	563	518	444	443	430	421	358	391	311	363	343	323	312	332	328	231	264	240
Mato Grosso do Sul	107	112	106	89	96	78	86	62	89	52	70	62	64	68	61	53	37	44	45
Mato Grosso	142	142	129	120	119	126	135	103	109	91	113	106	99	85	91	79	66	76	53
Goiás	272	273	247	200	194	197	169	170	174	146	161	147	138	136	157	177	110	124	125
Distrito Federal	50	36	37	35	35	29	32	23	19	22	19	28	22	23	23	19	18	20	17
Brasil	7.773	7.742	7.675	6.606	6.478	6.246	6.252	5.285	5.546	5.172	5.371	5.531	5.206	4.891	4.517	4.317	3.723	3.565	3.187

Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

Fonte: FNPETI, 2014.

No Relatório Mundial sobre Trabalho Infantil⁷⁵ (OIT, 2013, p.16), analisam-se os impactos da crise econômica mundial sobre índices de trabalho infantil:

A teoria e as experiências das crises anteriores indicam que as crianças estão em particular risco de serem colocadas a trabalhar durante as crises. A depreciação dos padrões de vida, o estreitamento do crédito e a redução das remessas de membros das famílias no estrangeiro, em conjunto, exercem pressão sobre as famílias vulneráveis e podem vir a aumentar a sua dependência do trabalho infantil para equilibrarem os seus orçamentos. Os constrangimentos impostos às redes de segurança social, resultantes das pressões nos orçamentos de estado, também podem aumentar a dependência das famílias do trabalho infantil para sobreviverem. A “informalização” da economia, decorrente da crise econômica, é outro fator que favorece o emprego de crianças, uma vez que, na economia informal, há menos controles e menor exigência de trabalho especializado.

Contrariando esta análise, o fenômeno observado mundialmente e também em relação ao Brasil, portanto, aponta para uma inversão nos dados, resultando em decréscimo do trabalho infantil, mesmo num período de aprofundamento de crise

⁷⁵ Relatório mundial sobre trabalho infantil. Vulnerabilidade econômica, proteção social e luta contra o trabalho infantil / Genebra, Secretariado Internacional do Trabalho. Primeira edição, 2013.

econômica. Se é certo que os números continuam indicando tendência de redução no trabalho infantil em geral, por outro lado, a realidade que se visualiza nas ruas, bem como em dados relativos a índices de desigualdade social, crianças em situação de pobreza, crianças vítimas de violência letal, é proporcionalmente inversa⁷⁶. O que leva a crer que o trabalho infantil nas ruas não está corretamente mensurado nesses dados.

Em que pesem importantes as políticas sociais implementadas a partir da década de 90 (PETI e Bolsa Família) na redução dos números gerais do trabalho infantil, verifica-se, a partir da última PNAD, uma elevação do trabalho na faixa etária de 5-9 anos, no setor agrícola, e, de outro lado, uma concentração de trabalho em atividades urbanas, atingindo predominante os adolescentes entre 14 e 17 anos, que precisa ser considerada nas estratégias de enfrentamento ao trabalho infantil. Vejamos os dados:

Tabela 4. Trabalho infantil por faixa etária (2014-2015)

	5-9 anos	10-13 anos	14-15 anos	16-17 anos
2014	70 mil	484 mil	852 mil	1.926 mil
2015	79 mil	333 mil	652 mil	1.608 mil

Fonte: Da autora, a partir dos dados da PNAD/IBGE.

Note-se que os dados da PNAD não conseguem abranger de forma ampla o trabalho informal, o que nos leva a crer que o trabalho infantil nas ruas pouco aparece

⁷⁶ O relatório *Violência Letal Contra as Crianças e Adolescentes do Brasil*, aponta que 29 crianças e adolescentes são assassinadas no Brasil, de acordo com estudo da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO) Brasil divulgado hoje (30). O número coloca o país em terceiro lugar em homicídios de crianças e adolescentes em uma lista de 85 nações. O número de vítimas negras é quase três vezes maior que o de brancas. http://flacso.org.br/?post_type=publication&p=16214

A desigualdade voltou a aumentar no país. Ao atingir patamares recordes em 2016, o desemprego fez com que a disparidade da renda domiciliar per capita no Brasil registrasse o primeiro aumento em 22 anos, desde o início do Plano Real, mostra o índice de Gini calculado pela FGV Social. <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/03/desigualdade-no-brasil-aumenta-pela-primeira-vez-em-22-anos.html>

Cerca de 17 milhões de crianças até 14 anos – o que equivale a 40,2% da população brasileira nessa faixa etária – vivem em domicílios de baixa renda. No Norte e no Nordeste, regiões que apresentam as piores situações, mais da metade das crianças [60,6% e 54%, respectivamente] vivem com renda domiciliar *per capita* mensal igual ou inferior a meio salário mínimo. Desse total, 5,8 milhões vivem em situação de extrema pobreza, caracterizada quando a renda *per capita* é inferior a 25% do salário mínimo. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-03/estudo-mostra-que-40-das-criancas-de-0-14-anos-no-brasil-vivem-na>

na pesquisa por amostra de domicílio. E é uma situação que tende a ser agravada em períodos de crise econômica, em razão do aprofundamento das desigualdades sociais e da pobreza.

Daí se analisar a realidade social por trás dos dados apontados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, quando se busca analisar informações pertinentes ao trabalho infantil nas ruas. A pesquisa do IBGE considera todas as situações de trabalho declaradas, em que identificado pelo menos o labor em uma hora semanal. Ainda assim, mesmo adotando critério amplo, é possível que o trabalho doméstico familiar e o trabalho infantil nas ruas, assim como em atividades ilícitas não apareçam nos dados, em razão da metodologia de pesquisa por amostra domiciliar.⁷⁷ Dificilmente, será declarado o trabalho na rua pelo próprio entrevistado, abrangendo crianças ou adolescentes. Além disso, muitas situações de trabalho nas ruas, por conta própria, pelo adolescente, são desconhecidas dos familiares que prestam as declarações.

Grillo e Maciel (2016, p. 320) faz uma análise crítica em relação aos dados da PNAD – relativamente à população trabalhadora adulta –, quanto à provável invisibilidade dos trabalhadores que estão à margem de proteção e categorias profissionais indefinidas (ambulantes, catadores, outros), a quem denomina ralé⁷⁸, ou segmento submetido a trabalhos marginais⁷⁹, denominação esta utilizada por Souto Maior (2013, p. 9), para abarcar trabalhadores colocados à margem da proteção jurídica trabalhista. Tal análise crítica se aplica de igual forma ao trabalho infantil, que é dimensionado na PNAD, utilizando categorias de classificação de ocupações muito próximas. Transcreve-se:

No caso dos dados oficiais, a PNAD de 2005, por exemplo, distribui percentualmente os trabalhadores brasileiros nas seguintes ocupações: Total 87.089.976, Empregados com carteira 31,1, Empregados sem carteira 17,7, Militares e estatutários 6,3,

⁷⁷ Entrevista com Cimar Azeredo Pereira, Coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE. A pesquisa é realizada através de entrevistas domiciliares e considera, com base em recomendação internacional, todo o trabalho que gera algum tipo de rendimento, em espécie ou produtos ou serviços, ou sem remuneração, em atividade familiar, para consumo próprio ou em benefício de terceiros, considerando o trabalho pelo menos uma hora na semana, no período de referência. Realizada por telefone na data de 09/03/2017.

⁷⁸ Grillo, Andre. Maciel, Fabricio. O trabalho que (in) dignifica o homem. In: SOUZA, Jessé. A Ralé Brasileira. Que é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMF, 2016.

⁷⁹ MAIOR, Jorge Luiz Souto; GNATA, Noa Piatã Bassfeld (org.). Trabalhos marginais. São Paulo: LTr, 2013.

Trabalhadores domésticos 7,6, Conta própria 21,6, Empregadores 4,2, Não remunerados 6,8.

Podemos observar aqui a sutil omissão da ralé nesse tipo de classificação aparentemente bem-arrumado: logo no primeiro perfil, “empregados com carteira”, não podemos saber quem é ralé e quem não é, ou seja, não podemos distinguir trabalhadores qualificados de desqualificados. Para que fique mais claro, alguém pode trabalhar com carteira assinada numa grande empresa, com vários direitos assegurados, enquanto outros podem trabalhar em uma pequena loja, com carteira, mas receber apenas a comissão pelas vendas, que muitas vezes não alcança nem um salário mínimo, e assinar seu recibo de salário obrigatoriamente.

Quanto a “empregados sem carteira”, também podemos encontrar trabalhadores qualificados, como representantes de venda, que não são da ralé, bem como desqualificados, que certamente são a maioria nesse caso. Por fim, o que nos parece mais confuso é o famoso “conta própria”, ou autônomo, cuja classificação conta com a autodescrição do trabalhador. É muito comum encontrarmos, como pudemos constatar ao longo da pesquisa, pessoas que se definem dessa maneira tanto entre vendedores de classe média que possuem carros “populares” e casa na praia, quanto pipoqueiros, vendedores de picolé etc. Para estes últimos, inclusive, soa muito mais confortável dizer que são autônomos do que assumirem que trabalham em uma ocupação desqualificada à margem do mercado qualificado.

Quanto ao restante, “militares e estatutários” e “empregadores”, certamente não são desqualificados, enquanto que “não remunerados” só podem ser desqualificados. No geral, o que fica claro aqui é que os dados oficiais escondem a ralé atrás de categorias ocupacionais de teor liberal, uma vez que contam com a autoclassificação do trabalhador e com seu lugar em posições formais do mercado como “com carteira” e “sem carteira”.

Em relação ao trabalho de crianças e adolescentes, a PNAD classifica o trabalho em quatro grupos de ocupação na atividade principal (tabela 4.2.7): 1) empregados e trabalhadores domésticos; 2) conta própria e empregadores; 3) não remunerados; 4) trabalhadores na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso. (ANEXO C)

Os trabalhadores infantis nas ruas e, mais especificamente os malabares, podem estar diluídos – quando captados – pelo menos em três diferentes categorias. Na condição de empregados, se estiverem trabalhando em condição de exploração econômica por terceiro. Veja-se que o termo “empregado” aqui não está utilizado em sentido próprio (emprego formal), mas trazendo como referência a existência de um tomador do serviço, tanto que a PNAD aponta a existência de 106 mil empregados com idade entre 5 e 13 anos, o que seria absolutamente impossível, caso considerado o critério de emprego formal. Portanto, levando-se em consideração a existência de

algum tomador ou explorador desse serviço, poderíamos ter nesse dado um percentual de trabalhadores infantis de rua.

No critério 'conta própria' também é possível aparecerem as crianças que trabalham nas ruas, como é possível aparecer crianças que trabalham costurando peças em domicílio (em cadeias produtivas) ou, ainda, um adolescente, na feira, na barraca do pai. São inúmeras as situações possíveis. Como empregador, pensamos que tal classificação tenha um pouco mais de dificuldade de identificação no universo infantil, mas é possível que adolescentes maiores comandem o trabalho de outros menores nas ruas. A questão é: será que essas atividades desenvolvidas nos faróis estão declaradas na pesquisa?

Outro ponto é que as classificações são muito amplas, inexistindo um critério mais específico de percepção do trabalho infantil nas ruas, como, por exemplo, seu filho realizava alguma atividade na rua, como venda de produtos, malabares ou outros serviços?

Para finalizar, quanto a esta segunda classificação, a PNAD⁸⁰ define como conta-própria "a pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado" e como empregador "Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado". Pensamos que essas classificações não são as mais precisas para a identificação do trabalho infantil e, menos ainda, em relação ao trabalho nas ruas.

Quanto às demais categorias "não remunerado" e "produção para o próprio consumo", é possível, em relação à primeira, considerarmos os malabares na referida ocupação, tendo em vista que não possuem uma remuneração fixa, dependendo do que conseguem auferir (ou não) no dia de trabalho. Quanto à produção ou construção para o próprio consumo, acreditamos se tratar de categoria de difícil percepção e até mesmo confusa, pois uma criança que trabalha, por exemplo, numa determinada cultura agrícola, para consumo próprio, não seria também uma trabalhadora autônoma? Seria possível pensar na produção de arte para si mesmo? São questões que trazem reflexões sobre a metodologia utilizada na pesquisa nacional para a

⁸⁰ PNAD. Notas metodológicas. Pesquisa básica.

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default_sintese.sh
tm

apuração do trabalho infantil no Brasil. Sustentamos nessa pesquisa que os dados do trabalho infantil nas ruas não estão considerados de forma satisfatória na PNAD.

Trata-se de trabalho que se diferencia exatamente pela precariedade em que é realizado, sem necessariamente um empregador ou organização mínima da atividade produtiva. Isso pode fazer com que a família não compreenda a atividade como trabalho e, portanto, não a declare durante a entrevista, além da questão do desconhecimento dos pais ou responsáveis, muitas vezes, do trabalho realizado pelos filhos nas ruas. O certo é que a pesquisa não adentra especificamente nas atividades relacionadas ao trabalho nas ruas, o que poderia trazer um retrato bem mais aprofundado da realidade desse segmento de trabalho infantil, considerado como piores formas.

Não obstante a falta de clareza quanto ao trabalho infantil nas ruas, a análise da PNAD é importante para que tenhamos um retrato geral do trabalho infantil no Brasil. Vejamos alguns dados comparativos na série histórica da PNAD 2014 e 2015:

Tabela 5. Números gerais do trabalho infantil

DADOS	PNAD 2014	PNAD 2015
Geral (5 a 17 anos)	3.331.000 (100%)	2.672.000 (100%)
5 a 13 anos	554.000 (16%)	412.000 (15,4%)
14 a 17 anos	2.778.000 (84%)	2.260.000 (84,6%)

Fonte: Da autora, a partir dos dados da PNAD/IBGE.

Tabela 6. Gênero

DADOS	PNAD 2014	PNAD 2015
Meninos	2.183.000 (65%)	1.764.000 (66%)
Meninas	1.149.000 (35%)	907.000 (34%)

Fonte: Da autora, a partir dos dados da PNAD/IBGE.

Tabela 7. Atividade

DADOS	PNAD 2014	PNAD 2015
Agrícola	1.024.000 (30%)	856.000 (32%)
Não agrícola	2.307.000 (70%)	1.816.000 (68%)
Agrícola (5-13)	344.000 (62%)	267.000 (65%)
Não agrícola (5-13)	210.000 (38%)	145.000 (35%)

Agrícola (14-17)	680.000 (24%)	589.000 (26%)
Não agrícola (14-17)	2.097.000(76%)	1.671.000 (74%)

Fonte: Da autora, a partir dos dados da PNAD/IBGE.

Tabela 8. Trabalho formal

DADOS	PNAD 2014	PNAD 2015
14 17 com CTPS	506.000(18%)	400.000 (17,6%)
14 17 sem CTPS	1.359.000(82%)	1.095.000 (82,4%)

Fonte: Da autora, a partir dos dados da PNAD/IBGE.

Tabela 9. Carga horária

DADOS	PNAD 2014	PNAD 2015
Até 14h semanais	743.000	677.000 (25%)
15h a 39h semanais	1.635.000	1.330.000 (51%)
40h ou mais	954.000	665.000 (24%)
Até 14h (5-13)	304.000	265.000 (64%)
15-39h (5-13)	232.000	138.000
40h> (5-13)	18.000	10.000
Até 14h (14-17)	439.000	412.000 (28%)
15-39h (14-17)	1.403.000	1.192.000 (53%)
40h> (14-17)	936.000	655.000(9%)

Fonte: Da autora, a partir dos dados da PNAD/IBGE.

Tabela 10. Rendimentos do trabalho infantil

DADOS	PNAD 2014	PNAD 2015
<1/4 SM	316.000 (9,5%)	303.000 (11,3%)
¼ a ½ SM	464.000 (13,9%)	384.000 (14,4%)
½ a 1 SM	667.000 (20%)	590.000 (22,1%)
1 a 2 SM	673.000 (20,2%)	481.000 (18,0%)
2SM ou mais	32.000 (1%)	11.000 (0,4%)
Sem rendimento	1.137.000 (34,1%)	885.000 (33,1%)
Sem declaração		17.000 (0,6%)

Fonte: Da autora, a partir dos dados da PNAD/IBGE.

Tabela 11. Rendimento per capita familiar

DADOS	PNAD 2015
Sem rendimento a <1/4 SM	421.000 (15,8%)
¼ a ½ SM	605.000 (22,7%)
½ a 1 SM	912.000 (34,2%)
1 a 2 SM	518.000 (19,4%)

2SM ou mais	138.000 (5,2%)
Sem declaração	75.000 (2,8%)

Fonte: Da autora, a partir dos dados da PNAD/IBGE.

Destaca-se na análise geral dos dados sobre rendimentos que a maior quantidade de crianças que trabalha sem remuneração está na faixa etária de 5 a 13 anos (33% do total do trabalho infantil na PNAD2105), que é também a faixa etária predominante em atividades agrícolas. Já na faixa etária de 14 a 17 anos, predominante em atividades urbanas (75% conforme tabela 7 acima), 25,6% declara não ter rendimentos, enquanto 47,3% recebe mais de $\frac{1}{2}$ salário mínimo (25,6% de $\frac{1}{2}$ a 1 sm; 21,2% de 1 a 2 sm; 0,5% 2 sm ou mais).

A partir dos dados da PNAD, é possível traçar um desenho do trabalho infantil contemporâneo no Brasil. O primeiro deles é que o trabalho se concentra na faixa etária entre 14 a 17 anos (84,6%), em atividades urbanas (68%) e atinge em maior número os meninos (66%). Além disso, os ganhos auferidos são pequenos, observando-se que 25,6% do total de trabalhadores entre 14 e 17 anos não tem rendimento⁸¹. Em números gerais, são 885.000 crianças e adolescentes, entre 5 e 17 anos, que trabalha sem rendimento, ou seja, para complemento da renda familiar, na própria produção ou consumo.

Por outro lado, quase 50% dos trabalhadores infantil auferem ganho superiores a $\frac{1}{2}$ salário mensal⁸², o que é relevante na realidade sócio-econômica das famílias, ainda mais se o valor é utilizado para o próprio sustento ou aquisição de bens de consumo úteis pelo adolescente. Para uma família, por exemplo, que tem um rendimento de $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita, o rendimento da criança ou adolescente termina por representar uma contribuição econômica importante, senão para o sustento alimentar, para satisfação de outras necessidades como roupas, material escolar, brinquedos, outros, razão pela qual essa questão deve ser considerada nas estratégias de enfrentamento ao trabalho infantil. Pode-se identificar a necessidade de políticas públicas, tanto no que diz respeito ao trabalho decente e políticas de geração de renda para as famílias quanto no campo da profissionalização, para

⁸¹ O critério sem rendimento considera o trabalho para a própria família.

⁸² Tabela 4.2.20. Na faixa etária de 14 a 17 anos 35,5% tem renda mensal domiciliar per capita entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo. 21,2% possui renda familiar mensal de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ SM e 13,6% declara sem rendimento até $\frac{1}{4}$ SM per capita. Portanto é significativo o rendimento do trabalho infantil num contexto de renda per capita familiar.

adolescentes e jovens que possam de fato abranger adolescentes vulneráveis, em situação de trabalho infantil.

Na faixa etária entre 5 e 13 anos (que se concentra principalmente nas áreas rurais), o trabalho sem rendimento atinge 74,6% das crianças trabalhadoras. Isso importa dizer que se trata de trabalho, na maioria dos casos, realizados com a família e, portanto, atinge em maior escala as crianças de mais tenra idade, no setor agrícola. Nesse viés, um componente cultural, aliado principalmente à ausência de políticas públicas para o campo, assim como a falta de escolas, pode ser visto como determinante do ingresso precoce das crianças no trabalho.

Destaca-se a proibição de qualquer trabalho nessa faixa etária, período em que deve ser assegurado o direito à educação, ao esporte, lazer e cultura, enfim, ao desenvolvimento saudável físico, psicológico, moral e social. Identifica-se nesse particular a necessidade de intensificação de programas educacionais e culturais nas zonas rurais, creches, escola integral e a própria facilitação de acesso à escola, sabidas as dificuldades das crianças se deslocarem até às escolas públicas nas áreas rurais⁸³.

Análises relativas às causas do trabalho infantil, que levem em consideração a faixa etária em que ocorre, afiguram-se absolutamente relevantes para a construção de estratégias de políticas públicas voltadas ao segmento da população infantil identificado. Basta, por exemplo, imaginar que, se os 2.260.000 adolescentes com 14 a 17 anos estivessem inseridos em programas de aprendizagem e trabalho protegido (16-17 anos), os esforços para a erradicação do trabalho infantil no Brasil estariam concentrados em políticas sociais para a faixa etária entre 5 e 13 anos, atingindo um total de 412 mil crianças, predominantemente na área rural. Na faixa etária em que o trabalho é totalmente proibido, as políticas devem priorizar o brincar e a convivência social através da educação, cultura, esportes, artes, outras atividades lúdicas.

Outro dado importante nesta análise diz respeito aos baixos rendimentos auferidos pela população infantil, mas que, como visto, podem ser significativos num contexto de realidade econômica das famílias. Os dados gerais revelam que 33% dos

⁸³ A atividade econômica, que se beneficia do trabalho dos produtores rurais, é responsável tanto do ponto de vista de monitorar sua cadeia produtiva, para que não ocorra o trabalho infantil, quanto em relação a assegurar condições adequadas de trabalho para os seus fornecedores, o que pode, por exemplo, ensinar a construção de escolas ou creches nas localidades.

trabalhadores infantis (5 a 17 anos) não recebem qualquer rendimento⁸⁴, enquanto 25% recebem menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo ($11\% < \frac{1}{4}$ e 14% de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ SM), ou seja, valor inferior a R\$ 468,50, mensais, observando-se um segmento que recebe menos de R\$ 234,25 (menos de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo). De outro lado, 40% dos trabalhadores infantis recebem mais de $\frac{1}{2}$ salário mínimo mensais. Se considerada a Região Sudeste, estes rendimentos se elevam. Segundo a PNAD, os rendimentos na região Sudeste alcançam:

Tabela 12. Rendimentos do trabalho infantil região Sudeste

DADOS	PNAD 2015	
<1/4 SM	70.0000	(8,3%)
$\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ SM	118.000	(13,9%)
$\frac{1}{2}$ a 1 SM	249.000	(29,1%)
1 a 2 SM	224.000	(26,2%)
2SM ou mais	4.000	(0,4%)
Sem rendimento	183.000	(21,5%)
Sem declaração	5.000	(0,6%)

Fonte: Tabela 4.2.16 PNAD2015.

Na Região Sudeste, mais da metade dos trabalhadores infantis, 55,7% auferem valor superior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo; 22,2% recebem menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 21,5% não recebem rendimento.

A ausência de remuneração do trabalho pode à primeira vista apontar para a questão cultural, fazendo com que os pais insiram seus filhos em atividades laborais, como forma de aprendizado (em substituição à educação). Essa questão cultural normalmente é associada ao trabalho rural. Tal análise, contudo, desconsidera que, no âmbito da produção rural familiar, a mão de obra de uma criança proporciona maior produção e, em decorrência, um ganho familiar maior por produção, o que normalmente está associado a cadeias econômicas em que empresas tomadoras, ao final da produção, beneficiam-se desse trabalho. Podemos citar como exemplo o trabalho infantil nas lavouras de café, tabaco, castanha, dentre outros. Assim sendo, não se trata meramente de um componente cultural, mas também de ganho econômico, decorrente da exploração do trabalho de toda a família, por empresas que

⁸⁴ Lembrando, no recorte de dados, por faixa etária, que entre 5 e 13 anos 74,6% das crianças não recebem rendimento, ao passo que dos 14 aos 17 anos apenas 25,6% dos adolescentes trabalham nessa condição. Nesse dado é considerado pelo IBGE o trabalho em âmbito familiar.

comercializam a produção obtida com trabalho infantil (sem custo ou com custo reduzido).

O mesmo pode ocorrer nas atividades urbanas e, inclusive, nas ruas, em que, por exemplo, uma família vende panos de prato. As crianças que trabalham são consideradas sem rendimento, mas o rendimento familiar obtido também com o trabalho das crianças é para todos os integrantes daquela família. E quem se beneficia desse trabalho (fornece o produto ou contrata os serviços) explora a mão de obra infantil, que conta como uma força de trabalho a mais, mas sem a contraprestação do salário ou serviço de um trabalhador adulto.

Portanto, os dados da PNAD devem ser analisados com cautela e de forma conjunta com outras variantes sociais e regionais, que podem trazer um retrato mais detalhado do trabalho infantil naquela localidade e num determinado segmento de atividade.

Não obstante, como dito, a partir dos dados apontados na PNAD, pode-se ter um retrato geral do trabalho infantil no Brasil, predominantemente urbano, com maior incidência nos meninos adolescentes, entre 14 e 17 anos. As famílias envolvidas com o trabalho infantil, se não se inserem no conceito de pobreza (abaixo de $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita), apresentam um perfil de classe baixa: apenas 5,2% das famílias entrevistadas possuem renda superior a dois salários mínimos per capita. Isso revela que as amarras principais do trabalho infantil ainda são econômicas. Se considerarmos que no ano 2015 a renda média per capita no Brasil atingia o valor de R\$ 1.113,00⁸⁵, enquanto o salário mínimo era R\$ 788,00, vamos identificar que as famílias do trabalho infantil estão muito abaixo da renda média, constituindo parcela dos estratos inferiores na pirâmide social de classes econômicas (baixa renda, pobreza absoluta, pobreza extrema, miseráveis).

Estamos falando, portanto, de uma grande maioria de famílias (72,7%) que recebe menos de R\$ 788,00. Desse total, 22,7% recebem menos de R\$ 394,00 e 15,7% recebem menos de R\$ 197,00, per capita, no ano 2015. Isso num contexto social, em que uma cesta básica, em São Paulo, por exemplo, custava R\$ 392,77⁸⁶; a tarifa de ônibus e metrô dentro do município R\$ 3,50 (o deslocamento diário ida e

⁸⁵ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-02/ibge-renda-capita-media-do-brasileiro-atinge-r-1113-em-2015>

⁸⁶ <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/07/cesta-basica-cai-em-15-das-18-cidades-pesquisadas-diz-dieese.html>

volta para o trabalho – considerando a grande maioria de trabalhadores informais, portanto, sem direito a vale-transporte –, num período de 22 dias, atinge R\$ 154,00); um aluguel na periferia custava na faixa de R\$ 550,00 a R\$ 1.000,00⁸⁷.

Não há, portanto, como considerar que houve uma mudança no perfil do trabalho infantil, como pretendem fazer crer alguns defensores dos motivos culturais de inserção precoce no trabalho, a abranger pessoas de melhor condição social. A parcela predominante da população infantil trabalhadora no Brasil é oriunda de classes baixas, em extrema pobreza ou com baixo rendimento. Portanto, a inserção ocorre principalmente por motivo de complemento de renda ou renda própria para consumo de bens úteis, necessários com vistas ao lazer ou diversão, o que também é um direito previsto em Lei e deveria ser assegurado à criança ou ao adolescente (artigo 227 da CF).

Há outros recortes possíveis na análise dos dados da PNAD, em subcategorias nas faixas etárias, todavia, para o objeto do nosso estudo, consideramos como mais importantes estes quatro elementos: a) a faixa etária entre 14 e 17 anos; b) atividade urbana; c) predominância do sexo masculino; d) baixos rendimentos.

Registre-se que não necessariamente tal desenho do trabalho infantil no Brasil, observado através da análise dos dados da PNAD-IBGE, representa a realidade do trabalho infantil nas ruas, como veremos no desenvolvimento das análises que se seguem. Destacam-se outros dados extraídos da PNAD:

Quadro Explicativo 2. Dados sobre o Trabalho Infantil

1) O total de 2.672.000 de crianças e adolescentes trabalhadoras corresponde a 6,6% da população infantil no Brasil (entre 5 e 17 anos), ou seja, a maioria da população nessa faixa etária não trabalha, não se trata de uma cultura de trabalho precoce no Brasil.

2) A maioria das crianças frequentam a escola, ao todo 2.115.000, o que corresponde a 79% do total de crianças e adolescentes trabalhadoras. Houve uma elevação dos níveis de escolaridade da população brasileira nas últimas décadas, abrangendo, inclusive as crianças das classes mais baixas. Atualmente o trabalho infantil sói ocorrer concomitante com o estudo, até mesmo em razão das condicionalidades dos programas sociais, contudo, não quer dizer que não interfira no aproveitamento escolar.

⁸⁷ <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/08/aluguel-sobe-em-areas-da-periferia-de-sp.html>

3) Na faixa etária de 5 a 13 anos, 401 mil dos 412 mil trabalhadores infantis estão na escola, o que corresponde a 97%. Quanto menor a idade, maior o índice de frequência escolar.

4) Na faixa etária de 14 a 17 anos, 1.713.000 frequentam a escola, o que atinge 75% das crianças trabalhadoras nesta faixa. A evasão escolar é maior quanto maior a faixa etária.

5) 557 mil do total de 2.672 mil crianças estão fora da escola, o que corresponde a 20% dos trabalhadores infantis. Ainda é um número elevado de crianças e adolescentes fora da escola.

6) 65% das crianças entre 5 e 13 anos estão no trabalho agrícola (267 mil). Na Região Sul, o número de crianças entre 5 e 13 anos em atividades agrícolas corresponde a 100% das crianças dessa faixa etária.

7) 74% dos adolescentes entre 14 e 17 estão no trabalho urbano (1.671.000). **Na Região Sudeste, 83% dos adolescentes nesta faixa etária estão em atividades urbanas.**

Fonte: Da autora com base no PNAD2015

Em linha gerais, no Brasil, segundo a PNAD, 84% do trabalho infantil ocorre na faixa etária dos 14 aos 17 anos; a maior parte das crianças e adolescentes são do sexo masculino (66%), frequentam a escola (79%); predomina o trabalho nas atividades urbanas (68%). Além disso, 38,5% da população infantil trabalhadora (5 a 17 anos) está em condição de pobreza absoluta ou extrema, portanto, com rendimento per capita inferior a R\$ 394,00 no ano 2015, o que corresponde a 1.026.000 crianças e adolescentes nessa situação; enquanto 34,2%, abrangendo 912.000 estão em famílias com baixos rendimentos, entre R\$ 395,00 e R\$ 788,00 per capita. Ou seja, a maior parte crianças trabalhadoras identificadas pela PNAD – ao todo 72,7%– é oriunda de famílias em situação de pobreza⁸⁸ (menos de meio salário mínimo) ou baixo rendimento (entre meio e um salário mínimo per capita).

O trabalho infantil, por sua vez, possibilita um rendimento médio, segundo a PNAD, de R\$ 515,00 (tabela 4.2.17), valor inferior ao salário mínimo, mas que tem alguma representação no rendimento familiar, tendo em vista a situação de extrema

⁸⁸ O IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada define, no contexto brasileiro, define como pobreza absoluta a situação econômica das famílias que tem rendimento mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita, e, como pobreza extrema aquelas que atingem até $\frac{1}{4}$ salário mínimo per capita.

pobreza e vulnerabilidade em que as famílias se encontram. Na análise do trabalho das crianças entre 5 e 13 anos, essa média mensal geral cai para R\$ 193,00 e, no recorte de 14 a 17 anos, atinge R\$ 535,00 mensais.

Não é difícil constatar, assim, que o rendimento do trabalho infantil tem representação econômica importante para as famílias e para as próprias crianças e adolescentes, seja em relação à própria sobrevivência e manutenção, seja em relação à aquisição de bens de consumo simples e utilitários.

Essa constatação é importante para o planejamento de estratégias de enfrentamento ao trabalho infantil, que tenham como foco a melhoria das condições de trabalho da população adulta, formalização do trabalho, políticas de emprego e geração de renda, políticas que, aliás, estão gravemente ameaçadas com os projetos legislativos em curso, especialmente a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência (vide notas técnicas do MPT e MPF).⁸⁹

Nesse desenho geral do trabalho infantil, não necessariamente estão consideradas as crianças trabalhadoras nas ruas, seja em razão da ausência de informações mais específicas quanto ao segmento de atividade econômica, seja em razão de características próprias da população de rua ou que trabalha nas ruas, a exemplo da escolaridade, que podemos confrontar com levantamentos realizados a partir de Censos da População Infantil de Rua e na Rua.

Também a análise das atividades ocupacionais das crianças e adolescentes pode nos levar à conclusão da não consideração do trabalho nas ruas pela PNAD. No estudo realizado pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil⁹⁰, a partir dos dados da PNAD2014, sobre o trabalho infantil em cadeias produtivas por grupamentos de atividades, temos o quadro que segue:

Quadro Explicativo 3. Grupamento de Atividades

Grupamento 1	Agricultura, silvicultura, pesca, pecuária e aquicultura
Grupamento 2	Comércio e reparação
Grupamento 3	Serviços de alojamento, alimentação, transportes, financeiros e imobiliários
Grupamento 4	Indústria de transformação, extração mineral, petróleo, gás, eletricidade e água

⁸⁹https://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/c6d5ffb6-5285-4f96-87f3-6a02340ded33/notatecnica_76-2017.pdf?MOD=AJPERES e <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/previdencia-e-assistencia-social/saiba-mais/nota-tecnica-1-2017-pfdc-mpf>

⁹⁰ http://fnpeti.org.br/arquivos/campanha-site/11/2017/download/Estudo_Cadeias_Produtivas.pdf

Grupamento 5	Administração pública, educação, saúde, serviços sociais, coletivos e pessoais
Grupamento 6	Construção
Grupamento 7	Serviços domésticos
Grupamento 8	Atividades mal definidas

Fonte: FNPETI com base na PNAD2014

Dos grupamentos de atividades listados, poderíamos considerar, por exemplo, atividades informais, como venda de produtos, no grupo serviços de alimentação; ou, ainda, outras atividades, como manicure, no grupo de serviços pessoais⁹¹. De outro lado, a atividade de malabares, seguramente, não se insere nesses grupamentos ou nos demais, restando apenas a opção “atividades mal definidas”.

O estudo realizado pelo Fórum Nacional, a partir da análise dos microdados da PNAD, revela que na região Sudeste inexistem crianças e adolescentes identificados no grupamento “atividades mal definidas”. Tal ocorre em relação a todos os Estados da Federação que integram a região Sudeste, inclusive São Paulo. O mesmo ocorre com a Região Sul e Centro-Oeste (Anexo C), concluindo-se que a PNAD2015 não conseguiu mensurar a atividade de malabares nos grupamentos de atividades por ela considerados, o que reforça a conclusão da invisibilidade do trabalho nas ruas nos dados gerais do trabalho infantil.

O manual de orientação para pesquisadores da PNAD, ao orientar como realizar a pesquisa por amostra de domicílio, explicita que os quesitos de 1 a 8 destinam-se a captar a pessoa de 14 anos ou mais, ocupada durante pelo menos 1 hora completa na semana de referência ou que estava afastada. Estabelece que para definir as pessoas ocupadas na semana de referência, considera-se trabalho o exercício das seguintes atividades econômicas:

Atividade remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens ou serviços;
Atividade sem remuneração, na produção de bens e serviços, em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio.

⁹¹ http://fnpeti.org.br/arquivos/campanha-site/11/2017/download/Estudo_Cadeias_Produtivas.pdf

E acrescenta: as seguintes situações ATENDEM ao conceito de trabalho da pesquisa:

Malabaristas – pessoas que ficam em semáforos (sinais) de ruas, com malabares, bolinhas, tochas incendiárias etc., desenvolvendo atividades artísticas. (pp. 46-7)

Verifica-se, assim, que o manual de orientações aponta a existência da atividade como trabalho, indica se tratar de uma atividade artística, todavia, mais adiante, na Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (COD 2010), anexo 3 do Manual, não há código definido para a ocupação “malabarista”, identificando-se como melhor alternativa de enquadramento o código 265:

Quadro Explicativo 4. Códigos e Ocupação

Código	Ocupação
265	ARTISTAS CRIATIVOS E INTERPRETATIVOS
2659	ARTISTAS CRIATIVOS E INTERPRETATIVOS NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE

Fonte: IBGE

Entretanto, essa atividade não aparece nos dados tratados da PNAD, conforme se evidencia nos grupamentos de atividades; o enquadramento mais pertinente, nesse caso, seria “outras atividades ou atividades mal definidas”(CNAE).

Diante disso e considerando que inexistem registros acerca de crianças e adolescentes em atividade mal definidas na Região Sudeste (PNAD 2014), e, por outro lado, não se aplicando os demais grupamentos de atividade para os trabalhadores infantis malabaristas, conclui-se que este segmento não está considerado nos dados da PNAD, portanto invisível nos dados gerais sobre trabalho infantil.

3.3 Pesquisa censitária sobre crianças e adolescentes em situação de rua

No ano 2011, o governo brasileiro, por iniciativa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, realizou a primeira pesquisa censitária nacional sobre crianças e adolescentes em situação de rua.

A pesquisa abrangeu a população que vive ou sobrevive na rua, não necessariamente faz da rua a sua moradia, mas dela se utiliza como forma de sustento, abarcando, portanto, o trabalho infantil nas ruas, juntamente com outras situações que podem estar associadas a este ou não, como, por exemplo, o próprio pernoite ou moradia nas ruas.

É importante ressaltar que à época de elaboração da pesquisa não existia uma definição de tipologias para a situação de rua, o que somente vem a ser consolidado no ano 2014, a partir do trabalho realizado pelo “Comitê Nacional de Atenção à Criança e Adolescente em Situação de Rua”, que resulta no documento “Subsídios para a elaboração de uma política nacional de atenção à criança e adolescente em situação de Rua”⁹². No referido documento, são identificadas sete tipologias de situação de rua, dentre as quais está a situação de trabalho nas ruas, assim definida:

São crianças e adolescentes que frequentam as ruas, acompanhados ou não por familiares ou por responsáveis, para conseguir recursos diversos para complementar a renda, através do trabalho precarizado. Podendo ou não conciliar a atividade de trabalho na rua com a escola e cuja convivência familiar e comunitária apesar de fragilizada, não foi rompida. Geralmente atuam como vendedores ambulantes, artistas de rua, limpadores de para-brisa de carros, flanelinhas, vigias de carro, catadores de material reciclável, entre outros.

Dito isto, retornando ao censo nacional das crianças em situação de rua, realizado no ano 2011, trata-se de pesquisa amostral, realizada em 75 cidades apenas, abrangendo capitais e cidades com população superior a 300 mil habitantes (a pesquisa não indica quais as cidades em que foram coletados os dados, portanto, trata-se de uma amostragem, não necessariamente aponta dados estatísticos relativos a cada região). A metodologia utilizada foi a aplicação de questionários reduzido (18 perguntas) e amplo (60 perguntas), no período de 10 maio a 30 de junho de 2010⁹³.

⁹²http://comdica.recife.pe.gov.br/sites/default/files/comdica/arquivos/paginas_basicas/subsidios_para_a_elaboracao_de_uma_politica_nacional_de_atencao_a_crianca_e_ao_adolescente_em_situacao_de_rua.pdf

⁹³<http://www.teleios.com.br/wp-content/uploads/2011/03/Pesquisa-Censitaria-Nacional-sobre-Crianças-e-Adolescentes-em-Situacao-de-Rua-Mar-2011.pdf>

Em todo o Brasil, durante o período de pesquisa, foram identificadas 23.793 crianças e adolescentes. Desse total, 1497 recusaram-se a responder os questionários e 352 tinham menos de três anos e também não responderam o censo. No estado de São Paulo (não estão identificadas as cidades em que realizado o censo), foram encontradas 4.751 crianças e adolescentes. O Estado do Rio de Janeiro, na pesquisa, apresentou número maior de crianças pesquisadas, ao todo 5.091 crianças identificadas. Como não há indicações acerca dos critérios utilizados para definição de locais (circulação de pessoas, atividade econômica, denúncias, outros), assim como não há informação sobre as cidades e pontos de referência utilizados, o quantitativo de crianças identificadas não revela um número estatístico de população de rua infantil, mas mera amostragem, a fim de conhecer o perfil das crianças que estão nas ruas, entre as quais estão as que trabalham, nosso objeto de análise.

Segundo a pesquisa censitária, predominam nas ruas crianças e adolescentes do sexo masculino (71,8%). A concentração maior se dá na faixa etária de 12 a 15 anos (45,13%). A maioria está fora da escola (56,3%). O nível de escolaridade é baixo. Do total de entrevistados, 8,8% nunca tinham estudado; 39% frequentaram ou estavam na 4ª série (atualmente 5º ano); 31,3% entre 5ª a 7ª série (6º a 8º ano); 6,7% tinham concluído o ensino fundamental; e 4,1% estavam cursando ou possuíam 2º grau completo. Verifica-se, assim, que o fator escolaridade é inversamente proporcional à situação de rua, quanto maior a quantidade de anos de estudo, menor o contingente de crianças nas ruas. A pesquisa aponta que mais de 65% das crianças e adolescentes exercem atividade remunerada. Tal denota que a situação de rua está estritamente ligada ao trabalho nas ruas, ainda que nem todas as formas de obtenção de remuneração se trate de trabalho em sentido próprio. Ainda, aponta que a maioria, 71,6% são negros e 52% dormem em suas residências.

A partir desses dados, podemos afirmar que as crianças e adolescentes trabalhadoras nas ruas aparecem num contexto de situação de rua e não nos dados sobre trabalho infantil. Basta comparar o perfil escolar das crianças identificadas no trabalho, pela PNAD, com o perfil das crianças identificadas no censo sobre situação de rua, que encontramos perfis dissonantes, observando-se na situação de rua – que abrange o trabalho infantil nas ruas –, que a maioria está fora da escola.

Os dados da pesquisa censitária, ao revés da PNAD que indica o percentual de 75% de crianças na escola, revela uma realidade perversa de falta de acesso à

educação, direito fundamental, humano, universal, que deveria estar assegurado, independentemente da condição de moradia ou familiar, o que incidirá diretamente na inserção no trabalho perigoso e precário como forma de sobrevivência. A amostragem produzida revela que 8,8% das crianças e adolescentes entrevistados nunca estudaram e 56,3% estão fora da escola.

Além disso, aponta um contingente expressivo de crianças negras em situação de rua e de trabalho nas ruas, perpetuando uma condição de estigma, preconceito e discriminação. Esta condição reforça a ideologia do trabalho, a invisibilidade das atividades de rua como tal e, em decorrência, a marginalização das crianças vítimas do trabalho infantil, em uma de suas formas mais perversas e precárias, nas ruas, com o estigma de potenciais infratores, uma vez que a atividade que realizam não é vista como trabalho e prevalece no imaginário social a associação da rua a um local de desordem, abandono e delinquência.

3.3.1 Trabalho como forma de sobrevivência

Entre os trabalhos mais recorrentes, apontados na pesquisa, destacaram-se a venda de produtos de pequeno valor – balas, chocolates, frutas, refrigerantes, sorvetes – (39,4%); o cuidado de automóveis como “flanelinha”, a lavagem de veículos ou limpeza de vidros dos carros em semáforos (19,7%); a separação no lixo de material reciclável (16,6%); a atividade de malabares (6,1%) e engraxate (4,1%). Embora não se trate de uma pesquisa abrangente e precisa, fica claro que o trabalho infantil nas ruas aparece nessa metodologia de censo de rua e não na PNAD.

Ainda, há uma categoria denominada “serviços remunerados”, que aponta um total de 2,5% crianças identificadas nesta situação. Ou seja, como se as atividades laborais antes apontadas não se tratassem de modalidade desses serviços, o que corrobora a questão sustentada quanto à invisibilidade do trabalho infantil nas ruas como trabalho. Tudo indica que os serviços remunerados se referem a atividades realizadas mediante exploração econômica por terceiros (ou seja, com um mínimo de arranjo ou organização laboral – ex. menino que vende picolé para um trabalhador que o “subcontrata” ou alguém que explora diretamente os seus serviços). E, portanto, os serviços ‘autônomos’ são desfigurados como trabalho e, o que é pior, como trabalho considerado uma das piores formas de trabalho infantil.

Como enfrentado no início desse capítulo, não é a condição de exploração econômica ou autonomia do trabalho que irá determinar a situação de trabalho infantil, mas sim a violação do direito da criança ou adolescente ao não trabalho antes da idade mínima, abrangendo, tanto o trabalho explorado economicamente por terceiro ou o trabalho realizado por conta própria (trabalho autônomo).

O elemento autonomia aqui é tratado não como autonomia da criança ou adolescente que, em termos de capacidade civil, não a detém para expressar sua vontade, inclusive em situação que contrarie a legislação em prejuízo próprio, razão pela qual existe a proteção legal. Trabalha-se o conceito de trabalho autônomo, em contraposição ao trabalho subordinado e dependente economicamente da figura do empregador, o que irá caracterizar uma relação de emprego. Diversamente, no trabalho autônomo, a dependência econômica ocorre em relação às diferentes pessoas que usufruem algum benefício do serviço prestado pelo trabalhador e não necessariamente exploram esse trabalho, mas proporcionam a este um benefício econômico de forma imediata ou diferida. O autônomo não extrai de um vínculo determinado a sua sobrevivência, mas de todo o feixe de relações que possui com ‘contratantes’ diversos. (SOUTO MAIOR, 2013, p. 12).

A pesquisa, ainda, aponta que parte da população infantil em situação de rua sobrevive por meio da prática de atividades ilícitas, especificamente furtos/assaltos, 8,1%; atividades sexuais, 5,7% e atividades ligadas ao tráfico de drogas, 3,6%. Destaque-se, nesse particular, que tanto a exploração sexual comercial como as atividades ligadas ao tráfico de drogas são consideradas piores formas de trabalho infantil pela Convenção 182 da OIT, ratificada pelo Estado brasileiro, regulamentada através do Decreto 6.481/2008. É o que denominamos trabalho em atividades ilícitas.

Dá-se concluir, a partir da amostragem, que a maior parte das crianças nas ruas está submetida ao trabalho infantil e outras formas de sobrevivência, como mendicância, e apenas uma parcela menor se envolve com práticas ilícitas não laborais, relacionadas ao patrimônio (furtos/assaltos), também com o objetivo de sobrevivência.

Segundo a pesquisa, portanto, a maior parte das crianças e adolescentes em situação de rua são trabalhadoras infantis – em atividades lícitas ou ilícitas – em situação de extrema vulnerabilidade.

Ainda se visualiza uma categoria de crianças e adolescentes, em proporção expressiva (29,5%), que realiza mendicância, o que não está afastada de uma

concepção de trabalho forçado, à medida que um terceiro impõe à criança como atividade ou “ocupação” a prática de pedir dinheiro ou alimento nas ruas.

Nesse sentido, relatório da OIT sobre tráfico de pessoas e trabalho forçado, publicado no ano 2013, entende a condição de crianças submetidas à mendicância:

O trabalho forçado inclui trabalhadores que estão nos fornos de olarias, presos em um círculo vicioso de dívidas, crianças vítimas do tráfico com fins de mendicância forçada e trabalhadores domésticos que são enganados sobre suas condições de trabalho⁹⁴.

No mesmo sentido, o entendimento do Ministério Público do Trabalho sobre a atuação investigatória no que diz respeito ao trabalho infantil nas ruas, quando fundada a denúncia em mendicância⁹⁵:

Ainda que a denúncia faça referência à mendicância, exclusivamente, a situação que relata, encontrada em grandes centros urbanos está associada à exploração da criança e do adolescente por um adulto (normalmente um dos pais ou ambos), que se aproveita (e se beneficia) desta conduta ilícita como verdadeira atividade remuneratória e “ocupação”. Nessa mesma condição de exploração de trabalho (lato sensu), encontram-se crianças engraxates, flanelinhas, guardadores e lavadores de carros, vendedoras de balas e outros produtos, malabaristas, distribuidores de panfletos em faróis, catadores de lixo/latinhas e mesmo no trabalho infantil doméstico.

Por certo, a questão sobre a mendicância realizada por crianças e adolescentes ser entendida como exploração de trabalho ensejaria uma pesquisa e investigação própria acerca do tema. O que podemos trazer como conclusivo nesta análise geral sobre o trabalho infantil nas ruas é que a mendicância é um expediente também utilizado como forma de sobrevivência. Não se trata de atividade ilícita, pois desde o ano 2009 deixou de ser considerada contravenção penal. Trata-se de um expediente utilizado por pessoas adultas, que exigem das crianças, principalmente, a prática de mendicância, como forma de obter ganho econômico para sobrevivência ou consumo.

Podemos, então, segundo a pesquisa, dividir três atividades principais, realizadas nas ruas, para a obtenção de rendimento: a) trabalho por conta própria ou

⁹⁴ <https://nacoesunidas.org/organizacao-internacional-do-trabalho-pede-medidas-mais-duras-para-combater-trabalho-escravo/>

⁹⁵ https://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/06cdc0ec-6f05-4348-b095-cb1d0960fb92/LIVRO_Manual+de+Ata%C3%A7%C3%A3o+Den%C3%Bancia+do+Disque+100_WEB.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=06cdc0ec-6f05-4348-b095-cb1d0960fb92

explorado por terceiros (em atividades lícitas ou ilícitas); b) mendicância; c) crimes contra o patrimônio. Em relação a este último, importante destacar que, além de estar ligado a uma situação de sobrevivência, o percentual apontado atinge 8,1% da população entrevistada, desmistificando, portanto, uma visão propalada na sociedade, difundida principalmente durante a vigência dos códigos menoristas, de criminalização da população infantil de rua, notadamente a população predominantemente negra.

É importante notar o quanto o trabalho se torna invisível nessa condição precária ou marginal, o que estigmatiza ainda mais a população trabalhadora nas ruas, adultos ou crianças – que não é vista como trabalhadora – e, em relação a estas últimas, o afastamento da proteção que lhe é assegurada constitucionalmente, inclusive quanto ao direito ao não trabalho antes da idade mínima. Tal direito se torna relativizado, uma vez que a situação de trabalho infantil, no contexto de rua, é tratada como um aspecto apenas ou uma dimensão menor do que outras violações de direitos, quando, na verdade, o trabalho (e a necessidade econômica) pode ser a causa determinante da situação de rua para crianças e adolescentes, ou dela decorrente, mas sempre presente pela própria condição de sobrevivência afeta a esta população infantil.

Nesse sentido, interessante destacar a pesquisa censitária nacional sobre população de rua adulta, que também aponta o trabalho como atividade preponderante. Transcreve-se:

A população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores, sendo que 70,9% deles exerce alguma atividade remunerada e 58,6% afirmaram ter alguma profissão. Dentre essas atividades destacam-se a de catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), trabalho na construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Contrariando a imagem comumente difundida, constituem minoria (15,7%) aqueles que pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência. Esses dados são importantes para desmistificar a percepção de que a população em situação de rua é composta por “mendigos” e “pedintes”.

E situa o trabalho realizado pela população adulta na economia informal:

A maior parte das atividades de trabalho realizadas situa-se na chamada economia informal e apenas 1,9% dos entrevistados afirmaram estar trabalhando atualmente com carteira assinada. Essa

não é uma situação circunstancial, considerando-se que 47,7% dos entrevistados nunca trabalharam com carteira assinada.

Como visto, o trabalho, diversamente do que dissemina o senso comum, está na centralidade da vida da população em situação de rua e presente no cotidiano de milhares de crianças e adolescentes invisíveis nos dados sobre trabalho infantil, como visto, e nas políticas públicas para o seu enfrentamento, como será demonstrado.

Aponta, ainda, o censo, quanto à utilização dos rendimentos obtidos, que 48% dos entrevistados declararam ser totalmente para uso próprio; 35% em parte para uso próprio, em parte para família; e apenas 11% declaram entregar tudo para a família. Aqui, observa-se também certa prevalência do trabalho realizado com o objetivo de consumo de bens pessoais, úteis ou de interesse da criança ou adolescente e não exclusivamente para sobrevivência e sustento alimentar.

Outro dado de extrema relevância diz respeito aos programas sociais governamentais. Apenas 26% declararam receber o benefício Bolsa-família, enquanto 46% disseram não receber qualquer benefício do governo. Essa questão é absolutamente relevante, pois se essa população vulnerável não consegue acessar os programas de transferência de renda, de forma a mitigar ou eliminar a situação de violação de direitos e violência, os programas sociais devem ser revisados, de forma que efetivamente possam contemplar essas populações excluídas, notadamente as crianças que se encontram em vulnerabilidade extrema nas ruas, sem direitos fundamentais como educação, moradia digna, convivência familiar assegurados, além de outros básicos como saúde, cultura, convivência social, profissionalização.

No mesmo sentido, aponta o Censo realizado com a população de rua adulta, conforme se transcreve:

A grande maioria desta população não é atingida pela cobertura dos programas governamentais: 88,5% afirmaram não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais. Entre os benefícios recebidos se destacaram a aposentadoria (3,2%), o Programa Bolsa Família (2,3%) e o Benefício de Prestação Continuada – BPC (1,3%).

Verifica-se, assim, que estas crianças e famílias estão invisíveis também nos programas de proteção social. Esse dado revela que os programas de transferência de renda, e muito provavelmente a maioria dos programas sociais, não atingem essa situação precária da população, absolutamente marginalizada em termos de renda,

moradia, educação, todos os direitos mais básicos e fundamentais, em decorrência, cidadania. Remete-nos, pois, à “ralé” traduzida por Jessé de Souza (2016, p. 30), como:

Essa “classe social”, nunca percebida até então enquanto “classe”, ou seja, nunca percebida como possuindo uma gênese social e um destino comum, sempre foi (in)visível, entre nós, e percebida apenas como “conjuntos de indivíduos”, carentes ou perigosos.

A invisibilidade dessas crianças nos dados do trabalho infantil, na educação e até mesmo nos programas sociais governamentais, leva-nos a questionar sua consideração, inclusive enquanto classe social destituída, como visto, sequer de um status de classe ou estratificação social. Integram uma massa de excluídos socialmente, sem acesso aos direitos fundamentais, em uma condição brutal de desigualdade naturalizada na sociedade, não enfrentada pelas instituições e não integrante das pautas dos movimentos sociais, em sua maioria pretos e pardos, atingindo, portanto, massivamente a população infantil negra, que não terá acesso em idade própria a uma inserção formal e digna no mercado de trabalho.

3.3.2 Educação

Ainda são alarmantes os números relativos à escolaridade, observando-se que a maioria dos adolescentes entre 12 e 17 anos não estuda. Nesse aspecto, os dados divergem da PNAD, como visto, em relação a maioria das crianças identificadas no trabalho nas ruas ou outras atividades não frequentar a escola. Por outro lado, as duas pesquisas revelam que o trabalho influencia diretamente na evasão escolar, atingindo com maior incidência os adolescentes com mais idade. (A PNAD também aponta um percentual maior de adolescentes fora da escola do que crianças, portanto quanto maior a faixa etária, menor o índice de frequência escolar).

O analfabetismo aparece na pesquisa censitária que aponta um percentual de 8,3% de crianças e adolescentes que não sabem ler nem escrever e 12% que apenas assinam o nome, além do percentual de 56,3% que estão fora da escola – registre-se em idade escolar obrigatória segundo as leis vigentes no Estado brasileiro (4 a 17 anos). Em relação aos adolescentes, o percentual de egressos do sistema de ensino é maior, atingindo 59,4% em idade de 12 a 17 anos.

3.3.3 Racismo, violência e discriminação

O censo aponta que a maioria das crianças e adolescentes nas ruas são negros (49,2% pardos e morenos e 23,6% pretos). Esse dado, associado a outros que apontam maior desigualdade social em relação à população negra, maior encarceramento e aplicação de medidas socioeducativas em relação a jovens e adolescentes negros e, por último maior índice de mortalidade e assassinatos de crianças e adolescentes negros, leva-nos à conclusão inelutável de que a população negra – e principalmente as crianças e adolescentes – continua submetida a uma condição de violência e opressão decorrente de uma desigualdade histórica na divisão do trabalho e acesso aos bens e direitos.

Assim como no período pós-abolição, a população infantil negra é a que predomina nas ruas nos trabalhos marginais, duplamente discriminada, a uma porque não se enquadra na categoria do trabalho honesto, formador do caráter, a outra porque não lhes direcionam o olhar da proteção, persistindo, no olhar da população, a figura do menor que representa um perigo à sociedade, alimentada em grande parte pela mídia tradicional, que explora cotidianamente nos noticiários a figura do menor infrator⁹⁶, em detrimento de sua condição de criança ou adolescente, sujeito de direitos, a quem deve ser assegurada proteção integral, com absoluta prioridade.

Segundo a pesquisa, sofrem discriminação ao frequentar locais públicos, inclusive transporte coletivo. Em relação aos órgãos governamentais, destacam-se: 20,1% dos entrevistados declararam ter sofrido discriminação ao adentrar em órgãos públicos; 12,9% receber atendimento na rede de saúde e 6,5% tirar documentos. Foram apontados, ainda, shoppings e estabelecimentos comerciais, 36,6%; transportes coletivos, 31,1% e bancos, 27,4%.

3.3.4 Moradia e vínculos familiares

⁹⁶ A PEC 171/93, portanto, apresentada há 24 anos, aprovada pela Câmara, aguarda tramitação no Senado, tendo sido objeto de inúmeras discussões, com posicionamento dos movimentos de direitos humanos e sistema de justiça contrários à redução da maioridade para 16 anos, em flagrante retrocesso social, sem análise das causas estruturais da violência decorrente da exclusão e desigualdade social no Brasil, desde o período pós-abolição, em que as crianças e adolescentes negros foram deixados desprotegidos, nas ruas, e, posteriormente criminalizados pela legislação vigente à época, buscando-se, em parte, um retorno a essa penalização absolutamente contrária aos princípios fundamentais e de direitos humanos orientadores – ao menos formalmente - da sociedade brasileira.

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/11/especialistas-reducao-da-maioridade-penal-e-inconstitucional-e-nao-resolve-violencia>

É significativo o levantamento realizado, ao verificar que apenas 23% do total de crianças entrevistadas dormiam nas ruas, enquanto 52% dormiam na casa da família. Foram também apontados: casa de parentes/amigos, 6,9%; instituições e outros locais, 2,9%, bem como respostas combinadas. Verifica-se, assim, que a maior parte dorme em residências com suas respectivas famílias e, mesmo entre aqueles que pernoitam nas ruas, a pesquisa aponta que 60,5% mantém vínculos familiares.

Essas informações corroboram a invisibilidade do trabalho como questão central relacionada à situação de rua. Se a maioria dos estudos e políticas para a situação de rua tem sido direcionadas a questões como violência intrafamiliar, uso de substâncias psicoativas ou até mesmo questões ligadas ao cometimento de ato infracional, parece ficar claro que a questão econômica e laboral é determinante para a busca da rua como forma de sobrevivência – trabalho, o que pode levar, ao longo do tempo, à situação de moradia na rua ou outras situações relacionadas à rua, como o uso de substâncias entorpecentes, o aliciamento para o trabalho em atividades ilícitas e até mesmo o cometimento de crimes.

Tais desdobramentos são considerados na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Decreto 6481/2008), quando elenca como riscos ocupacionais do trabalho infantil nas ruas “*exposição à violência, drogas, assédio sexual, tráfico de pessoas, exposição à radiação solar, chuva, frio, acidentes de trânsito*”. E, como prováveis repercussões à saúde, “*ferimentos, comprometimento do desenvolvimento afetivo, dependência química, DST, erotização precoce, problemas de pele, desidratação, doenças respiratórias, traumatismos, entre outros*”. (ANEXO E)

Destaque-se, a propósito, quanto a problemas de saúde identificados na pesquisa, a maior indicação de problema respiratório/pulmonar, afetando, pelo menos 50,9% dos entrevistados.

Da análise dos dados da PNAD sobre trabalho infantil, em confronto com a pesquisa censitária nacional sobre situação de rua de crianças e adolescentes, podemos concluir que as crianças em situação de trabalho nas ruas não estão nos dados gerais sobre trabalho infantil, o que importa dizer que estão duplamente discriminadas, tanto na condição de rua, em que relativizada a condição de trabalho e sobrevivência, quanto em relação ao trabalho infantil, uma vez que não acessam as políticas públicas de prevenção e erradicação do trabalho infantil, reforçando, assim

os estigmas e preconceitos construídos historicamente em relação a meninos e meninas de rua.

Trata-se de grupo especialmente vulnerável, que deve estar considerado, com as suas especificidades, nas políticas de enfrentamento do trabalho infantil, inclusive em relação ao próprio ofuscamento do trabalho como situação de violação de direitos no escopo geral da situação de rua.

O trabalho infantil nas ruas está inserido na situação de rua da criança ou adolescente, como se se tratasse de um aspecto da situação maior vivenciada na rua, quando se observa, na atualidade, que a maior parte das crianças nas ruas, desenvolvem atividade laboral, com o objetivo de subsistência, complemento de renda familiar ou recursos para consumo próprio.

Nesse sentido, o relatório da OIT (2013, p. 26), aponta como uma das prioridades políticas no enfrentamento do trabalho infantil, nas estratégias de segurança social a serem traçadas pelos países, em seu item 6, “Grupos especialmente vulneráveis de crianças”:

Uma abordagem à segurança social sensível às crianças significa também chegar aos grupos específicos de crianças em maior risco de trabalho infantil, em geral, e das piores formas de trabalho infantil, em particular. Embora a pobreza aumente a vulnerabilidade das crianças ao trabalho infantil, as crianças pobres não estão todas em igual risco de ter de trabalhar. Os grupos especialmente vulneráveis incluem crianças órfãs ou afetadas pelo VIH/SIDA, outras crianças sem cuidados parentais, crianças de minorias étnicas e grupos indígenas marginalizados, crianças afetadas pelas migrações e crianças de grupos social e economicamente excluídos. As crianças do sexo feminino, muitas vezes, são particularmente vulneráveis, uma vez que tendem mais a ser envolvidas no trabalho infantil doméstico e outras formas de trabalho menos visíveis. As circunstâncias especiais que põem todos estes grupos em maior risco de trabalho infantil requerem particular atenção na concepção, implementação e monitorização dos planos de proteção social, no cumprimento dos princípios de igualdade dos sexos e na resposta às necessidades especiais, conforme estipulado nas normas internacionais de trabalho.

Fica claro que as crianças e adolescentes trabalhadores nas ruas integram um grupo especialmente vulnerável no trabalho infantil, tanto em razão da condição perigosa do trabalho, quanto em razão da condição socioeconômica (baixa escolaridade, moradia, violência familiar), e, ainda, suscetíveis ao aliciamento por organizações criminosas e violência urbana.

Por essa razão, além de se tratar de uma das piores formas de trabalho infantil é que precisa estar identificado nos dados sobre trabalho infantil, bem como considerado nas políticas públicas para o seu enfrentamento. Tais políticas e ações devem levar em consideração as especificidades da população infantil que trabalha nas ruas, especialmente aspectos étnico-raciais, familiares, econômicos, comunitários, outros.

3.4 A ideologia do trabalho na situação de rua

A invisibilidade das crianças trabalhadoras nas ruas como trabalhadoras infantis, na perspectiva apontada – de ausência de dados específicos e política própria de enfrentamento desse grupo especialmente vulnerável –, nos leva a formular algumas conexões relacionadas à ideologia do trabalho, nos dois pilares indicados no início desta pesquisa, especificamente a reprodução de uma ideia construída socialmente e generalizada, assentada no trabalho como valor de aprendizado e, outra, no trabalho como valor de honestidade.

É possível identificar que o trabalho infantil como cultura intergeracional, que faz com que os pais estimulem e valorizem o trabalho dos filhos como aprendizado, a par de não se aplica no contexto de informalidade e segregação social em que se insere o trabalho nas ruas (os pais não desejam aos filhos esse trabalho). Além disso, trata-se de cultura, que encobre ou expressa uma ideologia do trabalho construída a partir da exploração da classe trabalhadora.

Giddens (1989, pp.26-7)⁹⁷, ao analisar o conceito de cultura, reconhece que os valores culturais e as normas mudam através dos tempos, destacando que as normas são regras de comportamento que refletem ou incorporam valores de uma cultura. Afirmar que os valores e as normas trabalham em conjunto para moldar a forma como os membros de uma cultura se comportam dentro de seus limites. Como podemos explicar, então, que a sociedade brasileira valoriza a formação educacional, conforme reflete suas normas pautadas nas convenções internacionais de direitos humanos, assim como os comportamentos sociais das classes incluídas incorporam esse valor, como se pode ver em relação a idade média de inserção dos jovens no trabalho, e,

⁹⁷GIDDENS, Anthony. O que é sociologia?

http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB_2014_2/Sociologia/material_didatico/GIDDENS,%20Anthony%20-%20O%20que%20%C3%A9%20sociologia%20e%20Cultura%20e%20Sociedade.pdf

de outro lado, compreender que a inserção precoce no trabalho, apenas em relação às classes desfavorecidas se trata de um valor cultural?

Pois bem. Bourdieu (1989, p. 11), ao conceituar a violência simbólica, traz o conceito de dominação cultural como formas que impõem como normal um conjunto de regras não escritas nem ditas, trazendo como exemplo o machismo. A sociedade aceita a ideia da dominação masculina como se fosse verdadeira. Para Bourdieu, é pela cultura que os dominantes garantem o controle ideológico, mantendo o distanciamento entre as classes sociais.

Em outras palavras, a cultura pode ser entendida como uma forma de expressão da ideologia. E nesse sentido, importante que se faça a distinção nas análises e discursos sobre trabalho infantil, pois enquanto disseminada a ideia de cultura do trabalho infantil – direcionada a determinadas classes sociais –, a violência simbólica perpetuada contra essas classes se intensifica, inclusive responsabilizando as próprias vítimas pela sua condição de dominação e exploração.

É necessário então desconstruir o discurso da cultura do trabalho infantil, para que se possa visualizar as verdadeiras causas da perpetuação – e mais do que isso – da naturalização do trabalho de crianças pobres ou pobres e negras.

Por certo, na década de 80 houve uma valorização do trabalho como valor de dignidade e ascensão social para as famílias operárias e seus filhos. Nesse sentido, houve a criação dos sistemas de qualificação e formação profissional, através da aprendizagem, ainda hoje difundida e, com certa importância representa uma alternativa de inserção profissional protegida a adolescentes vulneráveis. É certo que a legislação ainda mantém uma ideologia do trabalho voltada aos filhos da classe trabalhadora, tanto no instituto da aprendizagem profissional quanto nas políticas educacionais, como se pode ver da nova legislação alterando as regras do ensino médio⁹⁸. A Lei no. 13.415/2017, no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, reforça a ideologia do trabalho, ao estabelecer:

⁹⁸ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei no. 9.394/1996, na redação anterior, estabelecia:

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I – destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II – adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes

III – será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

I - linguagens e suas tecnologias;

II - matemática e suas tecnologias;

III - ciências da natureza e suas tecnologias;

IV - ciências humanas e sociais aplicadas;

V - formação técnica e profissional.

(...)

§ 6º A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará:

I - a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional;

II - a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade.

A redação anterior, ao contemplar diretrizes gerais de ensino, fundadas no conhecimento e exercício da cidadania, previa a possibilidade de preparação para o exercício de profissões técnicas, atendida a formação geral básica. A nova redação da LDB, com a alteração legislativa, estabelece um arranjo curricular próprio formativo, na área formação técnica e profissional, considerado o contexto local. Portanto, parece dimensionar a questão do trabalho como formação educacional, desassociado do conhecimento geral como um todo, o que certamente terá impacto maior na população das classes econômicas baixas, que buscam a formação educacional na perspectiva de inserção do trabalho produtivo.

IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio. (...)

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.” (NR)

Contudo, em relação ao trabalho infantil nas ruas, a análise de suas causas vai além da ideologia de valorização do trabalho normalmente entendida como mito cultural. Não se evidencia aqui a representação simbólica do trabalho remunerado, dignificador, sinônimo de honestidade e moralidade, para as classes dominadas. O trabalho em atividades informais e precárias (infantil ou adulto) não leva ao sentimento de pertencimento a uma classe trabalhadora propriamente, tampouco ao desejo de ascensão a um patamar superior na pirâmide social através do trabalho.

Em relação ao trabalho nas ruas, o pensamento ideológico que encobre realidades está mais ligado a contraposição ao trabalho em relação à criminalidade, tanto para a elite brasileira quanto para as famílias, sob diferentes concepções.

Para as famílias, há que se considerar que o propalado mito de que “trabalhar é melhor que roubar” se materializa em realidade, quando percebem o risco da criminalidade, que envolve o problema do tráfico, especialmente em territórios periféricos onde residem, e se utiliza de crianças para trabalho em condições também consideradas como piores formas de trabalho infantil. Essa fala é constante em entrevistas realizadas com adolescentes e também com educadores sociais e reproduz algo que Jessé de Souza identifica como um sentimento, numa escala de valores, sem perspectiva de direitos, da situação menos pior, que seria o trabalho ainda que indigno e precário (nas ruas), menos pior que o crime ou o trabalho na organização criminosa.

Grillo e Maciel (2016, p. 287), ao analisar a questão dos trabalhadores da ‘ralé’, traz a reflexão de que se tratam de pessoas que ocupam o último lugar na fila do que é considerado digno na nossa sociedade do trabalho. E, arremata, afirmando que, em determinado momento, essas pessoas sentem na pele que sua realidade de classe oferece apenas duas opções: o caminho do crime ou da violência ou a fuga desse caminho pela trilha do trabalho desqualificado, último da fila da dignidade.

Os autores citados⁹⁹ (2016, p. 288), ao analisarem os significados do trabalho, a partir de entrevistas com trabalhadores, trazem a representação do trabalho como valor de dignidade, em contraposição à delinquência. O trabalho, para o trabalhador honesto, é o maior signo distintivo de sua condição de não delinquência: expressão de felicidade por quem vive limitações materiais, porém acredita ter feito a escolha mais digna e “limpa”.

⁹⁹ GRILLO, André; MACIEL, Fabrício. O Trabalho que (in) dignifica o Homem. In SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2016, p. 290.

O pavor de descer para o primeiro degrau da delinquência, o do tráfico, no caso dos homens (com seu equivalente feminino na prostituição), ou mesmo para o segundo, o dos ladrões, é bem nítido diante do quadro de opções apresentado pelo cotidiano do bairro violento, cheio de “bocas” de tráfico, onde vivem.(...) Diante de tal quadro, ter um emprego fixo é sinônimo de tranquilidade. A segurança é bem mais do que material, como na história em que Alberto e seus irmãos foram confundidos com ladrões. Um serviço fixo, por pior que seja, assegura a não delinquência, oferecendo o mínimo para a sobrevivência do corpo e garantindo um bem-estar social para a alma, pois é a principal meta da narrativa do que ‘não ser’. Só assim se firma um lugar no último degrau da dignidade, ou seja, na condição de trabalhador honesto, apesar de desqualificado.

Vê-se, assim, que a questão da criminalidade e delinquência, para os atores sociais que integram essa classe social excluída (crianças e suas famílias), não representa propriamente um mito, pois calcada numa realidade vivenciada no seu dia a dia. O que ocorre é que a ausência de uma cultura de direitos impede que essa mesma família visualize a perspectiva da educação como uma possibilidade real de vida. A atividade laboral, assim, funciona como uma forma de sobrevivência à violência, tanto aquela produzida pelo Estado, diante da falta de alternativas para uma vida digna – com os direitos fundamentais assegurados –, quanto aquela produzida pela sociedade incluída, que os exclui e os invisibiliza todos os dias.

O mito reside no fato de que o trabalho nas ruas não vai salvar as crianças e adolescentes da aproximação ou contato com o submundo do crime, podendo, ao revés, constituir porta de entrada para o trabalho em atividades ilícitas. Todavia, para as famílias, a realidade social opera em uma dimensão dualista, em que, não identificada outra perspectiva de melhorar a condição de vida – através da formação educacional –, a “escolha” pelo trabalho mostra-se como aquela menos indigna.

Por certo, não é uma escolha ou opção, mas o caminho traçado pela violência estrutural a que estão submetidos. Quando se confronta esta fala, tratando-a como algo falso, mítico, que não corresponde à realidade, distancia-se e deslegitima-se o sentir da criança ou família, que sofre a violência cotidiana do sistema excludente e desigual, assim como a violência real decorrente de raça e classe social.

Portanto, não se trata de uma “barreira cultural”, fundada numa ideia de valorização do trabalho, mas, no caso do trabalho nas ruas, argumento utilizado como enfrentamento da violência estrutural praticada pelo Estado – que não assegura os direitos fundamentais destas crianças e adolescentes – e da violência real vivenciada

pela criança e sua família, pelas dificuldades reais de sobrevivência na pobreza, indiferentes para a sociedade incluída.

Para a sociedade, como bem observa Campos (1991, p. 118), parece mais fácil considerar essas crianças como abandonadas, mesmo quando se reconhece que a pobreza tenha contribuído para isso, pois se uma criança é abandonada, significa que alguém a abandonou; a questão assim circunscrita aponta para a responsabilidade da família e recorta, a partir de um grupo social majoritário, o segmento da infância ou do menor abandonado, como área problematizada. E acrescenta que os meios de comunicação, nessa mesma lógica, relacionam a questão do abandono com a delinquência. Ou seja, o suposto abandono das crianças por parte das famílias passa a ser explicação aceita para a presença das crianças nas ruas, à qual se associa o problema da delinquência e da criminalidade.

Nesse cenário, a violação de direitos de crianças e adolescentes pobres está tão naturalizada na sociedade – que assiste passiva diariamente essas cenas urbanas –, que essa sequer percebe a condição precária de sobrevivência nas ruas como uma situação de trabalho. E mais, tende a responsabilizar as vítimas dessa violência produzida pela profunda desigualdade social, com base na ideologia da meritocracia. Assim como tende a responsabilizar as mães dessas crianças pela situação de rua em que se encontram. Marcante, é a análise de Grillo e Maciel (2016, p. 286), quanto ao dualismo trabalho desqualificado x delinquência, para a população no último degrau da fila da dignidade:

Para ficar mais claro, devemos lembrar que todas as sociedades possuem metas sociais para seus indivíduos, que estes aprendem desde criança a julgar como boas, justas e corretas. Por isso somos o tempo todo avaliados pelas outras pessoas de acordo com nossa capacidade de alcançar essas metas. Assim, não é difícil entender por que famílias derrotadas nessa busca sentem que a única “opção” é tentar se afastar dos últimos lugares da “fila moral” de vencedores e derrotados. Em poucas palavras, tais metas sociais resumem-se ao sucesso pessoal no mundo do trabalho.

Essa dinâmica depende do funcionamento de instituições modernas, como a família e a escola, para a reprodução tanto de objetivos sociais considerados bons, justos, honestos e dignos, quanto para o desenvolvimento de pessoas capazes de trilhar tal caminho. Trata-se de uma capacidade de autocontrole e cálculo sobre o futuro indispensável para o sucesso no mercado. É assim que “funcionamos” na sociedade do mérito. O que precisamos entender é por que um certo tipo de gente (a ralé como um todo) não se enquadra no perfil privilegiado pela lógica da competitividade.

Bem como um outro tipo, que coincide em grande parte com o primeiro (a ralé delinquente), não se enquadra nos padrões do que é considerado honesto, moralmente limpo e digno. Nestes últimos casos, os considerados “delinquentes” de nossa sociedade são os ladrões, os traficantes, os vagabundos e as prostitutas. A narrativa do que “não ser” é reproduzida na repulsa e no distanciamento deles. De modo que a pergunta inevitável é: que “limbo moral” é esse, vivido por pessoas cuja trajetória consiste em uma luta constante contra um “rebaixamento”, numa metáfora do futebol, mas jamais saindo da “zona de perigo”? Tal é a condição social de trabalhadores desqualificados como A., que ocupam o último lugar na fila do que é considerado digno em nossa sociedade do trabalho.

Em um determinado momento da vida, que geralmente chega cedo, essas pessoas sentem na pele que sua realidade de classe oferece apenas duas opções: o caminho “torto” do crime e da violência, como disse um vizinho de A., ou a fuga constante desse caminho pela trilha do trabalho desqualificado, último da fila da dignidade. O motivo: a sociabilidade familiar não permitiu a aquisição das habilidades emocionais e cognitivas necessárias ao sucesso na escola e no trabalho. Esse é o drama moral que podemos ver em uma impressionante história vivida por A. e seus irmãos, no momento em que se encontraram no limiar entre a delinquência e a dignidade. (...). Um serviço fixo, por pior que seja, assegura a não delinquência, oferecendo o mínimo para a sobrevivência do corpo e garantindo um bem-estar social para a alma, pois é a principal meta da narrativa do que “não ser”. Só assim se firma um lugar no último degrau da dignidade, ou seja, na condição de trabalhador honesto, apesar de desqualificado.

Destaque-se, ainda, que não necessariamente o sustento voltado à alimentação, mas o desejo de obtenção de bens de consumo, associado a uma visão injusta de distribuição desta riqueza, termina por levar os adolescentes a buscar recursos financeiros por uma destas vias. A sociedade que valoriza o ter em detrimento do ser, reserva a esse segmento de pessoas que estão no último degrau da estratificação social o desejo também de “ter” para se sentir alguém na sociedade. É como se o ser não tivesse significado sem o acesso a esses bens que trazem uma sensação de identificação, pertencimento.

Veja-se que nesse caso o trabalho precário, nas ruas, não assume feição de aprendizado, tampouco o valor de honra ou disciplina. A sociedade não percebe essas crianças como trabalhadoras, sobreviventes de uma situação de violência que lhes cerca. Também não os vê como crianças. Parte da sociedade os enxerga como potenciais infratores. Tudo alimentado por um discurso da mídia que reforça esse estigma e preconceito em relação aos adolescentes pobres, negros, em sua grande maioria. Sobre a violência espetacular produzida pela mídia, em ocultamento da violência estrutural praticada pelo Estado, o que faz com que não se questione as

causas da pobreza e da desigualdade social, transcreve-se a análise de Jessé de Souza (2013, p. 98):

Por que chamar de “violência” apenas aquilo que a TV, os jornais e revistas, na sua busca frenética de manipular o medo público de modo sensacionalista como meio de angariar clientes e lucro, chamam de violência? Por que apenas a “violência espetacular” das perseguições, tiros e balas perdidas concentra a atenção e o foco de todos? Esse amesquinhamento do olhar seletivo é o próprio fundamento da manutenção de uma ordem excludente e perversa que só pode se manter enquanto tal, de modo legítimo, se conseguir, precisamente, “eufemizar”, mitigar, diminuir os conflitos sociais de forma a torná-los circunscritos e parciais. Apenas essa “miopia” do olhar seletivo é que permite consolidar um debate público que recorrentemente transforma questões sociais em questões de polícia. Essa “cegueira” não é inocente. Ao isolar o foco de toda atenção na violência espetacular, produzem-se todas as condições objetivas para a continuação da violência muda e silenciosa de várias dezenas de milhões de brasileiros, e, no limite, de toda a sociedade brasileira cuja dinâmica é estruturada de fio a pavio por essa gigantesca desigualdade, invisível tanto política quanto analiticamente.”

Nesse cenário, o trabalho precário, ainda que para os adolescentes e suas famílias possa significar uma aparente alternativa ao caminho da delinquência, abre portas para outras violações de direitos e violências e ainda obtém reprovação social, estigma e preconceito, tanto em razão dos atores e condições em que o exercem, quanto em razão da própria ilegalidade do exercício do trabalho antes da idade mínima, o que leva à criminalização da pobreza e culpabilização das vítimas.

De vítimas passam a transgressores da Lei, perante o Estado e a sociedade, os quais deveriam lhes assegurar proteção integral. A proteção legal assim fica adstrita às crianças oriundas de famílias minimamente incluídas no sistema produtivo, com acesso a direitos básicos como moradia, saúde, educação, alimentação. De outro lado, torna-se abstração para aquelas famílias que se encontram nos degraus mais baixos da condição de pobreza, miséria e desigualdade social.

A exigência de cumprimento da Lei – com vistas à proteção da criança e do adolescente –, nestes casos, torna-se um desafio maior seja para aqueles que atuam no campo da defesa de direitos e responsabilização – tendo-se nesse caso o Estado como um dos principais violadores de direitos –, seja aos profissionais que atuam na proteção social, com as limitações próprias dos programas sociais e burocracias institucionais, que terminam por também perpetuar o sistema de injustiça e exclusão

dessas crianças e suas famílias das políticas públicas. Por expressa previsão legal (artigo 227 da CF), à sociedade também cumpre o papel de proteção, lembrando que sob o conceito de sociedade encontram-se também as empresas, responsáveis pelos impactos socioeconômicos da atividade empresarial, a par dos consumidores que, no mínimo, deveriam expressar reprovação social contra essa forma de violência, de forma a enxergar nessas crianças e adolescentes, as crianças do seu próprio meio social, caminho ainda extenso a se percorrer na sociedade neoliberal do individualismo e da meritocracia.

4 – CRIANÇAS MALABARES, O TRABALHO E A SITUAÇÃO DE RUA

*Aquele moleque sobrevive como manda o dia a dia,
tá na correria, como vive a maioria
Preto desde nascença, escuro de sol
Eu tô pra ver ali igual no futebol
Sair um dia das ruas é a meta final
viver decente sem ter na mente o mal*
Racionais MC, 1997

4.1 Trabalho infantil nas ruas de São Paulo

O Município de São Paulo é considerado o principal centro financeiro da América do Sul. É a cidade mais populosa do Brasil e considerada a 14ª cidade mais globalizada do planeta. Possui o 10º maior PIB do mundo e 10% do PIB brasileiro. É sede de 63% das multinacionais estabelecidas no Brasil. A região metropolitana de São Paulo, com cerca de 20 milhões de habitantes, é considerada a 8ª maior aglomeração urbana do mundo. Traz diversidade populacional, em sua formação, abarcando, em 2016, moradores de ao menos 196 países diferentes¹⁰⁰.

Toda a riqueza econômica produzida, contudo, não a torna uma cidade com menor desigualdade social¹⁰¹, ainda que considerado alto o índice de desenvolvimento humano apurado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, IPEA e FJP)¹⁰². Nesse cenário cosmopolita urbano, a infância pobre se dispersa nas ruas da cidade, nos olhares vazios das pessoas circulantes, estas que têm acesso ao consumo efervescente de bens variados, num cenário econômico neoliberal que privilegia status, diversão, prazer, tecnologia, propriedade.

Em contraste com essa realidade, a situação das crianças que trabalham nas ruas de São Paulo pode ser melhor visualizada nos dados do Censo de Crianças e Adolescentes em situação de Rua, realizado nos anos 2006 e 2007, pela Secretaria Municipal de Assistência Social, através da FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas

¹⁰⁰ https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Paulo_%28cidade%29. Acesso em 16.05.2017.

¹⁰¹ <http://www.nossasaopaulo.org.br/arqs/mapa-da-desigualdade-completo-2016.pdf>. Acesso em 16.05.2017.

¹⁰² Ocupa o 28º lugar do ranking de IDHM. http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-paulo_sp. Acesso em 16.05.2017.

Econômicas. Isso porque, como visto, os dados sobre o trabalho infantil nas ruas não aparecem de forma clara nas Pesquisas por Amostra de Domicílio realizadas pelo IBGE, que, ademais realizam amostras por Estados e não nos Municípios. O último levantamento de trabalho infantil, na cidade de São Paulo, pelo IBGE, consta do Censo demográfico realizado no ano 2010, que identificou 125.821 crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos em situação de trabalho. Todavia, encontra a mesma limitação metodológica da PNAD, razão pela qual tomaremos como base principal para a análise do trabalho infantil nas ruas em São Paulo os dados do censo de crianças em situação de rua realizado nos anos 2006-2007.

Destaca-se, ainda, no ano 2015, a realização do Censo da População em Situação de Rua¹⁰³, todavia, trata-se de pesquisa geral, abrangendo apenas a situação de pernoite e acolhimento da população infantil e adulta moradora de rua. Não encontramos também neste censo a situação específica de crianças que trabalham nas ruas. Registre-se, outrossim, que o Censo geral de 2015, identificou em situação de pernoite nas ruas e acolhimento o total de 502 pessoas com menos de 18 anos¹⁰⁴.

Retomando-se a análise na base de dados elegida, o Censo de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (2006-2007), dividido em três etapas, realizou levantamento das crianças e adolescentes encontradas na rua na cidade de São Paulo, utilizando como metodologia a verificação física em dia e horário específico, nas diferentes regiões e distritos da cidade¹⁰⁵, abrangendo situações diversas de permanência nas ruas, incluído o trabalho. Realizou o levantamento de crianças em trabalho noturno, inclusive, em três diferentes áreas de bares e restaurantes. Revela o censo, a partir de amostragem, os resultados mais próximos da realidade do trabalho nas ruas da cidade de São Paulo.

¹⁰³ Para efeito deste censo, foram consideradas em situação de rua, pessoas que, no dia do levantamento, estavam pernoitando nos centros de acolhida e nas ruas e demais logradouros da cidade.

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/censo/SUMARIO%20EXECUTIVO.pdf

¹⁰⁴http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf

¹⁰⁵ Através de consultas a especialistas e organizações que atuam junto a essa população, identificou-se o período vespertino (entre 16h00 e 20h00) de sextas-feiras como o de maior incidência de crianças e adolescentes em situação de rua nos logradouros da cidade. Isso determinou o horário/dia da realização do trabalho de campo. O estudo foi realizado no dia 18 de junho de 2007, das 16 às 20 horas

Na primeira etapa da pesquisa censitária municipal (2006), foram identificados 538 pontos de circulação e de trabalho de crianças nas ruas, localizados em 28 das 31 subprefeituras, com maior concentração desses pontos nas regiões centrais. Segundo o levantamento, os pontos tendem a ficar dispersos e rarefeitos nas regiões periféricas, onde a possibilidade de conseguir algum rendimento através de trabalho, ou mesmo esmolando, é menor.

Dáí se concluir que a distribuição das crianças pela cidade considera as características dos locais em que realizam suas atividades laborais. Nesse sentido, destaca que as escolhas se pautam por uma estratégia racional de sobrevivência, em que as crianças e adolescentes procuram estabelecer o ponto de trabalho ou mendicância em locais com maior probabilidade de retorno econômico, como áreas de comércio e serviços com grande circulação de veículos e pessoas, bem como locais com maior tolerância social. A maioria dos pontos está localizada em cruzamentos de vias de tráfego intenso, nos quais o tempo de demora do semáforo favorece o trabalho de venda de produtos ou de prestação de serviços, assim como a prática de mendicância¹⁰⁶.

O censo define como crianças e adolescentes em situação de rua “aqueles com até 18 anos, sós ou acompanhados de familiares, que ficam nas ruas por períodos do dia, da semana ou permanentemente”. E considera que tais pessoas utilizam a rua “como moradia e/ou espaço privilegiado de garantia da sobrevivência, socialização e lazer”.

Considera em situação de trabalho as crianças e adolescentes que obtém renda da rua, seja para sustento próprio e/ou da família, seja mediante a exploração de terceiros e independentemente de retornar ou não para casa.

Temos, pois, uma dimensão e identificação do perfil das crianças em situação de trabalho nas ruas em São Paulo, nos dados do levantamento do único censo realizado sobre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, nos anos 2006-2007.

O Censo aponta que o trabalho exercido nas ruas abrange a venda de produtos, prestação de serviços como malabarismo, engraxate, limpador de para-brisa, guardador de carro, catador de recicláveis. Também inclui as crianças que pedem

¹⁰⁶ Não foram incluídas no censo, as subprefeituras de Perus, Cidade Tiradentes e Parelheiros, pois, de acordo com o levantamento realizado anteriormente, não havia nenhum local com presença de crianças e adolescentes em situação de rua nessas regiões. A subprefeitura de Cidade Ademar foi incluída porque alguns pontos localizados em seus limites constavam com endereço de um de seus distritos. Porém, durante a contagem, não foram encontradas CASRUA nessa região, razão pela qual os resultados se referem a 27 subprefeituras

esmola, que podem estar sozinhas ou na companhia de adultos. O levantamento observa que é frequente a presença de adultos com criança ou bebê no colo, esmolando, e aponta ainda que a atividade não seja exercida pela própria criança, uma vez que ela está sendo usada pelo adulto na prática da mendicância, encontrando-se em situação análoga à de trabalho infantil.

Na data do levantamento, foram encontradas em logradouros públicos da cidade 1.842 crianças e adolescentes em situação de rua, sendo que 64,9% são crianças identificadas no centro expandido¹⁰⁷ (1.196) e 35,1% (646) apenas nas áreas mais periféricas. Desse total, foram identificadas 1.066 crianças (58,4% do total) nas ruas desenvolvendo atividade laboral¹⁰⁸. A região central concentra 41,5% destas crianças, seguida da zona oeste (18,7%), zona sul (13,7%), zona norte (7,3%) e sudeste (6,0%).

A maioria estava nos cruzamentos, o que possibilita a interação com os motoristas de veículos, nos faróis, quando têm oportunidade de realizar vendas, fazer malabares ou utilizar outras estratégias para obtenção de dinheiro. Parte destes cruzamentos encontra-se localizada em grandes avenidas, com tráfego intenso de veículos, o que as expõe a situações de risco. No entorno dos pontos de incidência, são encontrados estabelecimentos comerciais como lojas, bares, restaurantes,

¹⁰⁷ O centro expandido compreende a área localizada entre os rios Tietê e Pinheiros, limitada a oeste pela Av. Salim Farah Maluf e a sudeste pelas Av. Prof Luiz Ignácio de Anhaia Melo, Av. Pres. Tancredo Neves e, ao sul pela Av. dos Bandeirantes. O Centro Expandido abrange as seguintes subprefeituras: Sé, Lapa, Pinheiros, Vila Mariana, Ipiranga, Vila Prudente e Mooca. Da Sub Sé, abrange todos os seus 8 distritos; da Sub Lapa, abrange os distritos de Perdizes, Barra Funda, Lapa e Vila Leopoldina, não abrange os distritos de Jaguaré e Jaguará; da Sub Pinheiros, abrange os distritos de Alto de Pinheiros, Pinheiros, Jardim Paulista e uma parte do distrito de Itaim Bibi (a que é delimitada pela Av. dos Bandeirantes em direção à Pinheiros); da Sub Vila Mariana, abrange os distritos: Moema, Vila Mariana e maior parte do distrito Saúde (apenas 20 quadras ficam para fora do centro expandido); da Sub Ipiranga, abrange a maior parte do distrito Cursino, a maior parte do distrito Ipiranga e o distrito de Sacomã fica de fora do centro expandido; da Sub Vila Prudente, abrange apenas uma parte pequena do distrito de Vila Prudente; da Sub Mooca, abrange os distrito da Mooca, Belém, Pari e Brás e, uma parte (menos da metade) do distrito da Água Rasa. Fonte: Censo (2006-2007)

¹⁰⁸ No entanto, a distribuição é bastante desigual. A subprefeitura da Sé comporta 41,2% das crianças e adolescentes, sendo que 25,7% das recenseadas em toda a cidade estavam nos distritos de República (17,1%) e Sé (8,6%). Além da Sé, as subprefeituras com maior frequência estão no anel em torno do centro, com um prolongamento para a região sul (Santo Amaro): Pinheiros com 11,8%, Santo Amaro 6,1%, Vila Mariana 5,9%, Lapa 4,8%, Mooca 4,8%. Nesta área foram encontradas aproximadamente 75% das CASRUA. À medida que se caminha em direção à periferia, há uma diminuição de CASRUA encontradas, embora possam ser residentes destas regiões. Possivelmente são atraídas para as áreas mais centrais que oferecem maiores oportunidades de ganho e possuem maior número de recursos de lazer, alimentação, e grande circulação de pessoas. Fonte: Censo (2006-2007)

supermercados, shopping centers, entre outros. É frequente também a presença de atividades ligadas a serviços, terminais de ônibus e trens.

Assim como aponta o censo nacional, no município de São Paulo, as crianças em situação de rua são predominantemente do sexo masculino (70,4%). Foram identificados 1296 meninos e 510 meninas. Explicita a pesquisa que, ainda que o sexo masculino predomine largamente, houve crescimento significativo das meninas nas ruas na última década.

Na mesma linha da pesquisa nacional, também se verifica que em sua maioria, 78,7% das crianças é negra (40,9% pardos e 37,8% pretos), inversamente proporcional à população geral do município de São Paulo (67,5% brancos segundo o censo do IBGE no ano 2000). Aponta certa equiparação entre adolescentes (54,7 %) e crianças com menos de 12 anos (43,1%) e baixo percentual de população com idade inferior a 7 anos (14,7%)¹⁰⁹.

Segundo o censo, as atividades desempenhadas pelas crianças e adolescentes fornecem indicadores sobre sua condição de vida e sobre o uso que esta população faz do espaço público. A pesquisa considerou as crianças em situação de trabalho nas ruas, mas também aquelas que apenas brincavam, dormiam, faziam uso de drogas ou outras atividades nas ruas. A atividade laboral foi predominante, tendo sido identificado grupo bem definido, desempenhando atividades geradoras de renda através do trabalho (venda, malabares, flanelinha, catação de recicláveis, entre outros), que corresponde à maior parte dos pesquisados (58,4%).

Ressalte-se que a pesquisa considerou apenas a atividade que estavam realizando no momento. Portanto, é possível que um contingente ainda maior das crianças e adolescentes nas ruas estivesse em situação de trabalho, apenas em momento de “não trabalho” ou descanso. Das crianças identificadas em outras atividades (41,6%), um pequeno grupo foi encontrado usando drogas (5,9%) e as demais foram encontradas desenvolvendo atividades menos definidas. Uma pequena

¹⁰⁹ Uma hipótese é que crianças pequenas estejam sendo utilizadas como facilitadoras da venda de produtos e obtenção de esmolas junto aos transeuntes e motoristas nas ruas. Não há, porém, dados comparativos para avaliar se houve crescimento das faixas etárias mais baixas no decorrer do tempo. Os dados disponíveis para outras cidades mostram que a proporção de crianças com pouca idade em São Paulo é superior à de Porto Alegre. Naquela cidade, as CASRUA com menos de 12 anos correspondem a apenas 34% do total e a proporção de crianças com menos de 7 anos é de 8,3%, praticamente a metade da proporção encontrada em São Paulo para esta faixa. Fonte: CENSO, Fipee-SMADS, 2006-2007, p. 41

parte na companhia de adultos (7,8%) e permanecia junto a ambulantes (4,5%), no colo (1,3%) ou com familiares (2,1%). Aqueles que estavam sem a companhia de adultos (24,6%) circulavam (16,2%), estavam parados ou sentados na via pública (4,8%), deitados/dormindo (2,2%) ou brincando (1,2%).

Fica claro, assim, que o trabalho infantil nas ruas aparece diluído nas estatísticas sobre crianças em situação de rua e não nos levantamentos sobre trabalho infantil. E, por outro lado, tal situação não abarca apenas as crianças que vivem nas ruas, mas predominantemente crianças que possuem algum vínculo familiar e moradia, mas fazem das ruas um local de trabalho, de sobrevivência. A invisibilidade desta categoria de trabalhadores infantis, ou seja, sua classificação como situação de rua, dificulta a implementação de políticas públicas voltadas às suas especificidades, inclusive o próprio levantamento de dados do trabalho infantil nas ruas, fato que contribui na perpetuação do estigma social do menino de rua, da situação de violência e preconceito contra essas crianças, vítimas da violência estrutural que as coloca numa condição de trabalho precário, perigoso, sem qualquer proteção social.

E esta condição irá ocorrer porque as políticas de atendimento à população em situação de rua não contemplam as necessidades desse segmento trabalho infantil, que tem endereço certo, família e utiliza a rua como espaço para a obtenção de rendimento. Por outro lado, a fiscalização do trabalho tem limitações na autuação desta modalidade de trabalho infantil, à ausência da figura de um explorador direto dos referidos serviços, podendo ocorrer, principalmente em relação ao adolescente, o trabalho por conta própria. Nesses casos, deve ser analisada a responsabilidade do poder público pela efetivação de políticas de atendimento às crianças em situação de trabalho infantil, especialmente através do PETI – Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Também fica claro que as políticas de atendimento e assistência no trabalho infantil devem ter um programa com foco específico na população em situação de trabalho nas ruas, que abrange não apenas a situação de rua – política direcionada à população que vive nas ruas –, mas também as crianças e adolescentes que utilizam a rua apenas como local de trabalho e pelas características próprias e habilidades adquiridas na circulação pela cidade e sobrevivência nas ruas, uma vez que demandam trabalho de inserção social que considere suas especificidades, necessidades e possibilidades de aprendizagem e qualificação profissional.

É importante ressaltar que tanto o censo realizado pelo Município de São Paulo quanto o censo nacional de crianças em situação de rua revelam que a maior parte das crianças identificadas nas ruas nela se encontram em situação de trabalho, e não necessariamente como forma de moradia, diversamente do que o senso comum imagina, muito influenciado pela mídia tradicional, responsável por estigmatizar estas crianças e também aquelas que vivem nas ruas como abandonadas ou delinquentes.

Nesse sentido, inclusive, é possível afirmar que o trabalho infantil nas ruas pode ser uma porta de ingresso para a condição de moradia nas ruas, ao longo do tempo, assim como também os torna mais vulneráveis ao consumo de drogas e à prática de atividades ilícitas.

O Censo sobre a População de Rua, realizado no ano 2015, revela que o uso de substâncias psicoativas é uma constante nas ruas e está amplamente generalizado nessa população, sendo maior nas ruas do que nos centros de acolhida (54,3% e 83,8%). Segundo o Censo, entre os jovens com até 30 anos, 77% usam alguma droga. Esta proporção vai diminuindo conforme aumenta a idade. É um problema que atinge a sociedade como um todo, mas as consequências da droga têm repercussões mais graves nos grupos mais vulneráveis, seja pela criminalização dos usuários, seja pela ausência de políticas de prevenção e tratamento de dependentes. Em se tratando de crianças e adolescentes, que ainda não têm o seu desenvolvimento e discernimento plenamente formado, as repercussões negativas são mais graves ainda.

Diversamente da falsa ideia disseminada no sentido de que é melhor trabalhar do que roubar, é melhor trabalhar do que ter o tempo livre, como visto, o trabalho infantil nas ruas é uma potencial causa para outras violações de direitos humanos de crianças e adolescentes, que ficam expostas a todo o tipo de violência e vulnerabilidades nas ruas, podendo ensejar a própria situação de moradia na rua.

O Censo da População de Rua (2015) fala sobre a violência a que está submetida a população de rua, apontando as seguintes: agressão verbal como xingamento, ofensa e humilhação (55% e 70%), roubo/furto (59% e 64%), agressão física (38% e 50%), tentativa de homicídio com facada, tiro (16% e 24%), remoção forçada (25% e 38%) e violência sexual (4% e 6%). Os praticantes dessas agressões são em grande parte as próprias pessoas que pernoitam nas ruas, os agentes de segurança pública (polícia civil, militar e GCM), os agentes de segurança privada e transeuntes, sendo que todos praticam diferentes atos de violência contra a população em situação de rua.

Portanto, o trabalho nas ruas, ainda que se dissocie da situação de rua propriamente, pode ser tanto decorrente da moradia nas ruas, que leva também a necessidade de sobrevivência, como pode ser uma de suas causas, devendo ser cuidadosamente analisado e pensado no campo das políticas de enfrentamento ao trabalho infantil, como situação de maior vulnerabilidade, a ensejar a adoção de ações prioritárias e direcionadas a essa condição específica. Veja-se que esse tipo de trabalho pode mesmo ser uma porta de acesso para o trabalho em atividades ilícitas (exploração sexual e tráfico de drogas), de tão difícil identificação e enfrentamento, podendo-se entender a política direcionada de enfrentamento ao trabalho infantil nas ruas como preventiva à situação de rua e ao trabalho em atividades ilícitas.

A situação de rua, como se pode ver, está intimamente ligada ao trabalho infantil. Basta dizer que a população de rua em geral, infantil ou adulta, trabalha ou realiza alguma atividade (trabalho informal, esmola ou atividades ilícitas) que lhe proporciona rendimento para sobrevivência (Censo, 2015). De outro lado, os dados revelam que a maior parte das crianças que trabalha nas ruas reside com suas famílias e, portanto, possui vínculos afetivos familiares e comunitários, que podem ser fortalecidos por meio das políticas de enfrentamento ao trabalho infantil, devendo estas, por certo, considerar as especificidades desse grupo especialmente vulnerável de crianças.

Não é difícil concluir que a atuação tradicional da rede de proteção no enfrentamento do trabalho infantil, assim como as campanhas educativas com foco meramente na proibição do trabalho infantil, pode se tornar ineficaz em relação a esta população vulnerável, podendo desencadear nas próprias vítimas um sentimento de culpa em razão da prática de uma conduta antijurídica, o que levará ao ocultamento da conduta ilegal e não ao reconhecimento de que se trata de uma violação de direitos. Como não existe um empregador formal, então a própria criança ou sua família seria um “transgressor” da Lei que proíbe o trabalho infantil. Falas assim vamos encontrar em algumas entrevistas.

A reflexão trazida é importante para que tenhamos claro, por se tratar de um grupo especialmente vulnerável de crianças, há necessidade de se considerar suas realidades nas ações e estratégias de enfrentamento ao trabalho infantil, para que estas sejam eficazes, no sentido de proteger tais crianças e adolescentes, de forma que a mensagem compreendida seja a da proteção, e não da ilegalidade.

Nesse contexto, ainda, é possível concluir que a ideologia que valoriza o trabalho indistintamente e reforça sua aceitação como aprendizado, distancia-se da realidade do trabalho infantil nas ruas, visto, no mais das vezes, como atividade marginal. Essa desconsideração da atividade como trabalho, também é reforçada pela ausência de empregador ou explorador direto, além da condição de rua, que leva à ideia de 'não trabalho' pelo senso comum.

Apresenta-se, então, a dualidade perversa que impõe à criança duas condições simbólicas discriminatórias: a invisibilidade como criança sujeito de direitos e a invisibilidade do trabalho como elemento de dignidade e honestidade. A par de não ter assegurado o direito a uma infância, a condição de trabalho que lhe é imposta é uma condição ilegal e vergonhosa, sob o ponto de vista de fracasso social, o que representa a violência estrutural praticada pela sociedade (indiferente) e pelo Estado (omisso) no seu dever de assegurar a estas crianças proteção integral (artigo 227 da Constituição Federal). É certo que a responsabilidade pela proteção integral é também das famílias. Todavia, há que se identificar se há possibilidade de compreensão do fenômeno da violência e violação de direitos, por famílias em situação de vulnerabilidade social, também vítimas dessa violência, embora a estas devam ser exigidas condutas compatíveis com a sua função de proteção.

Tem-se discutido sobre as causas do trabalho infantil contemporâneo, numa tentativa de afastar suas causas determinantes da condição de pobreza, sob o entendimento de que o perfil atual das famílias do trabalho infantil revelaria uma melhoria nas condições de vida dessa população. De outro lado, o que se percebe, independentemente do critério que se leve em consideração para a definição de pobreza (IBGE ou IPEA), é o fato de o trabalho infantil predominantemente ocorrer em famílias de baixa renda, pobres ou miseráveis, portanto, não há como afastar a conclusão de que a pobreza é causa estrutural do trabalho infantil no Brasil. Associada à condição econômica, uma brutal desigualdade social, mantenedora desse sistema, perpetua o racismo, especialmente no que diz respeito ao trabalho infantil nas ruas, e por que não dizer também em relação ao trabalho da mulher e ao trabalho adulto.

Não obstante, o objeto da nossa pesquisa é o trabalho de crianças e adolescentes. É nesse contexto, que as famílias onde ocorre o trabalho infantil, na maioria das situações, são vítimas tanto quanto as crianças, e muitas vezes, reproduzem nesses espaços privados outras formas de violência contra as crianças,

todas encobertas pela violência estrutural a que estão submetidas. Nesse sentido, aponta Melo (2011, p. 101):

Se em outros países a situação de rua tem causas múltiplas, das quais a violência doméstica e a falta de vínculos significativos tendem a apresentar-se como sintomáticas, sabe-se o quanto em países como o Brasil a pobreza é um dos fatores preponderantes desta situação, o que é reconhecido no próprio Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

Não se pode, por conseguinte, focar apenas nas dinâmicas familiares sem considerar, de um lado, os espaços em que estas famílias vivem e, de outro, suas condições de sobrevivência, com uma especial consideração sobre o papel das crianças e adolescentes. Com efeito, aponta-se o quanto esses espaços são determinantes na causação de stress e propiciadores de violência doméstica e de abuso contra crianças e adolescentes, como, também, da partida de crianças e adolescentes para a rua.

Em relação à violência doméstica, acresça-se, decorre também de isolamento social e falta de suporte à própria família, portanto, intimamente relacionada à violência estrutural, espraiando-se para uma expressão múltipla e, via de regra, inter-relacionada nas suas distintas modalidades (MELO, p. 92), que podem incidir no trabalho infantil nas ruas, como fuga do ambiente familiar ou como exigência da própria família à criança buscar meios de sobrevivência.

Telles (2001, p. 33), ao estudar as relações entre pobreza e cidadania, explicita que é nesse terreno que se pode identificar a tensão entre a cultura hierárquica modelada na normatividade da vida social e a experiência das opressões, discriminações e exclusões. O que, sem dúvida, leva tanto famílias quanto as próprias crianças e adolescentes a buscar o caminho da violação de direitos – trabalho infantil – e não da cidadania, pela ausência de significação da normatividade dos direitos, não experimentados nas suas realidades de vida.

Tem-se, assim, em constante tensão como determinantes do trabalho infantil, questões ligadas à família ou questões econômicas, o que poderia mesmo situar a discussão por trás da ideologia do trabalho e sua incidência nas formas de enfrentamento do trabalho infantil. Observa-se, contudo, que o dualismo encobre as questões estruturais da pobreza, condutoras do trabalho infantil (e da própria violência doméstica), que não pode simplesmente ser atribuído a uma tomada de decisão da

família, considerada a condição a que está submetida, ressaltando-se aqui não apenas a vulnerabilidade econômica, mas também social e cultural.

A pesquisa censitária (2006-2007) aponta que em todas as faixas etárias observadas na situação de rua a violação de direitos que predomina é o trabalho infantil. Como visto, 58,4% das crianças e adolescentes identificadas em situação de rua (um total de 1066) estavam desenvolvendo alguma atividade com o objetivo de renda. A atividade predominante identificada foi a venda de produtos; mais de metade (55,9%), comercializava algum produto (balas, biscoitos, água, refrigerante, panos de prato, flores etc.). Em segundo lugar, aparecem atividades de serviços, desempenhadas por 21,6% das crianças identificadas. Entre os serviços, destacam-se os malabares (7,8%) e o rodinho (limpeza de para-brisas) (6,8%). Além destas, registrou-se a ocorrência de outros serviços como flanelinha (2,8%), engraxate (2,6%) e carregador (1,6%). Foram encontrados também 54 catadores de materiais recicláveis, o que corresponde a 5,2% das crianças e adolescentes em situação de trabalho. Ainda foi identificado um grupo composto pelos que pediam esmolas no momento do levantamento, correspondente a 15,6% dos que obtêm rendimento nas ruas e 8,8% do total de crianças e adolescentes identificadas na pesquisa.

Outro levantamento importante acerca do trabalho infantil nas ruas no município de São Paulo pode ser obtido através dos dados registrados pelo Serviço Especializado de Abordagem Social – SEAS, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, atualmente realizado por 23 equipes, por meio de ONGs conveniadas ao Município de São Paulo.

Segundo levantamento do Instituto Santa Lúcia, no ano 2015, 78% dos casos atendidos pelo serviço social de abordagem nas ruas, por eles realizado, foram situações de trabalho infantil (ANEXO F). Conforme relatório disponibilizado, foram computados os seguintes atendimentos:

Tabela 13. Atendimentos do Serviço de Abordagem Social de Rua

Classificação da demanda	Total de serviços (casos atendidos)
Trabalho infantil	9.518
Situação de rua ¹¹⁰	1.194

¹¹⁰ Observa-se que no relatório do SEAS há distinção entre o trabalho infantil e a situação de rua, classificação esta não utilizada pelo censo, que, como visto, insere o trabalho infantil na situação de rua. Podemos entender, assim, que a classificação do SEAS de situação de rua corresponde ao levantamento apenas das crianças e adolescentes que residem na rua, enquanto o trabalho infantil nas ruas abrange todas as crianças encontradas em situação de trabalho.

PPCAM	4
Dependência química	976
Exploração sexual	50
Uso de álcool	282
Cumprimento de MSE MA	67
Descumprimento de MSE MA	80
TOTAL	12.171

Fonte: Instituto Santa Lúcia, 2016 (Anexo F)

Da análise dos dados do serviço social de abordagem, verifica-se que 78,2% do total de atendimentos de crianças e adolescentes em situação de rua se referem a trabalho infantil, mostrando-se quase irrelevantes as situações envolvendo ato infracional (medidas socioeducativas), que atingem menos de 1% dos atendimentos. Os casos de envolvimento com álcool ou drogas ilícitas correspondem a 10% do total de atendimentos. Vale ressaltar que o trabalho nas ruas aumenta a vulnerabilidade das crianças e adolescentes para o consumo de drogas. (MELO, 2011, p. 84-5).

Por fim, encontramos no Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Trabalhador, publicado em dezembro/2016, um panorama dos tipos de trabalho realizados por crianças e adolescentes nas ruas, conforme dados da Secretaria Municipal de Assistência Social, relativo ao período de 2012 a 2015.

O malabarismo está entre as atividades mais realizadas nas ruas de São Paulo. Nos anos de 2012 a 2014, apareceu entre as duas atividades predominantes; somente em 2015 aparece como terceira atividade mais realizada, sendo que os dados apresentados contemplam apenas período parcial (janeiro a junho). De outro lado, na faixa etária de 16 e 17 anos, o malabarismo se mantém como segunda atividade principal identificada no trabalho nas ruas. Seguem Tabelas extraídas do Plano Municipal:

Tabela 14. Quantidade de crianças e adolescentes, de zero a 15 anos, em situação de trabalho infantil¹¹¹

2012		2013		2014		2015	
Ocupação	Total 0 a 15 anos	Ocupação	Total 0 a 15 anos	Ocupação	Total 0 a 15 anos	Ocupação	Total 0 a 15 anos
Serviços Gerais	346	Malabarismo em semáforos	469	Malabarismo em semáforos	445	Guardador de Carros	464
Malabarismo em semáforos	342	Vendedor de produtos no farol	366	Guardador de Carros	327	Serviços Gerais	358
Vendedor de produtos no farol	276	Guardador de Carros	321	Vendedor de produtos no farol	309	Malabarismo em semáforos	367
Guardador de Carros	252	Serviços Gerais	244	Serviços Gerais	248	Vendedor de produtos no farol	398
Limpador de Vidros de Carros em Faróis	88	Limpador de Vidros de Carros em Faróis	120	Limpador de Vidros de Carros em Faróis	143	Atividade que aparecer	218
Ambulante	33	Ambulante	44	Distribui Panfletos	69	Limpador de Vidros de Carros em Faróis	123
Carregador	27	Distribui Panfletos	43	Engraxate	58	Engraxate	50
Catador de Material Reciclável	22	Catador de Material Reciclável	41	Ambulante	44	Catador de Material Reciclável	35
Engraxate	20	Carregador	30	Catador de Material Reciclável	26	Distribui Panfletos	34
Distribui Panfletos	18	Engraxate	25	Atividade que aparecer	20	Ambulante	19

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social/Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais (COPS), 2015. Extraído do Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, 2016.

¹¹¹ Tabela concebida de acordo com as dez ocupações mais desenvolvidas no Município de São Paulo, no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2015.

Tabela 15. Quantidade de jovens trabalhadores de 16 a 17 anos¹¹²

2012		2013		2014		2015	
Ocupação	16 a 17	Ocupação	16 a 17	Ocupação	16 a 17	Ocupação	16 a 17
Serviços Gerais	61	Serviços Gerais	55	Serviços Gerais	75	Serviços Gerais	75
Vendedor de produtos no farol	39	Malabarismo em semáforos	51	Malabarismo em semáforos	59	Malabarismo em semáforos	77
Malabarismo em semáforos	34	Vendedor de produtos no farol	41	Guardador de Carros	51	Vendedor de produtos no farol	71
Guardador de Carros	21	Distribui Panfletos	26	Distribui Panfletos	37	Guardador de Carros	73
Engraxate	11	Guardador de Carros	24	Vendedor de produtos no farol	33	Realiza o que aparecer	25
Limpador de Vidros de Carros em Faróis	10	Limpador de Vidros de Carros em Faróis	13	Engraxate	18	Distribui Panfletos	33
Distribui Panfletos	9	Ambulante	8	Limpador de Vidros de Carros em Faróis	15	Limpador de Vidros de Carros em Faróis	24
Catador de Material Reciclável	5	Engraxate	6	Carregador	5	Engraxate	14

¹¹² Tabela concebida de acordo com as dez ocupações mais desenvolvidas no Município de São Paulo, no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2015.

Ambulante	4	Catador de Material Reciclável	5	Ambulante	4	Catador de Material Reciclável	8
Carrega placas de anúncios	4	Vendedor de flores em bares/ restaurantes	5	Pedreiro	4	Ambulante	2

Fonte: SMDS/Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais (COPS), 2015. Extraído do Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, 2016.

4.2 Malabaristas infantis nas ruas ou quando a arte destrói o lúdico

A pesquisa censitária de crianças em situação de rua no Município de São Paulo apontou que 4,4% do total das crianças e adolescentes, durante a realização da pesquisa (81), faziam malabares. Este número corresponde a 7,8% dos que desenvolvem atividades para obtenção de renda. A atividade é pouco expressiva entre as meninas que trabalham (2,6%), diferentemente do rodinho que é realizado na mesma proporção por ambos os sexos. Do conjunto dos que faziam malabares 92,6% eram meninos. A idade predominante nesta atividade, à época do censo, foi constatada entre 7 e 11 anos, correspondente a 63% dos que utilizavam a prática estavam nesta faixa etária. Entre os que têm menos de 7 anos, foi registrada a presença de uma única criança fazendo malabares no momento da pesquisa.

O Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, por sua vez, apontou no período de 2012-2015 como uma das atividades laborais predominantes nas ruas o malabarismo, figurando sempre entre as três principais atividades realizadas por crianças e adolescentes. Segundo estudo produzido pelo Grupo de Estudo e Pesquisa das Artes Circenses da UNICAMP, o malabarismo é uma das técnicas circenses que mais tem visibilidade atualmente, tendo se popularizado entre os artistas de rua, o que até a década de 70 era praticamente realizado apenas sob as lonas de circo, num contexto de transmissão e tradicional familiar. A partir da década de 80, especialmente com a criação das primeiras escolas de circo no Brasil, tornou-se uma das mais difundidas técnicas circenses em todo o território brasileiro.

Aponta as seguintes razões para a expressiva disseminação da técnica de malabares¹¹³:

- é possível realizar malabares com inúmeros objetos;
- o instrumento é mais acessível economicamente ou simplesmente pode ser confeccionado pelo próprio artista;
- é portátil ou transportável com facilidade;
- estruturalmente é mais viável e, em função disso, o artista ou praticante da técnica pode exercer a atividade de malabares em qualquer lugar, frente a outras técnicas circenses;
- é de fácil iniciação e, nessa linha, também frente a outras técnicas, não oferece risco ao praticante.

A técnica de malabarismo é introduzida no Brasil como organização laboral, no final da década de 70 e início dos anos 80, com a criação das escolas de circo, momento em que a atividade ultrapassa a tradição familiar e da lona para atingir um viés profissionalizante artístico¹¹⁴.

Quando as primeiras escolas de circo surgiram no Brasil, um dos principais objetivos que motivaram aqueles profissionais, em sua maioria constituída de artistas circenses tradicionais, ou seja, que vieram da lona, era dar continuidade à aprendizagem dos filhos dos próprios circenses, que estariam, segundo suas justificativas, deixando de aprender essa arte. Entretanto, o que de fato acontecia é que os filhos de gente de circo dificilmente tinham condições de participar dessas escolas. Quem acabou por se transformar em aluno e depois artista circense ou de teatro foram pessoas fixas das cidades, vindas dos mais diferentes grupos sociais e com propostas e objetivos diversos e múltiplos. (...) O advento das escolas de circo no mundo, assim como no Brasil, é o fato realmente novo na história dessa arte: antes, os saberes do circo eram passados dentro da lona, *nas escolas permanentes, que eram os circos itinerantes*; hoje, cada vez mais artistas se fixam em determinada cidade e passam seu conhecimento em troca de remuneração; ou estão inseridos em projetos governamentais e não governamentais, claro, sob os auspícios de um salário, mas com características diferenciadas dos que trabalham em organizações privadas.

É distinto das relações de formação e trabalhistas que se estabelecia (ou estabelece) nos circos-famílias. Naturalmente, essas novas formas de inserção das escolas nas cidades proporcionou um crescimento no número de artistas no mercado, inclusive artistas

¹¹³ GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS DAS ARTES CIRCENSES (CIRCUS). PANORAMA DO MALABARISMO NO BRASIL 2007-2008. Relatório de Pesquisa. Campinas: 2011, Unicamp. http://www.fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/circus/panorama_do_malabarismo.pdf. Acesso em 16.05.2017.

¹¹⁴ Ibidem

formados nessas escolas e que encontraram trabalho em Circo de Lona no Brasil e no Exterior.

Atualmente, a atividade de malabares está prevista na Classificação Brasileira de Ocupações, publicada pelo Ministério do Trabalho por meio da Portaria ministerial n. 397, de 09 de outubro de 2002, entendida como modalidade de trabalho artístico. Está classificada no código 3762-40, que se desmembra da seguinte forma:

3 – Técnicos de nível médio
 37–Técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos
 376 – Artistas de artes populares e modelos
 3762 – Artistas de circo (circenses)
 3762-40 Malabarista

Conforme descrição da atividade, na CBO, os malabaristas profissionais,

realizam, sozinhos ou em grupos, diversos tipos de representações, em um espetáculo público (circo, teatro, rua, estúdio de televisão); criam números e os apresentam em cena, a partir de técnicas corporais (acrobacia, equilíbrio, malabarismo, ilusionismo, comédia, canto, dança, pantomima) ou de técnicas de adestramento de animais.

Quanto à formação e experiência necessárias para o exercício da atividade, a CBO – Classificação Brasileira de Ocupações, definida pelo Ministério do Trabalho¹¹⁵, descreve:

Essas ocupações são exercidas por pessoas que desenvolveram habilidades circenses. A formação inicia-se desde a mais tenra idade, quando as crianças vão aprendendo um pouco de cada arte, em circos de lona, organizados em torno de tradicionais famílias circenses. Há, em menor número, artistas formados em circos-escolas ou cursos de artes circenses. Os espetáculos circenses também são apresentados em teatro, TV, rua ou outros espaços alternativos. **Pode-se demandar aprendizagem profissional para a ocupação elencada nesta família ocupacional, exceto os casos previstos no art.10 do decreto 5.598/2005.**

¹¹⁵ <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>

A descrição legal da atividade traz reflexões relevantes para análise do trabalho infantil dos malabares, que desenvolvem tais atividades em condições precárias, nas ruas, em situação considerada como piores formas de trabalho infantil: a) a primeira diz respeito à possibilidade de aprendizagem legal no arco ocupacional de artistas de circo/malabarista, inclusive com Escolas de Circo formalmente constituídas, que visem à formação educacional e profissional artística circense; b) a segunda trata da excepcional possibilidade de trabalho infantil artístico, à luz do permissivo legal consubstanciado na Convenção 138 da OIT, compatibilizado com o artigo 227 da Constituição Federal, desde que autorizado judicialmente, observadas as condições legais para a proteção dos interesses das crianças e adolescentes.

É certo que os pequenos malabaristas de rua, sujeitos do nosso estudo, não se inserem em nenhuma destas hipóteses legais – que longe de autorizar uma exploração de trabalho circense de crianças e adolescentes, ensejariam algum tipo de formação educacional e profissionalizante, a partir de 14 anos, com vistas ao aproveitamento de habilidades e interesses desenvolvidos por essas crianças e adolescentes. Não é esse o caso. Importante, contudo, fazer esse destaque, a fim de identificar a absoluta ausência de políticas públicas que levem em consideração estas possibilidades legais de aprendizado e profissionalização, a partir de uma realidade social constatada.

Diversamente, as crianças malabares nos faróis de São Paulo praticam atividade laboral não permitida, sujeita a diferentes riscos ocupacionais, considerada como piores formas de trabalho infantil. Transcrevem-se relatos de depoimentos de trabalhadores infantis, colhidos em matérias jornalísticas:

Há alguns anos sua irmã de apenas 7 anos enquanto trabalhava ali, no mesmo local, depois de ter desaparecido foi encontrada violentada e morta, o corpo jogado numa caçamba de lixo na Avenida Getúlio Vargas. À época, o caso foi noticiado por todos os jornais da cidade e tornou-se motivo para levantar a discussão acerca dos males da exposição das crianças ao universo da rua e da responsabilização das famílias e possíveis ações do Estado no efetivo combate ao trabalho infantil.

(http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1409&Itemid=350)

Pele ressecada e olhos vermelhos são apenas duas das muitas marcas e feridas que as ruas de São Paulo e o trabalho nos faróis trouxeram para a vida desse menino. Com 16 anos e apenas a sétima

série em seu currículo, o garoto mora em São Mateus (SP) com a mãe e o irmão de 22 anos, ambos desempregados. Apesar da dificuldade financeira, Thiago diz nunca ter passado fome ou aceitado os convites que teve para roubar. “Nunca passei fome, não. Quando via que não tinha comida em casa vinha pro farol pra fazer dinheiro. Chegava em casa com arroz, feijão e carne”. Cheio de sonhos e vontades ele diz: “Tenho o sonho de trabalhar, ser um jogador de futebol ou empresário”, mas sem esquecer os desejos normais da idade, retoma seu discurso dizendo: “Eu e meu primo vamos tirar um videogame, um Play Station 2, aí depois a gente vai juntar dinheiro para fazer um curso”. Enquanto perguntávamos, ele contava suas moedas que já chegavam a R\$ 17 às 14h40, sem se importar muito com os que olhavam estranhamente. Os olhares curiosos poderiam remeter a pensamentos como: “O que será que duas meninas, calçando adidas e vestindo zoomp, estão fazendo com uma câmera digital na mão ao lado de um garoto pobre e maltrapilho?” A jornada de trabalho é difícil, Thiago acorda cedo todos os dias e pega o trólebus. Chega na esquina da Rua Tales dos Santos Freire com a Av. Pereira Barreto, no Jd. Stella, em São Bernardo do Campo (SP), e começa a sua jornada de trabalho. São 9 horas com direito a apenas uma parada para o lanche, que geralmente é dado por alguém. Ele diz se deslocar de cidade por questão econômica. “Aqui dá mais movimento do que lá, aqui tem mais rico”. Crianças e adolescentes migram de lugares distantes em busca de outros mais lucrativos.

(<http://www2.metodista.br/outraspalavras/farois.htm>)

4.2.1 Considerações sobre a pesquisa de campo

O trabalho investigativo trouxe o desafio de aproximação com a realidade dos atores sociais envolvidos no trabalho infantil. O objetivo principal da pesquisa de campo, mais que um diário detalhado de informações sobre as atividades desenvolvidas pelos meninos malabares, foi buscar a percepção de sentimentos dos sujeitos envolvidos nessa forma de sobrevivência, numa posição de empatia, sem juízo de valor ou preocupação com uma transcrição literal das falas, nem sempre possíveis de serem registradas por meio de gravação, utilizando-se as anotações nos processos de observação, conversas informais ou entrevistas.

No contato com os meninos, priorizamos as conversas informais, pois certamente a entrevista não nos possibilitaria chegar a uma tradução dos relatos e sentimentos de vida. Muitas informações foram obtidas em conversa, em diferentes momentos, em uma passagem momentânea pelo local, em diferentes processos de interação com os meninos malabares e outros atores circulantes.

Para melhor compreensão do funcionamento da rede de proteção e dificuldades no enfrentamento do trabalho infantil nas ruas, foram realizadas três

entrevistas semiestruturadas, abrangendo 33 profissionais da rede de proteção básica e especial de assistência social e serviço de abordagem social de rua do Município de São Paulo, que puderam compartilhar os anseios e dificuldades enfrentados no trabalho diário com os meninos e meninas em situação de trabalho infantil nas ruas.

Também foram realizadas entrevistas com atores da sociedade civil, que de alguma forma se conectam com o objeto da investigação, trazendo outros olhares, percepções e análises sobre a realidade social do trabalho infantil nas ruas: a) Markinhos Souza, ativista do movimento nacional de meninos e meninas de rua; b) Tiago Queiroz, fotojornalista que produziu matérias sobre meninos malabares nas ruas e c) Douglas Belchior, ativista do movimento negro e coordenador da UNEAFRO.

A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa, utilizando-se das técnicas de observação, registros e entrevistas, valorizando-se a dinâmica entre sujeito e realidade que o cerca, buscando-se um vínculo entre as realidades observadas e os sujeitos. Nessa dinâmica, podem ser adotadas técnicas variadas e distintas, utilizando-se o pesquisador também das diferentes áreas do conhecimento: antropologia, sociologia, psicologia, saúde pública. A pesquisa qualitativa se caracteriza pela maneira de aproximar sujeito e objeto (nesse caso, também sujeitos), partindo do princípio de que ambos pertencem à mesma natureza (MINAYO; SANCHES, 1993)¹¹⁶. E responde a questões muito particulares, de modo que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, valores, crenças, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos, dos fenômenos, que não podem ser reduzidos a operações numéricas. Coloca como tarefa central das Ciências Sociais a compreensão da realidade humana vivida socialmente. (MINAYO, 2007, pp. 21-3).

Tal percepção foi de fato experimentada, de forma mais difícil em relação aos meninos na rua, mas vivenciada no momento em que nos tornamos conhecidos. De outro lado, em relação aos integrantes da rede de proteção, o fato de estabelecer um vínculo profissional – fora da condição de pesquisadora – com os mesmos, trouxe num primeiro momento uma preocupação em relação à desconstrução de uma possível imagem profissional, que poderia não traduzir a subjetividade dos participantes. O resultado obtido nas falas, contudo, aponta para uma isenção e

¹¹⁶ MINAYO, Maria Cecília de Souza. SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

espontaneidade dos participantes nas entrevistas, com o compartilhamento de impressões muito subjetivas sobre o trabalho que realizam e dificuldades enfrentadas, avaliando-se que não houve interferência, nesse aspecto, das relações profissionais vivenciadas entre os participantes e a pesquisadora.

Os demais atores sociais trouxeram olhares internos e externos sobre a situação do trabalho nas ruas: Markinhos, ativista do movimento de meninos e meninas de rua, tanto a experiência na construção do movimento, quanto o fato de ter sido um dos meninos que superou a situação de rua; Tiago, jornalista, a sensibilidade e preocupação que levaram ao profundo conhecimento da dinâmica e realidades de vida de um grupo de malabares atuantes em ponto específico do Município de São Paulo; Douglas, ativista do movimento negro, percepções acerca do racismo, tanto do ponto de vista coletivo quanto individual em relação ao preconceito e discriminação da população negra, e, em decorrência, dos meninos e meninas em situação de trabalho nas ruas. Todos esses olhares, juntamente com as falas e subjetividades dos meninos malabares, contribuíram para os apontamentos, diretrizes, análises subjetivas e objetivas sobre as realidades observadas.

De acordo com Minayo (2007, p. 25), traduzimos de forma qualitativa como objeto de estudo: gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados, sendo que esse objeto se encontra em constante transformação. Objeto este que é sujeito e se recusa peremptoriamente a se revelar apenas nos números ou a se igualar com sua própria aparência. Desta forma, a pesquisa qualitativa coloca ao pesquisador o dilema de contentar-se com a problematização do produto humano objetivado ou ir em busca também dos significados da ação humana que constrói a história. (MINAYO 2007, p. 27). Portanto, a sua construção é feita por meio de retoques sucessivos, complementares e, talvez, infinitos, condizentes com a proposta teórico-metodológica adotada.

Spink (2003, p. 18)¹¹⁷, numa perspectiva da pesquisa de campo, em psicologia social, propõe uma inserção horizontal no tema a ser investigado, de forma mais ampla, a que nomina de 'campo-tema', que não se refere a um lugar específico, mas à processualidade de temas situados. Assim, o campo começa quando o pesquisador

¹¹⁷ SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de Campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista. São Paulo: 2013, PUC.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822003000200003

se vincula à temática a ser pesquisada, e o que vem depois é a trajetória que se segue à opção inicial.

A pesquisa de campo, portanto, abrange diferentes técnicas, momentos e lugares, inclusive experiências profissionais vivenciadas no tema, conversas informais, além das entrevistas. Num roteiro que foi se delineando durante o processo de investigação, tentamos compreender os sentimentos os quais perpassam nos meninos que trabalham nas ruas, observar do outro lado, o olhar da sociedade através de atores que os percebem e como a rede de proteção cuida dessas crianças e suas famílias, no seu campo de observação e atuação.

Outras formas de contato podem também integrar a investigação qualitativa como conversas informais em que participam pessoas ligadas ao universo investigado e coleta de informações adicionais. Nesse caso, trata-se de um material complementar à pesquisa e, embora não se constitua foco central da análise, participa significativamente desta, integrando, dessa forma, a pesquisa, interlocução com outros atores do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente (IBGE, OIT, FNPETI, MPT).

Nada acontece num vácuo; todas as conversas, todos os eventos, mediados ou não, acontecem em lugares, em espaços e tempos, e alguns podem ser mais centrais ao campo-tema, mais acessíveis ou mais conhecidos que outros. Algumas conversas podem acontecer com hora marcada, com blocos de anotações ou gravadores. Entretanto, esses lugares não são contextos; os blocos de anotações, os gravadores, a universidade, instituições, documentos são, como materialidade, também parte das conversas. (SPINK, 2013, p. 20).

Por fim, a pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudo de casos; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; textos e produções culturais; textos observacionais/registros de campo; históricos interativos e visuais – que descrevem momentos significativos rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. Portanto, os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance. (DENZIN; LINCOLN et al. 2006, p. 17)¹¹⁸

¹¹⁸ DENZI, Norman. K; LINCOLN, Yvonna. S.; e Colaboradores. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2 ed., Porto Alegre: Artmed, 2006.

Trabalhamos como objeto principal do estudo a invisibilidade social da criança trabalhadora nas ruas, questionando-se como a ideologia do trabalho opera na naturalização dessa situação de violação de direitos, numa ótica de não reconhecimento do sujeito-criança e da atividade-trabalho. Num segundo momento, questiona-se a invisibilidade também na esfera institucional, a partir da análise dos dados sobre o trabalho infantil e insuficiência ou inadequação de políticas públicas para o seu enfrentamento na forma específica do trabalho nas ruas. Consideramos como hipótese que as entrevistas com os meninos e demais atores sociais demonstrariam de forma velada a ideologia do trabalho como justificadora do trabalho nas ruas, proporcionando, assim, uma possível resistência interna (vítimas) ou externa (sociedade, instituições) à transformação dessas realidades e, em decorrência perpetuação das violações de direitos decorrentes do trabalho infantil, expressão de uma violência estrutural praticada contra crianças e adolescentes.

No presente capítulo, vamos analisar as entrevistas com os meninos malabares, realidades sociais e suas significações no enfrentamento do trabalho infantil e, no capítulo a seguir, analisaremos as falas e percepções colhidas dos demais atores sociais, em confronto com uma análise crítica das políticas públicas de enfrentamento do trabalho infantil, identificando a presença ou não da ideologia do trabalho nas formas de organização e enfrentamento do trabalho infantil nas ruas.

4.2.2 Malabaristas nas ruas e na vida

4.2.2.1 *Local de trabalho*

O local – Av. Pompéia equina com Av. Francisco Matarazzo – foi escolhido para observação, inicialmente, devido à grande movimentação de crianças e adolescentes, na atividade de malabares. Além disso, trata-se de ponto de circulação diário da pesquisadora, tendo sido talvez a própria instigação que levou à realização desta pesquisa. Os meninos malabares, juntamente com ambulantes adultos, utilizam o disputado local como espaço de trabalho. Pelo menos três faróis são utilizados como cenário para o espetáculo que realizam nas ruas – o cruzamento da Rua Clélia com a Av. Pompéia, de um lado; o cruzamento da Francisco Matarazzo com o Viaduto Pompéia, de outro; e, ainda, o entroncamento do viaduto Pompéia com a rua Guaicurus, na Zona Oeste.

Nesse imenso palco, a céu aberto, são realizadas diferentes atividades de trabalho, numa dinâmica urbana em que se encontram mulheres que distribuem publicidade de empreendimentos imobiliários e homens vendedores de panos de prato, balas, chocolates, bexigas de personagens, outros produtos, além dos meninos malabaristas.

A concentração dos diferentes trabalhadores precarizados – malabares, vendedores, ‘mulheres-placa’ – ocorre principalmente nos finais de semana. Durante a semana, é mais comum encontrarmos apenas os pequenos artistas de rua, sujeitos da nossa pesquisa. No local de trabalho, os diferentes trabalhadores convivem, mas pouco dialogam entre si. É notório que respeitam, cada um, seu espaço e o suado trabalho que realizam ao longo de um dia, para receber de R\$ 30,00 a quem sabe R\$ 100,00, num dia ‘bom’ de trabalho. As mulheres que entregam panfletos de empreendimentos não têm essa possibilidade de ganho maior, pois recebem por dia o valor fixo de R\$ 40,00.

Juntamente com os trabalhadores, convivem agentes de trânsito, normalmente posicionados na Rua Turiassu, em frente a uma das entradas do Shopping Bourbon e uma loja do Mc Donald’s; passageiros e transeuntes que se concentram na Praça Dr. João Pereira Monteiro Júnior, onde há um ponto de ônibus, local eventualmente de descanso para os trabalhadores que circulam no espaço. Do outro lado da referida Praça, há outra praça, que abriga a estátua do conde Francisco Matarazzo, a Praça Raízes da Pompéia, essa totalmente gradeada, impedindo o acesso de pessoas¹¹⁹. Sobre a grade da praça fechada, os malabares que trabalham na esquina da Rua Clélia com a Av. Pompéia, deixam seus pertences. Utilizam a grade como apoio para organização dos pertences, latinha de moedas e descanso.

¹¹⁹ <http://vilapompeia.com/2016/07/25/afinal-para-que-serve-a-praca-raizes-da-pompeia/>

Figura 3. Meninos malabares no intervalo da apresentação

Fonte: Da autora, 20.05.2017 (11h38). Na grade da praça, deixam os pertences. Pessoas circulam sem perceber a presença dos meninos.

Os principais espectadores e consumidores dos produtos e serviços oferecidos são os circulantes nos veículos que trafegam no local. Interessante observar que os pedestres (em menor número), de modo muito raro, contribuem financeiramente com o espetáculo dos meninos, quase como se estivessem numa posição distinta daquela destinatária do espetáculo realizado, qual seja, os condutores dos veículos. Nos arredores, funciona um grande shopping, com lojas, restaurantes, livraria, salão de beleza, cinemas, supermercados. Ao lado, importante estádio de futebol, palco de diversos shows e importantes competições. Ainda, o local abriga centros culturais e comércios, o que faz com que a circulação de pessoas e veículos seja intensa.

Importante aqui destacar o deslocamento territorial que se opera no trabalho infantil nas ruas, por ser realizado em outro espaço, que não o de convivência familiar e social da criança. Como normalmente residem em regiões periféricas, essa realidade além de proporcionar maiores possibilidades de rendimento, representa também um deslocamento da realidade perversa, escassos esses territórios de

alternativas socioculturais e também materiais, ligadas à falta de estrutura de moradia, escola, espaços públicos e organização familiar. Como exemplo das condições precárias nas regiões periféricas, transcreve-se excerto dos estudos de Kowarick (2000, p. 49):

Em boa parte das periferias da Região Metropolitana falta água, em média, oito horas por dia: como se sabe que a realidade é extremada e escapa da camisa-de-força das medidas bem-comportadas do meio-termo, de fato, quando falta água é por vários dias. Resultado: não é preciso chamar a Sabesp, Cetesb ou outro órgão público para afirmar que a água é contaminada, pois, entre outras coisas, boa parte das moradias não está conectada à rede de esgotos.

Segundo o Plano Decenal Da Assistência Social da cidade de São Paulo (2016), o Município possui 1677 favelas, em 89% dos distritos da cidade, abrangendo 386.119 domicílios/barracos. Estima-se uma população de 1.250.000 pessoas morando em moradias precárias, em favelas¹²⁰.

É objeto de diferentes estudos a segregação espacial, cultural e social das favelas, que podem estar localizadas em bairros periféricos ou mais centrais, como também das regiões periféricas em relação aos bairros centrais, notadamente quanto à pobreza, falta de infraestrutura e urbanização, ausência de políticas sociais nesses territórios. De outro lado, estas dificuldades estruturais têm sido debatidas e enfrentadas através de movimentos culturais de resistência, especialmente na cidade de São Paulo, que trabalham com educação popular, práticas emancipatórias culturais e políticas, a exemplo de saraus, cursinhos populares pré-vestibulares, ocupações escolares, com vistas à transformação destas realidades sociais por meio da apropriação de capital cultural.

Contudo, a política pública ainda não acontece plenamente nesses locais, com maiores índices de vulnerabilidade social e que concentram a maior parte dos trabalhadores infantis que ganham a vida nas ruas dos bairros nobres, levando por

¹²⁰ O quarto grupo específico de alta incidência em São Paulo é a população favelada, são 1677 favelas na cidade de acordo com HABI/PMSP. Embora presente em São Paulo desde os anos 40 do século XX, o fenômeno da moradia precária, levantada com restos de materiais, em terrenos privados ou públicos, nominada pelo IBGE como moradia subnormal, em ocupação isolada ou em grupos formando uma favela. Esse tipo de moradia alcança 89% dos distritos de São Paulo exceção eventual, caso se restrinjam dessa qualidade precária as 'barracas – iglu' da população em situação de rua, que pode ser encontrada nos distritos de: Alto de Pinheiros, Bela Vista, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Consolação, Jardim Paulista, Moema, Perdizes, República e Sé. Plano Decenal da Assistência Social da Cidade de São Paulo, 2016. SMADS, p. 42.

promover ou propiciar esse deslocamento dos territórios periféricos para regiões nucleares.

4.2.2.2 Instrumentos de trabalho

Para a realização da atividade de malabarismo, os meninos precisam utilizar bolinhas. Normalmente, são utilizadas bolas de tênis, mas aqueles que não têm como adquirir essas bolas, utilizam limões e até outros objetos redondos improvisados. Para ficarem numa altura maior durante a apresentação, adotam duas técnicas distintas: a) a pirâmide, quando um sobe sobre as costas do outro, o que também não deixa de ser uma técnica acrobática (realizada em condição insegura e perigosa); b) a utilização de suporte improvisado, onde sobem para realizar a apresentação, normalmente cones de sinalização ou lixeiras que são retiradas dos postes (também se equilibram sobre esses apoios sem segurança).

Alguns malabares utilizam pintura corporal, roupas de circo, caracterizam-se de palhaços; não se trata da característica dos meninos da Av. Pompéia, os quais realizam a atividade normalmente com a roupa de uso diário, sem maquiagem ou adereços. Realizam a atividade em condição totalmente insegura, em cima de cones improvisados, nas intempéries, sob condições de frio, chuva ou sol intensos, sem qualquer proteção, com o corpo exposto às condições climáticas adversas, inclusive descalços. Às vezes, utilizam lixeiras da rua ou os próprios corpos como sustentação. É o que chamam de “pirâmide”, conforme registro fotográfico abaixo.

Figura 4. Crianças malabares utilizando a técnica ‘pirâmide’

Fonte: Da autora. Registro fotográfico no dia 20.05.2017 às 11h35min. Rua Clélia esq. com Av. Pompéia. Contraste: A senhora loira passa ao fundo, enquanto os meninos negros se arriscam no farol. Ao fundo, ainda, a concessionária da Wolkswagen, Toriba Veículos.

Figura 5. Apresentação de malabares sobre cone de trânsito

Fonte: Da autora, 19/09/2015 (16h30min). Detalhe: É possível perceber a falta de estabilidade do cone, inclinado para o lado esquerdo. Ao fundo, o Shopping Bourbon.

Como destaca Ataíde (2016, p. 159)¹²¹, o malabarismo na cena contemporânea se tornou uma oportunidade de rendimento que possibilita pequeno retorno material. Entretanto, não implica investimento na aquisição de produtos, por exemplo, como a venda de balas, além de trazer, inclusive, alguma situação de sociabilidade. Trata-se, contudo, de uma sociabilidade às avessas, pode trazer consequências perversas tanto em relação à sua aceitação passiva, quanto em relação a condutas de revolta e transgressão social àquela situação de injustiça.

Adorno (1996, p. 192)¹²² define como uma sociabilidade incompleta, que impõe à criança a estruturação de uma ordem pelo avesso. Tomando-se a família como espaço originário da solidariedade, proteção e sociabilização, subverte-se essa ordem para justamente esta que deveria proteger possa se apoiar no universo infantil, como se fosse socializada pela criança e não o contrário. O efeito é desequilibrar o curso regular da formação do caráter e identidade infantil, podendo desencadear tanto para um comportamento de resignação e aceitação de uma trajetória de trabalho obediente, quanto para uma de transgressão e não aceitação da lógica de funcionamento das instituições que atuam na 'ressocialização' ou inclusão em modelos que reproduzem uma lógica de comportamento aceitável.

Silva (1997) sustenta que, para as crianças trabalhadoras nas ruas, esse local significa um espaço de circulação de pessoas em busca de sobrevivência. Assim, a aprendizagem de novos modos de conduzir a vida, acontecem por medo, necessidade ou segurança. E, portanto, são conhecimentos impróprios da infância, por serem referentes ao mundo das relações de trabalho, troca e subsistência e não ao mundo escolar, no qual se esperava que elas estivessem.

Os danos ao desenvolvimento físico, como riscos ergonômicos, acidentes de trânsito, exposição às intempéries, riscos de queda, problemas respiratórios e de pele ficam evidentes pela simples observação da forma como é realizada a atividade. Aprofundaremos a questão em item específico.

¹²¹ ATAÍDE, Marlene de Almeida. Meninos Públicos na Via Pública: O Malabarismo como Espetáculo ou a Reprodução da Pobreza. *Emancipação*, Ponta Grossa, 16(1): 145-161, 2016. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>>

¹²² ADORNO, Sérgio. A experiência precoce da punição. In: O Massacre dos Inocentes (a Criança sem Infância no Brasil). Martins, José de Souza. Editora Hucitec: São Paulo, 1991.

4.2.2.3 Protagonistas invisíveis

Ao longo de seis meses de observação, entrevistas e conversas informais, percebemos que há uma variação de trabalhadores infantis no local, que revezam locais e períodos de trabalho, ao mesmo tempo em que alguns se mantêm num mesmo ponto no decorrer do tempo (essa não é a regra). Não há, contudo, uma divisão entre eles estabelecida, como em relação a um ‘dono’ do ponto. Quem chegar primeiro ao local tem preferência sobre aquele ponto. Parece que conseguem conviver democraticamente no espaço, muito embora tenhamos encontrado um relato de desavença.

O contato com os meninos não é simples nem fácil. Normalmente conversam, mas não querem dar muitas informações, ficam extremamente concentrados numa dinâmica de trabalho que não para, com a intermitência do sinal que abre e fecha, juntamente com o tempo de recolher dinheiro, retirar o cone de sustentação, guardar o dinheiro na caixa e, logo já se inicia um novo ciclo de apresentação.

Durante algumas visitas, em dois dias específicos, consegui estabelecer uma relação mais próxima com quatro adolescentes: G, 18 anos; I, 12 anos; M, 18 anos e R., 12 anos. Irei utilizar nomes fictícios, para facilitar a narrativa. É importante ressaltar que os meninos, com 18 anos, em tese, estariam fora da pesquisa, por não se inserirem na concepção legal de trabalhador infantil; todavia, como iniciaram o trabalho nas ruas com idade inferior, seus depoimentos foram considerados.

Gustavo, entrevistado no dia 06/11/2016, utilizando a esquina do Viaduto Pompéia com a Rua Guaicurus, dividia essa esquina com uma senhora distribuidora de panfletos de empreendimento imobiliário. Começou a trabalhar nas ruas com 16 anos, estudou até a 8ª série (atualmente 9º ano). Conta que mora numa favela na Zona Norte e o trabalho no farol é uma forma honesta de ganhar dinheiro, porque a vida na favela é difícil e ainda tem o risco de ter que trabalhar no tráfico. Diz que consegue receber em média de R\$ 30,00 a R\$ 70,00, por dia. Às vezes, em uma parada do farol, consegue R\$ 2,00 apenas. Diz que tem gente boa de coração, mas é difícil; diz que normalmente *“eles não são vistos, ninguém se importa, ninguém sabe como é a vida mesmo, nesses ‘carrões’, não sabem como é duro desse lado”*. Fez questão de dizer que morava sozinho e que, uma vez, uma ‘dona’ num carro até o convidou para sair, mas que não quis se envolver nessas “paradas”, porque gosta de ter sua liberdade. Diz que esse trabalho *“não quer pra ninguém não”, “que isso não é*

vida pra ninguém não”, “*não é sonho de vida pra ninguém*”. Afirmou ter tentado uma vaga em estabelecimento comercial nas proximidades, mas que não lhe foi dada nenhuma oportunidade.

Jovem, mas com aparência de mais idade, carregava um olhar triste, por vezes um sorriso escondido, entre uma fala e outra. Era muito presente na sua fala a sensação de injustiça em relação ao mundo, especialmente o fato de que as “pessoas” (os outros), não sabem como “eles” realmente são. Essa fala marcou profundamente, quase como um grito que revela a desumanização da sociedade, que, no contexto, representa as ‘pessoas’, atributo a eles não reconhecido (não sabem como eles são). Marcante também a importância em ressaltar a honestidade dele e do trabalho que realiza, deixando claro que o faz por pura necessidade, pois considera que não é motivo de orgulho nem projeto de vida para ninguém.

*Na favela, você vai fazer coisa errada entendeu?
Aqui não, eu fico mais alegre, levo dinheiro pra casa.
Lá não, lá é mau caminho.
Aqui é totalmente diferente, entendeu? Nós fica aqui. Nós ganha
nosso dinheiro e depois leva pra casa.
(...) Eu me sustento. Moro sozinho.*

Ítalo, 12 anos, estudante do 6ª ano, olhar de felicidade, mostra desenvoltura na fala, usa um cabelo com corte moicano, cheio de estilo, camiseta colorida e chinelos; começou a trabalhar com 6 anos de idade, porque viu que tinha muita dificuldade financeira em casa. Disse que a vida no farol é difícil porque não conseguem ganhar muito dinheiro, que às vezes é bom e às vezes é ruim. Com o dinheiro que ganha, ajuda a família, mas também fica com uma parte para comprar coisas para ele. Sonha em ser jogador de futebol. Ítalo não falou muito, embora tivesse uma boa comunicação oral, aparentava ser bastante tímido. Tinha muita habilidade com as bolinhas e uma linda expressão facial, sorridente e meiga. O que mais marcou na sua fala foi o relato de aversão social no tratamento de alguns motoristas. Ítalo é negro, e, talvez, esse relato tenha ligação direta com a questão racial. Afirmar:

*Tem uns que viram a cara, atendem o celular...como se eu fosse
ninguém. Tem uns que a gente fala, e eles já fazem um sinal negativo
com a cabeça...*

Mateus, 18 anos, é um dos meninos que encontrei nos dois dias de entrevistas. O primeiro contato com ele foi no mesmo dia em que falei com Gustavo. Nesse dia, ele não quis falar muito, mas meses depois, em nova conversa, demonstrou mais familiaridade e confiança. Perguntei se Gustavo também estaria trabalhando naquele dia e ele informou que o amigo teria conseguido um trabalho com carteira assinada, numa loja de *fast food* (no Shopping em frente), mas, que teria ficado apenas três meses no emprego. Depois disso, não o viu mais circulando na região nem teve notícias do seu paradeiro. Nesse dia, Mateus falou sobre seus sentimentos. Disse que tinha estudado até o 5º ano e que não gostava de trabalhar no farol; fazia isso porque não conseguia emprego e queria sair dali se tivesse uma oportunidade. Perguntado em que gostaria de trabalhar, ele respondeu “*qualquer coisa...qualquer coisa que não fosse o farol. Aqui a vida é difícil, é dureza*”. Disse que a gente não tem ideia do que é estar ali, que é uma humilhação. Nesse dia, um sábado, havia chegado cedo ao local, por volta das 7h, e às 11h estava indo embora, porque o dia estava ruim. Ao longo desse horário, tinha conseguido juntar aproximadamente R\$ 12,00, ou seja, o equivalente a R\$ 3,00, por hora, ou R\$ 0,05, por minuto. Tem uma companheira, um filho de dois anos e outro, em gestação; não quer que os filhos tenham que passar pela mesma situação. Quer que eles estudem e tenham uma vida diferente.

Ricardo, 12 anos, foi o menino com quem estabeleci maior aproximação de vínculo de confiança. Sentamos lado a lado na Praça ‘aberta’ e ficamos longo tempo conversando. Um menino pequeno (parece ter menos idade), inteligente, carinhoso e com muita desenvoltura na fala. Disse que está no 5º ano, mas não estava estudando, porque vieram de mudança de Itapevi para São Paulo, e, assim, está aguardando transferência para uma nova escola, que sua mãe já solicitou. Mora em Pirituba, numa favela. Está aprendendo a fazer malabarismo. Por enquanto, só sabe fazer com duas bolas, ou melhor, dois limões, elemento que utiliza, pois não tem dinheiro para comprar as bolas de tênis. Disse que essas bolas são possíveis de serem compradas no Extra, da Marginal Tietê, mas não sabe quanto custa, sabe que é caro. Vai para o farol com o irmão, que tem 15 anos e também não está estudando, como ele. Disse que gosta de estudar e trabalha para ajudar em casa, pois a mãe está sem trabalho. O pai já morreu. Tem mais nove irmãos, de pais diferentes: dois mais velhos, uma casada que mora em outra cidade e os outros mais novos que ele. Trabalhando no farol, ele e o irmão conseguem fazer R\$ 100,00 num dia bom. Num mês podem fazer R\$ 500,00, dependendo até R\$ 1000,00. A mãe sabe que trabalham, recebe Bolsa

Família e a pensão do pai. Conta que ele e o irmão fazem ‘pirâmide’ –a técnica de subir um nas costas do outro –para chamar mais a atenção do ‘respeitável público’. Um dia, caiu de mau jeito, ao descer da pirâmide, por isso machucou o pé de raspão. Disse que gosta de fazer malabares, pois dá uma adrenalina, mas é muito humilhado. Tem pessoas que xingam e acham que ele vai roubar alguma coisa. Disse: *as pessoas têm preconceito porque eu sou negro*.

Num dado momento da conversa, passou uma viatura de polícia, aproximando-se do farol. Ricardo mudou a expressão e disse não gostar de policiais. Perguntado sobre o porquê, disse que já levou soco e que eles (os policiais) ‘tomam’ o seu dinheiro, sem maior contextualização de um fato ou situação específica. Disse que quer ser bombeiro quando crescer. Com o dinheiro que ganha no farol, ajuda em casa e também compra algumas coisas para ele. Com o dinheiro da semana anterior, segundo ele, comprou um celular para uso próprio e pretende juntar dinheiro para comprar um celular para a mãe. Relatou ter trabalhado no dia anterior, em que choveu intensamente, e afirmou:

(...) em dia de chuva a gente ganha mais, mas é ruim porque não dá pra mexer direito com a mão, daí o malabar não sai direito, a mão fica dura, é ruim de fazer (...)

Durante o trabalho de campo foi possível constatar que a maioria se desloca a médias ou longas distâncias utilizando transporte público, permanece nas ruas sem alimentação, utiliza espaços de comércio –quando possível –para ir ao banheiro e beber água. Ainda, constatou-se que os observados trabalhavam sozinhos ou entre amigos, sem a presença de um adulto coordenador da atividade ou explorador do trabalho. Os meninos entrevistados aprenderam a atividade com amigos ou irmãos mais velhos. Estudam em escolas públicas ou estão fora da escola. A evasão escolar predomina entre os adolescentes com idade mais elevada.

Além dos entrevistados, conversamos com outros dois meninos menores que residem no Jardim Peri, Zona Norte, no dia 20/05/2017. Ao todo, conversamos com seis meninos nesse dia, que disseram estar trabalhando no farol por necessidade econômica. Todos eram negros (pretos ou pardos).

4.2.2.4 Subjetividades múltiplas

É possível identificar, a partir da aproximação com os meninos, que o mundo do trabalho nas ruas produz um conjunto de sentimentos ambíguos, desconectando a criança ou o adolescente do mundo da infância, produzindo, por outro lado, também um afastamento, não pertencimento ou não identificação com o mundo do trabalho. Assim nem se situam como crianças nem como trabalhadores, tampouco como pertencentes ao ambiente escolar – em que deveriam estar -, o que reforça a invisibilidade do ser criança e da atividade trabalho também para os próprios sujeitos.

Campos (1991, p. 151), ao analisar dados sobre trabalho infantil na década de 80, mencionava essa ausência de separação entre infância e trabalho, para as crianças, de modo que, se estão impossibilitadas de viver integralmente sua infância, estão também impedidas de ser tratadas como trabalhadores plenos. Assim, para a sociedade, não são nem crianças, nem estudantes, nem trabalhadores plenos.

a) *Crianças protegidas e malabares sem direitos*

Os trabalhadores infantis nas ruas confrontam-se a todo o tempo com as crianças que circulam nos veículos, a quem efetivamente os direitos estão assegurados. Sentem-se inferiorizados diante de uma sociedade que os discrimina e não os vê como criança, tampouco como trabalhadores. Não demonstram um sentimento de valor referencial (dignificador) em relação ao trabalho, deixando claro que se trata de alternativa única encontrada como forma de sobrevivência. Identificam que essa forma, ainda que precária e indesejada, é uma forma honesta de ganhar a vida. Sofrem discriminações no espaço público e privado e conseguem perceber situações de discriminação racial.

b) *Trabalho honesto e indigno*

A partir da análise das falas, verifica-se inexistir o propalado sentimento de que “o trabalho é bom, é melhor do que roubar, é melhor do que brincar ou é melhor do que estudar”. O que se extrai das narrativas dos adolescentes é que o trabalho como malabares representa uma condição viável e possível de auferir rendimento, honestamente, para atender necessidades de sobrevivência. Pelo menos no grupo entrevistado, não foi mencionada qualquer satisfação, alegria ou outro valor positivo na realização da atividade circense, que poderia ser vista como uma atividade lúdica, exceto para Ricardo que mencionou uma certa ‘adrenalina’, mas, por outro lado, um sentimento de ‘humilhação’. É possível identificar como motivos determinantes para a realização da atividade de malabares: a) facilidade para o exercício da atividade; b)

autonomia na realização do trabalho; c) necessidade econômica; d) possibilidade real de ganho variável, com alguma expressão monetária considerada a realidade socioeconômica individual ou familiar em que estão inseridos.

c) *Lúdico como opressão*

Adorno (1996, p. 192) afirma que a inserção precoce da criança no mercado de trabalho concorre para ampliar e exacerbar potencialidades e capacidades cuja maturidade se espera da vida adulta e, em contrapartida, para reprimir energias próprias à fase infantil da existência. Trabalhadora, deve aprender a dura disciplina do trabalho e aprender também a relegar ao esquecimento o caráter lúdico do modo de ser infantil. Embora convocada a assumir responsabilidades adultas, permanece atada ao mundo infantil. Não poucas crianças socializadas na ‘rua’, inquiridas em pesquisa, deixam entrever esse fenômeno.

Paradoxalmente, nesse cenário dos malabares, a atividade que, na sua essência deveria ser lúdica, irá produzir uma reação inversa de repulsa à habilidade ‘artística’, como percebido na fala dos malabares jovens, o que, ao revés, trabalhado na forma de aprendizado poderia desenvolver potencialidades, inclusive profissionais, na área cultural e artística. Em outras palavras, trata-se de uma forma de embrutecer uma expressão tradicionalmente artística – malabarismo – em trabalho precário, para destruir a própria arte existente na criança no seu processo de desenvolvimento intelectual, cultural e físico, que é interrompido pelo trabalho.

Interessante nesse aspecto, em relação aos malabares que se pintam, a tentativa em se distinguir dos pedintes, buscando profissionalizar a atividade artística de rua. Nesse sentido, a fala de Tiago Queiroz, jornalista:

Tem muitos que fazem isso há bastante tempo. Eu percebi que tem dois subgrupos. Tem os meninos que já estavam há mais tempo, com esse lance de se pintar de prateado. E esse pintar de prateado é pra dar esse tom de artista, tipo nós somos artistas, não somos pedintes.

d) *Territórios fragmentados*

Sob o ponto de vista do deslocamento territorial, a fala de Gustavo é marcante no tocante à condição menos pior da rua, em comparação com a favela. Aponta para uma falta de oportunidade de trabalho ou outras opções de sociabilidade no território em que vive, assim como o problema do aliciamento de crianças e adolescente para trabalho no tráfico, o que faz com que a “opção” pela rua, seja uma forma decente de

pautar sua existência. De outro lado, deixa clara a insatisfação com o trabalho, no sentido de que não quer isso para ninguém e que isso não é vida, ainda que mencione em relação ao local ser “bom”, “não é como a favela”.

Melo (2011, p. 112) menciona que a situação de rua (em que compreendemos também o trabalho nas ruas) está intimamente ligada à urbanização e à modernização. É expressão do paradoxo em que se constituem cidades modernas. De um lado, crianças e adolescentes estão sujeitos ao apelo da cidade. De outro, são objeto de repulsa dessa mesma cidade que, ao instituir uma cultura das diferenças e da diferenciação radicada nas classes sociais, na idade, na raça e nos gostos, segrega grupos populacionais como estrangeiros e inimigos, quando não se encaixam num determinado modo de estruturação social. Traz, assim, o território como uma categoria de análise e um valor simbólico, porque reforça a necessidade de toda a sociedade humana de estabelecer uma relação forte com seu espaço de vida.

e) Preconceito, racismo e violência

A discriminação racial também aparece em quase todas as falas direta ou indiretamente. É interessante que os meninos mais novos parecem ter uma percepção maior ou a explicitam de forma mais clara, possivelmente porque sentem a hostilidade, ainda numa perspectiva ingênua ou de perplexidade; esses fatores que, ao longo dos anos, podem levar a uma naturalização da discriminação sofrida pela própria vítima.

Schucman (2014, p. 90) aponta diferentes formas de racismo contemporâneo, trazida por Wieviorka (2006) com base em critérios biológicos e culturais e, ainda, na forma de expressão individual e institucional. Para a autora, os argumentos do racismo biológico estão fundados nas características físicas herdadas (cor do cabelo, pele, nariz, etc.), sendo que o cultural, está ligado ao argumento biológico, ao passo em que justifica supostas diferenças culturais, na verdade, em características biológicas. Grosfoguel (2007), citado por Schucman (2014, p. 91), na mesma obra, destaca a articulação do racismo cultural ao discurso da pobreza, das oportunidades no mercado de trabalho e da marginalização, em que os problemas relacionados ao desemprego das minorias racializadas se constroem como se se tratasse de problema de hábitos ou crenças, tidos como culturais. Com relação as formas de manifestação, Pettigrew (1982), também citado pela autora aponta que pode se dar no campo individual ou institucional. A primeira, a partir de atitudes e ações individuais, nas relações interpessoais, e, a segunda, institucionalmente, através de mecanismos de

discriminação inscritos no corpo da estrutura social e que funcionam mesmo sem a intenção dos indivíduos, traduzindo-se em interesses, ações e mecanismos de exclusão perpetrados pelos grupos racialmente dominantes.

Em relação aos meninos malabares, parece se manifestar o racismo em todas as suas formas, fundado em critérios biológicos, tido como culturais, expressado individualmente ou no próprio sistema de desigualdade racial que os coloca, enquanto grupo social, na condição de marginalização no trabalho infantil (ilegal), nas ruas (estigmatizado) e não valorizado como trabalho (associado à delinquência). São, pois, vítimas da violência estrutural e do racismo institucional.

4.3 Direitos fundamentais violados

A Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho, sobre Piores Formas de Trabalho Infantil, adotada de forma unânime pelos países participantes da Assembleia Geral da OIT em 1999, foi ratificada pelo Estado Brasileiro em 2000, incorporada à legislação interna por meio do Decreto no. 3597, de 12 de setembro de 2000, com vigência a partir de 02/02/2001. Designa como criança toda pessoa menor de 18 anos e considera como piores formas de trabalho infantil:

- i) todas as formas de **escravidão** ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, servidão por dívidas, trabalho forçado ou obrigatório, inclusive o recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;
- ii) utilização, recrutamento ou oferta de crianças para a **prostituição**, a produção de pornografia ou atuações pornográficas;
- iii) utilização, recrutamento ou a oferta de crianças para a realização de **atividades ilícitas**, em particular a produção e o tráfico de entorpecentes, tais com definidos nos tratados internacionais pertinentes;
- iv) o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de **prejudicar a saúde, a segurança ou a moral** das crianças.¹²³

Essas quatro categorias integram o núcleo básico do conceito “piores formas de trabalho infantil”, por se tratarem de atividades que causam prejuízos ao desenvolvimento saudável das crianças, aqui consideradas também os adolescentes e, portanto, não podem ser praticadas por pessoas com menos de 18 anos. A

¹²³ OIT, 1999, ratificada pelo Brasil em 02/02/2000.

Organização Internacional do Trabalho, por meio da Convenção 182, realiza um esforço internacional junto aos Estados-membros pela erradicação destas formas perversas de exploração do trabalho de crianças e adolescentes, que ainda persistem no mundo.

Nesse sentido, o Brasil assumiu perante a comunidade internacional, juntamente com os demais países signatários do documento “Trabalho Decente nas Américas: Uma Agenda Hemisférica, 2006-2015”, apresentado na 16ª Reunião Regional Americana da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no ano 2006, o compromisso de eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2015 e erradicar a totalidade do trabalho infantil até 2020¹²⁴, metas essas que não foram concretizadas, tendo em vista o ano 2017 em curso, com um contingente apurado de, pelo menos, 2,7 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho.

As piores formas continuam afetando em grande parte as crianças e adolescentes no Brasil, notadamente na faixa etária de 14 a 17 anos, em que permitida a aprendizagem profissional ou atividades protegidas ou seguras (não consideradas piores formas) entre os 16 e 18 anos. Pode-se, logo, visualizar o trabalho dos malabares como inserido nas piores formas, especificamente no item “d” da referida Convenção 182, que estabelece como tal aquelas atividades que trazem prejuízo a saúde, segurança ou moralidade.

Trata-se de atividade realizada a céu aberto, suscetível de ocorrência de acidentes laborais, acidentes de trânsito, aliciamento para atividades ilícitas ou outros riscos, como será delineado mais adiante.

Para explicitar a Convenção 182, a Recomendação 190 da OIT, estabeleceu os critérios determinantes dos trabalhos prejudiciais à saúde, segurança ou moral referidos no item “d”, conforme segue:

- a) trabalho que expõe crianças a abusos físicos, psicológicos ou sexuais;
- b) trabalho embaixo da terra, embaixo da água, em alturas perigosas ou em espaços confinados;
- c) trabalho com maquinaria, equipamento e ferramentas perigosas, ou que envolva manusear ou transportar cargas pesadas;
- d) trabalho em ambientes insalubres que possa, por exemplo, expor crianças a substâncias, agentes ou processos perigosos, ou a níveis

¹²⁴ http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/ipec/pub/plan-prevencao-trabalho infantil-web_758.pdf

de temperatura, ruído ou vibração que possam ocasionar danos à saúde;

e) trabalho em condições particularmente difíceis, como por longas jornadas, durante a noite, ou onde a criança é confinada no local de trabalho.

A atividade de malabares se enquadra nessas condições especialmente pela forma e local em que é exercida. A classificação como piores forma de trabalho infantil fica ainda mais clara a partir da edição do Decreto 6.481/2012, que elenca um rol de 93 atividades prejudiciais à saúde, à segurança e à moral das crianças, dentre estas o trabalho nas ruas e que, portanto, não podem ser realizadas por quaisquer pessoas com menos de 18 anos, assim consideradas crianças, nos termos da Convenção.

Registre-se que tal regulamentação, por meio do Decreto, conhecido como Lista TIP – Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, ocorreu no âmbito de ações governamentais levadas a cabo para a erradicação do trabalho infantil, em atendimento aos princípios orientadores do Estado Democrático de Direito, notadamente o da dignidade humana e valor social do trabalho.

A partir do estabelecimento de uma agenda nacional sobre trabalho decente, foi ratificada a Convenção 182 da OIT no ano 2000, a Convenção 138 da OIT no ano 2002, elaborado o 1º Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil no ano 2003 e editado o Decreto 6481, que regulamenta a Convenção 182 da OIT, no ano 2008, listando 93 atividades laborais considerada como piores formas. Neste mesmo ano, foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

As piores formas, como visto, não abrangem apenas o trabalho escravo, tráfico ou prostituição, como costuma ser veiculado pela mídia e incorporado ao senso comum. Há uma quantidade considerável de atividades laborais perigosas e potencialmente prejudiciais ao desenvolvimento moral das crianças e adolescentes, consideradas como piores formas de trabalho infantil.

O Decreto 6.481/2008 elenca o total de 93 atividades desenvolvidas nos setores de agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, pesca, indústria extrativa, indústria de transformação, produção e distribuição de eletricidade, gás e água; comércio (reparação de veículos automotores objetos pessoais e domésticos); transporte e armazenagem; saúde e serviços sociais; serviços coletivos, sociais,

peçoais e outros; serviços domésticos; todas, prejudiciais à moralidade. (v. ANEXO E)

Tais atividades, em última análise, correspondem à quase totalidade das ocupações laborais, nos diferentes segmentos, observando-se, assim, que o trabalho permitido antes dos 18 anos de idade, fica bastante limitado a atividades que efetivamente possam trazer ao adolescente algum tipo de aprendizado, e desde que realizadas em condições protegidas.

A classificação das atividades na Lista TIP, assim definidas como piores formas de trabalho infantil, leva em consideração os riscos ocupacionais e prováveis repercussões negativas à saúde, como descreve detalhadamente, em relação a cada uma das ocupações que elenca.

Registre-se que a atividade laboral por si só já traz inúmeros riscos a trabalhadores adultos. Nesse contexto, os riscos à saúde de crianças e adolescentes, conforme estudos e pesquisas realizados, são acentuados e agravados em razão de sua peculiar condição de desenvolvimento.

O Ministério do Trabalho, na cartilha “Saiba Tudo sobre o Trabalho Infantil”¹²⁵, com apoio nos estudos técnicos constantes da Nota Técnica nº 06, de 18/02/2000¹²⁶, aponta, de forma didática, as condições especiais inerentes ao desenvolvimento das crianças e adolescentes, que as tornam vulneráveis aos efeitos deletérios decorrentes de exposição a determinadas atividades laborais as seguintes:

- a) crianças ainda não têm seus ossos e músculos completamente desenvolvidos. Correm maior risco de sofrer deformações dos ossos, cansaço muscular e prejuízos ao crescimento e ao desenvolvimento, dependendo do ambiente e condições de trabalho a que forem submetidas;
- b) a ventilação pulmonar (entrada e saída de ar dos pulmões) é reduzida; por isso, crianças têm maior frequência respiratória, o que provoca maior absorção de substâncias tóxicas e maior desgaste do que nos adultos, podendo, inclusive, levar à morte;
- c) crianças têm maior frequência cardíaca que os adultos para o mesmo esforço (o coração bate mais rápido para bombear o sangue para o corpo) e, por isso, ficam mais cansadas do que eles, ainda que exercendo a mesma atividade;

¹²⁵

http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/saiba%20tudo%20sobre%20trabalho%20infantil_mte_786.pdf. Acesso em 19.05.2017.

¹²⁶ http://www.capecanaveral4045.com/legislacao/port_06_trab_infant_notatec.html. Acesso em 19.05.2017.

- d) crianças têm fígado, baço, rins, estômago e intestinos em desenvolvimento, o que provoca maior contaminação pela absorção de substâncias tóxicas;
- e) exposição das crianças às pressões do mundo do trabalho pode provocar diversos sintomas, como por exemplo, dores de cabeça, insônias, tonteadas, irritabilidade, dificuldade de concentração e memorização, taquicardia e, conseqüentemente, baixo rendimento escolar. Isso ocorre mais facilmente nas crianças porque o seu sistema nervoso não está totalmente desenvolvido. Além disso, essas pressões podem causar diversos problemas psicológicos, tais como medo, tristeza e insegurança;
- f) o corpo das crianças produz mais calor que o dos adultos quando submetidos a trabalhos pesados, o que pode causar, dentre outras coisas, desidratação e maior cansaço;
- g) crianças possuem visão periférica menor que a do adulto, tendo menos percepção do que acontece ao seu redor. Além disso, os instrumentos de trabalho e os equipamentos de proteção não foram feitos para o tamanho de uma criança. Por tudo isso, ficam mais sujeitas a sofrer acidentes de trabalho;
- h) crianças têm a pele menos desenvolvida, sendo mais vulneráveis que os adultos aos efeitos dos agentes físicos, mecânicos, químicos e biológicos;
- i) crianças têm maior sensibilidade aos ruídos que os adultos, o que pode provocar perdas auditivas mais intensas e rápidas;
- j) o trabalho infantil provoca uma tríplice exclusão: na infância quando perde a oportunidade de brincar, estudar e aprender; na idade adulta, quando perde oportunidades de trabalho por falta de qualificação profissional; na velhice, pela conseqüente falta de condições dignas de sobrevivência.

Tais prejuízos ao desenvolvimento biopsicossocial da criança e do adolescente incidem sobre o trabalho realizado nas ruas, como é o caso dos malabares infantis nos faróis, ainda mais vulneráveis a acidentes laborais, inclusive no trânsito das grandes cidades e também à violência e ao aliciamento para a prática de atividades ilícitas. A Lista TIP – Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Decreto 6.481/2008), assim elenca o trabalho nas ruas como uma das piores formas, apontando os seguintes riscos ocupacionais e prováveis repercussões à saúde:

Item 74. Trabalho nas ruas.

Descrição do trabalho: Em ruas e outros logradouros públicos (comércio ambulante, guardador de carros, guardas mirins, guias turísticos, transporte de pessoas ou animais, entre outros)

Prováveis riscos ocupacionais: Exposição à violência, drogas, assédio sexual e tráfico de pessoas; exposição à radiação solar, chuva e frio; acidentes de trânsito; atropelamento.

Prováveis repercussões à saúde: Ferimentos e comprometimento do desenvolvimento afetivo; dependência química; doenças sexualmente transmissíveis; atividade sexual precoce; gravidez indesejada;

queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; hipertermia; traumatismos; ferimentos

Podemos apontar, especificamente no caso dos malabares, fatores de riscos físicos, como temperatura, umidade, radiação solar; químicos, decorrentes do contato com a poluição, fumaça e fuligem dos carros; biológicos, em razão de vírus ou bactérias presentes no ambiente, pessoas e animais circulantes; ergonômicos, dada a ausência de local adequado de descanso, trampolins improvisados, esforços repetitivos; sociais, uma vez que a condição precária em que realizado o trabalho não trará formação adequada para a inserção profissional digna; cognitivos, em decorrência de dificuldades de acompanhamento escolar, relacionamentos afetivos, baixa autoestima, entre outros.

Todos esses fatores de risco podem causar fadigas, gripes, resfriados, problemas de pele, problemas auditivos em decorrência da poluição sonora, carcinomas, alergias, problemas de postura, lesões por esforços repetitivos e, como visto em relação às crianças os efeitos deletérios são mais intensos que em adultos pois sua estrutura física ainda está em formação.

A matéria jornalística, “Nóis é prateado” (MANIR, 2015), publicada no Estado de São Paulo, no dia 19.07.2015, relata o cotidiano dos meninos malabares nas proximidades do metrô Armênia, explicitando como se caracterizam para a realização do trabalho, com o uso de pó prateado no corpo, apontando potenciais danos decorrentes do uso do referido produto. Destaca-se:

Corre entre eles o pó. O pó alemão, a purpurina, o glitter. O ‘sigiloso’. Um dos moleques mistura o pó com um creme hidratante, numa proporção de um tanto para outro tanto. Quem não tem hidratante se vira com água do banheiro. Mãos ressecadas, unha rente à carne, eles mergulham o dedo na pasta. Espalham uma película grossa em todo poro aparente: no rosto, nas orelhas, no pescoço, nos braços, nas pernas, nos pés. Um cheiro químico perfura o nariz. Os garotos ajeitam o moletom cinza, a camiseta cinza, a gola cinza. Quem tem o chapéu bota chapéu. Quem tem gravata pendura a gravata. Quem tem aparelho nos dentes metaliza o sorriso. Vão aos poucos em direção ao metrô, em busca de destaque na multidão. ‘Nóis é prateado’.
(...)

Saindo da Armênia, o papo é outro. Os prateados compram o pó em lojas de fantasia na 25 de Março e na Ladeira Porto Geral, a R\$ 45 o quilo. Um dos pacotes menciona purpurina made in china e diz conter acetato irisado, unhas brocal (sic), lantejoulas quadrada e cubeta, fitas

metálicas, pastilhas e tecido de paetê. Registro no Ministério da Saúde, nenhum. 'Parece uma mistura à base de tecido, algo com celulose, o que explicaria sair fácil com água', diz a dermatologista Ida Duarte, professora de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, 'Mas não há qualquer controle, pode causar alergia, entrar na mucosa, ter algum tipo de absorção renal, dar o gatilho para uma doença autoimune'.

Pode-se apontar, ainda, em relação a atividade nas ruas, significativos efeitos deletérios do ponto de vista psíquico, social e emocional, tendo em vista vivências subjetivas de sofrimento, a que estão propensas estas crianças, tanto em relação ao próprio corpo, quanto em relação ao outro, à sensação de abandono, humilhação, assédios e discriminação que estão sujeitos. O trabalho nas ruas, por si só, produz uma condição de discriminação ostensiva em relação às demais crianças (que podem ser crianças), marcadas as crianças sujeitas ao trabalho nas ruas, por uma flagrante condição de inferioridade e desumanização. Elas não têm os direitos humanos fundamentais assegurados, sua condição de criança é desrespeitada e, em decorrência, negado o seu desenvolvimento saudável físico, mental, moral, espiritual e social.

No campo da saúde mental, a Nota Técnica 06/2000, do Ministério do Trabalho (ANEXO A) destaca a importância da realização de brincadeiras e jogos, na fase de vida da infância e adolescência, a fim de possibilitar a construção de um adulto psicologicamente equilibrado e saudável. Com a sucessão de experiências desagradáveis a que estão expostos quando trabalham como medo, insegurança, exploração, redução das chances de sucesso pessoal, é comum a ocorrência de depressão. Tal situação pode ser agravada em relação às condições adversas do trabalho nas ruas, especialmente diante das dualidades e dimensões de desigualdade vivenciadas intensamente, em relação às demais crianças e adolescentes (incluídas).

Segundo o estudo apontado (Ministério do Trabalho, 2000), o desenvolvimento psicomotor do ser humano se faz por etapas sucessivas através das quais novos conhecimentos são assimilados antes que se passe à fase seguinte. Uma dificuldade qualquer em uma das fases não impede a passagem para a outra fase mas alterará o ritmo normal da aquisição de novas habilidades. Existe um momento ideal entre o crescimento e a função a ser desempenhada. Se este momento passa, a sequência se perde, dificultando aquisições de novas habilidades, o que pode trazer efeitos diretamente no aprendizado, "Como os sistemas neurológico e psicológico estão imaturos,

o aprendizado feito de maneira grosseira e violenta torna a criança impotente diante de novas exigências”.

Ainda, destaca que as reações emotivas que predominam nas crianças podem levar a problemas físicos relacionados a alterações vasculares periféricas, palpitações e queda na pressão arterial. Também identifica sintomas digestivos e cardiovasculares encontrados em crianças e adolescentes, que podem ser causados por cargas mentais excessivas, desencadeadores de quadros de fadiga psíquica, dificuldade de adaptação, medo e perda da autoestima. O engessamento do sistema neuropsíquico tem como consequência a impossibilidade de enfrentamento de novas situações, aumentando os riscos de desestruturação da personalidade e de geração de adultos desequilibrados e sem condições de inserção adequada na sociedade.

Santana (2016, p. 43), destaca alguns aspectos importantes para uma boa saúde mental, dentre estes, boa qualidade de vida cognitiva ou emocional, reconhecer as exigências da vida e lidar com elas, saber lidar com as emoções boas e as desagradáveis, buscar ajuda quando necessário, em relação à população adulta, observando que o comprometimento desses aspectos pode desencadear um estado alterado de consciência, um desvio do que é ‘normal’, provocando um estado de transtorno mental. A partir de um trabalho preventivo em saúde mental para pessoas em situação de rua, compreende que estas pessoas apresentam um risco elevado para o desenvolvimento de transtornos mentais, para o uso abusivo de substâncias psicoativas e aparecimento de problemas físicos e sociais.

Assim, podemos concluir em relação ao trabalho infantil nas ruas que, além dos prejuízos decorrentes da própria condição de responsabilidade econômica e de sobrevivência, em detrimento do desenvolvimento pleno da infância, que poderá causar um desequilíbrio emocional e psicológico na formação de sua personalidade, há também a condição de rua, que o coloca em maior vulnerabilidade e contato direto com as desigualdades, discriminação e violência produzida por esta situação, com grave risco para o aparecimento de transtornos mentais na fase adulta.

O trabalho nas ruas viola os direitos sociais previstos na legislação internacional e nacional protetiva da criança, notadamente a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Viola o direito ao pleno desenvolvimento humano e social, dificultando ou impedindo uma formação educacional adequada e inserção profissional digna na

fase adulta. É uma violação de direitos e também uma forma de violência contra a criança e contra o adolescente.

4.4 Gênero e raça no trabalho infantil nas ruas

Os dados sobre crianças em situação de rua e, mais especificamente, em situação de trabalho nas ruas (Censo Municipal e Nacional sobre Crianças em Situação de Rua), revelam que a população infantil trabalhadora nas ruas é predominantemente masculina. Nos dados gerais acerca do trabalho infantil no Brasil, apurados pela PNAD, este índice também é predominante, diversamente do tocante ao trabalho infantil doméstico, em que 93,4% das crianças são meninas.

Fica claro que existe uma divisão sexual do trabalho em relação ao trabalho infantil, reproduzindo uma cultura machista e patriarcal dominante, que atribui, mesmo num cenário de violação de direitos, às meninas a responsabilidade pelo trabalho doméstico e aos meninos o contato com a rua e o espaço público.

Essa constatação é importante tanto no que diz respeito ao planejamento e elaboração de políticas sociais diversificadas no âmbito da educação e profissionalização de adolescentes quanto nas ações gerais voltadas ao enfrentamento do trabalho infantil, que levem em conta a questão de gênero e suas especificidades, orientando debates, ações e discurso que sensibilize as crianças e famílias que se inserem nesses diferentes contextos.

Outra questão de gênero, que pode ser facilmente constatada no perfil dos trabalhadores infantis nas ruas, é o fato de pertencerem a famílias monoparentais, chefiadas por mulheres. Geraldo Salvador de Souza, então presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, entrevistado por Ciccacio e Alves (2007), para a publicação “Criança e Adolescente em Situação de Rua no Centro de São Paulo”¹²⁷, afirma

Hoje há homens que têm três, quatro famílias na periferia, mas nenhuma responsabilidade com nenhuma delas. As mulheres têm que se virar. Chego ao ponto de dizer que a quase totalidade das famílias de baixa renda são mantidas hoje exclusivamente por mulheres,

¹²⁷ Publicação digital produzida pela Associação Viva o Centro como contribuição aos trabalhos do 7º Endalara e publicada originalmente no *informeOnLine* Viva o Centro do site www.vivaocentro.org.br. < <http://www.vivaocentro.org.br/media/9572/endalara.pdf>. Acesso em 19/05/2017.

mesmo quando os homens convivem com elas. Os homens se transformaram em seres secundários, que não dão valor algum à família. Isso leva a que o ser humano seja tratado como nada. Não faltam só políticas públicas, mas tem que mudar a cultura. A mobilização para ser eficaz tem que ser total, de toda a sociedade: poder público, ONGs, empresários, instituições religiosas, profissionais da saúde, educadores, jornalistas – todo mundo.

Relatório informativo produzido pelo CREA Casa Verde – Centro de Referência Especializada em Assistência Social, que atende a região Casa Verde, Limão e Cachoeirinha, em 26/02/2014, nos autos do Inquérito Civil nº 2916/2013, em trâmite no Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, relata a condição da mulher, mãe, chefe de família, nas situações identificadas de trabalho infantil:

O cenário do Jardim Peri Alto, localizado na Zona Norte de São Paulo, a condição parece reunir três fragilidades, que se mantém e, ainda de forma mais marcante: a condição de mulher, pobre e chefe de família, que é responsável tanto pela produção de mercadorias, trabalho remunerado e alienado, quanto pela criação dos filhos. Esta mulher vive diariamente um conflito: como garantir sozinha o sustento e a sobrevivência da família e, ao mesmo tempo, os cuidados das crianças. Isto é, em parte, dificultado porque, no espaço do trabalho, a família não é considerada; nele, os objetivos e interesses estão voltados para a produção de bens e serviços.

As mulheres – em especial as pobres e chefes de família - não podem mais ficar largadas a própria sorte e continuar a serem tratadas como se suas necessidades e expectativas fossem iguais às dos demais pobres. É necessário que no desenho e no planejamento de políticas sociais sejam consideradas as especificidades de vida destas mulheres e as situações de discriminação e subordinação em que elas vivem.

De fato, a situação encontrada e descrita, com respeito às condições de vida das famílias pobres do Jardim Peri, não é surpreendente, já que acompanha as tendências observadas no país, a constatação de que, mesmo na pobreza, ou seja, em situações precárias de Vida aparentemente similares, as relações entre homens e mulheres se mantenham desiguais e, por vezes, de forma ainda mais acentuada, levando à constatação de que a maternidade e a educação dos filhos se mantêm sob a responsabilidade feminina, numa sociedade que parece oferecer poucas alternativas para a conciliação destes papéis.

O Censo de 2010 (IBGE, 2012) destaca que o papel da mulher responsável pela família subiu de 22,2% para 37,3% nos últimos dez anos. De outro lado, a pobreza feminina e a condição de desigualdade entre mulheres e homens, mulheres negras e mulheres brancas são apontadas em diferentes estudos e pesquisas.

Segundo relatório da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) indígenas, negros e mulheres estão mais vulneráveis ao desemprego e à pobreza em países latino-americanos¹²⁸.

Nesse cenário, o trabalho, ao passo que impulsiona mulheres de classe média e alta para emancipação feminina e autonomia, nas classes baixas da sociedade constitui principalmente motivo de luta pela sobrevivência. Essas mulheres de classes sociais baixas geralmente estão inseridas no mercado informal e com péssimas condições de trabalho. Aquelas que respondem sozinhas pelo sustento familiar, além da dificuldade financeira em manter uma estrutura mínima material para os filhos, sofrem o preconceito de não estarem inseridas num modelo tradicional de família, carregando, ainda, sob o ponto de vista afetivo, a culpa pela impossibilidade do cuidado dos filhos durante a maior parte do dia. Muitas assumem dois ou três trabalhos, além das atividades na própria casa. Também não é incomum encontrar a situação em que a filha mais velha assume as responsabilidades domésticas na família – o que caracteriza trabalho infantil doméstico.

O discurso geral de responsabilização das famílias pela exploração do trabalho infantil, por vezes, pode desconsiderar as situações perversas de exploração do trabalho da mulher, mãe, chefe de família, que não conta com serviços eficientes de creche, educação, esporte e cultura, a possibilitar a formação integral dos seus filhos e possibilidade de inserção profissional digna na idade para o trabalho, assim como não conta com uma oportunidade profissional digna para ela mesma.

Por certo, tal condição não pode justificar a violência praticada contra as crianças, que estão submetidas ao trabalho nas ruas, mas deve orientar as ações voltadas à autonomia e emancipação destas mulheres e famílias, de forma que o discurso e as políticas para o enfrentamento do trabalho infantil levem em consideração também esta característica predominante nos arranjos familiares, a começar pelos levantamentos estatísticos que permitam uma compreensão melhor dos modelos de famílias envolvidas no trabalho infantil.

Além da questão de gênero, que se percebe presente tanto nas características do trabalhador infantil das ruas – predominantemente masculino -, quanto nos arranjos familiares – que envolve mulheres chefes de família, a questão racial é presente, marcantes os dados trazidos pelo Censo Municipal de 2006-2007, que aponta 78,7%

¹²⁸

<https://nacoesunidas.org/indigenas-negros-e-mulheres-sao-mais-afetados-por-pobreza-e-desemprego-no-brasil-diz-cepal/> Acesso em 19/05/2017.

de crianças negras em situação de rua, assim como o Censo Nacional aponta 72,8%, entre pretos e pardos declarados.

Esse retrato do trabalho infantil nas ruas é encoberto pelos dados gerais do trabalho infantil apontado na PNAD, que, como visto, não considera a situação das crianças trabalhadoras nas ruas, ou, pelo menos, não considera na pesquisa por amostra de domicílios uma variante específica a identificar tal ocorrência, destacando, ainda, que muitas situações vivenciadas pelas crianças nas ruas são desconhecidas das famílias. Nesse contexto, utilizamos os dados apurados nas amostragens das pesquisas censitárias realizadas pela SDH, no ano 2011, em âmbito nacional, e, na esfera municipal, em 2006, pela SMADS, para análise.

A desconstrução da neutralidade racial nas estatísticas gerais do trabalho infantil, a partir do trabalho identificado nas ruas, é fundamental para o avanço no enfrentamento do problema. Isso porque não se discute a condição de maior vulnerabilidade desse grupo étnico nas políticas de enfrentamento ao trabalho infantil. A situação a que estão submetidas, de permanência nas ruas e em trabalho precário, reproduz uma condição sistêmica histórica vivenciada pela população negra, pois a inserção dos grupos familiares, pais e mães dessas crianças, no mundo do trabalho, muito provavelmente ocorreu em condição de precariedade, num contexto também de informalidade, em trabalhos marginais, impulsionando um ciclo geracional de pobreza.

Se é certo que o trabalho infantil perpetua a condição de pobreza e miséria, é de fundamental importância identificar onde essa pobreza e miséria se concentra, pois, a partir de ações voltadas a esta população, pode-se pensar numa evolução social que contemple mudança de perspectivas para estas pessoas no acesso à educação, cultura, profissionalização, trabalho e geração de renda.

Como visto, historicamente, o trabalho nas ruas se desenvolveu no Brasil afetando principalmente a população negra, presente o trabalho infantil para os filhos dos escravos que, após a abolição, perambulando nas ruas, realizavam atividades informais e precárias, como venda de jornais, bilhetes de loterias, engraxate, etc. Desde aquele período, eram vistos como malandros, vadios, ociosos, tendo sido criminalizada a “vadiagem”, reduzindo-se a idade penal à época da República Velha, para 9 anos, com a intenção de limpar as ruas dos pequenos filhos de escravos libertos, os quais perambulavam tentando assegurar sua própria sobrevivência.

Ora, o trabalho nas ruas, desde o século XX, não significou uma escolha individual dos trabalhadores adultos, negros, menos ainda das crianças submetidas a

essa condição perversa de exploração. Tratou-se da única forma de sobrevivência possível diante de um contexto social excludente e ameaçador como era na época o mundo escravista e pós-escravidão. Transcorridos 129 anos da abolição da escravidão, a realidade de sobrevivência nas ruas persiste, com outros contornos, mas, diversamente daquele período, a legislação atual reconhece todas as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e impõe a realização dos seus direitos fundamentais, bem como lhes assegura formalmente proteção contra toda forma de negligência, exploração e violência.

Contudo, meninos e meninas negras continuam integrando as estatísticas das crianças em situação de rua, massivamente trabalhadoras infantis, assim como são as maiores vítimas de violência letal e morte nas ruas, o que revela que os direitos não são efetivados a esse grupo étnico de crianças e adolescentes. Sobre o não reconhecimento de direitos à população negra, Douglas Belchior (2017) chama a atenção para o racismo presente na própria concepção dos direitos humanos¹²⁹:

No debate sobre direitos humanos o negro nunca ocupou nem o lugar dos direitos, nem o lugar do humano. O negro nunca foi nem humano e nem teve direitos. E não, justamente por não ser considerado humano. Como o direito é uma coisa dos brancos, não é uma coisa dos negros. O pano de fundo disso é a negação da humanidade do grupo étnico.

Segundo estudo produzido pela Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO) – Brasil, no ano 2016, o Brasil ocupa o 3º lugar no ranking de homicídio de crianças entre 85 países¹³⁰. Um contingente de 10.520 crianças e adolescentes é morto, anualmente, no país, uma média de 29 casos por dia. O número de vítimas negras é quase três vezes maior que o de brancas. Não há dados específicos nesta pesquisa a uma possível relação com o trabalho infantil, mas é possível concluir, a partir das análises lançadas quanto aos riscos do trabalho nas ruas e perfil do menino em situação de trabalho nas ruas, que parte das vítimas apontadas no relatório é formada por esta população vulnerável.

Podemos apontar, ao menos, dois casos recentes, em São Paulo, que chocaram especialmente profissionais, ativistas e militantes na área da infância e juventude. Transcreve-se matérias jornalísticas sobre os dois casos:

¹²⁹ Entrevista realizada no dia 11/07/2017, UNEAFRO. Registro pela autora.

¹³⁰ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-06/homicidios-sao-principal-caoa-de-morte-de-criancas-e-adolescentes>. Acesso em 19/05/2017.

Um adolescente de 13 anos morreu na noite de domingo (26) após uma confusão em uma lanchonete Habib's da Vila Nova Cachoeirinha, na zona norte de São Paulo. Familiares disseram que João Victor Souza de Carvalho foi agredido com um soco por dois seguranças e, em seguida, teve parada cardíaca. Funcionários contaram outra versão à polícia: disseram que o adolescente estava alterado, foi apenas repreendido e teve um mal súbito logo depois. (...)

O caso foi registrado pela Polícia Civil como "morte suspeita". O boletim de ocorrência diz que não havia marcas de violência no corpo. Familiares negam: dizem que o adolescente levou pelo menos um soco no rosto. O catador Marcelo Fernandes de Carvalho, 43, pai do adolescente, diz que o menino tinha uma marca roxa do lado direito do rosto. "Tudo o que eu quero é saber o que aconteceu com o meu filho. É horrível ficar nessa angústia. **Ele era um bom garoto, sempre me ajudava comprando algum alimento**", disse. Prima do adolescente, a secretária Alini Cardoso, 26, disse que a família não pôde ver se havia marcas de agressão no corpo (nem no reconhecimento, pois o garoto estava vestido, nem no velório, pois o caixão veio lacrado –só era possível ver o seu rosto por um vidro).

Segundo parentes, o adolescente fazia malabares em semáforos e não estudava. (Adolescente morre após confusão em Habib's na zona norte de São Paulo", Jornal Folha de São Paulo, 01/03/2017)¹³¹

"Meu Deus, ele só queria cantar, o negócio dele era cantar. Ele só queria atenção, meu Deus, por que fizeram isso com ele, moço, me ajuda. Me ajuda pelo amor de Deus, gente. Ajuda eu moço, pelo amor de Deus, põe esses polícia na cadeia, me ajuda. Ô gente, pelo amor de Deus, meu filho só tem 10 aninhos", disse Cintia Ferreira Francelino, de 29 anos, mãe do menor. "Hoje em dia toda criança quer ser funkeiro. Ele queria cantar, ele queria ser uma criança feliz, tiraram a felicidade do meu filho. Ele queria cantar." A mãe não acredita que o filho estava com a arma. "Eu preciso ajudar meu filho, ele é uma criança de 10 aninhos, ele não ia saber atirar, é uma 38. Eles que colocou, eu tenho certeza que eles que colocou. A arma é dos policiais, eu quero fazer a digital", disse Cintia. (...) Na noite desta quinta-feira (2), o menor foi baleado e morreu. Ele era suspeito de invadir um condomínio na Zona Sul da cidade e furar um carro. Um menino de 11 anos que estava dentro do veículo foi detido por suspeita de participar do furto e do tiroteio. (...) **Vizinhos relatam que o menino engraxava sapatos para ganhar dinheiro. Um menino que engraxava junto com ele conta que eles trabalhavam em lugares como o Aeroporto de Congonhas e na Avenida Luís Carlos Berrini.** "Ele era um menino da hora, jogava bola com nós, nunca ia fazer isso". O menino gostava de soltar pipa e jogar vídeo game em uma lan house. "Era um moleque calmo, brincalhão. Era uma boa pessoa. Nunca foi envolvido com crime. Morava com a tia dele", disse o mecânico Roberto Pereira dos Santos. Segundo os moradores, nesta quinta-feira (2), o menino estava brincando com uma fogueira. Depois, um vizinho lhe deu comida. "Ele foi na minha casa ontem, dei um prato de comida para ele. Em nenhum momento ele falou que iria

¹³¹ <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/03/1862755-adolescente-morre-apos-confusao-em-habibs-na-zona-norte-de-sao-paulo.shtml>. Acesso em 19.05.2017
(...)

roubar. Dei até um conselho: 'Se cuida, mano'", disse o vizinho. (...)
 ("Por que fizeram isso com ele?" diz mãe de menino morto pela PM
 em SP, publicada no Jornal G1, 03/06/2016)¹³²

As duas notícias que divulgam mortes ocorridas com crianças – a primeira João Victor, 13 anos, e, a segunda, Ítalo, 10 anos – informam que se tratavam de trabalhadores infantis: João Victor, malabares; Ítalo, engraxate. Não são informações normalmente constantes dos boletins, relatórios policiais e notícias jornalísticas. Nos dois casos, os meninos eram negros e integrantes de famílias pobres socialmente excluídas. A análise destas notícias nos faz refletir sobre a absoluta invisibilidade do humano, da criança, do trabalho, assim como revela a violência estrutural e real imposta no cotidiano de sobrevivência nas ruas, decorrente do grupo étnico e classe social em que se inserem.

O problema assim se desvela muito mais complexo do que meramente apontam as análises e os programas gerais de enfrentamento de trabalho infantil, que não tenham a preocupação de aprofundar as causas da desigualdade social, passando por questões étnico-raciais, gênero, territórios, violência e discriminação no tema específico do trabalho nas ruas.

O silêncio da sociedade no que diz respeito à questão racial e, em decorrência, nas políticas públicas faz com que se perpetue o racismo estrutural, em um cenário falso de democracia, quando evidente que a população negra continua a sofrer as consequências da escravidão, com a falta de inserção digna no mercado de trabalho e a concentração de renda.

Araújo Neto (2011, p.24), em sua pesquisa sobre discriminação racial nas relações laborais, aponta os fatores históricos como determinantes da desigualdade e do racismo presente na sociedade brasileira:

É notório que os ex-escravos contribuíram para as grossas camadas de marginalizados na sociedade. Não possuíam qualificação para outros tipos de ofícios e nem respaldos, já que a concepção de reintegrá-los ao novo mercado não existiu. Expulsos das fazendas, os negros migraram para os subúrbios das cidades e assim nasceram as iniciais favelas brasileiras, com seus moradores vivendo de pequenos e casuais trabalhos, normalmente braçais. Marcas profundas foram deixadas pela escravidão na sociedade brasileira: a sobrevivência do racismo e de outras formas de discriminação social e racial; a concentração de indígenas, negros e

¹³² <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/06/por-que-fizeram-isso-com-ele-diz-mae-de-menino-morto-pela-pm-em-sp.html>. Acesso em 19/05/2017.

multados nas classes mais carentes da população; a persistência da naturalização da marginalização das pessoas dessas etnias; as dificuldades de integração e inserção perante a sociedade em eu todo, sem se deixar de apontar os ínfimos níveis de renda, escolaridade e saúde predominantes entre a maioria da população.

Independentemente da concepção acerca das causas do racismo contemporâneo (e sobre sua própria compreensão como elemento presente nas relações sociais pautadas numa suposta democracia racial), os dados estatísticos sobre trabalho, renda, moradia, violência, encarceramento, e sobre trabalho infantil nas ruas, como visto nesta pesquisa, revelam que a população negra continua segregada territorialmente, ocupando massivamente os trabalhos mais precários, com menor qualificação, e uma tendência de reprodução geracional de inserção precária no trabalho. Essa condição desigual reproduz um sistema de naturalização de uma suposta inferioridade de determinado grupo social, estabelecida por um grupo dominante, que se vê econômica, social e culturalmente, como hierarquicamente superior, como explica o antropólogo Kabengele Munanga (2003)¹³³:

Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas, suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.

Emblemática é a foto que circulou na internet, em dezembro de 2015, de um pai que fotografou um menino, negro, trabalhador infantil na rua (segurava bolas para

¹³³ KABENGELE, Munanga. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03. <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>

malabares), no vidro do carro, sorrindo para a filha, uma bebê, dentro do conforto do carro com ar-condicionado. Na legenda, postou “*A sociedade os separa, mas o sorriso os une*”.

Figura 6. Foto publicada em redes sociais

Fonte: Baixada Viva Notícias, 23.12.2015.¹³⁴

A filósofa Djamila Ribeiro, em matéria veiculada na Carta Capital, de 07.03.2016¹³⁵, sobre a foto afirma “É muita fetichização da pobreza”. E questiona “Quem é essa sociedade que os separa? Por acaso, trata-se de uma entidade? Por que a criança branca está no conforto do carro e a negra trabalhando? Por que uma tem todas as oportunidades e a outra não? ”. E, por fim, arremata “Essas são as questões que precisam ser feitas e não a propaganda de si mesmo como cidadãos de bem, sem se responsabilizar por essa sociedade ser como é.”

¹³⁴<https://www.facebook.com/baixadavivanoticias/photos/a.254960241274035.38915.254919147944811/652274444875944>

¹³⁵ <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/xuxa-e-a-fetichizacao-da-pobreza>. Acesso em 18.05.2017.

Ruggeron Reis, jornalista, em seu blog, no texto “Sobre aquela foto”¹³⁶, de 23/12/2015, também tece comentários, demonstrando perplexidade com a naturalização da desigualdade social e do racismo. Afirma:

Espanta que dentro da bolha acadêmica que faço parte, em que a maioria esmagadora se diz a favor da redução da desigualdade social e/ou contra o racismo, nenhuma alma tenha problematizado a tal foto. Nenhuma alma branca, em sua maioria de classe média, problematizou uma foto de um menino negro pobre sorrindo pra um bebê que tá dentro de um carro parado num sinal que em que o antes citado menino negro trabalha fazendo malabares. (...) O menino negro, pobre, reflexo de trabalho forçado após uma falsa abolição, não comove pela situação: comove pois não é alvo do preconceito da criança alva. O que comove é a pureza das crianças, não a situação dele ali, chibatadas do sol nas costas, implorando por moedas. (...) o bebê fofo vai continuar rindo e tendo tudo, vocês vão continuar olhando pra foto e aplaudindo e esquecendo que ali é uma vida. Uma vida igual a de vocês, ainda que não reconheçam isso e passem direto por ela no próximo sinal.

A cena registrada é uma constante nos cruzamentos em que se concentram essas crianças, sozinhas, sem direitos, em contraste com as outras crianças, que têm seus direitos assegurados e estão protegidas por suas famílias, em condição totalmente distanciada da realidade da exclusão. O fato de serem, em sua maioria, negros, nas ruas, importa em condição ainda maior de discriminação, além da condição precária de trabalho, que os torna invisíveis como tal. Trata-se de condição triplamente discriminada, pois associa o critério raça, situação de rua e classe social.

Não aceitar essa realidade importa em fazer uma reflexão crítica sobre a desigualdade social e a ausência de proteção a essas crianças circulantes nas ruas, não bastando um olhar de compaixão, uma foto publicada nas redes sociais, uma ajuda em dinheiro, que somente perpetuará a permanência destas crianças, vítimas da violência estrutural, no trabalho infantil.

Schucman (2016, p. 66-7), em pesquisa sobre o racismo sob o ponto de vista dos brancos, ou do que denomina “branquitude”, questiona essa naturalização e passividade da sociedade, em relação às desigualdades raciais vivenciadas no cotidiano, questionando como os sujeitos brancos agem para que seus privilégios (de raça e classe) sejam mantidos e perpetuados, ou o que faz com que grande parcela da sociedade tenha estes privilégios e não os perceba. Citando Maria Aparecida Bento

¹³⁶ <https://ruggeronreis.wordpress.com/2015/12/23/sobre-aquela-foto/>. Acesso em 19.05.2017.

(2002, p.5), a autora define a branquitude como “um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade”. E afirma:

É através desse pacto que podemos pensar sobre o motivo de, no Brasil, tanto negros como brancos naturalizarem o fato de que a maior parte dos moradores das periferias urbanas é de negros e a dos bairros centrais é de brancos, que alunos e professores em universidades públicas são brancos e faxineiros são negros, que nos restaurantes aqueles que são servidos são brancos e aqueles que servem são negros. Toda essa divisão racial do trabalho e dos espaços sociais é naturalizada de tal forma, que tanto brancos como negros brasileiros raramente se espantam com essa realidade. Em outras palavras, podemos pensar essa realidade racial como um verdadeiro *habitus*, que constrói um país segregado racialmente e que nem mesmo é percebida como tal. Dessa forma, podemos pensar a branquitude como um dispositivo que produz desigualdades profundas entre brancos e não brancos no Brasil, em nossos valores estéticos e em outras condições cotidianas de vida, em que os sujeitos brancos exercem posições de poder sem tomar consciência desse *habitus* racista que perpassa nossa sociedade.

Nesse sentido, parece reforçar o pacto - a que se refere a pesquisadora Lia Shuchman - a foto postada pela apresentadora Xuxa, nas redes sociais, fazendo menção ao trabalho infantil realizado por meninos malabares negros, como um esforço a ser valorizado, ao invés de construir uma reflexão crítica quanto à condição de exclusão social, violência e exploração a que estão submetidos.

Na postagem, a condição de pobreza está associada ao menino negro, a quem é valorizado o trabalho – ainda que proibido e perigoso –, sem qualquer questionamento sobre sua situação de não cidadania. Reproduz, assim, o racismo presente na sociedade brasileira, que perpetua desigualdades sociais e privilégios, exaltando o fato de que aquelas crianças (e não as crianças do seu meio social) estarem trabalhando é um componente positivo.

A atitude de ‘aproximação’ da apresentadora com crianças de outra classe social tende a ser vista como solidária, tornando velado o significado do que realmente está por trás da frase “*meus novos amiguinhos, ralando para conseguir um dindin*”.

Figura 7. Foto publicada em redes sociais

Fonte: Carta Capital, 07.03.2016.

Fica evidente a naturalização da pobreza, da exploração do trabalho e da desigualdade racial na frase da apresentadora, uma formadora de opinião, pois realiza programa de entrevistas em horário nobre, ao passo em que exalta de forma acrítica uma situação de violação de direitos. Deveria, ao revés, problematizar a situação, mostrando à população, como figura pública que é, a situação de violência e negação de direitos a que estes adolescentes estão submetidos trabalhando nas ruas. Ribeiro (2016) sobre a questão afirma que

Xuxa não percebe a violência no fato de crianças estarem submetidas a este tipo de atividade.
Elas lá estão porque a sociedade é desigual e racista – não à toa os três meninos são negros. É sabido que o Ministério Público incentiva

que se denuncie trabalho infantil, em vez de utilizá-lo como forma de se promover em redes sociais.

Não há nada de lindo naquela imagem: é o retrato de uma sociedade racista que nega oportunidades à população negra enquanto privilegia o grupo branco. Essa é a típica mentalidade do branco médio no Brasil. Finge se importar com os problemas sociais de dentro de sua *SUV*.¹³⁷

A questão racial, portanto, está intimamente ligada ao trabalho infantil nas ruas e deve ser considerada nas políticas de enfrentamento ao trabalho infantil. Tal situação se conecta com outras formas de violência e violação de direitos, como a violência urbana e a criminalização dessas crianças,—decorrente do estigma do abandono e delinquência, alimentado pela mídia e reproduzido historicamente em relação, primeiro aos filhos de escravos libertos; depois, aos menores abandonados e, hoje, em relação aos meninos de rua ou na rua, que em sua grande maioria são trabalhadores infantis.

Há que se pensar em políticas específicas para o enfrentamento do trabalho infantil nas ruas, desprendendo-o da camuflagem de criança em situação de abandono, nas ruas, problematizando a condição desigual da população negra e violência praticada contra este segmento ou grupo discriminado.

Nesse sentido, as políticas de ações afirmativas à população negra, empreendidas a partir da década de 90, assim como políticas sociais de transferência de renda, acesso ao ensino universal e obrigatório dos 4 aos 17 anos, têm produzido importantes resultados na redução dos índices de pobreza absoluta e extrema, assim como em relação à desigualdade social, oportunizando uma maior inserção da população negra nas universidades e no acesso ao ensino de modo geral.

Contudo, outras políticas direcionadas ao rompimento das estruturas desiguais historicamente construídas no campo do trabalho, no setor público e privado, que possibilitem maior inserção da população negra em trabalhos formais e empreendedorismo, sob os pilares do trabalho digno e decente, pode ser fundamental para transformar esta realidade do trabalho infantil nas ruas, diretamente associado às condições gerais de trabalho dos integrantes da família, em que devem ser considerados os elementos de raça e gênero.

Pode-se apontar, com base nas fontes indicadas nesse trabalho, uma tendência ao trabalho infantil nas ruas estar presente em famílias chefiadas por

¹³⁷ <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/xuxa-e-a-fetichizacao-da-pobreza>. Acesso em 03.06.2017.

mulheres, com perfil étnico-racial negro, em condição de pobreza absoluta ou extrema. Essas especificidades devem ser consideradas nas políticas de proteção social, como recomenda inclusive a OIT, no Relatório Mundial Sobre Trabalho Infantil (OIT, 2013), ao mencionar a necessidade de estratégias no item 6 - para *“grupos especialmente vulneráveis de crianças”*.

Segundo a estratégia descrita, a segurança social deve chegar também aos grupos específicos de crianças em maior risco de trabalho infantil. Constata que, embora a pobreza aumente a vulnerabilidade das crianças ao trabalho infantil, as crianças pobres não estão todas em igual risco de ter de trabalhar e cita como grupos especialmente vulneráveis crianças órfãs ou afetadas pelo VIH/SIDA, crianças sem cuidados parentais, crianças de minorias étnicas e grupos indígenas marginalizados, crianças afetadas pelas migrações e crianças de grupos social e economicamente excluídos. As crianças do sexo feminino, muitas vezes, são particularmente vulneráveis, uma vez que tendem mais a ser envolvidas no trabalho infantil doméstico e outras formas de trabalho menos visíveis. Sinaliza que as circunstâncias especiais, que colocam todos estes grupos em maior risco de trabalho infantil, requerem particular atenção na concepção, implementação e monitorização dos planos de proteção social, no cumprimento dos princípios de igualdade dos sexos e na resposta às necessidades especiais, conforme estipulado nas normas internacionais de trabalho.

Portanto, tais especificidades devem ser consideradas no campo do enfrentamento do trabalho infantil nas ruas. Tanto em relação a políticas sociais que considerem a população negra, maior afetado trabalho precário e desprotegido, quanto em relação às famílias pobres predominantemente chefiadas por mulheres que, somada tal vulnerabilidade de gênero à vulnerabilidade étnico-racial, termina por colocar as crianças integrantes destas famílias em condição maior de violência estrutural, violação de direitos, não atendimento dos seus direitos básicos e condições mínimas de existência digna.

5 – DESAFIOS NO ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL NAS RUAS

*Outro dia a infância dominou meu coração
gastei o dinheiro que eu ganhei com álbum do timão
Queria ser criança normal que ninguém pune,
que pula amarelinha, joga bolinha de gude
Cansei de só olhar o parquinho ali perto,
sentir inveja dos moleques fazendo castelo
Foda-se se eu vou morrer por isso
obrigado meu deus por um dia de sorriso!*
Facção Central, 2003

5.1 O Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

Atualmente, a política municipal de enfrentamento ao trabalho infantil baseia-se na implementação do PETI – Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, vinculado às ações da Secretaria Municipal de Assistência Social e de forma intersetorial, com ações e políticas de educação, cultura, saúde, profissionalização desenvolvidas por outras Secretarias Municipais. As ações relacionadas à população em situação de rua, por sua vez, são coordenadas pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos.

O PETI foi criado pelo governo federal, em 1996, como estratégia de enfrentamento ao trabalho infantil nas carvoarias do estado de Mato Grosso. Depois, expandiu-se para outros Estados, como Pernambuco, Bahia, Amazonas, Goiás, Sergipe, Rio de Janeiro, em segmentos específicos de atividades (canavial, sisal, cítricos, garimpo) para, em 1999, abranger todas as situações de trabalho infantil, nos diferentes segmentos de atividade, em todos os Estados do Brasil. É referência internacional no combate ao trabalho infantil (OIT, 2011). Conforme relatório mundial sobre trabalho infantil:

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no Brasil é outro exemplo de transferências monetárias condicionais combinadas com intervenções do lado da oferta. O Programa PETI, tal como o seu programa-irmão Bolsa Escola, incluía transferências monetárias condicionais, mas, ao invés do Programa Bolsa Escola proporcionava

também um programa pós-escolar obrigatório. Através deste programa pós-escolar, a duração do dia escolar foi praticamente duplicado para as crianças participantes. Este programa revelou ter um impacto importante (Yap *et al.*, 2002) na redução do trabalho infantil em cinco pontos percentuais no estado de Pernambuco e em 25 pontos percentuais no estado da Bahia. O programa Bolsa Escola, por outro lado, baseado em transferências monetárias puras, permitiu reduzir o trabalho infantil em cerca de nove pontos percentuais (Ferro *et al.*, 2010). Apesar de ser difícil comparar o impacto direto dos programas PETI e Bolsa Escola com base em apenas dois estudos, o impacto do PETI parece, contudo, ter sido considerável. O prolongamento do horário escolar do PETI foi muito provavelmente instrumental para manter as crianças fora do trabalho infantil.

Inicialmente, o foco principal do programa era a transferência de renda às famílias em situação de pobreza e com incidência de trabalho infantil, atendendo crianças de 7 a 14 anos, em piores formas de trabalho (insalubre ou perigoso), mediante o cumprimento de condicionalidades, dentre estas a não permanência no trabalho e a matrícula na escola, com jornada ampliada.

Em 2005, o PETI sofreu modificação, integrando-se ao Programa Bolsa Família, mantidas as condicionalidades de frequência à escola e a atividades no contraturno escolar. Contudo, a bolsa do PETI terminou em valor reduzido¹³⁸ e a política de integração passou a receber críticas, no sentido de que retirar a especificidade do trabalho infantil (FNPETI, 2006) poderia levar a não identificação dos casos, por ausência de informação das famílias¹³⁹.

De outra parte, o Programa Bolsa Família constitui importante estratégia no combate à pobreza, que, como visto, é causa estrutural do trabalho infantil. Portanto, contribui no seu enfrentamento. Contudo, o PETI se trata de programa mais específico que o Programa Bolsa Família. Nesse sentido, prevê um rol de ações a serem desenvolvidas pelos Municípios no combate ao trabalho infantil, enquanto o PBF tem como foco principal a transferência de renda. Por certo, esta ação desassociada de outras políticas em educação, moradia, cultura, cidadania, não produzirão resultados mais efetivos.

Em 2011, o PETI foi integrado à Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) como programa de caráter intersetorial e intergovernamental, inserido na Política

¹³⁸ Atualmente corresponde: Área rural ou urbana: R\$ 25,00 por criança (para municípios com menos de 250 mil habitantes). Área urbana: R\$ 40,00 por criança (para municípios, capitais e regiões metropolitanas com mais de 250 mil habitantes). <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/peti/Paginas/default.aspx>

¹³⁹ <http://www.fnpeti.org.br/arquivos/biblioteca/bc587ac77cb46805bce9e32b617de64c.pdf>

Nacional de Assistência Social no âmbito do SUAS – Sistema Nacional de Assistência Social, compreendendo três eixos: a) inclusão de famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho em programas de transferência de renda; b) serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças/adolescentes até 16 anos; c) acompanhamento familiar através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Na tentativa de atingir as metas assumidas perante a comunidade internacional de erradicação das piores formas de trabalho infantil até 2016 e eliminação de todas as formas de trabalho infantil até 2020, em 2013 houve nova modificação do Programa, passando sua última versão a contemplar a proteção social, bem como a identificação e o cadastramento das famílias nas estratégias de enfrentamento ao trabalho infantil.

É interessante notar, com relação ao trabalho infantil nas ruas, que a proteção social, enquanto voltada a assegurar condições dignas de vida para as crianças e suas famílias, é determinante para tal enfrentamento. De nada adiantará atuação repressiva apenas ou campanhas sensibilizando a sociedade para o problema, se, por outro lado, não se oferecem alternativas às famílias, para uma vida digna, que passe pelos programas de renda mínima e por políticas sociais de moradia, educação e saúde. Daí se concluir que os programas de transferência de renda, desarticulados de políticas sociais que assegurem o acesso a esses direitos fundamentais, tornar-se-ão ineficientes ou insuficientes.

O artigo 227 da Constituição Federal estabelece que o Estado, a sociedade e a família devem assegurar proteção integral e prioridade absoluta às crianças e adolescentes, para que todos os seus direitos sejam assegurados. Diante disso, as políticas sociais intersetoriais (educação, saúde, trabalho e renda, moradia, profissionalização) devem ou deveriam ter como prioridade as ações voltadas à proteção da infância, como é o caso do enfrentamento ao trabalho infantil.

A Resolução nº 08 do Conselho Nacional de Assistência Social, de 18 de abril de 2013, aprova as ações estratégicas a serem desenvolvidas pelos Municípios e Estados, no âmbito do PETI, estruturadas em cinco eixos: a) informação e mobilização nos territórios de incidência do trabalho infantil para propiciar o desenvolvimento de ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil; b) identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil; c) proteção social para crianças e

adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias; d) apoio e acompanhamento das ações de defesa e responsabilização; e) monitoramento.

A partir dessa reordenação, as ações relacionadas à proteção social para o enfrentamento do trabalho infantil estão diretamente ligadas à implementação do PETI. A nova configuração do Programa, com os cinco eixos, prevê sua execução pelos Municípios que concentram altos índices de trabalho infantil, com repasses de recursos federais para cofinanciamento das ações do PETI, a partir de adesão formal do Município ao Programa. A referida Resolução estabelece, em seu artigo 15¹⁴⁰, os critérios que definem os Municípios considerados como alta incidência de trabalho infantil, nos quais se insere o Município de São Paulo, com previsão de repasses de valores de recursos do governo federal para a implementação do PETI.

Segundo informação constante do Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, o Município recebe mensalmente o valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) como repasse do PETI. É importante que se diga que esse recurso federal não objetiva à execução de todas as ações voltadas ao enfrentamento do trabalho infantil, mas alavancar ações prioritárias em municípios em que for verificada alta incidência de trabalho infantil, como um recurso adicional ao orçamento próprio que a gestão municipal deve ter para as ações pertinentes à proteção da infância¹⁴¹.

¹⁴⁰ **Art. 15.** Os Municípios e Distrito Federal serão considerados como alta incidência de trabalho infantil quando apresentarem:

I – no exercício de 2013:

a) Mais de 1000 (mil) casos de trabalho infantil identificados no Censo Demográfico 2010 - IBGE; ou b) Crescimento de 200 (duzentos) casos de trabalho infantil entre o Censo Demográfico IBGE de 2000 e de 2010, exceto os abrangidos no inciso II deste artigo;

II – no exercício de 2014, mais de 500 (quinhentos) casos de trabalho infantil identificados no Censo Demográfico 2010 - IBGE;

Parágrafo único. Os Municípios e Distrito Federal que se enquadrem nos critérios acima e não possuam cofinanciamento federal para a oferta do Serviço de Convivência e de Fortalecimento de Vínculos será garantido o cofinanciamento federal para a oferta deste, observada a existência de Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.

Art. 16. O valor mensal do cofinanciamento federal para apoio à manutenção das ações estratégicas vinculadas ao PETI considerará a relação entre o número de registros de trabalho infantil no Cadastro Único e a quantidade de crianças e adolescentes em situação de trabalho identificadas pelo Censo Demográfico 2010 - IBGE e o porte do Município e do Distrito Federal, conforme a seguir: (...)

¹⁴¹ Não há orçamento específico para as ações pertinentes a crianças e adolescentes, contemplando-se as políticas de proteção social nas respectivas pastas (saúde, educação, cultura, assistência social, etc.). Contudo, há deliberação na 7ª Conferência Nacional da Criança e do Adolescente no sentido de “Implementar a metodologia do Orçamento da Criança e do Adolescente”, nas três esferas de governo e, ainda “Garantir que os atores do Sistema de Garantia de Direitos e conselhos setoriais tenham participação obrigatórias no processo de elaboração do ciclo orçamentário, com a obrigatoriedade de criação de um anexo “das despesas do Orçamento Criança e Adolescente”, vedado o contingenciamento destes recursos, por meio de PEC e garantida a prestação de contas trimestral através de balancete da execução orçamentária de forma analítica, nas três esferas do executivo, publicizando os recursos financeiros. <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de>

Considerando os cinco eixos estruturais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Social, podemos identificar que, no Município, à exceção do Serviço Especializado de Abordagem Social, não existem outras políticas específicas para o enfrentamento do trabalho infantil nas ruas. Os serviços e equipamentos socioassistenciais previstos no Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, no âmbito do eixo proteção social, são destinados a toda e qualquer situação de trabalho infantil. O SEAS, por sua vez, atua especificamente na situação de rua.

Contudo, o trabalho infantil nas ruas – e o trabalho infantil de forma geral – não está sendo minimamente abarcado pelo PETI, tendo em vista a subnotificação dos casos registrados no CADUNICO. Os dados constantes do cadastro único são em número extremamente reduzido (310), diante do total de abordagens sociais de rua realizadas (9.518 atendimentos no ano 2015), o que importa dizer que mesmo existindo no Município um serviço específico que atua na aproximação de vínculos com as crianças em situação de trabalho nas ruas, estas não ingressam no atendimento pela rede de proteção, não estão inseridas nos programas socioassistenciais mantidos pelo Município, nem nos programas de transferência de renda, mantendo-se na prática a situação de violação de direitos.

Tal pode estar ocorrendo em razão do alertado risco da integração do PETI com o Bolsa Família, mas também pode estar associado a outros fatores, como estigma das famílias em relação ao trabalho infantil (ilegalidade), pouca atratividade ou desconhecimento dos serviços socioassistenciais, burocratização ou ineficácia do cadastramento, condicionalidades difíceis de cumprir, valor reduzido da bolsa prevista no Programa. Essas questões ficam mais evidentes a partir das entrevistas realizadas com os atores integrantes da rede socioassistencial.

Conforme informações de março/2015, no Cadastro Único relativo ao Município de São Paulo, das 382.447 famílias beneficiárias do Bolsa Família, apenas 331 famílias possuíam marcação de trabalho infantil, atingindo o total de 435 crianças até 15 anos¹⁴². Trata-se de número bastante inferior ao levantamento do Censo do IBGE (2010) que apontou o total de 47.560 crianças de 10 a 15 anos em situação de trabalho

apoio/publicacoes/crianca-e-adolescente/deliberacoes_VII_conferencia_nacional_criancaeadolescente. Acesso em 17.06.2017. Projeto de Lei 610/2011 foi considerado inconstitucional.
<http://www.radarmunicipal.com.br/proposicoes/projeto-de-lei-610-2011>

¹⁴² Diagnóstico OIT, extraído do IC 2916/2013, Ministério Público do Trabalho.

infantil¹⁴³– número este que não capta a maior parte das situações de trabalho nas ruas –, o que corresponde a menos de 1% das crianças em situação de trabalho infantil (apenas na faixa etária de 10 a 15 anos).

Considerando-se apenas os dados relativos a abordagem social de rua, que identificou 9.518 atendimentos em 2015, ainda assim os números de inserção no Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil são inexpressivos, correspondentes a 4,5% da população infantil atendida. Deve-se considerar, contudo, que o PETI atende todas as situações de trabalho infantil e não especificamente o trabalho infantil nas ruas, portanto, não significa que as 435 crianças atendidas pelo programa sejam crianças retiradas de situação de trabalho nas ruas.

É interessante notar, por outro lado, que há um número considerável de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família. Em que pese este constitua importante estratégia de proteção social no combate à pobreza, não prevê ações específicas direcionadas ao trabalho infantil, como a participação das crianças nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e acompanhamento das famílias, o que se insere nas ações estratégicas do PETI. O PBS prevê a suspensão do benefício, caso verificada a ocorrência de situação de trabalho infantil, mas se mostra mais difícil o monitoramento do programa, nesse aspecto. De qualquer forma, o Programa Bolsa Família não substitui as ações do PETI, como veremos adiante.

Tais dados foram consolidados pelo Município de São Paulo, por meio do Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, adotado no âmbito das políticas de assistência social conforme Resolução COMAS 1144, de 28/11/2016¹⁴⁴. Prevê a realização de ações nos cinco eixos elencados no PETI, com ações específicas no eixo Proteção Social. Trata-se do primeiro Plano elaborado pela municipalidade somente treze anos após a edição do primeiro Plano Nacional.

O Plano Nacional, em sua segunda edição (2011), previu no item 9.a como Matriz Estratégica “Priorização da prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente nas agendas políticas e sociais”, apontando como indicador a elaboração, implementação e revisão dos planos municipais, distritais e estaduais.

¹⁴³ Observe-se que aqui está considerada apenas a faixa etária de 10 a 15 anos, não abarcada pelo censo idade inferior, e, ainda desconsideradas as hipóteses de trabalho do adolescente na faixa etária de 16 e 17 anos, hipótese em que o percentual de inclusões no programa representa contingente ainda menor de 1%. Importante lembrar que no caso do trabalho infantil nas ruas a faixa etária abaixo de 18 anos está em situação ilegal de trabalho infantil, em atividade considerada como piores formas.

¹⁴⁴ <http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/RenderizadorPDF.aspx?ClipID=CROE96NL8TQSPe4VM82QLSUM5BC>

A elaboração do plano municipal treze anos após a primeira versão do plano nacional (2004) aponta a inexistência de prioridade nas políticas da infância. Veja-se que apenas ao final da última gestão municipal foi consolidado um conjunto de estratégias e diagnóstico das políticas e ações municipais de enfrentamento ao trabalho infantil, a partir do Plano Municipal, no ano 2015.

5.2 *‘Eles podem desistir da gente, mas a gente não pode desistir deles’* ou desafios pela rede socioassistencial

Os serviços da rede socioassistencial estão distribuídos em duas modalidades de atendimento: Proteção Básica e Proteção Especial, distinguindo-se estes especificamente, por tratar a proteção básica da prevenção a violações de direitos, e a proteção especial à violação de direitos propriamente dita. No caso do trabalho infantil, o atendimento deve funcionar tanto no campo da prevenção, quanto da proteção, no caso do direito violado. Observe-se em relação ao trabalho nas ruas, a criança ou adolescente identificado em situação de trabalho, portanto, em situação de violação de direitos, deverá ingressar no sistema pela rede de proteção especial. Registre-se que a rede socioassistencial atende outras vulnerabilidades como pessoas idosas, pessoas com deficiência, outros, além do trabalho infantil e outras violações de direitos contra crianças e adolescentes (abuso, uso de drogas, abandono, outros).

A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos, bem como fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

A seu turno, a Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

Como dito, nossos sujeitos da pesquisa, portanto, são (ou deveriam ser) atendidos inicial e prioritariamente pela rede de proteção especial, por meio dos CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social, passando num segundo momento para a proteção básica, realizada através dos CRAS – Centro de Referência em Assistência Social. O contato direto com crianças trabalhadoras na rua, a seu turno, é realizado pelo serviço denominado abordagem social de rua – SEAS, que é executado por organizações sociais conveniadas com o Município de São Paulo. Assim, as entrevistas semiestruturadas tiveram como foco principal o contato com assistentes sociais, técnicos e agentes socioeducativos que atuam nesses serviços.

Foram realizadas três entrevistas, com grupos de profissionais da Assistência Social, abrangendo, ao todo, 33 participantes, em diferentes dias (06/10/2016, 14/10/2016 e 18/11/2016). Restou assegurado que não seriam identificadas as pessoas participantes na reprodução das falas, na pesquisa, portanto, seus nomes não serão fornecidos, tampouco a instituição/setor a que estão vinculados. Todas as entrevistas estão registradas em áudio, com autorização dos participantes. Iremos reproduzir algumas falas significativas sobre diferentes questões relacionadas à dificuldade de atuação da rede, como as realidades sociais adversas em que as famílias estão envolvidas, a complexidade dos fluxos de atendimento e outras questões, como veremos.

5.2.1 Rede de proteção x rede de repressão

A primeira questão que nos chama a atenção nas entrevistas diz respeito à representação simbólica do Estado para as crianças e suas famílias. Estas falas compreendemos como um elemento chave para ser considerado no planejamento das ações de enfrentamento do trabalho infantil, de forma a se pensar na desconstrução de uma imagem autoritária e hierarquizada das instituições, de forma geral, inclusive as instituições de defesa e responsabilização que integram o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. Destaca-se:

A criança em situação de rua não tem cidadania. Ela se vale da cidadania do educador para acessar o serviço (assistência social). Assim também acontece na saúde, na educação. Se chegar o menino com estereótipo de rua ele não consegue acessar o serviço. O

orientador consegue acessar os serviços e trazer mais cidadania para os meninos. O vínculo com o educador é importante, porque ele se sente pertencente e é assistido.

São famílias que vivenciaram experiências muito negativas com o Estado. Então quando alguém do Estado adentra ao seu domicílio, por mais que você diga “eu sou psicóloga, sou assistente social, você é uma representante do Estado.

(...) a gente deveria estar com uma relação totalmente diferente, de proteção, não de ameaça. A gente fica nesse papel de ‘quanto’ a gente consegue realizar do nosso trabalho. Que a gente consiga construir um discurso de PETI que não seja tão criminalizado, tão imbuído de culpas, responsabilidades, que a gente consiga criar uma relação de confiança, que a gente não seja visto nem como Conselho Tutelar, nem como Polícia, nem como ameaça, mas sim alguém pra proteger, pra ajudar, pra encampar, no momento, aquela situação de vulnerabilidade. (informação verbal)¹⁴⁵

Percebe-se que existe uma compreensão de punição e um olhar, pelas famílias, de ação repressiva do Estado, que faz com que não aceitem ingressar no Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, cumprir condições, talvez por não visualizarem benefícios significativos – econômicos ou sociais –, resultantes do que simbolicamente representaria a “confissão” de uma prática ilegal e, nessa lógica, torna-os socialmente estigmatizados. Algumas famílias inclusive pensam que se trata de prática tipificada como crime¹⁴⁶. Registre-se que não é incomum esta informação errônea por meios de comunicação ou até mesmo campanhas em redes sociais.

Destaque-se o fundado temor do Conselho Tutelar¹⁴⁷, quando tal entidade deveria representar o órgão mais próximo de proteção e defesa das crianças e

¹⁴⁵ Registros de entrevista realizada no dia 06/10/2016.

¹⁴⁶ PLS 237/2016 que tipifica a exploração do trabalho infantil como crime foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado na data de 07.12.2016. Pelo texto, contratar ou explorar menor de 14 anos em atividade com fim econômico é crime punível com reclusão de dois a quatro anos e multa. O projeto, portanto, não responsabiliza criminalmente os pais que colocam os filhos na situação de trabalho. <Acesso em 17.03.2017. <http://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2016/12/ccj-aprova-projeto-que-torna-crime-a-exploracao-do-trabalho-infantil>.

¹⁴⁷ CONSELHOS TUTELARES – órgão encarregado pela sociedade para zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos no ECA. O Conselheiro Tutelar é um agente público com um mandato concedido pela comunidade e com autonomia para o exercício das suas atribuições. Vinculado administrativamente à Prefeitura deve contar com o acompanhamento do CMDCA, da Justiça da Infância e da Juventude, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das entidades civis que trabalham com a população infanto-juvenil e, principalmente, dos cidadãos. As principais atribuições do Conselho Tutelar são: atender denúncias feitas pelas crianças, adolescente, famílias, comunidades e cidadãos; exercer as funções de escutar, orientar, aconselhar, encaminhar e acompanhar os casos; aplicar as medidas protetivas pertinentes a cada caso a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias; encaminhar requisições de serviços públicos necessários à efetivação do

adolescentes em situação de risco ou violação de direitos. Nas entrevistas, os atores da rede socioassistencial relatam dificuldades nos encaminhamentos que envolvem os Conselheiros Tutelares, pois normalmente não atuam diretamente na proteção das crianças no local, quando estão na rua, nos pontos em que realizam o trabalho infantil, ficando a cargo do Serviço de Abordagem Social de Rua o contato direto com as crianças e adolescentes. Ocorre que atribuição do Serviço é realizar a aproximação de vínculos com estas crianças, para encaminhamentos na rede socioassistencial, e não aplicar as medidas de proteção previstas na legislação.

Atualmente existem 52 Conselhos Tutelares no Município de São Paulo. Cada Conselho é integrado por 5 Conselheiros, escolhidos pela população local, com mandato de quatro anos (art. 132, ECA). Segundo a Resolução 139 do CONANDA, a Recomendação é de que os municípios tenham 01 Conselho Tutelar para cada 100.000 habitantes. Atualmente, com a população estimada em 12.038.173¹⁴⁸ (IBGE), deveria ter pelo menos 120 Conselhos Tutelares. Portanto, pode se verificar uma demanda superior ao considerado razoável para o seu adequado funcionamento.

A visão repressora em relação ao Conselho Tutelar e outros órgãos que representam o Estado, inclusive a própria rede de assistência social, produzem medo e ocultação da prática pelas crianças e suas famílias. Também produzem a não percepção ou o não reconhecimento de que são vítimas de uma forma de exploração e violência, passando mesmo a se identificarem como violadores ou transgressores da ordem jurídica, o que leva também a não compreensão do conteúdo da legislação protetiva, máxime quando o trabalho precoce é visto pelas próprias famílias como algo menos pior que o crime, hipótese em que visualizam apenas essas duas possibilidades no contexto de suas realidades sociais e territoriais.

5.2.2 Estigma do trabalho infantil

É importante destacar aqui, como uma situação de violação de direitos pode se tornar para a vítima a prática de uma ilegalidade. Essa questão está relacionada à

atendimento adequado de cada caso; contribuir para o planejamento e a formulação de políticas públicas e planos municipais de atendimento à criança, ao adolescente e às suas famílias; fiscalizar entidades governamentais e não governamentais e comunicar ao Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública e autoridade policial os casos que exijam a intervenção desses órgãos. http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/peti_1483560543.pdf

¹⁴⁸ <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=355030>

anterior, em relação à visão repressora do Estado. Traz à reflexão uma necessidade de campanhas voltadas ao reconhecimento de direitos, que seja direcionada às crianças e famílias. Nesse caso, a concepção do trabalho infantil como forma de violência pode ser um passo importante, a fim de estimular o reconhecimento de direitos e a denúncia pela própria vítima, bem como a busca espontânea do atendimento socioassistencial pela família.

*A gente estava trabalhando autonomia com a mãe, mas depois a gente não teve mais contato com ela. Fiquei meio chocada que as crianças deram uma reação meio drástica. Quando eu cheguei para abordar, eles não queriam papo. Disseram que eu era do Conselho Tutelar, que eu estava ali achando eles no trabalho infantil. E a gente não comenta muito que eles são do trabalho infantil, porque senão assusta. E não flui, então, a gente nem usa esse termo trabalho infantil (...). – Mas quem falou que você está no trabalho infantil? – Porque minha mãe foi no serviço e disseram pra ela que a gente estava no trabalho infantil, daí a gente não conseguiu o benefício. – A gente está aqui porque a gente quer. (...) Fico pensando como que essa mãe foi abordada, como que trataram ela...tem que voltar lá e resolver, porque eu acho que **eles podem desistir da gente, mas a gente não pode desistir deles.***

Muitos não retornam no serviço porque eles têm medo. Tem duas questões: Uma delas eles sabem que é errado, mas a outra é que a realidade deles não permite que eles entendam que eles tenham essa visão mais humana pelo filho. Eles sabem que de algum lugar que não está certo, mas eles não conseguem contextualizar e colocar dentro da realidade deles. Tem uma questão cultura, uma questão de realidade, uma questão de necessidade, que não permite que eles tenham essa visão mais humana sobre o filho. (...) Pensam: antes ganhando um dinheirinho, que passando fome.

Como elas sabem que o trabalho infantil é proibido, uma primeira dificuldade, elas ao chegarem na unidade de referência elas manifestam que o filho não estava no trabalho infantil. ‘Olha eu fui abordada e pediram para eu vir aqui’. Quando o cadastrador faz a pergunta do trabalho infantil há essa negativa. E como é auto declaratório, se ela disser não, o cadastrador não pode demarcar ali trabalho infantil. O contexto que a família traz é um contexto socioeconômico que requer um acompanhamento da assistência, mas não um acompanhamento de trabalho infantil. Então há uma subnotificação.

Dificuldade que a gente encontra todos os dias na rua. A versatilidade da abordagem da criança do vínculo, tem a mesma com a família. A gente trabalha não como o serviço do PETI. Já tem essa questão do conselho tutelar, de ver a Kombi, vamos sair correndo...A gente vai se aproximando da criança, tentando entender, conhecer, quem é essa criança, esse adolescente, para depois chegar nos pais. Através da atividade lúdica. Os pais terminam chamando para realizar outras

atividades na comunidade. É uma dificuldade, mas ao mesmo tempo é uma forma de aproximação. Tem um momento ainda que é a questão da rede escolar. (...) essas crianças vão se afastando da escola. Esse é um motivo que não procuram CREAS, CRAS, porque acham que a gente vai punir elas. O que eles mais pedem é o projeto jovem aprendiz, mas daí tem o problema da escola...determinado período a gente não consegue inserir esses adolescentes na escola. (informação verbal)¹⁴⁹

Há que se pensar, outrossim, se a busca ativa, tal como idealizada, aplica-se de forma eficiente à situação de trabalho nas ruas, que exige a construção e aproximação de vínculos com as crianças circulantes, sob pena de se perder totalmente o fio condutor de aproximação com a família, que é a própria criança ou adolescente. Talvez a realização de censos e identificação da população trabalhadora infantil nos territórios, pode apontar um caminho mais eficiente para a identificação das famílias, no sentido de construir uma cultura de direitos e desconstruindo o olhar repressor, com fortalecimento na comunidade em que estão inseridas as crianças e suas famílias, para o planejamento e realização de políticas de proteção social incidentes de forma efetiva no território em que residem. Normalmente, o trabalho infantil nas ruas ocorre em território diverso do local de moradia e convivência comunitária.

5.2.3 Realidade social adversa das famílias

Voltamos às reflexões de Jessé Souza, na obra *A Ralé Brasileira* (2016), em que define ralé como uma categoria de pessoas à margem de direitos, considerados os direitos mínimos, básicos, fundamentais, cuja realização se faz necessária para que programas sociais tenham efetividade. Trata-se de assegurar uma condição mínima existencial que permita a uma criança realizar atividades normais de integração comunitária e social, a exemplo de frequentar a escola ou programas sociais, o que depende da efetivação de direitos sociais no campo da educação, trabalho, saúde e moradia. Destaca-se:

Uma vez a gente foi incluir uma família no trabalho infantil, uma situação de miserabilidade, ela não tinha fogão em casa. O sonho do menino que a gente acompanhava era comer um bolo feito pela mãe. Era o sonho dele, era comer um bolo feito pela mãe...a gente dizia 'por

¹⁴⁹ Registros de entrevista realizada no dia 18/11/2016.

que a mãe não faz esse bolo pra essa criança’? Quando a gente foi fazer a visita domiciliar era uma verdadeira caverna em pleno Jardim São Roque, em Santo André, que era uma cabaninha sem nada dentro. Eu me lembro que a gente conseguiu, o Lar André Luiz doou o fogão, nós doamos o ovo e fizemos o bolo. Ela tinha essa situação miserável. Daí ela veio para o cadastro, a gente perguntou pra ela quantos filhos a senhora tem no trabalho infantil? – Um. A senhora tem três filhos, quantos filhos a senhora tem no trabalho infantil? – Um. Além do W. quantos? (eram duas meninas). Elas não estão no trabalho infantil. A assistente social disse pra ela ‘a senhora tem direito a x valor e mais esse valor, para cada uma das meninas....’ A gente ficou naquele cadastro insistindo porque achou uma pena ela receber R\$ 120,00 a menos. A gente não se conformava com aquilo. Ela saiu dizendo ‘não coloquem porque elas não estão’. Dissemos ‘a senhora entende que se a gente por na marcação PETI, a senhora vai ter um recurso maior, vai conseguir garantir material escolar...’. ‘Elas não estão no trabalho infantil, quem está no trabalho infantil é o W...’. Cortou o coração não colocar como trabalho infantil, porque R\$ 120,00, para aquela mulher, há sete anos atrás, ela poderia fazer feira o mês inteiro.

(..) O aprendiz tem que ter boas notas. Não dá para um aluno ter boas notas, se ele mora num barraco, que o córrego passa por baixo da cama dele. O que a gente viu é que esses meninos estão matriculados na escola, eles não têm um bom rendimento escolar. Eles frequentam a escola. No contraturno é que vão fazer o trabalho nas ruas ou em outros lugares. O rendimento escolar é ruim da maioria, não só dos adolescentes trabalhadores, mas é geral. Isso é até uma questão que a gente falava no (...), porque tem o projeto aprendiz, mas os meninos não conseguem acessar esse projeto, porque não tem as notas, os critérios necessários para acessar esse projeto.

Abordagem está na ponta do iceberg com a situação de rua. Políticas públicas são estanques, mesmo que saúde, assistência e previdência estejam na seguridade, elas foram montadas na Constituição Federal de forma estanque. Então o serviço de rua e políticas de moradia. O que a colega coloca o mau rendimento escolar do menino que mora no barraco e tem um córrego. A escola foi uma política construída para o menino que tem uma mesa, paz dentro do lar...a mesa e a luz funcionando. A abordagem de rua, eu lembro quando fazíamos junto com os dados da educação, a imensa dificuldade das professoras entenderem que aquele menino tem que ficar vendendo junto com o pai, porque ele não tem mãe (...).

As crianças têm muita vontade de serem incluídas no CCA. Isso é muito bom. Isso é algo que na comunicação entre políticas da educação... talvez deixe ele ficar dois, três meses fora da escola, para que ele possa entrar num momento em que ele consiga...tem um tempo para ser integrado. O tempo de rua, o tempo de escola, o tempo de CCA. Garantir o tempo de CCA, para depois garantir o tempo na escola. Isso é olho no olho. Tem momento que não é mais do SEAS, é a política de educação, é a política de moradia, que vai fazer a inserção com essa família, tal qual ela é. (informação verbal)¹⁵⁰

¹⁵⁰ Ibidem

5.2.4 Complexidade dos fluxos de atendimento

Observa-se que há um envolvimento efetivo e afetivo dos profissionais da assistência social com as crianças e com suas famílias. Outrossim, mostra-se grande o desafio na superação das burocracias estruturais e finalização do fluxo de atendimento, nas diferentes etapas ou setores da rede de atendimento.

A questão de fluxo é muito forte, mas todos os CRAS, todas as supervisões técnicas tiveram reordenamento. Então a primeira coisa é que nesse reordenamento entrou a prioridade, quem eram as crianças prioritárias? Além do PETI, entraram outras prioridades, mas nós temos hoje, junto com o sistema de informação, que é o SIC, nós temos os dados que tem que bater junto com o Ministério, que diga esse público prioritário tem que estar no Serviço. Nós chamamos todos os CRAS e foi constatado que nós tínhamos muito serviço com a frequência abaixo do que deveriam estar, não tem porque haver recusa de um público prioritário que é o PETI, porque o CRAS ele pode (...) uma normatização de como os serviços devem agir para atendimento do público prioritário. Sabe que tem esse atendimento. Eu fico muito triste por saber que tem serviço que se recusa. Porque por mais que tenha (...) nós temos 370 crianças cadastradas no PETI. Tudo que eu podia fazer em termos da legislação, é público prioritário, mas a gente tá meio que pegando em cima disso...não aparece mesmo. Quando aparece a gente tem que pensar isso, que fluxo é esse que cada território tem que ir atrás, para dar esse retorno.

Inclusões no cadunico com a modalidade PETI vem despencando. Está ocorrendo de algumas famílias estar numa situação de desproteção, porque a gente não consegue sensibilizar essa família – isso tem muito a ver com os vínculos com essa família que a gente estabelece. Eu gosto muito da experiência de trazer a básica pra dentro da especial, o CRAS pra dentro do CREAS e o CREAS pra dentro do CRAS. No momento que a família consegue estabelecer um vínculo de confiança com esse profissional, agora não é mais esse que vai acompanhar. A gente tem medo do novo, imagina essa família...É muito difícil. Fala pra família ‘vai buscar o seu direito ao benefício’. Pra família fazer esse processo de busca, a família já sofreu uma série de preconceitos.

A gente tem o fluxo de encaminhamento de trabalho infantil dentro do CREAS. Cada território faz conforme sua realidade. Nós temos locais por exemplo em que o SEAS já é de lá. Tem diferentes realidades de CREAS com SEAS, que faz a sua articulação. O SEAS encaminha para o CREAS e faz a articulação com o CRAS. Para as outras questões além da abordagem é o CREAS que faz o encaminhamento com a básica ou outros serviços da especial. (informação verbal)¹⁵¹

¹⁵¹ Ibidem

Como se vê, há uma complexidade no fluxo de atendimento dentro da rede, tendo em vista que o SEAS constrói o vínculo para depois encaminhar as famílias para o CREAS e, quando está produzindo algum resultado efetivo, o atendimento é deslocado para o CRAS. Além disso, o cadastro social é realizado por um atendente que não está envolvido com o problema daquela família, não necessariamente capacitado para esse atendimento, o que coloca em risco muitas vezes a efetiva inscrição da família no programa de erradicação ao trabalho infantil.

5.2.5 Capacitação da rede de proteção à infância

Identificamos, a partir das falas, uma necessidade de especialização e formação continuada dos profissionais que atuam na assistência social, além da necessidade de ação intersetorial, envolvendo as demais Secretarias e, para tanto, efetivo envolvimento dos gestores com as questões pertinentes à infância (não apenas os técnicos).

A busca ativa a gente conta com o SEAS, com os agentes, a maioria de nível médio. Tem que ser bastante desenvolvido. Esses profissionais deveriam ter formação superior ou um quadro misto. Algumas revisões de leis melhoram outros não são tão favoráveis. Às vezes termina mais economicista do que o princípio do melhor interesse. (...) A grande maioria das pessoas de nível médio. São pessoas que fazem essa primeira abordagem e fazem esse encaminhamento para o CRAS e CREAS. E o CRAS e CREAS começam um trabalho junto as famílias. Como elas sabem que o trabalho infantil é proibido, uma primeira dificuldade, elas ao chegarem na unidade de referência elas manifestam que o filho não estava no trabalho infantil. 'Olha eu fui abordada e pediram para eu vir aqui'. Quando o cadastrador faz a pergunta do trabalho infantil há essa negativa. E como é autodeclaratório, se ela disser não, o cadastrador não pode demarcar ali trabalho infantil. O contexto que a família traz é um contexto socioeconômico que requer um acompanhamento da assistência, mas não um /acompanhamento de trabalho infantil. Então há uma subnotificação.

Dificuldade das famílias procurarem sozinhas os serviços, nossa vontade é acompanhá-los em tudo, mas a gente não tem estrutura. Antes a gente tinha mais orientadores, o serviço ia até às 2h da manhã, a gente tinha um carro só para visitas. Hoje tem apenas um carro para tudo, para monitorar, fazer visitas. Tem que melhorar a estrutura do serviço. Eu acho que a gente não tinha que acompanhar a família, trabalhar a autonomia. Mas a gente não sabe quem vai receber, pode ser um ótimo profissional e também pode não ser. Então

a gente acompanha. A gente não trabalha culpabilizando mãe em família nenhuma.

Tudo recai na Assistência Social, vai pra Saúde, Educação, vai lá, volta pra Assistência. É um problema de trabalho, vai o educador junto com a família no CAD. Tem alguma coisa errada aí. Quem é essa pessoa que faz o CadÚnico, ela conhece o SEAS, ela está preparada? Adianta a gente pegar a família, levar pra lá e não ter um acompanhamento depois para saber o que aconteceu com ela? A gente não tem perna. A gente precisa se aproximar de CRAS. Eu estou do lado do CRAS e não conheço a pessoa que faz o CadÚnico. Essa pessoa que faz o cadastro tem que ter a mesma sensibilidade que nós temos, senão não vai criar vínculo nenhum. A gente não trabalha dizendo pra família que vai perder benefício. A gente precisa aproximar a pessoa do CadÚnico. Ela tem que estar junto com a gente, num encontro, numa reunião. (informação verbal)¹⁵²

Como se observa das falas dos atores que atuam na linha de frente com as situações de vulnerabilidade, as famílias se sentem estigmatizadas, praticando uma ilegalidade, por isso não querem ser inseridas no PETI, até mesmo porque o valor da transferência de renda desse programa, atualmente, é bastante reduzido¹⁵³, ao passo que o atendimento é realizado por diferentes serviços, passando ao menos por quatro diferentes etapas: abordagem, especial, cadastro, básica. Também existe uma falta de especialidade e necessidade de formação continuada dos profissionais que atuam nos diferentes setores do atendimento, inclusive no próprio cadastramento das famílias, que é terceirizado. Registre-se, ainda, que todo o serviço de abordagem social de rua, bem como os serviços de construção e fortalecimento de vínculos são prestados por organizações sociais conveniadas ao Município e não diretamente.

Destaque-se a capacitação, de forma geral, em relação ao trabalho infantil mostra-se como estratégia fundamental, para toda a rede de proteção – Conselhos Tutelares, educadores, assistentes sociais, agentes de saúde, sistema de Justiça. Trata-se de violação de direitos naturalizada até mesmo pelos profissionais que atuam na rede de proteção da infância. Não é incomum encontrar profissionais do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente que sustentam a ideologia do trabalho, relativizando os prejuízos que o trabalho precoce traz ao desenvolvimento saudável da criança e do adolescente.

¹⁵² Registros de entrevistas nos dias 06/10/2016 e 14/10/2016.

¹⁵³ Área rural ou urbana: R\$ 25,00 por criança (para municípios com menos de 250 mil habitantes). Área urbana: R\$ 40,00 por criança (para municípios, capitais e regiões metropolitanas com mais de 250 mil habitantes). <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/peti/Paginas/default.aspx>

5.2.6 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

O SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um serviço ofertado na Proteção Social Básica (CRAS), para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, com foco na constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia. Estabelece, ainda, que as intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS N.º 109/2009).

Os grupos organizam-se de modo a ampliar trocas culturais e vivências, desenvolver o sentimento de pertencimento e identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária, além de prevenir situações de violações de direitos. As crianças em situação de trabalho infantil têm acesso prioritário (em relação a outras vulnerabilidades)¹⁵⁴.

Um dos Serviços de Fortalecimento de Vínculos em funcionamento no Município é o Circo Social, que trabalha com autoestima e o desenvolvimento de atividades circenses, com um viés educativo¹⁵⁵. São seis circos sociais que desenvolvem atividades lúdicas e circenses, nos Bairros Penha, Butantã, Grajaú, Freguesia do Ó e Itaquera, que disponibilizam ao todo 2.900 vagas. Nem todas as vagas são preenchidas por crianças e adolescentes dos serviços socioassistenciais do Município.

É possível consultar toda a rede de serviços socioassistenciais no site da Prefeitura Municipal no link: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_social/mapas/index.php?p=2012.

O Plano Municipal informa a existência de 728 Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com realização de 128.363 atendimentos. No ano de 2015, a SMADS registrou 1.256 convênios e a oferta de 225.028 vagas, definindo-se

¹⁵⁴ O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos deve incluir crianças e adolescentes com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do BPC; crianças e adolescentes cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda; com acesso precário a renda e a serviços públicos; em situação de risco e vulnerabilidade social; e com prioridade absoluta crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil.

¹⁵⁵

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/comas/Resolu%C3%A7%C3%B5es/2016/1070.pdf

como uma das maiores redes de serviços socioassistenciais da América Latina, contando com 377 organizações conveniadas.

Deveria elaborar projeto específico para a inclusão das crianças que trabalham nas ruas nos serviços da rede socioassistencial. Por certo, seria fundamental pensar em programa municipal de aprendizagem profissional, para adolescentes a partir de 14 anos ou cursos profissionalizantes, inclusive na área artística.

A questão é que, embora o Município conte com uma vasta rede de serviços socioassistenciais que prevê a inserção das crianças egressas do trabalho infantil, com prioridade absoluta, ou seja, sem necessidade de existência de vaga, tal público não acessa esse serviço, pois não está cadastrado no CadÚnico. Há inclusive oferta excedente de vagas, sem utilização, conforme se depreende de fala colhida em entrevista:

A questão de fluxo é muito forte, mas todos os CRAS, todas as supervisões técnicas tiveram reordenamento. Então a primeira coisa é que nesse reordenamento entrou a prioridade, quem eram as crianças prioritárias? Além do PETI, entraram outras prioridades, mas nós temos hoje, junto com o sistema de informação, que é o SIC, nós temos os dados que tem que bater junto com o Ministério, que diga esse público prioritário tem que estar no Serviço. Nós chamamos todos os CRAS e foi constatado que nós tínhamos muito serviço com a frequência abaixo do que deveriam estar, não tem porque haver recusa de um público prioritário que é o PETI, porque o CRAS ele pode (...) uma normatização de como os serviços devem agir para atendimento do público prioritário. Sabe que tem esse atendimento. Eu fico muito triste por saber que tem serviço que tem recusa. Porque por mais que tenha (...) nós temos 370 crianças cadastradas no PETI. Tudo que eu podia fazer em termos da legislação, é público prioritário, mas a gente tá meio que pegando em cima disso...não aparece mesmo. Quando aparece a gente tem que pensar isso, que fluxo é esse que cada território tem que ir atrás, para dar esse retorno. *(Informação verbal)*¹⁵⁶

O acesso ao Serviço se dá sempre por intermédio do PAIF – ligado ao CRAS que poderá receber demanda espontânea, realizar busca ativa, receber encaminhamento da rede socioassistencial, encaminhamento das demais políticas públicas e de órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Entretanto, no caso de crianças e adolescentes, retirados do trabalho infantil, o acesso se dará por encaminhamento da Proteção Social Especial. Estes serviços são desconhecidos da sociedade, tanto de usuários quanto da própria rede de proteção da criança e do

¹⁵⁶ Registro de entrevista no dia 14/10/2016.

adolescente. Não existe uma campanha de divulgação e esclarecimentos sobre os serviços oferecidos pela rede de assistência social, para as famílias carentes. Destaca-se nesse serviço, além das vagas existentes no projeto Circo Escola, os Centros para Juventude e CEDESP, estes atuando para a profissionalização de adolescentes, a partir de 15 anos.

Como se vê, lamentavelmente, o total de crianças e famílias oriundas do trabalho infantil, notadamente do trabalho infantil nas ruas, atendidas pelos serviços socioassistenciais do Município é extremamente reduzido, praticamente inexistente.

5.2.7 Síntese conclusiva parcial

Podemos resumir em dois grupos as principais questões trazidas nas falas dos adolescentes malabares e da rede socioassistencial, para orientar as conclusões da pesquisa:

Grupo A

Percepções do trabalho infantil pelas crianças malabares
Trabalho é realizado como forma de sobrevivência
Não encontram outras alternativas de inserção profissional (adolescentes)
É uma forma honesta de ganhar a vida
É humilhante
Sofrem discriminação da sociedade, nas instituições públicas e espaços privados
O espaço da rua é melhor que a favela

Grupo B

Percepções das dificuldades pela rede socioassistencial
As famílias do trabalho infantil não querem ser identificadas como trabalho infantil
Não buscam o atendimento da rede espontaneamente; têm uma visão repressora da rede socioassistencial
Há um <i>iter</i> no fluxo de atendimento, em que pode haver a desistência ou 'perda' da família que iniciou a construção de vínculos com a rede
Há necessidade de integração entre os diferentes setores/etapas do atendimento e políticas sociais para efetividade do PETI, abrangendo as necessidades básicas de condições de existência digna para as crianças e suas famílias

Capacitação dos profissionais que atuam com as vulnerabilidades do trabalho infantil
Desconhecimento dos serviços socioassistenciais oferecidos pelo Município pelas famílias

Em suma, a resistência encontrada nas famílias para a inserção no Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, no caso do trabalho infantil nas ruas, não decorre de qualquer sentimento de valorização ou dignificação do trabalho. É contundente nas entrevistas com as crianças malabares que o trabalho nas ruas produz uma série de estigmas e discriminação, descrito como humilhante por eles. Talvez o sentimento de ‘humilhação’ presente nessa fala, seja o mesmo que permeie a resistência em ingressar no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, visto pelas famílias como uma punição pela prática de um ato ilícito. Nesse sentido, retomamos a questão tratada no capítulo 2, quanto a concepção do trabalho infantil como forma de violência, de forma a incidir num contexto de reconhecimento de violação de direitos das crianças e adolescentes e, em decorrência, maior garantia e proteção às vítimas pelo Estado.

Pode-se concluir que não são capazes de perceber benefícios decorrentes de uma mudança nas práticas formativas através da educação e cultura oferecidos pelo Programa, bem como não visualizam um ganho econômico imediato, tendo em vista o valor reduzido da bolsa e, por outro lado, a necessidade de cumprimento de condicionalidades e “monitoramento” por parte do Estado.

Além disso, as diferentes etapas que envolvem o fluxo de atendimento levam ao sentimento de insegurança em relação a benefícios e resultados, o que pode levar a desistência durante o atendimento. Tal situação deve se agravar ainda mais em relação ao trabalho nas ruas, que envolve serviços em diferentes territórios (residência/trabalho na rua) – às vezes com o desconhecimento da família da atividade realizada pela criança –, e pode enfrentar a ausência de espaços de convivência nos territórios periféricos em que as crianças residem, à falta de espaços de transição (entre rua e atendimento) para inserção nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.

Também as realidades sociais adversas, que atingem significativamente as famílias em territórios mais vulneráveis, devem ser levadas em consideração para a efetivação de políticas intersetoriais que contemplem essas vulnerabilidades, para além das ações do PETI.

Além da visão repressiva da rede, do estigma do trabalho infantil e da dificuldade de integração e intersetorialidade das políticas, de forma a assegurar condições mínimas existenciais às crianças e suas famílias, a necessidade de capacitação e especialização dos diferentes atores que atuam no enfrentamento do trabalho infantil é manifestada nas falas da rede de proteção. Tudo isso faz com que o trabalho infantil nas ruas, ainda que identificado pelo Serviço de Abordagem Social na linha de frente do atendimento, não seja inserido nas políticas do Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Podemos concluir que existe uma generalidade no Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, que não contempla especificidades do trabalho nas ruas, como as condições precárias de moradia, baixa escolaridade, violência, racismo, gênero, e, portanto, não considera o grupo especialmente vulnerável de crianças inseridas nessa modalidade de trabalho infantil.

Por outro lado, percebe-se que a ideologia do trabalho, como valor de aprendizado, não opera em relação à tomada de decisão das famílias no trabalho infantil nas ruas, prevalecendo a questão econômica como determinante.

Entretanto, ainda que numa condição invisível, precária e não valorizado socialmente como trabalho, remete a um elemento moral, ao se contrapor à criminalidade, funcionando, nesse sentido, como um mecanismo de opressão e aceitação daquela condição injusta, pelo grupo social oprimido, sem uma visão de reconhecimento e reivindicação de direitos.

Além disso, entendemos que essa ideologia do trabalho, em relação à sociedade, o que se reflete também nas instituições e programas sociais, reforça o estigma e a culpabilidade das famílias, que são vítimas da violência estrutural praticada pelo Estado, de modo a tornar ainda mais difícil a inserção deste segmento populacional nos programas de prevenção e erradicação ao trabalho infantil, diante da percepção que estão cometendo uma ação ilegal, portanto vergonhosa – por isso não admitida ou revelada -, ainda que intimamente a considerem legítima, por entenderem se tratar de uma forma honesta de sobrevivência.

5.3 Outras políticas municipais (educação, cultura, saúde e profissionalização)

A rede municipal de ensino da cidade de São Paulo é a maior do país. Conta com 1.478 unidades educacionais da Rede Direta e 1.763 da Rede Conveniada/Indiretas/Mova, além de 45 CEUS. Reúne um contingente de 49042 professores.

Contudo, o censo escolar de 2015¹⁵⁷ apontou o total de 173.815 criança fora da escola, entre 4 e 17 anos. Esse número corresponde a 8% da população nessa faixa etária. Verifica-se que a ausência é mais acentuada entre os 4-5 anos e 15-17 anos, em que atinge quase 15% desses segmentos. Assim, pode-se ter como referência de atuação no enfrentamento do trabalho infantil mecanismos de inclusão das crianças e adolescentes na escola, desde mais tenra idade, com atividades que estimulem o término do período escolar obrigatório. Veja-se que o dado se aproxima dos números do trabalho infantil identificado pelo Censo 2010 (IBGE), que revela na faixa etária de 10 a 17 anos, o total de 125.821 crianças e adolescentes, podendo se fazer uma relação direta, inclusive, na questão trabalho x escola.

Relativamente às crianças e adolescentes em situação de rua – em que se insere também o trabalho nas ruas –, evidencia-se que quanto maior a idade maior também é o índice de evasão. O censo municipal de crianças e adolescentes em situação de rua nos anos 2006-2007, apontou que a maioria dos adolescentes, 54,5% não estava na escola. Transcreve-se:

É grande a parcela de crianças e adolescentes em situação de rua excluídas da escola. São 54,5% que não estão estudando, mas afirmam que já frequentaram a escola, a maioria adolescentes. Compreensivelmente, quanto maior a faixa etária, maior a proporção dos que abandonaram a escola em relação aos que estão estudando: entre os mais velhos, são 64,3% que abandonaram os estudos e há ainda 1,4% de adolescentes nessa faixa etária, que nunca tiveram acesso à educação, e apenas 34,3% estão frequentando a escola. **Na faixa etária de 13 a 15 anos, 60,5% estão fora da escola** e 1,6% nunca estudaram. Nas faixas etárias menores, essas proporções se invertem, aumentando a participação dos que estão estudando. Entre as crianças na faixa de 7 a 10 anos, 84,6% frequentam a escola contra 13,2% que a abandonaram e 2,2% que não tiveram acesso à escola.

¹⁵⁷http://www.foradaescolanaopode.org.br/exclusao-escolar-por-municipio/SP/3550308-S%C3%A3o_Paulo

Entre os pré-adolescentes, a proporção dos que estudam (52,9%) é ligeiramente superior a dos que abandonaram a escola (47,1%).

As informações levantadas sobre a escolaridade são preocupantes, pois se observa uma tendência das crianças em situação de rua a deixarem de frequentar a escola à medida que vão avançando na idade. A rua pode tornar-se mais importante ou mais atraente que os bancos escolares, ou talvez se apresente como uma situação inevitável. (Grifos nossos)

Quanto às políticas culturais, segundo o Plano Municipal, a Secretaria Municipal de Cultura e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Paulo oferecem um conjunto de serviços e atividades voltadas às crianças e adolescentes que, embora não tenham foco no trabalho infantil, atendem segmentos em situação de vulnerabilidade social e/ou se configuram como espaços de inclusão social voltados ao desenvolvimento de capacidades, valores e ao convívio social que contribuem para a prevenção do trabalho infantil.

Na atual gestão, contudo, houve cortes orçamentários de 47% na área da cultura, com impactos diretos em projetos voltados a crianças e adolescentes, a exemplo do PIA e do VAI¹⁵⁸, contrariando a política traçada no Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, que traz como uma de suas Diretrizes Estratégicas a “Promoção e fortalecimento das ações de proteção social para crianças e adolescentes e jovens para inclusão social, prevenção e combate ao trabalho proibido.” (Diretriz 3).

O Plano, elenca como objetivos: “Ampliar e qualificar a oferta de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes e jovens nas secretarias municipais” (objetivo 1); “Ampliar oferta de atividades culturais, recreativas, de esportes/lazer e de educação ambiental, priorizando a inserção de crianças e adolescentes vulneráveis.” (macroação do objetivo 1).

As políticas de restrição orçamentária em projetos sociais contrariam os Planos Municipal e Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Infantil, assim como a Recomendação nº 202 da OIT, que trata das Diretrizes para os Pisos Nacionais de Proteção Social¹⁵⁹, trazendo risco de retrocesso social, com o agravamento da condição de crianças em situação de trabalho nas ruas, com potencial inserção de adolescentes em trabalho proibido em outras atividades no setor informal.

¹⁵⁸ <http://www.redebrasilatual.com.br/entretenimento/2017/03/doria-reduz-programas-de-formacao-cultural-pela-metade-e-exclui-4-mil-criancas-e-jovens>

¹⁵⁹ http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/recomendacao_202.pdf

As políticas de saúde também são relevantes no enfrentamento do trabalho infantil, especialmente diante da possibilidade que os ACS e ACE têm na realização de visitas domiciliares e identificação de situações de trabalho infantil doméstico. No tocante ao trabalho nas ruas, uma política direcionada ao cadastro mais completo do atendimento dos meninos em situação de rua pode constituir importante dado para identificação, levantamento e diagnóstico do trabalho infantil. SANTANA (2016, p. 56) aponta a arteterapia comunitária como uma prática preventiva para a saúde mental de pessoas em situação de rua (adultas), estratégia que pode ser pensada também em relação às crianças e adolescentes, consideradas suas especificidades.

Destaque-se o elevado registro de acidentes de trabalho envolvendo crianças e adolescentes: ao todo 415 registros no ano 2014¹⁶⁰. Estes acidentes, notificados pelo sistema de saúde SINAM, normalmente ocorrem em âmbito de atividades laborais minimamente organizadas e, ainda assim, é significativa a subnotificação, o que revela que lamentavelmente esse número é maior. E, certamente, o trabalho nas ruas não está considerado nesses dados, diante da informalidade, inserido genericamente como situação de rua e não como trabalho nas ruas.

Diante disso, seria fundamental estabelecer uma sistemática de questionário na notificação do sistema de saúde que abrangesse situações ilustrativas, caso negativa a resposta ao questionamento sobre trabalho. Por exemplo: *estava vendendo produtos na rua ou fazendo malabares nos sinais? Pedia esmola ou realizava outra atividade nas ruas? (discriminar)*.

Quanto à profissionalização, é importante destacar que a maior parte do trabalho infantil identificado pelo CENSO (2010) está na faixa etária de 16 e 17 anos (78.261), abarcando, ainda, considerável número de adolescentes com idade entre 14 e 15 anos (27.064), que poderiam estar em condição protegida de trabalho, em programas de aprendizagem profissional.

Essa estratégia, contudo, também merece ser analisada de forma distinta em relação ao trabalho infantil nas ruas, pois em razão da baixa escolaridade e déficit de aprendizagem, muitos adolescentes talvez não tenham um preparo mínimo para ingresso numa atividade formal de aprendizagem no ambiente empresarial, devendo ser assegurada a formação preparatória à aprendizagem, acompanhamento

¹⁶⁰ Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, 2016, p. 44.

psicológico e educacional, para possibilitar seu efetivo ingresso, aproveitamento, autoestima e aprendizado.

Nesse sentido, há necessidade de políticas junto às empresas, sistema S e na própria Administração Municipal, de forma a assegurar a esses adolescentes especialmente vulneráveis o direito à profissionalização. Inexiste, contudo, Lei municipal regulamentando a contratação de aprendizes, tampouco tal estratégia está prevista no Plano Municipal, que prevê apenas articulação com sindicatos e órgãos parceiros, para exigir o cumprimento da cota aprendizagem por empresas.

Num contexto geral, as crianças e adolescentes no trabalho infantil nas ruas estão fora do alcance dos programas de proteção social, muitas vezes fora da escola e sem possibilidades reais de ingresso nos programas de aprendizagem profissional, diante da situação de marginalidade (não acesso a direitos) em que se encontram.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, no seu estágio atual, como visto não abarca as situações de trabalho infantil nas ruas, pois, embora identificadas pelo Serviço Especializado de Abordagem Social de Rua, não são cadastradas no CadÚnico como tal, o que afasta a incidência das políticas de proteção social voltadas às crianças e suas famílias, especialmente quanto ao acesso aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e acompanhamento pela rede socioassistencial. Diante disso, os serviços e equipamentos são direcionados às demandas gerais ou outras vulnerabilidades, que contemplam populações de baixa renda, o que também se mostra relevante, mas não contempla necessariamente a condição de especial vulnerabilidade que se desvela no trabalho infantil nas ruas e atinge massivamente a população infantil negra.

5.4 Invisibilidade do trabalho infantil nas ruas no PETI

Fica claro que, além de não aparecer dados gerais sobre o trabalho infantil, o trabalho nas ruas não é considerado nas políticas municipais de prevenção e erradicação do trabalho infantil, o que perpetua a situação de vulnerabilidade, desproteção e invisibilidade dessas crianças e adolescentes.

Por outro lado, o Plano Municipal, aprovado no final do ano 2016, estabelece como objetivo, em sua primeira diretriz estratégica (identificação):

Caracterizar e diagnosticar com precisão os diversos contextos e situações de trabalho infantil e de trabalho desprotegido de adolescentes e jovens no município, **especialmente de suas piores formas**. (grifo nosso)

E estabelece como macro ação:

Realizar uma ampla pesquisa, qualitativa e quantitativa, sobre a situação do trabalho infantil, inclusive nas suas piores formas: narcotráfico; trabalho doméstico; trabalho informal; **trabalho nas ruas** (...) (grifo nosso)

Ainda, como uma das ações específicas: “**Metodologia específica para identificação de cada tipologia de trabalho infantil** e articulação entre elas determinada”. (grifo nosso).

Parece, assim, que busca corrigir a ausência de metodologia específica para as situações de trabalho infantil nas ruas, ao menos, no eixo identificação, imprescindível para que as estratégias de proteção social previstas no PETI aconteçam.

De outro lado, a política nacional, por meio da Resolução Conjunta nº 1, de 15/12/2016 do Conselho Nacional de Assistência Social e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, reconhece a situação de rua como aquela em que crianças ou adolescentes utilizam espaços públicos para moradia ou sobrevivência e que tal situação pode estar associada a trabalho infantil (artigo 1º, § 2º, I). Não insere, pois, o trabalho infantil nas ruas no conceito de situação de rua. E a política específica estabelecida na referida Resolução trata especificamente de questões relativas a abrigo e acolhimento, aplicáveis, portanto, àquelas crianças que residem nas ruas. Assim dispõe:

Art. 1º. Definir como crianças e adolescentes em situação de rua os sujeitos em desenvolvimento com direitos violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários, prioritariamente situação de pobreza e/ou pobreza extrema, dificuldade de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados por sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros.

§ 1º Utiliza-se o termo “situação” para enfatizar a possível transitoriedade e efemeridade dos perfis desta população, podendo mudar por completo o perfil, repentinamente ou gradativamente, em razão de um fato novo.

§ 2º A situação de rua de crianças e adolescentes pode estar associada a:

- I - trabalho infantil;
- II - mendicância;
- III - violência sexual;
- IV - consumo de álcool e outras drogas;
- V - violência intrafamiliar, institucional ou urbana; (...)

Traz um conceito distinto do então desenvolvido pelo Comitê Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua (2014), que considerava o trabalho infantil nas ruas como uma tipologia própria da situação de rua¹⁶¹. Conforme a Resolução do CONANDA, o trabalho infantil nas ruas não se insere como tipo de situação de rua, mas pode estar a ela associada.

Pode, em decorrência, reforçar a política já existente no Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, para a situação de trabalho nas ruas, enquanto, de outro lado, busca alinhar as políticas de acolhimento para as situações de rua em seu sentido estrito.

Veja-se que considera como elemento definidor da situação de rua o rompimento dos vínculos familiares, condição esta não necessariamente presente na situação do trabalho infantil nas ruas, em que as crianças, num primeiro momento, mantêm seus vínculos familiares e moradias. Por certo, a situação de trabalho nas ruas pode levar à situação de rua, razão pela qual, dentre outras razões, maior a vulnerabilidade no contexto do trabalho infantil em geral, a ensejar ações e planejamento específico para esta forma de trabalho infantil.

De igual forma, as crianças em situação de rua, que trabalham, devem ser protegidas, com políticas específicas para a questão do trabalho associado à situação de rua, que devem contemplar inclusive ações de profissionalização para

¹⁶¹ São crianças e adolescentes, caracterizados por sua heterogeneidade (Diversidade de gênero, orientação sexual, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, situação socioeconômica, de opção política, entre outros) pela interrupção ou pela fragilidade dos vínculos familiares, com dificuldade de acesso às políticas públicas, utilizando logradouros públicos e/ou áreas degradadas de forma permanente ou intermitente. E contemplou sete tipos de situação de rua, dentre estas o trabalho infantil: a) situação de trabalho nas ruas; b) situação de pedir nas ruas; c) situação de abuso e exploração sexual nas ruas; d) situação de uso abusivo de álcool e drogas nas ruas; e) situação de ameaça de morte nas ruas; e) situação de pernoite ou moradia nas ruas; f) situação de pernoite ou moradia nas ruas acompanhada da família.

adolescentes a partir de 14 anos, consideradas as suas especificidades. As ações podem ser articuladas e conjuntas, mas não pode se perder de vista que o trabalho infantil nas ruas está conectado com a situação de rua, podendo ser desta decorrente ou uma etapa anterior à situação de rua propriamente dita, razão pela qual também deve ser pensado prioritariamente como forma de prevenção à ocorrência de danos e violações de direitos ainda maiores do que os já experimentados pelas crianças em trabalho nas ruas, que, todavia, ainda não adotaram o espaço da rua como espaço total de moradia.

É fundamental que essa distinção seja compreendida no âmbito das políticas municipais de enfrentamento ao trabalho infantil nas ruas, para correta identificação dos casos, inscrição no cadastro único e inserção das crianças e adolescentes nos programas sociais e profissionalizantes, permitindo transformação nas suas realidades de vida.

E tal se justifica, inclusive, em razão das pastas setoriais responsáveis pelo desenvolvimento de cada política, uma vez que a situação de rua é coordenada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e o trabalho infantil pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Tratando-se, contudo, de situações correlatas, devem estas políticas serem analisadas de forma transversal, conexa, articulada, para que possam contemplar fluxos e ações integradas, envolvendo tanto a secretaria de assistência social quanto a secretaria de direitos humanos, bem como as demais secretarias nas políticas setoriais próprias (moradia, trabalho, saúde, educação, profissionalização).

Como visto, esse público infantil embora identificado pelo Serviço de Abordagem Social de Rua não acessa os serviços do PETI. Tais serviços devem ser pensados considerando a especificidade dessas crianças, levando em consideração as causas do trabalho nas ruas, envolvendo políticas sociais nos territórios vulneráveis, tanto em relação aos serviços comunitários para as crianças e adolescentes, quanto em relação às condições dignas de moradia para as famílias, projetos de geração de renda e desenvolvimento social. Se não em política própria, dentro de uma especificidade na política geral. Markinhus (2017)¹⁶², sobre a invisibilidade dos meninos de rua – em que considera também o trabalho nas ruas – nas políticas gerais aponta esta invisibilidade:

¹⁶² Entrevista realizada no dia 23/06/2017, no MNMMR, São Bernardo do Campo.

Foram criados vários planos nacionais, de forma focal, então você não vê a criança como um todo. Onde entra o menino de rua aí? Ele não entra. Ele está, se você olhar, ele está “escrito”, não está de fato. Enfrentamento ao trabalho infantil, só pode como aprendiz, a partir de 14 anos, e a partir de 18, ok. Na hora de você colocar o adolescente para acessar isso, ele está fora. Se você pegar o programa de enfrentamento ao abuso e exploração sexual, no conceito criança e adolescente, eles estão inseridos, mas quando você pega os dados, você vai ver que sobre rede de exploração sexual é o que você tem menos, o maior foco está na violência intrafamiliar ou vizinha, em torno de 80-90 dos casos. Esses 10%, muitas vezes, é o menino que teve a violência em casa, que é um dos motivos que leva para a rua, então ele teve a violência em casa, fugiu, a rede ‘pegou’ ele, mas ele não entra por essa condição. Ele é atendido, mas você não fala que ele é vítima da violência sexual, ele não entra no programa. Em outras políticas, você vai ver esse mesmo resultado. Então é como se nós fizéssemos várias políticas, que nasceram do processo histórico dos meninos de rua. Por isso que o nosso lema do movimento, do último encontro de educadores, foi o seguinte “os meninos de rua saíram da agenda pública, mas os meninos não saíram das ruas”.

Fica clara a urgência e necessidade de dar visibilidade a situação de trabalho nas ruas nas políticas de enfrentamento ao trabalho infantil, assim como a necessidade de assegurar que as políticas gerais de proteção à infância sejam acessadas pelas crianças em situação de rua. A política municipal para o atendimento da criança em situação de rua e na rua está em construção, atualmente, em discussão com a sociedade civil, por meio de audiências públicas, que ensejarão, ao final, o desenho da política municipal para as crianças e adolescentes em situação de rua. O trabalho nas ruas continua num limbo, não ingressando nas ações do PETI e tampouco considerado na situação de rua. Enquanto isso, crianças nas ruas, em situação de trabalho ou não, continuam desprotegidas.

Nesse sentido, o Plano Decenal da Assistência Social¹⁶³, aprovado pelo Município de São Paulo, no ano 2016, aponta como deficiências no enfrentamento do trabalho infantil em geral questões evidenciadas também em relação ao trabalho infantil nas ruas:

- a) Subregistro do trabalho infantil, resultado da falta de entendimento do conceito de trabalho infantil entre as autoridades e técnicos da esfera municipal, estadual e federal;

163

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/PLANODECENALDEASSISTENCIASOCIALDACIDADEDESAOPAULOV_SMADS2.pdf

- b) Critérios não uniformes para identificá-lo, embora o país tenha avançado muito tanto na legislação como na formulação de políticas públicas para prevenção e erradicação do problema;
- c) Falta de condições para reverter a invisibilidade das condições do trabalho adolescente que muitas vezes fica à margem das ações governamentais;
- d) Fragmentação das iniciativas governamentais e a deficiência de capacitação dos profissionais para lidar com o problema;
- e) Ausência de instrumentos e mecanismos para viabilizar a intervenção articulada dos órgãos públicos e instituições privadas do município, com abordagem intersetorial, definição de metas e estratégias conjuntas para prevenção e enfrentamento do trabalho infantil, bem como a interação de procedimentos e fluxos de notificações e encaminhamentos;
- f) Cultura que naturaliza e incentiva o trabalho infantil “trabalhar é melhor que roubar”, “trabalho desde criança e olha em quem me transformei”;
- g) Extrema pobreza, pobreza e questões socioeconômicas invisíveis às políticas sociais básicas;
- h) Fragilidade técnica dos CRAS/CREAS/SEAS em razão da ausência ou baixa capacitação;
- i) Ausência de Campanha Permanente sobre essa temática.

Os pontos identificados pelo plano decenal conectam-se com os estudos realizados nesta pesquisa, inclusive quanto à falta de clareza na concepção do trabalho infantil, o que causa invisibilidade no trabalho do adolescente, como apontamos no capítulo 2. Além disso, aponta a não consideração de questões socioeconômicas estruturais do trabalho infantil nas políticas sociais básicas, como também indicado nesta pesquisa.

Entendemos que há necessidade de diagnóstico preciso das crianças e adolescentes em situação de trabalho nas ruas, com a construção de uma metodologia própria de pesquisa censitária, que possa, de fato, abranger as diferentes situações de trabalho nas ruas (malabares, ambulante, propaganda, limpador de veículos, outros), dando visibilidade ao contingente de crianças submetidas a essa condição de trabalho precário, perigoso, que perpetua múltiplas violações de direitos, inclusive baixa escolaridade e discriminação, com recortes de gênero, raça e classe social, a fim de orientar além das políticas de enfrentamento ao trabalho infantil, políticas gerais a esse segmento de população vulnerável que utiliza a rua como espaço de sobrevivência.

Podemos apontar nas estratégias do PETI, a partir o quadro explicativo a seguir, a invisibilidade do trabalho infantil nas ruas nas políticas municipais:

Quadro Explicativo 5. Invisibilidade do Trabalho Infantil nas Ruas no PETI

Eixo	Ações estratégicas
Informação e mobilização	– Ausência de campanhas de conscientização sobre trabalho infantil nas ruas, bem como ausência de informação sobre serviços e atendimento oferecido pelo Município
Identificação e cadastramento	– Ausência de diagnóstico do trabalho infantil nas ruas – Busca ativa por provocação do sistema de justiça ou denúncias esparsas – Ausência de planejamento territorial de busca ativa
Proteção social	– Falta de acesso das crianças e famílias aos programas sociais em razão da subnotificação no CADUNICO – Ausência de políticas sociais (moradia, educação, saúde) direcionadas aos grupos vulneráveis (étnico, classe social e/ou território)
Defesa e responsabilização	– Ausência de estratégia específica para o enfrentamento do trabalho infantil nas ruas junto aos Conselhos Tutelares – Subdimensionamento dos Conselhos Tutelares – Existência de ações judiciais e/ou inquéritos civis por omissão do poder público no enfrentamento do trabalho infantil nas ruas ¹⁶⁴
Monitoramento	– Primeira iniciativa a partir da publicação do Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em dezembro/2016

Fonte: Da autora.

Assim sendo, considerada a situação de trabalho nas ruas que persiste no Município de São Paulo, talvez como uma das formas de trabalho infantil mais

¹⁶⁴ IC 002916.201302.000/0 – MPT/PRT2 (Objeto: trabalho infantil nas ruas); ACP 001304-52.2004.5.02.0005 (Autores: Ministério Público do Trabalho e Ministério Público do Estado de São Paulo; Reus: Infraero e Município de São Paulo. Objeto: trabalho infantil no aeroporto de Congonhas).

incidentes, ao lado de outras invisíveis – trabalho em atividades ilícita, trabalho infantil doméstico –, que atinge crianças e famílias especialmente vulneráveis, há necessidade de se elaborar políticas sociais que levem em consideração suas especificidades, entre as quais podemos destacar: a) baixa renda ou condição de pobreza; b) baixa escolaridade; c) moradia em territórios periféricos ou favelas; d) não recebimento de benefícios de proteção social (apenas 23% está cadastrada no Bolsa Família e as crianças não estão inscritas no PETI; e) população negra em condição de maior vulnerabilidade nas ruas; e) famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

5.5 Educação popular e cultura de direitos

Se é certo que o trabalho infantil nas ruas persiste, sem questionamento das suas causas, atingindo uma população excluída do acesso a bens e direitos, historicamente impedida de acesso a uma inserção qualificada e digna no trabalho, também se observa, a partir do levantamento de dados sobre os programas sociais e conteúdo das falas dos entrevistados, que as políticas de enfrentamento ao trabalho infantil, pautadas em cinco eixos: identificação, mobilização, proteção social, defesa e responsabilização e monitoramento, não incidem numa perspectiva de construção de uma cultura de direitos e cidadania.

Isso porque, como se pode verificar a partir dos eixos estratégicos do PETI, tanto a criança quanto a família não aparecem como protagonistas das ações, portanto, estão inseridas numa lógica assistencialista, que não se modifica apenas pela inserção das crianças na escola e atividades extracurriculares ou pela transferência de renda – insuficiente para abarcar despesas gerais de sobrevivência e manutenção –, importantes, sem dúvida, para uma condição mínima de existência digna, mas que por si só não importam na construção de consciência crítica transformadora de uma realidade de opressão, de forma emancipatória.

Enquanto não se mudam pensamentos ou pessoas, enquanto essas pessoas não vislumbram a materialidade dos direitos sociais que estão previstos na Constituição Federal, as desigualdades e privilégios se perpetuam.

Conforme Paulo Freire “a educação não transforma o mundo, ela muda as pessoas, as pessoas transformam o mundo”. Enquanto essa transformação não acontece, as

coisas como se encontram se mantêm num consenso silencioso entre todos os atores sociais: família, sociedade, Estado; oprimidos e opressores; dominantes e dominados.

Por mais que se busque a efetivação dos direitos por meio do sistema de Justiça, o fato é que se não houver uma transformação da sociedade, decisões judiciais podem não ter efetividade ou incidir na mera responsabilização formal dos exploradores, inclusive do próprio Estado, sem modificação estrutural do sistema de injustiça por todos naturalizado.

Sem essa transformação nas estruturas, o consenso social entre sociedade, instituições e os próprios dominados, faz com que se mantenha o sistema desigual, condenando milhares de crianças e adolescentes ao trabalho precoce, que passam a reproduzir esse sistema, aceitando resignadamente a condição de pobreza e exploração no trabalho, ou, rompendo com o sistema através da transgressão da ordem pela violência, à falta de uma ação transformadora de cidadania.

Martins (2006)¹⁶⁵ desvela essa condição passiva do Estado e da sociedade na perpetuação do trabalho infantil, apontando para a insuficiência das ações propostas pelas políticas públicas e organização sociais. Afirma que o país padece do grave problema de ser infantil em relação à criança. “Um país que faz da criança um adulto precoce, mas que insiste em tratar a criança como se criança fosse, imatura, incapaz, dependente”. É uma dualidade que nos faz refletir sobre a incapacidade de as políticas públicas atuarem de forma efetiva no combate ao trabalho infantil. Também nos remete aqui a concepção de violência estrutural praticada pelo Estado, como visto no capítulo 2.

E vai além, “pode trabalhar, até manter a família, mas não pode interpretar o seu lugar no mundo, as vicissitudes que a vitimam, expressar sua visão de mundo, ser ouvida, fazer dos adultos a crítica social que os adultos fazem das crianças e dos adolescentes”. Nessa crítica, ainda os programas socioassistenciais podem ser assim entendidos, à medida que funcionam como uma alternativa imposta à criança ou o adolescente, como se essa pessoa em desenvolvimento, que já carrega marcas brutais pela noção antecipada de sobrevivência e responsabilidades, não tivesse condições de participar ao menos de um lugar de fala, a orientar a definição de encaminhamentos ou oportunidades a ele/ela oferecidas.

¹⁶⁵ MARTINS, José de Souza. A infância breve na sociedade indiferente. O Estado de S. Paulo. 03.12.2006. Caderno Aliás, p. 14. Disponível em <http://www.trela.com.br/arquivo/A-infncia-breve-na-sociedade-da-indiferena>

E conclui, na análise do Brasil, como um país que se espanta quando descobre o doloroso fato de que “no corpo de uma criança já existe o adulto que não deveria existir”. Essa mesma reflexão é trazida por Betinho, numa frase conhecida “se não vejo na criança uma criança, é porque alguém a violentou antes, e o que vejo é o que sobrou de tudo que lhe foi tirado”.

Souza (2006), ainda, faz uma crítica aos direitos formais e à realidade, ao mencionar um distanciamento entre a proteção legal e o que efetivamente é reservado às crianças e adolescentes, “que convoca o adolescente cedo para o trabalho, mas que proíbe o seu trabalho para transformá-lo em criança da mera ficção da lei e cria, assim, o limbo das crianças e dos jovens, na espera mentirosa pela condição adulta”.

Essa última crítica temos como central para o entendimento de que o enfrentamento do trabalho infantil necessita de uma perspectiva transformadora para a construção de uma cultura de direitos e cidadania. É o dilema que enfrentamos no mundo jurídico quanto ao reconhecimento formal dos direitos sociais, não efetivados a todas as pessoas. Ou seja, é um sistema de direitos que funciona para os que estão socialmente incluídos, num sistema injusto pautado na meritocracia.

É claro que muito se avançou no campo da defesa dos direitos difusos e coletivos, a partir da Constituição Federal de 1988, com a atribuição de defesa dos direitos sociais indisponíveis pelo Ministério Público, instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, que tem por missão constitucional a defesa da ordem jurídica, do regime democráticos e dos mencionados direitos indisponíveis (artigo 127). Para tanto, detém a legitimidade para o ajuizamento de ações civis públicas, objetivando a condenação dos descumpridores das normas jurídicas em obrigações de fazer ou não-fazer, inclusive em relação ao Estado, quanto à não efetivação das políticas públicas¹⁶⁶. Todavia, a defesa judicial dos direitos sociais – imprescindível para a própria defesa do Estado Democrático de Direito – , por si só, não provocará uma mudança nas estruturas sociais, que reproduzem esse sistema de dominação.

¹⁶⁶ O Ministério Público do Trabalho (MPT) atua na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos sociais indisponíveis nas relações de trabalho. Cabe ao MPT promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados direitos sociais constitucionalmente garantidos aos trabalhadores. Compete, ainda, ao MPT propor as ações necessárias à defesa dos direitos e interesses de crianças e adolescentes, indígenas, decorrentes de relações de trabalho, além de recorrer das decisões da Justiça do Trabalho tanto nos processos em que for parte como naqueles em que oficie como fiscal da lei. <http://www.mpt.mp.br>

Portanto, numa perspectiva de transformação social efetiva, apresenta-se ao final dessa pesquisa como estratégia de enfrentamento ao trabalho infantil o desafio de se trabalhar com as crianças e famílias, nas ruas, nas comunidades, nos espaços institucionais, por meio de uma educação libertária, transformadora, para e pelos sujeitos de direitos, para que se reconheçam como tal e a partir da formação de consciência crítica, possam romper um ciclo geracional de pobreza e violação de direitos.

Nesse sentido, as discussões iniciadas na década de 60, no campo da educação popular e, nos anos 80, na educação social de rua, a partir de Paulo Freire, podem ser referências também para o enfrentamento do trabalho infantil nas ruas. O fato de ainda não terem sido rompidos os vínculos familiares pode ser inclusive um facilitador para o trabalho de aproximação e construção da consciência de direitos com aquela criança ou adolescente em situação de trabalho na rua, bem como em relação às suas famílias, tornando mais rápido o processo, normalmente utilizado quando já se romperam os vínculos. Trabalhar com a rua e a criança como centro do processo de consciência e transformação, pode ser um campo de aplicação, tanto em ações institucionais, como nos programas sociais ou escolas públicas, quanto de forma autônoma, pelos movimentos sociais, organizações sociais e iniciativas comunitárias.

Importante destacar que o direito ao desenvolvimento constitui direito humano fundamental. A Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento de 1986, corretamente situa o ser humano como sujeito central do processo de desenvolvimento pessoal e social. E, nesse sentido, a educação popular se pauta no desenvolvimento social, com vistas à igualdade e participação dos atores sociais, numa perspectiva libertadora, em diferentes espaços, de forma a construir noção de direitos e cidadania.

A metodologia da educação popular ou educação social de rua foi utilizada em diversas práticas escolares inspiradas na pedagogia de Paulo Freire, no trabalho realizado pelo Movimento de Meninos e Meninas de Rua, na década de 80 e, agora, a partir de normativa do CONANDA, resta reconhecida como uma prática pedagógica que deve ser utilizada nas políticas de atendimento das crianças em situação de rua. A Resolução nº 183, de 09/03/2017, do CONANDA, reconhece a Educação Social de Rua como uma proposta pedagógica educadora, política e promotora de direitos que objetiva construir e manter vínculo de cuidado com crianças e adolescentes na rua e

seus familiares, utilizando ferramentas pedagógicas, sociais, institucionais e conexões estabelecidas no meio comunitário, que apoie e fortaleça a inclusão social deste público.

A educação social de rua toma por base os ensinamentos teóricos da educação popular, trabalhando uma concepção libertária de educação, não mais voltada a perpetuação da dominação das classes opressoras, sem questionar o custo social da desigualdade. Na educação libertária, problematiza-se a ordem social existente, mobilizando-se para uma mudança do sistema.

Gadotti (2015) afirma que a educação popular constitui paradigma teórico que trata de codificar e decodificar os temas geradores das lutas populares, busca colaborar com os movimentos sociais que expressam essas lutas. Trata de diminuir o impacto da crise social na pobreza e dar voz à indignação e ao desespero moral do pobre, do oprimido, do indígena, do camponês, da mulher, do negro, do analfabeto e do trabalhador industrial.

O autor defende que as possibilidades de futuro da educação popular são enormes e suas intuições originais estão presentes em muitas práticas educativas, entre elas a educação como produção e não meramente como transmissão do conhecimento; a luta por uma educação emancipadora que suspeita do arbitrário cultural, o qual, necessariamente, esconde um momento de dominação; a defesa de uma educação para a liberdade, precondição da vida democrática; a recusa do autoritarismo, da manipulação, da ideologização que surge também ao estabelecer hierarquias rígidas entre o professor que sabe (e por isso ensina) e o aluno que tem que aprender (e por isso estuda); a defesa da educação como um ato de diálogo no descobrimento rigoroso, porém, por sua vez, imaginativo da razão de ser das coisas; a noção de uma ciência aberta às necessidades populares e um planejamento comunitário e participativo. (GADOTTI, 2015).

Acreditamos, pois, que se trata de alternativa radical com vistas a romper os processos de reprodução de ideologias identificados – que destinam aos pobres o trabalho precoce e precário –, perpetuando a desigualdade social, sem questionar as suas causas e a dívida social histórica com a população negra, e construir uma cultura de direitos e cidadania. E tal pode se dar por meio dos movimentos sociais, ou da educação formal, ou ainda da incorporação de metodologias da pedagogia social de rua nos programas institucionais de enfrentamento ao trabalho infantil, como sinaliza o CONANDA, na Resolução nº 183, que reconhece o educador social de rua e a

pedagogia social de rua, baseada nos ensinamentos de Paulo Freire, como alternativa para as políticas de atendimento de crianças em situação de rua. Assim estabelece a Resolução:

O documento reúne subsídios técnicos às políticas públicas para a atenção às crianças e adolescentes em situação de rua, preservando o diálogo com as singularidades decorrentes da diversidade expressa na definição deste público. Esta produção decorre do conhecimento de boas práticas, a fim de que os serviços, programas e projetos com crianças e adolescentes em situação de rua, a partir dos princípios da educação social de rua, traduza-se em conquistas importantes para aprimorar a atenção a este público no nosso País.

Trata-se de inserção da pedagogia da educação social de rua na política nacional de atendimento às crianças em situação de rua, o que pode ser desenvolvido no campo das ações de enfrentamento ao trabalho infantil nas ruas. Para que não se trate de um mero documento formal, necessário se faz que os órgãos integrantes da rede de proteção da criança e do adolescente, movimentos sociais, sistema de Justiça, organizações comunitárias visualizem a perspectiva da educação libertária como uma estratégia ao problema do trabalho infantil, buscando, assim, a transformação da realidade social a partir dos próprios sujeitos, além das políticas necessárias.

É preciso desnaturalizar as condutas passivas, buscando-se formas de denúncia desta realidade social, com efetiva cobrança de priorização da criança e do adolescente nas políticas sociais e realização de projetos que busquem a ação emancipatória dos sujeitos, e não meramente políticas assistenciais – também necessárias – mas complementares e acessórias a uma verdadeira noção de cidadania, consciência crítica e busca pelo reconhecimento de direitos.

Experiências nesse sentido podem ser encontradas no ensino formal, por exemplo, em escolas públicas que trabalham com a pedagogia das escolas democráticas, como a Escola Municipal Amorin Lima, reconhecedora da criança como participante do processo ensino-aprendizagem, com integração da comunidade na escola, com foco na autonomia, coletividade e responsabilidade, lições que transcendem a sala de aula e servem de base para a vida¹⁶⁷. Também ações culturais

¹⁶⁷ http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/08/politica/1465413699_392780.html

nas periferias, como os saraus¹⁶⁸, são formas de trabalhar a consciência crítica coletiva, por meio da literatura e poesia, transformando realidades, senão materialmente – de forma imediata e individual –, coletivamente, no espaço comunitário, a proporcionar em mais longo prazo ações locais, territoriais ou mesmo individuais. Cite-se nesse sentido também o trabalho desenvolvido na FLUP – Feira Internacional Literária das Periferias¹⁶⁹.

O fortalecimento da luta do povo negro através de organizações voltadas à formação educacional, como EDUCAFRO¹⁷⁰ e UNEAFRO¹⁷¹ são também exemplos, no campo da educação popular, para a consciência crítica, autonomia e ação emancipatória, enquanto práxis, conforme defendido por Paulo Freire (2005). Em todas essas perspectivas de educação libertária, a participação do sujeito no processo de construção do saber, o protagonismo da criança e do adolescente é base – outra diretriz pouco ou não considerada nas ações de enfrentamento ao trabalho infantil –, o que tornam as políticas distanciadas, opressoras ou autoritárias, mantendo-se a tradição do assistencialismo e do sistema hierárquico institucional, reproduzindo a ideologia dominante não libertária.

Nesse sentido, José de Souza Martins, em artigo publicado no Estado de São Paulo (2015, Caderno Aliás, p.14) tece uma crítica a iniciativas, instituições e organizações que têm as crianças como pretexto para a sua própria existência, mas, por outro lado, não consideram a própria criança no centro de suas ações. Afirma:

É quase inacreditável o número de iniciativas, instituições e organizações que tem a criança como pretexto de sua própria existência. Certamente há um número grande daquelas que estão genuinamente voltadas para a criança. Mesmo assim deveria ser motivo de grande preocupação que tantas mediações “não naturais” existam entre a criança e seu destino. Como deveria ser objeto de debate e consciência que a criança tenha se transformado no Brasil num ser fictício, de meras considerações analíticas e estatísticas, destituída da corporeidade social de que é parte e lhe dá sentido. É tão ampla a perda de perspectiva que, na maioria dos casos, o noticiário sobre a criança deixa de lado a criança como ela é. A criança

¹⁶⁸ <http://www.desenrolaenaomenrola.com.br/noticia/359/sarau-das-mina-ocupa-calcadiao-cultural-do-grajau.html>;
<https://www.caindonobrasil.com.br/blog/2016/11/17/a-educacao-possvel-palavra-de-professor>
<http://www.uai.com.br/app/noticia/artes-e-livros/2016/07/22/noticias-artes-e-livros,182352/com-15-anos-de-atividade-em-sp-cooperifa-promove-saraus-e-espalha-seu.shtml>

¹⁶⁹ FLUP

¹⁷⁰ <http://www.educafro.org.br/site/>

¹⁷¹ <http://uneafrobrasil.org/>

e o adolescente ganharam visibilidade como o que não são. Curiosamente, como seres perigosos, como ameaça à sociedade, como futuros bandidos, como carentes da tutela preventiva que protegerá a anômala sociedade de adultos muito mais do que a rica normalidade da infância e da criança. Os adultos, e as instituições que criaram, se defendem antecipadamente dos perigos presumíveis que a criança representa.

Também Del Priore (2012, p. 234) lança questionamento sobre essa distorção entre infância real e infância fictícia:

Para começar, a história sobre a criança feita no Brasil, assim como no resto do mundo vem mostrando que existe uma enorme distância entre o mundo infantil descrito pelas organizações internacionais, por organizações não governamentais ou autoridades, e aquele no qual a criança encontra-se quotidianamente imersa. O mundo do que a “criança deveria ser” ou “ter” é diferente daquele onde ela vive, ou no mais das vezes sobrevive. O primeiro é feito de expressões como “a criança precisa”, “ela deve”, “seria oportuno que”, “vamos nos engajar em que” *etc.* até o irônico “vamos torcer para”. No segundo, as crianças são enfaticamente orientadas para o trabalho, o ensino, o adestramento físico e moral, sobrando-lhes pouco tempo para a imagem que normalmente se lhe está associada: aquela do riso e da brincadeira.

Daí a importância em se resgatar a história da infância, compreender o processo de dominação que levou milhares de crianças a serem exploradas no trabalho, nas fábricas e nas ruas, bem como a importância dos movimentos sociais e da classe da trabalhadora para o reconhecimento dos direitos das crianças e adolescentes. O consenso social em relação a situação de violação de direitos que persiste nos dias atuais, inclusive em relação aos movimentos sociais, contribuiu para invisibilidade da condição de não cidadania de crianças e adolescentes que vendem sua força de trabalho, destroem seu potencial artístico no trabalho precário, nos faróis ou em outras formas de trabalho. É preciso compreender a luta contra o trabalho infantil como uma luta por trabalho decente, por igualdade de gênero, contra a discriminação racial.

Enquanto tais questões não forem problematizadas, o combate ao trabalho infantil estará inserido numa condição inerente a um modelo de infância desassociado da realidade, sem enfrentar suas verdadeiras causas, o que poderá trazer uma situação de inversão no sistema de proteção, de modo a representar – como representa – aos seus destinatários um sistema opressor ou repressor. Diante disso, mostra-se fundamental repensar o discurso social sobre trabalho infantil, a partir de

sua história, suas causas estruturais e os desafios para uma verdadeira transformação na consciência crítica da sociedade, das crianças e suas famílias.

Em outras palavras, para avançarmos no enfrentamento do trabalho infantil, em prol de uma sociedade democrática, justa e igualitária, onde todas as crianças possam ser crianças, entendemos imprescindível que a questão da criança, e mais especificamente do trabalho infantil, para além dos programas sociais, ações institucionais, ações de defesa e responsabilidade pelo sistema de Justiça e órgãos integrantes da rede de proteção, seja também prioridade nas pautas dos movimentos sociais por direitos – moradia, trabalho decente, igualdade de gênero, não discriminação –, apontando-se como caminho para a transformação social, a educação popular, a ser perseguida como objetivo de capacitar e formar cidadãos com consciência crítica e capacidade reivindicatória, por esses movimentos, bem como nos diferentes espaços comunitários, institucionais, como na escola e nos programas sociais, notadamente nas ações para o enfrentamento do trabalho infantil nas ruas.

CONCLUSÕES

O trabalho nas ruas está ligado historicamente à pobreza e segregação social. Desde o período pós-abolição, afetou a população negra, adulta e infantil, submetida a atividades precárias com vistas à própria sobrevivência. Daí decorre uma desigualdade social histórica no acesso ao trabalho formal dos adultos e, de outro lado, criminalização da população infantil, negra, nas ruas, que realizava atividades de sobrevivência, submetida ao trabalho em atividades informais como engraxe de sapatos, entrega de jornais e outras que não eram vistas como trabalho.

Assim, ficaram à mercê de uma legislação protetiva laboral, tendo sido tratada a situação dos então menores de rua na esfera penal. O Código Mello Mattos (1927) e o Código de Menores (1979), embora inserindo políticas de assistência ao menor, tiveram caráter higienista e repressor, reforçando preconceitos, legitimando a criminalização da pobreza e o não reconhecimento de direitos sociais às crianças nas ruas, também trabalhadoras infantis, tratadas como menores abandonados ou delinquentes. As atividades de rua sempre foram vistas como práticas de sobrevivência não consideradas como trabalho, geralmente ofuscadas por supostas práticas ilícitas ou por uma visão de abandono, e, ainda hoje, encontram esta visão por parte da sociedade.

De um lado, o trabalho infantil afetou os filhos da classe trabalhadora imigrante, em São Paulo; de outro lado, os filhos dos escravos libertos, que ficaram perambulando nas ruas, sofrendo o estigma do preconceito e abandono. Sedimentou-se uma legislação trabalhista, proibindo o trabalho nas fábricas, e uma legislação punitiva aos então 'menores' nas ruas. Tanto a legislação trabalhista, quanto a legislação do menor sedimentaram a ideologia do trabalho, valorizando o trabalho para crianças pobres, como forma de aprendizado e alternativa à criminalidade.

Mesmo com o estabelecimento de uma idade mínima para o trabalho, na legislação, a CLT (1943) previu a possibilidade de autorização judicial para o trabalho de crianças, em caso de necessidade econômica da família, como também autorização para trabalho nas ruas. Além disso, a legislação menorista desenvolvia a ideia da regeneração do caráter ou correção de condutas antissociais pelo trabalho. As duas legislações, portanto, reforçaram uma ideologia do trabalho, como valor de

aprendizado e honestidade, de forma indiscriminada, ou seja, sem considerar a condição peculiar de desenvolvimento da criança e do adolescente, legitimando a violação de direitos e não cidadania das crianças pobres. Tal ideologia do trabalho produz ocultamento das causas da desigualdade social, fazendo com que o excluído não visualize a dominação econômica e a condição de classe em que está inserido.

O sistema capitalista, assim, perpetua e mantém o trabalho infantil, sustentado em desigualdades sociais e raciais historicamente sedimentadas na sociedade brasileira. Nesse sentido, as lutas sociais, que culminaram com a elaboração da legislação trabalhista e protetiva da infância são destacadas, também em dois campos próprios de violação de direitos, que estão interligados: o trabalho infantil no período industrial; e a violência contra os meninos de rua, no período de redemocratização no Brasil. Em 1917, o movimento anarquista e sindical denunciou as práticas monstruosas de exploração de crianças nas fábricas, em São Paulo, o que veio mais tarde a desencadear a previsão normativa de idade mínima para o trabalho na indústria. A seu turno, durante a Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua contestou a legislação do menor e denunciou as graves violações de direitos praticadas contra crianças de rua e pelas instituições de internação, especialmente a FEBEM, culminando com o reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente no artigo 227 da Carta Política de 1988.

Resgatar a história desses movimentos sociais, no momento atual, em que enfrentamos tentativas de retirada de direitos sociais duramente conquistados pela classe trabalhadora, é mais do que essencial, para a compreensão dos processos históricos e da força da organização dos trabalhadores e da sociedade no reconhecimento e afirmação de direitos sociais e humanos.

A Constituição Federal de 1988, fruto das lutas pela redemocratização, pelo reconhecimento dos direitos e liberdades individuais e pelo reconhecimento dos direitos sociais, institui um novo paradigma de proteção à infância. Incorpora o princípio normativo da proteção integral da criança e do adolescente, tornando página virada a legislação do menor, a partir de uma nova concepção das crianças como pessoas em peculiar condição de desenvolvimento, sujeitos de direitos, destinatárias de todos os direitos fundamentais previstos no artigo 227, educação, saúde, lazer, cultura, convivência familiar, convivência social, profissionalização. Assegurar a realização desses direitos é dever de todos: Estado, família e sociedade.

Ainda, alberga o direito fundamental ao não trabalho antes da idade mínima no artigo 7º, XXXIII, que estabelece a proibição de qualquer trabalho a crianças ou adolescentes com menos de 16 anos, salvo na condição de aprendizes. E a proibição de trabalho noturno, insalubre ou perigoso para pessoas com menos de 18 anos (piores formas de trabalho infantil). Trata-se de legislação avançada no reconhecimento dos direitos da infância. E como desdobramento de todo o processo desencadeado para o reconhecimento dos direitos das crianças e adolescentes, no ano 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente consolida a legislação protetiva, com a regulamentação e desdobramentos do princípio da proteção integral da criança e do adolescente, rompendo com o paradigma legislativo anterior. Trata-se de legislação que não admite o trabalho infantil, considerado como tal todo aquele abaixo da idade mínima e reconhece um sistema de garantias de direitos às crianças e adolescentes, pautados em princípios normativos que orientam todas as ações e a ordem jurídica, destacando-se o princípio da proteção integral, da prioridade absoluta, do melhor interesse da criança e do adolescente e da municipalização do atendimento.

Passados quase trinta anos da promulgação da Constituição Federal, a concepção do trabalho infantil ainda não é bem compreendida pela sociedade, tendo em vista as distinções entre criança e adolescente previstas na legislação nacional e internacional sobre o tema. A legislação brasileira estabelece três limites de idade que devem ser observadas para o trabalho: 14 e 15 anos – admite-se apenas aprendizagem profissional; 16 anos – é proibido trabalho perigoso, insalubre, noturno ou prejudicial à moralidade e 18 anos – pode ser realizado qualquer trabalho. As atividades proibidas para pessoas com menos de 18 anos são consideradas piores formas de trabalho infantil, conforme Convenção 182 da OIT e Decreto 6.481/2008, como é o caso do trabalho infantil nas ruas. Nesse sentido, a concepção legal de trabalho infantil considera como tal o trabalho que abrange tanto crianças quanto adolescentes que estão abaixo da idade mínima para o trabalho prevista na legislação.

De outro lado, considerando as idades para transição entre educação e trabalho, tendo em vista a escolaridade obrigatória prevista pela LDB, dos 4 aos 17 anos, bem como o disposto na Convenção 138 da OIT acerca do critério escolaridade para fixação da idade mínima para o trabalho, entendemos que esta deve ser elevada para 18 anos, a fim de compatibilizar a norma constitucional com os tratados

internacionais ratificados pelo Brasil e a maior efetividade do princípio da proteção integral previsto no artigo 227, admitindo-se como exceção apenas a aprendizagem profissional e o trabalho artístico. Outrossim, independentemente destas reflexões trazidas sobre idade mínima, o trabalho infantil nas ruas é reconhecido expressamente na legislação como piores formas, conforme Decreto 6.481/2008, proibido, portanto, para crianças ou adolescentes com menos de 18 anos.

Não obstante, uma outra concepção sobre o trabalho infantil, trazida neste estudo, é sua caracterização como forma de violência, que atua em três dimensões: a) real, diante dos danos físicos e psíquicos produzidos; b) estrutural, decorrente de um sistema que discrimina as crianças pobres, à medida em que não assegura a estas os direitos fundamentais constitucionalmente previstos; c) simbólica, diante da naturalização da própria violência que é o trabalho antes da idade mínima como alternativa possível e melhor que a situação em que se encontram, o que é imposta pelo núcleo familiar, pessoas cuidadoras ou do meio social. Entendemos que a discussão sobre violência constitui passo importante para o avanço na proteção da criança e do adolescente tanto em termos legislativos, quanto no reconhecimento da situação de violação de direitos, pelas próprias vítimas.

No cenário atual, o trabalho infantil atinge 2,7 milhões de crianças e adolescentes, entre 5 e 17 anos, no Brasil, conforme dados da PNAD (2015). Em linha gerais, 84% do trabalho infantil ocorre na faixa etária dos 14 aos 17 anos; a maior parte das crianças e adolescentes é do sexo masculino (66%), frequentam a escola (79%); predomina o trabalho nas atividades urbanas (68%). Além disso, 38,5% da população infantil trabalhadora (5 a 17 anos) está em condição de pobreza absoluta ou extrema. A maior parte, 72,7%, é oriunda de famílias em situação de pobreza ou baixa renda. Verifica-se, assim, que a questão econômica constitui causa estrutural do trabalho infantil.

Contudo, nesse perfil geral não é possível visualizar as crianças e adolescentes trabalhadoras nas ruas. Em relação aos malabares, podemos afirmar concretamente que não estão considerados nos dados, a partir de análise detida da descrição dos grupamentos de atividades considerados na PNAD, assim como em razão da metodologia de pesquisa por amostra de domicílio, que não necessariamente capta essa informação, inclusive porque muitas famílias desconhecem o trabalho dos filhos nas ruas. A partir da análise documental, concluiu-se que o trabalho infantil nas ruas

aparece diluído nos levantamentos do censo de crianças e adolescentes em situação de rua.

Constatou-se que apenas um levantamento nacional foi realizado no ano 2011, com entrevistas na rua, por amostragem. Ainda não existe uma política nacional de atendimento às Crianças em Situação de Rua, tendo sido publicadas recentemente a Resolução CNAS/CONANDA nº 01/2016 e a Resolução 183/2017 do CONANDA, que tratam do tema, contudo, sem considerar de forma específica o trabalho infantil nas ruas. Verifica-se assim a invisibilidade do trabalho infantil nas ruas tanto nos dados gerais da PNAD, o que vai incidir na política geral de enfrentamento do trabalho infantil, quanto também nas políticas para crianças em situação de rua. A pesquisa censitária nacional aponta que mais de 65% das crianças e adolescentes em situação de rua exercem atividade remunerada. Tal dado denota que a situação de rua está estritamente ligada ao trabalho nas ruas, ainda que nem todas as formas de obtenção de remuneração apontadas se caracterizem como trabalho em sentido próprio, a exemplo de esmolas ou atividades ilícitas. Ainda, a maioria, 71,6% é negra; e 52% dorme nas suas residências.

No Município de São Paulo, o censo sobre crianças e adolescentes em situação de rua, realizado nos anos 2006-2007, também revelou que a maioria dos entrevistados trabalham ou realizam alguma atividade de sobrevivência. O malabarismo aparece entre as atividades realizadas com certa frequência. Assim como no censo nacional, 70,4% são meninos e 78,7% são negros. Também residem, em grande parte, com suas famílias. Fica claro que o trabalho infantil nas ruas aparece diluído nas pesquisas sobre crianças em situação de rua e não nos dados sobre o trabalho infantil. A invisibilidade desta categoria de trabalhadores infantis, ou seja, sua classificação como situação de rua, dificulta a implementação de políticas públicas voltadas às suas especificidades através do Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

O PETI, que é a principal estratégia para o enfrentamento do trabalho infantil, no Município, abrange cinco eixos: (i) identificação e cadastramento, (ii) mobilização social, (iii) proteção social, (iv) defesa e responsabilização e (v) monitoramento. É possível constatar através dos dados constantes do Cadastro Único - CADUNICO, que o número de crianças e adolescentes inscritas no PETI é inexpressivo em relação aos dados gerais de trabalho infantil (não representam 1% do total do trabalho infantil mensurado segundo o Censo do IBGE, 2010). Daí se concluir que os meninos e

meninas que trabalham nas ruas não estão inseridos no Programa e, em decorrência, não acessam os serviços socioassistenciais oferecidos pelo Município.

Na pesquisa de campo realizada - com adolescentes malabares e profissionais da rede socioassistencial -, foi possível identificar que a resistência encontrada nas famílias para a inserção no PETI não decorre do propalado sentimento de valorização do trabalho como aprendizado. É contundente nas entrevistas com os adolescentes que o trabalho nas ruas produz uma série de estigmas e discriminação, descrito como humilhante por eles. Tal sentimento também permeia o universo da família, ao se sentir estigmatizada na inserção do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, especialmente pela compreensão de que estão praticando uma ilegalidade. As famílias não são capazes de perceber benefícios decorrentes de uma mudança nas práticas formativas através da educação e cultura oferecidos pelo Programa, bem como não visualizam um ganho econômico imediato, tendo em vista o valor reduzido da bolsa PETI.

Além disso, as diferentes etapas que envolvem o fluxo de atendimento contribuem para a desistência das famílias na inserção no Programa. Também as realidades sociais adversas, que apontam para a total falta de estrutura material familiar nas condições de moradia, sanitárias, alimentação, são mencionadas pelos entrevistados, o que revela que o PETI não pode estar desassociado das demais políticas públicas nos diferentes setores, que assegurem direitos sociais mínimos no campo da moradia, saúde, educação, profissionalização, além da assistência social. Tudo isso faz com que o trabalho infantil nas ruas, ainda que identificado pelo Serviço de Abordagem Social de Rua, na ponta do atendimento, não seja inserido nas políticas do Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Para que essas questões sejam consideradas no enfrentamento ao trabalho infantil nas ruas, é fundamental que o princípio da proteção integral da criança e do adolescente seja observado no âmbito das políticas municipais, o que importa dizer também no orçamento municipal, como decorrência do que estabelece o artigo 227 da Constituição Federal, observando na elaboração da política de enfrentamento ao trabalho infantil, as diferentes vulnerabilidades existentes entre crianças em situação de trabalho, como inclusive recomenda o Relatório Mundial sobre Trabalho Infantil, produzido pela OIT, no ano 2013. Assegurar a inserção das crianças em situação de trabalho infantil e dos grupos mais vulneráveis nas políticas sociais é ação

emergencial e basilar no campo das políticas municipais de enfrentamento ao trabalho infantil.

Além da invisibilidade nos dados do trabalho infantil e nas políticas públicas, a invisibilidade social, reforçada na fala dos meninos, diante da indiferença da sociedade, é reveladora do quanto a ideologia do trabalho que permeia a formação da sociedade brasileira, com uma divisão dicotômica entre incluídos e excluídos, persiste nas violações de direitos praticadas contra crianças e adolescentes como o trabalho infantil nas ruas. Nesse caso, não diretamente incentivado, pois visto como trabalho marginal ou não trabalho, mas naturalizado em relação às crianças negras e pobres, o que faz com que as causas estruturais da desigualdade social – que perpetua o trabalho infantil nas ruas –, não sejam questionadas pela sociedade, tampouco pelos próprios atingidos.

Nesse sentido, a construção de uma cultura de direitos, ao lado da ampliação, aperfeiçoamento ou reformulação dos programas sociais existentes, intensificação das ações de defesa e responsabilização, pode ser um caminho para a transformação desta realidade social, trazendo a luta contra o trabalho infantil como uma luta pelo direito ao trabalho decente, contra o racismo, por igualdade de gênero, moradia digna, combate à pobreza e a desigualdade social. A legislação brasileira, embora avançada na proteção dos direitos da criança e do adolescente, ao estabelecer os princípios da proteção integral, da prioridade absoluta, do melhor interesse, a fixação de idade mínima para o trabalho, ainda não alcança efetividade em relação aos grupos mais vulneráveis de crianças, como o das crianças e adolescentes que trabalham, notadamente as que trabalham nas ruas, e, que em sua maioria são crianças pobres e negras. A par da construção de estratégias emancipatórias às crianças e suas famílias, no reconhecimento de direitos, o envolvimento efetivo de toda a sociedade, que deve ter a proteção integral das crianças e adolescentes como prioridade, faz-se necessário, inclusive com o envolvimento da atividade empresarial, enquanto integrante da sociedade e pautada numa ordem econômica, fundada na valorização do trabalho e na livre iniciativa, com o objetivo de assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social (artigo 170, CF).

Embora a ordem constitucional econômica se pautar nos princípios de dignidade e justiça social, o sistema capitalista, como visto, continua incidindo na divisão social do trabalho e na perpetuação de uma classe social totalmente excluída, que não tem acesso a direitos, o que se desvela como um desdobramento das condições históricas

de exploração de crianças, nas fábricas, no século XX e criminalização das crianças, nas ruas, no período pós-abolição. Essa é a raiz do trabalho infantil que se perpetua no Brasil nos dias de hoje, parcela dos filhos da classe trabalhadora que se concentra nas atividades informais, incluídos parcialmente no sistema produtivo. E, massivamente, filhos da população absolutamente excluída, pretos e pardos, nas ruas, realizando atividades tidas como marginais, sequer vistas como trabalho. Um sistema perverso de opressão e dominação, que tem levado à morte centenas ou milhares de pequenos trabalhadores infantis, sem reação da sociedade, que na maioria das vezes os vê como um perigo social.

O trabalho infantil nas ruas oculta desigualdades historicamente construídas em relação à população negra, o que reflete diretamente na invisibilidade da situação de violação de direitos, e, em decorrência, ao racismo e à criminalização da pobreza. A condição geral de acesso ao emprego e educação formal da população negra continua acumulando uma dívida social geracional, que produz e reproduz, dentre outras violências, o trabalho infantil nas ruas. Além disso, uma questão de gênero presente tanto em relação aos meninos negros no trabalho nas ruas e, as meninas negras no trabalho doméstico, deve ser considerada, assim como políticas direcionadas às mulheres no trabalho, a partir de um retrato identificado de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, com histórico de trabalho infantil.

A invisibilidade destas análises no discurso social ou jurídico, bem como nas políticas sociais de enfrentamento ao trabalho infantil propicia a construção de um consenso social que justifica a existência do trabalho infantil num “mito cultural” que faz com que se afirme que as famílias incentivam os filhos a trabalhar porque acreditam ser este benéfico. Contudo, nesse discurso se desconsidera que a realidade social destas famílias não lhes permite construir uma cultura de cidadania e exercício de direitos, quando minimamente não lhes são assegurados direitos básicos como alimentação e moradia. A suposta igualdade de direitos, assim, constrói um consenso social de que o problema do trabalho infantil é cultural e as campanhas de conscientização ou programas voltados à família, em sua maioria, não propõe uma discussão no campo da luta social pela efetiva realização dos direitos sociais reconhecidos na Constituição Federal, tampouco os movimentos sociais têm se ocupado da questão da infância.

No contexto desse discurso, parte da sociedade se vê engajada no enfrentamento do trabalho infantil, ao apoiar a causa, ainda que na prática nada ou

pouco realize em relação aos meninos que diariamente perpassam pelas janelas dos carros; outra parte se sente confortada ao ajudar financeiramente, acreditando se tratar de um ato de humanidade ou solidariedade social. Além daqueles que simplesmente não veem os meninos que circulam nos diferentes espaços da cidade. E, há ainda aqueles que defendem abertamente o trabalho infantil, reproduzindo os mitos fundados na ideologia do trabalho.

A naturalização das desigualdades sociais, com neutralidade de suas causas, perpetua os sistemas de privilégios e negação de direitos, tendo em vista que não possibilita ao privilegiado construir uma reflexão crítica em relação ao seu papel e a injustiça daquela situação. Além disso, reproduz um sistema pautado na meritocracia, que acredita que a transformação das realidades desiguais naturalizadas depende do esforço individual de cada indivíduo, atribuindo, pois, ao dominado, a culpa pelo “fracasso”, que pode ser vista aqui como a crença na reprodução do mito de que o trabalho - das crianças pobres - é bom, sem considerar a condição adversa em que estas pessoas estão inseridas, de forma a impossibilitar uma construção crítica acerca do trabalho indecente e indigno (inclusive em relação aos próprios adultos no trabalho precário ou escravo, por exemplo).

O trabalho infantil é um reflexo das desigualdades produzidas pelo sistema capitalista que, na atualidade, deixa milhares de pessoas à mercê de inclusão num sistema de emprego formal, aumentando a massa de adultos desempregados ou em subempregos e, em decorrência, crianças trabalhando pela sobrevivência ou complementação de renda. É também decorrente de uma desigualdade racial histórica e envolve em diferentes contornos questões de gênero, tanto em relação à população infantil negra nas ruas e no trabalho doméstico quanto em relação às mães que chefiam as famílias. Portanto, essas questões estruturais do trabalho infantil devem ser consideradas na elaboração e realização de políticas públicas para o seu enfrentamento, bem como refletidas pelos movimentos sociais, a fim de que a proteção das crianças e adolescentes esteja inserida nas pautas de mobilização e luta por direitos sociais, não apenas ligados à infância, mas nas lutas por trabalho decente, moradia, contra o racismo, por igualdade de gênero para sedimentar uma cultura de direitos e cidadania, passando também pelo reconhecimento da condição de sujeitos de direitos pelas próprias crianças e adolescentes.

Nesse sentido, a educação popular pode ser um caminho a ser perseguido, no campo do enfrentamento do trabalho infantil, institucionalmente, a partir das escolas,

ações e programas sociais, ou autonomamente, a partir dos movimentos sociais, ações comunitárias, religiosas ou outras formas de intervenção social. É necessário que as classes oprimidas tenham consciência dos seus direitos e possam transformar essa realidade opressora, de forma a continuar um processo de construção coletiva evolutiva da própria história, que, se avançou de um patamar de trabalho escravo para o reconhecimento de direitos fundamentais, a partir das lutas históricas dos trabalhadores e dos movimentos sociais, não pode permitir nem tolerar a retirada da infância das crianças, tampouco retroceder em direitos mínimos civilizatórios.

Pode parecer utópico, mas o que seria do mundo se as utopias não tivessem alimentado lutas e transformações sociais? Gadotti (2009) nos ensina que devemos continuar educando para outros mundos possíveis, que é educar para a emergência do que ainda não é, o ainda-não, a utopia. Saramago, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no ano 2005, chamando a atenção para a realidade, contudo, afirmou ser a utopia a necessidade de fazer alguma transformação já. Entre utopias e realidades, Eduardo Galeano, nas manifestações da juventude, ocorridas em 2011 na Espanha, aponta a existência de um outro mundo “na barriga deste”, esperando para nascer, um mundo diferente e de parto difícil, que não nasce facilmente, mas com certeza pulsa no mundo em que estamos. Disse que “Há outro mundo que ‘pode ser’ pulsando no mundo que ‘é’”. Esse outro mundo que precisa nascer, acrescentamos, a partir da educação e consciência de direitos, por todos e para todos.

Nessa perspectiva, trazendo a metáfora do escritor uruguaio, acreditamos que esse trabalho de parto passa por desconstruções ideológicas, que permitam transformações radicais nas estruturas sociais desiguais, a fim de que os direitos fundamentais formalmente reconhecidos sejam efetivados a todas as crianças e adolescentes. Precisamos trabalhar, senão em dimensões globais, ao menos nos espaços institucionais e sociais em que atuamos, para que esse mundo possa nascer. Fazer uma reflexão crítica em relação ao discurso e políticas sociais de enfrentamento ao trabalho infantil – e ao trabalho infantil nas ruas – pode ser um bom começo, ainda que tardio, não menos necessário, imprescindível para o parto.

DOCUMENTOS

I – DOCUMENTOS GERAIS

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório do especialista independente para o estudo das Nações Unidas sobre a violência contra crianças**. 2006.

COMITÊ NACIONAL DE ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA - **Subsídios para a elaboração de uma política nacional de atenção à criança e ao adolescente em situação de rua**. 2014.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Relatório global no quadro do seguimento da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho. “Acelerar a acção contra o trabalho infantil”**. 99ª sessão de 2010.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Manual de atuação do ministério público na prevenção e erradicação do trabalho infantil**. 2013.

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. **Violência letal contra as crianças e adolescentes no Brasil**. 2015.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. **O trabalho infantil nos principais grupamentos de atividade econômica no Brasil**. 2016.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. **Situação mundial da infância – Crianças em um mundo urbano**. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do Censo Demográfico**. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Síntese de Indicadores. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Notas metodológicas. Pesquisa Básica. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA. Comunicado da Presidência nº 36. PNAD 2008. **Primeiras análises: Juventude, Desigualdade Racial**. 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Classificação Brasileira de Ocupações**. 2000.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Aspectos qualitativos do trabalho infantil no Brasil**. 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Diagnostico intersectorial municipal – SP. desenvolvimento das ações estratégicas do PETI**. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Medir o progresso na luta contra o trabalho infantil. Estimativas e tendências mundiais – 2000 a 2012**. 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **O Brasil e o trabalho infantil no início do século 21**. 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Relatório Mundial sobre Trabalho Infantil**. Vulnerabilidade econômica, proteção social e luta contra o trabalho infantil. 2013.

ORGANIZACION INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **Informe Mundial sobre el Trabajo Infantil**. Allancar el caminho hacia el trabajo decente para los jovenes. 2015.

SÃO PAULO. **Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Trabalhador**. Prefeitura Municipal de São Paulo. Assistência e Desenvolvimento Social, 2016.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA REPÚBLICA. **Primeira pesquisa censitária nacional sobre crianças e adolescentes em situação de rua**. Meta Instituto de Pesquisa, 2011.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Censo e contagem de crianças e adolescentes na cidade de São Paulo**. FIPEE, 2006-2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Censo da população em situação de rua de São Paulo**. FIPEE, 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Plano decenal de assistência social da cidade de São Paulo**. 2016.

UNICAMP – GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA DAS ARTES CIRCENSES. **Panorama do malabarismo no Brasil**. 2011.

II – LEGISLAÇÃO

BRASIL, **Decreto nº 1.331-A**, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1854.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988.

BRASIL, **Decreto Legislativo nº 9**, DE 1935.

BRASIL, **Decreto nº 16.300**, 31.12.1923.

BRASIL, **Decreto nº 3.597**, de 12 de setembro de 2000 (Convenção 182 da OIT).

BRASIL, **Decreto nº 4134**, de 15 de fevereiro de 2002 (Convenção 138 da OIT).

BRASIL, **Decreto nº 1.313**, DE 17 DE JANEIRO DE 1891.

BRASIL, **Decreto nº 17.943-A**, DE 12 DE OUTUBRO DE 1927.

BRASIL, **Decreto nº 22.042**, de 3 de Novembro de 1932.

BRASIL, **Decreto-lei nº 5.452**, de 1º de maio de 1943 (CLT).

BRASIL, **Lei 6.697**, de 10 de outubro de 1969.

BRASIL, **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)**.

BRASIL, **Lei nº 2.040**, DE 28 DE SETEMBRO DE 1871.

BRASIL. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador. Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador / Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. – 2. ed. – Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011.**

JORNAIS

FRAGA, Geraldo et. al. **Infância Castigada, Direitos Negados**. Especial: Infância sem Cor. Matéria jornalística digital. <http://especiais.leiaja.com/infanciasemcor/infanciacaastigada/> Acesso em 22.06.2017

MANIR, Mônica. '**Nóis é prateado**'. O Estado de São Paulo, 19 julho 2015. Caderno Aliás, E6.

MARTINS, José de Souza. **A infância breve na sociedade indiferente**. O Estado de São Paulo, 3 dezembro 2006. Caderno Aliás, p. 14.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. A experiência precoce da punição. In: MARTINS, José de Souza. **O Massacre dos inocentes. A criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1991. p. 181-208.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**. 5ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

ARAÚJO NETO, Fernando Peixoto de. **Estudo do combate à discriminação racial, como modo de afirmação dos Direitos Fundamentais no âmbito laboral**. São Paulo, 2011. Disponível em www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/.../Fernando_Peixoto_de_Araujo_Neto_ME.pdf

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Roberto Raposo (Trad.), posfácio de Celso Lafer. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004;

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978;

ATAÍDE, Marlene Almeida de. Meninos Públicos na via pública: o malabarismo como espetáculo ou a reprodução da pobreza. Ponta Grossa: Emancipação, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. **A dominação masculina**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomas. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

CAMPOS, Maria Machado Malta. Infância abandonada – o piedoso disfarce do trabalho precoce. In: MARTINS, José de Souza. **O Massacre dos inocentes. A criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1991. p. 177-154.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “Jesuítas e as Crianças no Brasil Quinhentista”. In: In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. P. 55-83.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 1982.

_____. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. **Contra a violência**. <http://csbh.fpabramo.org.br/contraviolencia-por-marilena-chaui>. Acesso em 18.03.2017

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999. 260 p.

DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira. MARTINS, Maria de Fátima Almeida. MARTINS, Sérgio. (org). **Infâncias na Metrópole**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

DEL PRIORE, M. A criança negra no Brasil. In: JACÓ-VILELA, AM. And SATO, L, orgs. **Diálogos em Psicologia Social (on line)** . Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. ISBN: 978-85-7982-060-1. p. 245. <<http://books.cielo.org>

_____. (org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, 444 p.

DENZI, Norman. K; LINCOLN, Yvonna. S.; e Colaboradores. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2 ed., Porto Alegre: Artmed, 2006.

DI GIOVANNI, Geraldo. **Aspectos qualitativos do trabalho infantil**. Brasília: OIT, 2004.

EISENSTEIN E. **Adolescência: definições, conceitos e critérios** . Adolesc Saúde. 2005;2(2):6-7

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

FARIA, Ana Lúcia Goulart. FINCO, Daniela Finco (org.). **Sociologia da Infância no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2011 (Coleção Polêmicas do nosso tempo).

FERNANDES, Floresta. **A integração do negro na sociedade de classes**. Volume II. No limiar de uma nova era. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

FLINKLER et. al. Crianças em situação de rua: a desproteção como forma de violência. In: **Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e pratica**. Luiza F Habigzang et. al. Porto Alegre: Artmed, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 40ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 934p.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da infância no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e a Educação Popular**. Revista Trimestral de Debate da Fase. Proposta n. 113, 2015.<<http://formacaocontinuada.net.br/wp-content/uploads/2015/06/paulo-freire-por-moacir-gadotti.pdf>

_____. **EDUCAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA** Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. 2009. <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. (1926). 1aed. 13. reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, Anthony. Cultura e sociedade. In: **Sociologia geral**. Cap. 2, p. 38-44 / 68-7

GIDDENS, ANTHONY. Sociologia – 4ª Edição. In: **Cultura e Sociedade**. Tradução Sandra Regina, Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 39-56.

GOÉS, José Roberto de; Florentino, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 177-191

GOMES JUNIOR, Valmir Pereira. **Histórico acerca do direito da criança e do adolescente no direito brasileiro**. <<http://www.webartigos.com/artigos/historico-acerca-do-direito-da-crianca-e-do-adolescente-no-direito-brasileiro/87085/>>. Acesso em 23.03.2017.

GRILLO, André; MACIEL, Fabrício. O Trabalho que (in) dignifica o Homem. In SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2016, p. 290.

HERKENHOFF, João Batista. **Movimentos Sociais e o Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

_____. **Curso de Direitos Humanos**. Volume 1. Gênese dos Direitos Humanos. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1994.

HERZER, Anderson. **A queda para o alto**. São Paulo: Editora Vozes, 1985.

KABENGLE, Munanga. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03. <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000. 144p.

_____. **Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Editora brasiliense. 1987.

LIBERATI, Wilson Donizete. DIAS, Fábio Muller Dutra. **Trabalho Infantil**. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. **A cultura mundo: resposta a uma sociedade desorientada**/Gilles Lipovetsky e Jean Serroy; tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LOFEGO, Silvio Luiz. **A transterritorialidade de São Paulo: a metrópole inventada**. São Paulo: Intermeios, 2012.

LOPREATO, Christina Roquette. **O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Annablume, 2000

LOWY, Michael. Ideologias e Ciência Social. **Elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 2015.

MACIEL, Fabrício. GRILLO, André. O Trabalho que (In) Dignifica o Homem. In. SOUZA, Jessé. **A ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MANSANERA, Adriano Rodrigues. SILVA, Lucia Cecilia da. **A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da Psicologia Social no Brasil**. 2000. <http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n1/v5n1a08.pdf>. <Acesso em 23.06.2017.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In **História Social da Infância**. (org) FREITAS, Marcos de Cezar. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARQUES, Rafael Dias. **Trabalho Infantil e Direitos Humanos: um novo e necessário olhar**. Disponível em <http://gnmp.com.br/publicacao/75/> Acesso em 23.06.2017

MARQUES, Walter Ernesto Ude. **Infâncias (pre) ocupadas: trabalho infantil, família e identidade**. Brasília: Plano Editora, 2001. 279 p.

MARTINS, José de Souza. **O Massacre dos inocentes. A criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1991.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, Sérgio. MARTINS, Maria de Fatima Almeida. DEBORTOLI, Jose Alfredo de Oliveira. (org). **Infâncias na Metrópole**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MARX, Karl. **A ideologia Alemã**. Teses sobre Feuerbach. São Paulo:

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Tomo I. Trad. José Barata-Moura. Lisboa: Ed. Avante, 1982.

MELO, Eduardo Rezende. Crianças e adolescentes em situação de rua: direitos humanos e justiça. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2011.

MELO, Guilherme Aparecido Bassi. CESAR, João Batista Martins. (org). **Trabalho infantil: mitos, realidades e perspectivas: estudos em homenagem ao professor Oris Oliveira**. São Paulo: LTr, 2016.

MENDONÇA, Valéria Nepomuceno Teles. Os Movimentos Sociais pela Promoção e Garantia dos Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes. In: MIRANDA, Humberto. (org) **Crianças e adolescentes: do tempo da assistência à era dos Direitos..** Recife: Ed. Universitária, 2010.

MESZAROS, Istvan. **A Educação para além do capital.** (tradução Isa Tavares). 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **A crise estrutural do capital.** (Tradução Francisco Raul Cornejo...et al). 2ª ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde.** Rev. bras. saúde matern. infant., Recife, 1(2):91-102, maio-ago., 2001

MINAYO, Maria Cecília de Souza. SANCHES, Odécio. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MIRANDA, Humberto (org). **Crianças e adolescentes: do tempo da assistência a era dos direitos.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

MOREIRA, Itamar. **O Trabalho Infantil na Cidade de São Paulo.** São Paulo: Scortecci Editora, 2009, p. 50.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: . In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013, p. 259-288.

NASCIMENTO, Edmilson; COSTA, Renilda. **Indígenas e Trabalho Infantil: da fronteira étnico-cultural à perspectiva de uma ação institucional diferenciada no Brasil.** Journal Law – Jacarezinho –PR, Brasil, n.23, p.129-158. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/17896400-Indigenas-e-trabalho-infantil-da-fronteira-etnico-cultural-a-perspectiva-de-uma-acao-institucional-diferenciada-no-brasil.html>> Acesso em 03.03.2007

NEPOMUCENO, Valeria. In: FRAGA, Geraldo et. al. **Infância Castigada, Direitos Negados. Especial: Infância sem Cor.** Matéria jornalística digital. Disponível em: <<http://especiais.leijaja.com/infanciasemcor/infanciastigada/>> Acesso em 22.06.2017

NEVES, Delma Pessanha. **A perversão do trabalho infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção.** Niterói: Intertexto, 1999. 241 p.

NUNES, Brasilmar Ferreira. **Sociedade e infância no Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. 174 p.

OLIVA, José Roberto Dantas. Trabalho Infantil: Elevação da Idade Mínima para 18 anos é Exigência de Compatibilização com a Educação Básica Compulsória. In: **Trabalho Infantil: mitos, realidades e perspectivas: estudos em homenagem ao**

professor Oris de Oliveira. MELO, Guilherme Aparecido Bassi de; CÉSAR, João Batista Martins César, coordenadores. São Paulo: LTr, 2016.

OLIVEIRA, Oris de. **Trabalho e Profissionalização do Adolescente**, São Paulo: LTr, 2009, p. 160

PACHECO, Elza Dias (Org.). **O Cotidiano Infantil Violento: marginalidade e exclusão social**. São Paulo: L'Editora: FAPESP, 2007.

POCHMANN, Márcio. **A metrópole do trabalho**. Org. José Roberto Toledo. São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. **Proteção social na periferia do capitalismo. Considerações sobre o Brasil**. São Paulo em Perspectiva 18(2) 2004.

RAMOS, Fábio Pestana. A História Trágico-Marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p.25-27.

RIZZINI, Irene (Org.). **A arte de governar crianças – a História das Políticas Sociais**. Ed. Universitária Santa Úrsula, 1995.

_____. **O Século Perdido – raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Vidas nas ruas. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?**. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ, 2003.

RIZZINI, Irene. RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____; HOLANDA, Fernanda R. B. de. **A criança e o adolescente no mundo do trabalho**. Editora Universitária Santa Úrsula, 1996.

RIZZINI, Irma. Pequenos Trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 376.

SANTANA, Carmen Lúcia Albuquerque de. ROSA, Anderson da Silva Rosa (org.) **Saúde mental das pessoas em situação de rua: conceitos e práticas para profissionais da assistência social**. São Paulo: Epidauros Medicina e Artes, 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. (org.) **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade**. 3º ed. Porto: Cortês, 1998.

SANTOS, Jonábio Barbosa dos. **O Trabalho Infantil no Brasil e na Argentina: um caso de desrespeito à declaração sociolaboral do MERCOSUL**. São Paulo: LTr, 2015.

SANTOS, Marco Antonio Cabral. **Criança e Criminalidade no início do Século XX.** In PRIORE, Mary del. (org.) *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p.213

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Editora Record Ltda., 2000.

SARLET, Ingo Wolfgang. (org.) **Dimensões da dignidade: ensaios de Filosofia do Direito e Direito Constitucional.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2005.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo.** São Paulo: Annablume, 2014.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. **O ensino jesuítico no período colonial.** Revista Educar, n. 31. Curitiba: Editora UFPR, 2008. p.169-89. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/12806/8694> Acesso em 03.03.2017

SILVA, Ilda Lopes Rodrigues da. **Metodologia de ação educativa do Projeto Meninos de Rua.** Rio de Janeiro: Associação Beneficente AMAR, 2015. 116p.

SOARES, Aline Mendes. 'Precisa de um pequeno: negociação, conflito e estratégia de vida da mão de obra infantil negra no pós-abolição no Rio de Janeiro (1888-1927). In: Abreu, Martha. Pereira, Matheus Serva. **Caminhos da Liberdade: Histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil.** Niterói: PPGHistória – UFF, 2011. p. 362

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. GNATA, Noa Piatã. (org) **Trabalhos marginais.** São Paulo: LTr, 2013.

SOUZA FILHO, A. **Medos, mitos e castigos.** São Paulo: Cortez, v. 46, 1995.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. 551p.

SPINK, Peter Kevin. **Pesquisa de Campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista.** São Paulo: 2013, PUC.

STEARNS, Peter N. **A Infância.** São Paulo: Editora Contexto, 2006;

TELLES, Vera Silva. **A pobreza como condição de vida: família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas.** São Paulo em perspectiva: 4(2): 37-45, abril-junho 1990;

_____. **Pobreza e Cidadania.** São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001. 624p.;

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez. 2000.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. II. A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORRES, Maria Adriana. **Trabalho Infantil. Trabalho e Direitos**. Maceió: EDUfal, 2011;

TORRES, Ricardo Lobo. (org.) **Legitimação dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2002.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Trabalho Infantil Doméstico no Brasil**/Josiane Rose Petry Veronese e André Viana Custório. São Paulo: Saraiva, 2013.

VILANI, Jane Araújo dos Santos. **O que é trabalho infantil**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

ZALUAR, Alba (org.). **Violência e educação**. São Paulo: Livros do Tatu, Cortez, 1992.

ANEXOS

ANEXO A – NOTA TÉCNICA nº 06, de 18/02/2000, do Ministério do Trabalho

Secretaria de Inspeção do Trabalho

Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho

NOTA TÉCNICA À PORTARIA MTE/SIT/DSST Nº 06 DE 18/02/2000

I - Introdução

Crianças e adolescentes que trabalham fazem parte de uma trágica realidade desde os primórdios da civilização, realidade esta que se tornou mais visível com o advento da Revolução Industrial quando se tornaram mais exploradas.

Crianças e adolescentes têm apenas uma única oportunidade de crescimento e desenvolvimento e sofrem grande influência do meio ambiente em que vivem.

A introdução precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho implica no estabelecimento de um conflito: passam a ser obrigados a agir como um adulto não podendo fugir da realidade de ser criança/ adolescente.

Por outro lado, o preceito Constitucional do Artigo 227 dá absoluta prioridade à proteção da infância e da adolescência, e o Artigo 7º, inciso XXXIII, define a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, em seu Artigo 67, que ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é vedado o trabalho perigoso, insalubre ou penoso, e o realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.

A Convenção nº 182 da OIT "Sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil", ratificada pelo Brasil, estabelece como prioridade absoluta a eliminação imediata dos trabalhos que prejudicam a saúde, a segurança e a moral da criança.

Desta forma, tornou-se imperativo a atualização do Quadro referido no Artigo 405 da CLT, levando-se em conta, ainda, o acúmulo de conhecimentos sobre o trabalho infanto-juvenil em nosso País, os conhecimentos relativos à fisiologia das crianças e adolescentes e as estatísticas consolidadas de acidentes de trabalho de que têm sido vítimas os trabalhadores em geral e as crianças e adolescentes em particular.

Além do mais, o conhecimento proporcionado pelas ações de combate ao trabalho infantil e proteção ao trabalho do adolescente desenvolvidos pelos Auditores Fiscais do Trabalho e, especialmente, pelos Núcleos de Combate ao Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente das Delegacias Regionais de Trabalho - recentemente transformados em Grupo Especial de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente - permitiram criar uma massa crítica que deu subsídios para a elaboração da Portaria 06.

Com esta NOTA, pretende-se esclarecer alguns pontos importantes que balizaram a construção e a redação da Portaria nº 06, que regulamenta o artigo 405 da CLT, estabelecendo os serviços e locais perigosos ou insalubres nos quais é vedado o trabalho de adolescentes menores de 18 anos.

Cabe salientar que o Quadro a que se refere o artigo 405, citado, foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 3.616 de 13/09/41 e não sofreu qualquer alteração até a data da publicação da Portaria nº 6, apesar de o artigo 441 da CLT prever sua revisão bienal.

II – A Realidade Social das Crianças e dos Adolescentes que trabalham.

As formas de adoecer e de morrer, ou seja, os perfis de morbidade e mortalidade, das comunidades humanas são determinados pelas condições de vida, nelas incluídas as condições de trabalho. Tratando-se de crianças e adolescentes, este aspecto ganha maior relevância, pois, nestas faixas etárias, a sensibilidade aos fatores ambientais, incluindo os do ambiente de trabalho, é maior.

Ao se discutir o tema do trabalho de crianças e adolescentes torna-se necessário ter em mente a realidade social em que se inserem estes trabalhadores.

Geralmente, se originam dos estratos mais pobres da população e trazem consigo reflexos das más condições de vida, ligadas às suas condições de moradia - precárias em sua maioria -; à alimentação, que por ser deficiente, prejudica-os desde a vida intra-uterina; às precárias condições de saneamento básico disponíveis para esta parcela da população que implicam na prevalência de uma série de doenças típicas destas situações de carência.

Como consequência das condições de vida extremamente insatisfatórias, as crianças e adolescentes que trabalham têm como características o retardo no desenvolvimento pondero-estatural, desnutrição proteico-calórica, fadiga precoce, maior ocorrência de doenças infecciosas (gastrointestinais e respiratórias) e parasitárias. Estes prejuízos são agravados pelas condições de trabalho, que leva a formação de adultos com menor capacidade de trabalho e aumentando o contingente de trabalhadores incapazes parcial ou totalmente para o trabalho.

Por outro lado, sabemos que valores culturais determinam uma aceitação social do trabalho precoce com a criação de mitos e crenças de que o trabalho evitará a permanência das crianças e adolescentes nas ruas reduzindo o índice de delinquência infanto-juvenil, fazendo com que o trabalho seja aceito como a única e salvadora alternativa para redução daquela delinquência. Assim, a sociedade aceita o trabalho precoce independente da idade do trabalhador, dos ambientes de trabalho em que são inseridos e não busca alternativas para o trabalho precoce e para a criação de condições para a manutenção das crianças e adolescentes na escola.

III - O Antagonismo Cultural na Questão do Trabalho de Crianças e Adolescentes

Existem duas correntes antagônicas na sociedade brasileira a respeito do trabalho infantil. De um lado, os que defendem o trabalho como uma alternativa salutar à ociosidade das ruas, às drogas e à marginalidade. O trabalho seria precursor de um aprendizado que envolve responsabilidade, disciplina e socialização. No entanto, para essa corrente, o trabalho só é contraposto a aspectos negativos que marcam a infância e adolescência, sobremaneira, dos jovens de classes menos favorecidas. Deixa-se de lado os aspectos negativos que o próprio trabalho apresenta, entre eles, os riscos à segurança, à saúde e à formação moral; bem como a educação, que fica legada a um plano secundário, quando não completamente afastada. Neste momento, surge a segunda corrente, que contrapõe o trabalho à educação. Desnecessário seria tecer grandes considerações acerca da importância que a educação possui no mundo de hoje. Basta que se observe os índices alarmantes de desemprego, em que a mão-de-obra (em especial, a que possui pouca ou nenhuma qualificação) vai sendo excluída a cada dia, num autêntico exílio forçado do mundo do trabalho. Propor que crianças e adolescentes venham a trabalhar precocemente representa aceitar, passivamente, que o processo que agora vitimiza os pais de família estenda seus efeitos também aos filhos, transformando a miséria num processo cíclico e com diminutas possibilidades de reversão.

Desse raciocínio, decorre que a opção feita pelo Estado Brasileiro, de postergar a entrada de adolescentes no mercado de trabalho, foi acertada. A idade anteriormente preconizada pela Constituição Federal, 14 anos - idade que, em tese, marcaria o fim do primeiro grau nas escolas -, refletia uma utopia, pois ignorava alguns incidentes bastante freqüentes, tais como a entrada tardia na escola e mesmo as eventuais reprovações. Ao aumentar a idade para 16 anos, a Emenda Constitucional n.º 20/98 não só preveniu, em parte, esses percalços educacionais, como também estimulou o aluno bem sucedido a completar o segundo grau, o que não só o qualifica melhor, como trata de abrir-lhe as portas do mundo universitário, no qual poderá dar o passo decisivo para tornar-se um profissional mais qualificado e ascender socialmente.

É necessário questionar o que há por trás do discurso daqueles que defendem o trabalho de crianças e adolescentes como alternativa saudável para o combate à pobreza de suas famílias. Em primeiro

lugar, considerando as taxas de desemprego atuais, não estariam essas crianças e adolescentes concorrendo aos mesmos postos de trabalho que seus pais? Não se estaria com isso desejando cooptar simplesmente uma mão-de-obra mais barata, ágil, despolitizada, que se tornaria facilmente descartável e entregue à própria sorte ao fim da relação de emprego ou "aprendizagem"?

Por fim, é necessário resguardar-se a pluralidade de opiniões, sendo plenamente saudável a existência de opiniões divergentes acerca de um mesmo tema. No entanto, o que não se pode admitir é que uma das teses seja mero subterfúgio para interesses alheios aos da sociedade brasileira. Tanto mais se considerarmos que a formação de nossos jovens ficaria definitivamente comprometida, para não dizer dos riscos à sua saúde e a sua segurança, dos quais passamos a tratar em seguida.

IV - Os Ambientes e Condições de Trabalho

Em trabalhos em ambientes externos, como o trabalho rural, as crianças e adolescentes se expõem a árduas condições climáticas com aumento dos riscos de infecções como tétano, acidentes com animais peçonhentos, desidratação, doenças transmitidas por insetos, queimaduras solares, entre outras.

Além do mais, geralmente, as empresas que empregam mão-de-obra infanto-juvenil têm uma pequena capacidade econômica e, em consequência, uma reduzida capacidade de investimento em máquinas e equipamentos modernos, fazendo com que utilizem máquinas e equipamentos obsoletos e sem as proteções e manutenções necessárias para a execução de um trabalho seguro e saudável, além de disporem de uma reduzida capacidade de investimento na melhoria das condições de segurança e saúde.

Assim, as empresas que empregam crianças e adolescentes colocam à disposição destes, equipamentos e produtos perigosos, condições insalubres de trabalho com grande quantidade de agentes físicos, químicos, biológicos, além de não disporem de condições de organização do trabalho adequadas à execução de tarefas de forma segura e saudável, tendo como consequência excessiva carga física e psíquica, expondo-os a doenças, acidentes de trabalho, deformidades físicas, envelhecimento precoce, retardo no crescimento e desenvolvimento psicológico, abandono da escola e baixa qualificação profissional.

Nos locais de trabalho estão presentes uma série de agentes agressivos como ruído, poeiras, substâncias químicas, iluminação deficiente, temperaturas extremas entre outros riscos.

Assim, o trabalho realizado por crianças e adolescentes é árduo, quando se considera a carga de trabalho, as posturas inadequadas, a carga mental, a monotonia, ritmo de trabalho, trabalho repetitivo, trabalho sob pressão de tempo, sendo delegados aos trabalhadores infanto-juvenis tarefas e responsabilidades de adultos, embora não o sejam.

Além do mais, é preciso considerar que a maioria das empresas não possui serviços de segurança e saúde no trabalho e muitas vezes pouco é feito no que se refere à higiene e bem estar destes trabalhadores, não sendo fornecidas vestimentas adequadas inexistindo locais adequados para refeições e para a satisfação de suas necessidades fisiológicas ou mesmo fornecimento de água potável em condições de higiene.

Acresce-se ainda a existência de jornadas de trabalho excessivas, trabalho noturno e em turnos, sem intervalos regulares entre jornadas e descanso semanal.

Com relação aos salários, pesquisas têm demonstrado que o trabalhador infanto-juvenil recebe muito menos que os trabalhadores adultos sendo discriminados em relação a estes.

As relações de emprego, geralmente, são precárias com a existência de trabalho informal, sem caracterização do vínculo de emprego, sem realização de exames médicos admissionais e periódicos. Crianças e adolescentes desconhecem os riscos da utilização de com equipamentos, máquinas e produtos químicos perigosos e não possuem treinamento adequado e suficiente para o trabalho.

V - Aspectos da fisiologia da criança e adolescente

1. Sistema Osteo-músculo-articular

A ossificação completa-se no sexo masculino aos 21 anos e no sexo feminino aos 18 anos. Assim, o trabalho precoce é contra - indicado pois pode produzir deformações ósseas.

Nos jovens que trabalham, duas são as principais patologias descritas na literatura médica: a) Cifose Juvenil de Scheuermann:

Esta doença foi observada entre jovens agricultores submetidos a atividades com exigência de força. Uma vez adultos vão apresentar dores na coluna vertebral e deformidades anti-estéticas, dificultando seu ingresso e manutenção no mercado de trabalho.

Este quadro é provocado pela permanência, por longas horas, na posição em pé ou assentado inadequadamente e carregando pesos acima da sua capacidade levando a uma deformação na face anterior de três até cinco vértebras dorsais por distrofia ósteo-cartilaginosa. Também é conhecida como osteocondrose espinhal. Como consequência, as crianças e adolescentes curvam-se para a frente, reduzindo sua capacidade de sustentação, perdendo o equilíbrio com facilidade, sofrendo mais acidentes.

Em 20 a 40% dos casos ocorre associação com um desvio lateral da coluna vertebral. b) Coxa Vara do Adolescente:

Caracterizada por deformação na extremidade superior do fêmur, levando à alteração e deslocamento da cabeça deste osso, podendo a possível concomitância de artrose da articulação coxo -femural, provocadas pelo carregamento de pesos acima da capacidade de crianças e adolescentes.

Nas crianças e adolescentes o sistema muscular permanece em desenvolvimento influenciado não só por fatores hereditários mas também por fatores ambientais, como nutrição, exercícios físicos e esforços realizados, com marcada diferenciação entre os indivíduos e entre os sexos.

O volume muscular aumenta progressivamente, atingindo o máximo entre 20 e 30 anos, dependendo dos grupos musculares considerados. No sexo masculino aumenta em 100% entre as idades de 12 a 18 anos. No sexo feminino o volume muscular atinge cerca de 60% do sexo masculino.

Atribuindo-se o valor de 100% ao desenvolvimento muscular de um adulto com 25 anos, o desenvolvimento do sistema muscular atinge os seguintes valores:

- aos 10 anos equivale a 40% nos meninos e meninas;
- aos 14 anos equivale a 60% nos meninos e 50% nas meninas;
- aos 18 anos equivale a 90% nos jovens e 60% nas jovens.

Sabe-se que, para se evitar a fadiga muscular, devem ser evitados esforços repetidos que excedam 15% da capacidade máxima.

Assim, tomando-se como exemplo um esforço realizado pelo membro superior de um adulto com capacidade máxima de 30 quilos este deveria exercer um esforço superior a 4,5 quilos. Em virtude das características descritas, o esforço requerido de um adolescente de 14 anos, não deveria superar 2,7 quilos, limite este que dificilmente é respeitado dentro da realidade das empresas.

A trabalho muscular depende da presença de oxigênio nos músculos e das fontes de energia disponíveis e que são dependentes de metabolismo mediado por enzimas específicas.

Quanto a este aspecto, as crianças e adolescentes têm uma capacidade enzimática reduzida chegando em alguns casos a 1/3 da observada em adultos

2. Sistema Respiratório

A ventilação pulmonar é reduzida em crianças e adolescentes que, geralmente, possuem uma maior frequência respiratória para compensar esta menor capacidade de ventilação pulmonar. Assim, para um dado esforço, crianças e adolescentes desgastam-se mais precocemente que os adultos.

Além do mais, a hemoglobina, responsável pelo transporte de oxigênio aos órgãos e músculos, aumenta regularmente até à idade de 20 anos no sexo feminino e 22 anos no masculino. Nas crianças e adolescentes a concentração hemoglobina e o número de hemácias no sangue é proporcionalmente menor em relação à sua massa corporal.

Além de ser elemento fundamental nas trocas gasosas (absorção de oxigênio e eliminação do gás carbônico), o sistema respiratório é importante porta de entrada de agentes tóxicos no organismo. Tendo as crianças e adolescentes uma maior demanda de oxigênio, a sua frequência respiratória é maior que nos adultos. Assim, substâncias tóxicas (gases, vapores e poeiras tóxicas) penetram com maior intensidade no organismo de crianças e adolescentes quando comparados com adultos respirando a mesma concentração daqueles agentes tóxicos.

3. Sistema Cardiovascular

O sistema cardiovascular é responsável pela distribuição do oxigênio por todo o organismo e conduz o gás carbônico aos pulmões para ser eliminado.

O coração passa por grandes transformações desde o nascimento. O Volume Sistólico (VS) de crianças e adolescentes é menor que nos adultos e, conseqüentemente sua Frequência Cardíaca (FC) é maior. Com o crescimento, a FC diminui pela hipertrofia das fibras cardíacas e o VS torna-se maior pela ampliação das cavidades cardíacas. Face a estas características, para o mesmo esforço, crianças e adolescentes desgastam-se muito mais precocemente que adultos, em virtude de maior esforço cardíaco exercido.

Estas diferenças, associadas à menor quantidade relativa de hemoglobina, são compensadas por um aumento da ventilação pulmonar, que não é suficiente para atingir os padrões dos adultos.

Crianças e adolescentes têm reservas de glicogênio (substância fundamental para a produção de energia) menores que os adultos, consumindo, relativamente, mais oxigênio que, como vimos, é menos disponibilizado, ocasionando menor capacidade de suportar esforços.

4. Sistema Psíquico

Através do tempo, crianças e adolescentes, passam por uma série de experiências e transformações psicológicas. Nesta fase da vida é importante a realização de brincadeiras e jogos, possibilitando a construção de um adulto psicologicamente equilibrado e saudável.

Com a sucessão de experiências desagradáveis a que estão expostos quando trabalham como medo, insegurança, exploração, redução das chances sucesso pessoal, é comum a ocorrência de depressão. O jovem, quando pensa no futuro, tem medo ou passa a negar a relação entre os riscos e as conseqüências.

O desenvolvimento psico-motor do ser humano se faz por etapas sucessivas através das quais novos conhecimentos são assimilados antes que se passe à fase seguinte. Uma dificuldade qualquer em uma das fases não impede a passagem para a outra fase mas alterará o ritmo normal da aquisição de novas habilidades.

Existe um momento ideal entre o crescimento e a função a ser desempenhada. Se este momento passa, a seqüência se perde, dificultando aquisições de novas habilidades.

O aprendizado completo e perfeito faz com que a criança o assimile definitivamente tornando-a capaz para aquisição de novas habilidades. Como os sistemas neurológico e psicológico estão imaturos, o aprendizado feito de maneira grosseira e violenta torna a criança impotente diante de novas exigências.

Nas crianças predominam as reações emotivas que levam a alterações vasculares periféricas, palpitações e queda na pressão arterial.

Sintomas digestivos e cardiovasculares são freqüentemente encontrados em crianças e adolescentes, que podem ser reflexos de cargas mentais excessivas e desencadeadores de quadros de fadiga psíquica, dificuldade de adaptação, medo e perda da auto-estima.

O engessamento do sistema neuro-psíquico tem com consequência a impossibilidade de enfrentamento de novas situações, aumentando os riscos de desestruturação da personalidade e de geração de adultos desequilibrados e sem condições de inserção adequada na sociedade.

5. Sistema Nervoso

Até à adolescência uma série de aptidões motoras são desenvolvidas, tais como a precisão e velocidade nos movimentos, a coordenação muscular e automatismo motor. É um período da vida particularmente favorável à aquisição de habilidades, sendo o aprendizado muito mais rápido nesta fase, produzindo melhores resultados do que o realizado na fase adulta. A inteligência se desenvolve assim como a afetividade e imaginação.

Outra característica importante das crianças e adolescentes é a imaturidade do revestimento das fibras nervosas, chamada de bainha de mielina, que os torna mais sensíveis a solventes existentes em tintas, colas, vernizes e thinners, amplamente utilizados nos mais diversos processos de trabalho.

A exposição crônica a estas substâncias leva a alterações do sistema nervoso central manifestadas por tonteados, cefaléias, insônia, irritabilidade, dificuldades de concentração e memorização e baixo rendimento escolar.

Os agentes químicos atingem maiores concentrações no sistema nervoso de crianças e adolescentes, causando efeitos mais intensos. Como exemplo clássico temos o chumbo que nesta faixa etária pode causar quadros de encefalopatia satúrnica, que é rara em adultos.

As alterações no sistema nervoso periférico, provocadas pela exposição a solventes, ocasionam quadros de polineuropatia, manifestadas por sintomas de formigamento e dormências de extremidades que podem progredir para a paralisia de membros inferiores e/ou superiores.

Diversos físicos, como ruído e vibrações, interferem no sistema nervoso tanto central como periférico.

Quanto ao ruído, sabe-se que a exposição crônica a este agente está relacionada a quadros de hipertensão arterial, taquicardia, tonteados e sintomas gastrointestinais, além de quadros de perda da capacidade auditiva.

6. Sistema Gastrointestinal

O sistema gastrointestinal de crianças e adolescentes é uma via comum de entrada de agentes químicos e biológicos. A absorção de substâncias tóxicas muda com o crescimento do indivíduo. Estima-se, por exemplo, que, em crianças, 50% do chumbo ingerido é absorvido, enquanto nos adultos apenas 5% é absorvido. Além disto, a falta de incorporação de hábitos de higiene aumenta o risco de ingestão de produtos tóxicos.

7. Sistema de controle da temperatura corporal

O corpo humano tem baixo rendimento físico, não estando adaptado para desenvolver trabalho físico pesado, produzindo calor em excesso e gastando energia mesmo quando parado.

A baixa capacidade de crianças e adolescentes para o trabalho físico pode também ser explicado pelo fato de apresentarem uma maior produção de calor que os adultos quando realizam esforços iguais. Uma das causas deste fenômeno está no fato de possuírem superfície corporal menor que a de adultos, reduzindo sua capacidade de troca térmica com o meio ambiente.

Além disto, o tecido subcutâneo de crianças e adolescentes têm menor vascularização, o que dificulta a circulação do sangue na superfície do corpo, reduzindo sua capacidade de trocar calor com o meio ambiente.

Outro fator a ser considerado é a menor atividade das glândulas sudoríparas. Produzindo menos suor, a perda de calor pelo corpo por evaporação é reduzida.

Além destes fatos, como têm um menor quantidade de plasma, qualquer perda líquida é significativamente mais importante em crianças que em adultos podendo levar a quadros de desidratação importantes.

Por estes fatos a aclimação ao calor é mais lenta em crianças e adolescentes.

8. Pele

A pele com suas diversas camadas é um órgão extremamente importante na proteção do organismo contra a ação de agentes biológicos, químicos e físicos presentes no meio ambiente, incluindo o do trabalho.

Quando a pele está lesada, a penetração de substâncias tóxicas e agentes biológicos é facilitada.

A camada mais superficial da pele (camada córnea) não está completamente desenvolvida em crianças e adolescentes, fazendo com que as substâncias tóxicas presentes nos ambientes sejam mais facilmente absorvidas pela crianças e adolescentes e tornando-as mais vulneráveis aos agentes químicos, físicos e mecânicos (por exemplo manuseio de ferramentas projetadas para trabalhadores adultos e trabalhos com exigência de força, causando ferimentos na pele) a que são expostos.

9. Visão e audição

Até à idade de 15 anos a visão periférica dos adolescentes é reduzida dificultando sua capacidade de avaliar situações de riscos e predispondo-os a acidentes.

Com relação ao sistema auditivo, há relato de experiência realizada com trabalhadores de menos de 20 anos que, submetidos a níveis de ruído elevado, apresentaram perdas auditivas mais intensas e mais rápidas quando comparados com um grupo-controle formado por trabalhadores adultos, comprovando a maior sensibilidade daquele grupo a níveis elevados de pressão sonora.

10. Metabolismo de substâncias químicas

Após à entrada de produtos químicos no organismo humano, ocorre uma série de reações bioquímicas que tentam manter o seu equilíbrio. A estas reações denominamos, genericamente, metabolismo ou biotransformação. Através da biotransformação as substâncias tóxicas sofrem modificações produzindo substâncias menos tóxicas ou atóxicas e que sejam mais facilmente eliminadas.

A biotransformação ocorre principalmente no fígado e, em menor quantidade, em outros órgãos e tecidos, sendo conduzida por processos ou sistemas enzimáticos.

Em crianças e adolescentes estes sistemas enzimáticos ainda não estão completamente desenvolvidos, dificultando o metabolismo das substâncias e provocando sua maior permanência no organismo e aumentando sua toxicidade, neste grupo de indivíduos.

Assim, considerando, como já exposto, que crianças e adolescentes absorvem maiores quantidades de agentes químicos através das vias respiratórias e digestivas quando expostos a mesmas concentrações de determinada substância química que os adultos, elas serão mais afetadas que estes últimos.

Em Higiene Ocupacional adota-se o conceito de "Limites de Tolerância" que são entendidos, genericamente, como as concentrações máximas a que um trabalhador adulto e saudável poderia se expor dentro de uma jornada de trabalho normal durante toda a sua vida laboral sem sofrer danos em sua saúde, não se constituindo, porém, em limites seguros entre saúde e doença.

A ACGIH (American Conference of Governmental Industrial Hygienists), instituição que atualiza periodicamente as informações relativas aos Limites utilizados para monitoramento ambiental (Limites de Tolerância) e monitoramento biológico (Limites de Tolerância Biológico ou Indicadores Biológicos de Exposição), considera como principais fontes de inconsistência para a utilização destes parâmetros a variabilidade dos estados fisiológicos e de saúde do trabalhador, quais sejam: constituição física, dieta, ingestão de água e gorduras, atividade enzimática, composição de fluídos corpóreos, idade, gênero, gravidez, doenças presentes e uso de medicamentos. Cabe salientar aqui que os Limites de Tolerância Ambiental no Brasil não são revistos desde 1978.

Ora, como já evidenciado, crianças e adolescentes possuem mecanismos de biotransformação ou de eliminação de substâncias tóxicas menos desenvolvidos que os adultos, portanto os chamados "Limites

de Tolerância" constantes na Legislação Brasileira não podem ser adotados quando se trata de avaliar a exposição de trabalhadores infanto-juvenis.

Em Higiene Ocupacional, também se adota os chamados Limites de Tolerância Biológicos ou Indicadores Biológicos de Exposição que são utilizados para verificar as alterações precoces em diversos sistemas biológicos provocadas pela exposição a substâncias tóxicas presentes nos ambientes de trabalho. Estes Limites são estabelecidos para a população trabalhadora adulta e não servem para avaliação da exposição de trabalhadores infanto-juvenis, pela razões expostas quanto ao metabolismo desta categoria de trabalhadores.

VI - ACIDENTES DE TRABALHO

Embora seja conhecido com relativa precisão o universo das crianças e adolescentes trabalhadores, os dados de acidentes de trabalho de que são vítimas são pouco conhecidos e, com certeza, subestimados, visto que a precariedade da formalização do vínculo de trabalho de crianças e adolescentes é uma constante, fazendo com que sejam reconhecidos apenas aqueles acidentes em que o trabalhador está formalmente inserido no mercado de trabalho.

Por outro na análise dos acidentes de trabalho que ocorrem com crianças e adolescentes, não podemos utilizar os mesmos métodos usados com adultos.

Nesta classe de trabalhadores temos que levar em consideração outros fatores que impactam na causa de acidentes.

Assim temos que considerar os seguintes aspectos peculiares aos trabalhadores infanto-juvenis:

- a) desconhecimento dos riscos a que estão expostos e, mesmo conhecendo-os, não detém nenhum controle sobre eles no sentido de lutar pela sua eliminação;
- b) falta de experiência necessária para lidar com os riscos existentes nos ambientes de trabalho
- c) em virtude de suas características psicológicas, as crianças e adolescentes possuem um comportamento de competição próprio da idade, fazendo com que se exponham inconscientemente a riscos;
- d) condições de nutrição precárias dos trabalhadores em geral e dos trabalhadores infanto-juvenis, conforme já comentado anteriormente;
- e) maior predisposição à fadiga física e mental;
- f) maior precariedade das condições de proteção no trabalho
- g) as máquinas, equipamentos, ferramentas e postos de trabalho são projetados para trabalhadores adultos e não estão adaptados às características psico-fisiológicas da criança e do adolescente.

A tabela 1, a seguir, apresenta o número de acidentes de trabalho que geraram benefícios pagos pelo INSS, nos anos de 1995 e 1997. Devemos enfatizar que a Previdência Social somente concede benefícios a trabalhadores com vínculo de emprego formal. Portanto, nesta tabela não estão incluídos os trabalhadores que não tiveram seu vínculo de trabalho formalizado, que como sabemos correspondem a cerca de 50% da População Economicamente Ativa.

Deixamos de incluir nesta Tabela os dados do ano de 1997 pois, naquele ano, os dados foram consolidados considerando as idades de 19 anos ou menos e, assim, ao englobar as idades de 18 e 19 anos, os dados não servem de comparação com os dados dos anos de 1995 e 1997.

TABELA 1- Acidentes de trabalho no período e tipo de benefício concedido pelo INSS - 1995 e 1997

ANO	1995		1997	
TIPO DE ACIDENTE	17 anos ou menos	% do Total	7 anos ou menos	% do Total
Auxílio Doença	1.042	0,65	4.314	2,76

Incapacidade Parcial Permanente	23	0,23	95	0,85
Invalidez Permanente	10	0,16	7	0,11
FATAL	312	8,42	218	7,78

Fonte: INSS

Pela análise da tabela 1, comparando os anos de 1995 e 1997 podemos concluir que, no caso de acidentes com jovens com 17 anos ou menos, houve:

a. aumento absoluto do número de acidentes que geraram auxílio doença (1042 em 1995 para 4.314 em 1997), bem como aumento relativo pois em 1995 os auxílios-doença acidentários de menores 18 anos corresponderam a 0,65% do total contra 2,76% do total em 1997.

b. aumento no número absoluto de acidentes do trabalho que geraram incapacidade parcial permanente de 10.072 em 1995 para 11.152 em 1997, correspondendo respectivamente a 0,23% para 0,85% do total de benefícios por incapacidades parciais permanentes

Quando analisamos os acidentes de trabalho fatal dos anos de 1995 e 1997 verificamos que aqueles que vitimaram menores de 18 anos corresponderam respectivamente a 8,42% e 7,78% do total de acidentes fatais ocorridos naqueles anos. Tal porcentagem é bastante elevada do ponto de vista estatístico e epidemiológico.

Por outro lado ocorre uma escassez de dados referentes aos ramos de atividades em que são mais freqüentes os acidentes com crianças e adolescentes existindo apenas alguns trabalhos esparsos.

FERREIRA e VALENZUELA (1998) estudando os acidentes de trabalho comunicados em Porto Alegre, no ano de 1991, encontraram 205 acidentes em trabalhadores com menos de 18 anos, perfazendo 7,4% de um total de 2.757 acidentes da amostra. A Tabela 2, a seguir, apresenta a distribuição dos acidentados segundo o ramo de atividade.

TABELA 2 - Distribuição de acidentes do trabalho em trabalhadores com menos de 18 anos segundo o ramos de atividade econômica, Porto Alegre- 1991

Ramo de atividade	N	%
Comércio*	119	58,0
Serviços**	13	6,3
Indústria metalúrgica, mecânica e material de transporte	11	5,4
Serviços industriais de utilidade pública	10	4,9
Serviços***	9	4,4
Indústria têxtil e do vestuário	7	3,4
Indústria de produtos alimentares e de bebidas	7	3,4
Indústria de produtos materiais plásticos	5	2,4
Indústria editorial e gráfica	5	2,4
Serviços de transporte	5	2,4
Indústria de material elétrico, eletrônico e de comunicação	4	2,0
Indústria da construção	2	1,0
Outros	8	4,0
TOTAL	205	100

Fonte: Estudo epidemiológico dos Acidentes do Trabalho, Porto Alegre, 1998- Universidade do Vale do Rio dos Sinos

* Comércio atacadista e varejista, inclusive supermercados.

** Serviços de administração, locação e arrendamento de bens e serviços: Holding, instituições financeiras, sociedades capitalizadoras e previdência privada, escritórios centrais e regionais de gerência e administração; serviços comunitários e sociais.

*** Serviços de reparação, manutenção e instalação; serviços pessoais; serviços de radiodifusão, televisão e diversões; serviços auxiliares diversos.

Na Tabela 3 são apresentados dados relativos a acidentes de trabalho graves (que provocaram perdas de partes do corpo ou outras lesões graves como cegueira) e fatais analisados por Técnicos da Divisão de Segurança e Saúde do Trabalhador da Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais no período de janeiro de 1992 a agosto de 1998, ocorridos com crianças e adolescentes, sendo que na Tabela 4 é apresentada a distribuição por faixas etária dos acidentados.

TABELA 3- Distribuição por Ramo de Atividade e Gravidade dos Acidentes de Trabalho com crianças e adolescentes analisados pela DSST/DRT/MG

Janeiro-92/Agosto-98

Ramo de atividade	Grave	Fatal	TOTAL
Agropecuária	3	6	9
Construção civil e similares	1	3	4
Comércio e Guarda-Mirim	1	2	3
Cerâmica	1	1	2
Panificadora	2	0	2
Limpeza Urbana	0	1	1
Metalúrgica	1	0	1
Serralheria	0	1	1
Açougue	1	0	1
Garimpo	0	1	1
Indústria de Móveis	1	0	1
Estacionamento de automóveis	1	0	1
TOTAL	12	15	27

Fonte: Arquivo de Acidentes Graves e Fatais da DSST/DRT/MG

TABELA 4 – Distribuição por Faixa Etária dos Acidentes de Trabalho Graves e Fatais com crianças e adolescentes analisados pela DSST/DRT/MG

Janeiro-92/Agosto-98

Idade (anos)	Graves	Fatais	Total
8 – 14	4	4	8
15 a 17	8	11	19
Total	12	15	27

Fonte: Arquivo de Acidentes Graves e Fatais da DSST/DRT/MG

Da análise das Tabelas 2 e 3 pode-se concluir que os acidentes de trabalho com crianças e adolescentes registrados ocorrem nos mais diversos ramos de atividade.

VII - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Os equipamentos de proteção individual (E.P.I.) são equipamentos que pretendem reduzir a exposição dos trabalhadores a riscos existentes nos diversos ambientes de trabalho, sendo sua eficácia teórica avaliada através de estudos laboratoriais e seguindo-se normas específicas para avaliação de sua eficiência.

Segundo a Legislação que rege seu uso este deve ser restrito àquelas situações em que as medidas de proteção coletiva não são suficientemente capazes de garantir a eliminação dos agentes de risco, quando estas medidas são tecnicamente inviáveis ou durante a fase de sua implantação.

Por terem sua eficiência verificada em laboratório não podem avaliar todas as variáveis existentes em diversas situações de trabalho e, portanto, não dão garantia absoluta quanto à proteção em situações reais de trabalho. Além do mais, devem ser usados durante toda a jornada de trabalho, sem qualquer interrupção, sob pena de ter sua eficácia teórica comprometida.

Entre os EPI disponíveis podemos citar as luvas de proteção, capacetes, as máscaras respiratórias e os protetores auditivos, entre outros.

Especialmente quanto às máscaras respiratórias e protetores auditivos, o seu uso deve ser precedido de adoção de medidas de proteção coletiva e de rigorosas avaliações para verificar as concentrações ambientais presentes no ambiente de trabalho de forma a serem escolhidos os de maior eficácia teórica, além de ser necessário treinamento adequado para o seu uso, dentro de um programa de proteção respiratória e auditiva, prevendo-se, inclusive, sistema de higienização e troca.

Ora, como vimos, as crianças e adolescentes possuem características anatômicas, fisiológicas e psicológicas diferentes dos adultos e, sendo os EPI projetados e construídos levando em consideração as características antropométricas da média da população adulta, não servem para a proteção de crianças e adolescentes.

Por outro lado, muitos equipamentos de proteção individual visam reduzir a exposição dos trabalhadores a agentes físicos e químicos tendo como parâmetro os limites de tolerância e, conforme já demonstrado, estes apresentam importantes limitações quando tratamos de trabalhadores não adultos.

VIII – Considerações Finais

Finalmente, podemos concluir que as atividades e serviços relacionados na Portaria 6 refletem os conhecimentos atuais relativos aos riscos do trabalho de crianças e adolescentes e à realidade dos ambientes de trabalho existentes nos na maioria dos ambientes de trabalho.

O objetivo da Portaria não é fazer uma divisão entre determinadas atividades insalubres ou perigosas proibidas aos trabalhos de menores de 18 anos com outras também, também perigosas e insalubres, que poderiam ser executadas por trabalhadores desta faixa etária, pois não existe esta hipótese. A Constituição Federal é clara em seu artigo 7º, inciso XXXIII, ao proibir o trabalho noturno, perigoso e insalubre aos menores de 18 anos. Entretanto não define o que são trabalhos perigosos e insalubres para esta faixa etária. Daí a necessidade de se estabelecer dispositivos infra-constitucionais referentes à matéria.

A Portaria também não tem o objetivo de esgotar toda a relação de atividades insalubres ou perigosas proibidas ao trabalhador infanto-juvenil, pois os processos de trabalho e a tecnologia disponíveis são dinâmicos e estão em permanente evolução e mudanças. Daí a importância da revisão bianual de Portaria.

Assim, a finalidade da Portaria é de relacionar as atividades/serviços mais comuns que não podem ser executadas por trabalhadores infanto-juvenis.

Cabe aqui lembrar que se algumas das atividades ou serviços ali relacionadas não são consideradas insalubres ou perigosas para adultos (como a construção civil por exemplo) o são para trabalhadores com idades abaixo de 18 anos exatamente levando em consideração suas características bio-psico-sociais já elencadas nesta Nota.

Por outro lado, não devemos confundir o Quadro de Atividades e Operações da Norma Regulamentadora Nº. 15, da Portaria 3214/78, com o Quadro da Portaria 06/2000, pois aquele foi elaborado considerando o trabalhador adulto, levando em consideração, entre outros aspectos, os Limites de Tolerância para trabalhadores adultos e que, conforme já vimos, não podem ser aplicados aos trabalhadores infantojuvenis.

Assim, a Portaria tem por finalidade orientar os empregadores para que não parem dúvidas em relação à admissão do trabalhador adolescente possibilitando a observância do princípio constitucional.

Quanto à proibição do trabalho de menor de 18 anos em horário noturno, lembramos que tal proibição já está inserida no artigo 404 da CLT.

Citou-se ainda na Portaria, através da colocação de "*" (asterisco), aquelas atividades ou ramos de atividade em cujos setores ou atividades administrativas e somente nestas se permite o trabalho entre 16 e 18 anos.

Esclareça-se ainda que a proibição em atividades em serviços de eletricidade abrange apenas aquelas atividades com equipamentos energizados ou com possibilidade de energização acidental conforme legislação específica do Ministério do Trabalho e Emprego (Lei 7.639/85 e Decreto 93.412/86).

IX- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. ACGIH, 1999, TLVs, BEIs, Limites de Exposição (TLVs) para substâncias químicas e agentes físicos e Índices Biológicos de Exposição (BEIs), edição em português, tradução ABHO (Associação Brasileira de Higienistas Ocupacionais) , São Paulo, 1999
2. BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil,1988
3. BRASIL, Lei 8069/90 - Estatuto da Criança e Adolescente
4. BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego, Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho – Investigação dos Comprometimentos do Trabalho Precoce na saúde de crianças e adolescentes: Um estudo de casos em 3 Estados do nordeste brasileiro, 1999
5. FERREIRA; M.A.F.; VALENZUELA. M.C.I. – Estudo epidemiológico dos Acidentes de Trabalho em Porto Alegre, R.S, Ano 1991- Estudo Tecnológicos - Engenharia - Revista do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicos da UNISINOS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1998
6. FORASTIERI, V. – Children at Work- Health and safety risks, OIT, 1997
7. O.I.T. Organização Internacional do Trabalho, conferência Internacional do Trabalho, 86ª. Reunião, Informe VI(i). - El trabajo infantil : lo intolerable en el punto de miro, 1998
8. OLIVEIRA, J.F., O trabalho da Criança e Adolescente em Condições de Risco, DRT/RN, mimeo, junho, 1996
9. MOURA, M.A. - Trabalho Precoce e a Saúde de Crianças e Adolescentes, DRT/RS,1996
- 10.Salazar, M.C. - O trabalho Infantil nas Atividades Perigosas, OIT, 1993
- 11.Universidade Federal de Minas Gerais. – Trabalho Precoce em atividade carvoeira em Minas Gerais: um estudo de caso dos impactos sobre a saúde das crianças e adolescentes e uma proposta de melhoria das condições de vida e trabalho. Faculdade de Medicina, Departamento de Medicina Preventiva e Social, Belo Horizonte, 1998

Elaboração deste trabalho: Mário Parreiras de Faria, Auditor Fiscal do Trabalho - Médico do Trabalho da DRT/MG. Colaboradores: Antônio Carlos Ribeiro Filho, Auditor Fiscal do Trabalho - Médico do Trabalho da SDT de Juiz de Fora/MG; Joélho Ferreira de Oliveira, Auditor Fiscal do Trabalho – Médico do Trabalho da DRT/RN; Consuelo Generoso Coelho de Lima – Auditora Fiscal do Trabalho – Médica do Trabalho da SDT de Araçatuba/SP; Secretaria de Inspeção do Trabalho do MTE/ Coordenação de Projetos Especiais e Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho

Brasília-DF, 13 de julho de 2000

ANEXO B – IPEA – JUVENTUDE E DESIGUALDADE RACIAL

Tabela 3 - Jovens de 15 a 17 Anos Segundo a Renda Familiar *per capita* e a Condição de Estudo-Trabalho

Mulheres										
Renda Familiar <i>per capita</i> (SM)	Ano		Só Estuda		Trabalha e Estuda		Só Trabalha		Nem Trabalha Nem Estuda	Total
Menor que 1/2	1998		54%		17%		10%		18%	100%
	2007		63%		15%		6%		17%	100%
	2008		66%		14%		5%		15%	100%
1/2 ou menor que 1	1998		67%		20%		6%		7%	100%
	2007		65%		19%		5%		11%	100%
	2008		68%		16%		5%		11%	100%
1 ou menor que 2	1998		79%		14%		3%		4%	100%
	2007		67%		22%		5%		6%	100%
	2008		68%		21%		5%		5%	100%
2 ou mais	1998		88%		8%		1%		4%	100%
	2007		80%		14%		2%		3%	100%
	2008		81%		14%		3%		2%	100%
Homens										
Renda Familiar <i>per capita</i> (SM)	Ano		Só Estuda		Trabalha e Estuda		Só Trabalha		Nem Trabalha Nem Estuda	Total
Menor que 1/2	1998		40%		31%		19%		10%	100%
	2007		51%		26%		13%		10%	100%
	2008		52%		27%		11%		10%	100%
1/2 ou menor que 1	1998		56%		29%		11%		5%	100%
	2007		53%		28%		13%		7%	100%
	2008		55%		28%		11%		7%	100%
1 ou menor que 2	1998		67%		26%		5%		2%	100%
	2007		56%		30%		10%		3%	100%
	2008		55%		32%		9%		4%	100%
2 ou mais	1998		82%		14%		2%		2%	100%
	2007		76%		18%		3%		3%	100%
	2008		75%		19%		4%		3%	100%

Fonte: Elaboração Ipea com dados da PNAD 2008, IBGE

ANEXO C – Tabela 4.2.7 PNAD 2015

4 Trabalho						
4.2 Trabalho das crianças e adolescentes						
Tabela 4.2.7 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade e a posição na ocupação no trabalho principal - 2014-2015						
						(continuação)
Grupos de idade e posição na ocupação no trabalho principal	Pessoas de 5 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2015						
Números absolutos (1 000 pessoas)						
Total	95 459	7 571	24 166	41 073	15 004	7 646
Empregados e trabalhadores domésticos	63 876	4 347	14 068	29 898	10 175	5 388
Conta própria e empregadores	25 377	2 404	7 230	9 834	3 931	1 978
Não remunerados	2 320	376	873	544	403	125
Trabalhadores na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso	3 886	445	1 995	797	494	155
5 a 17 anos	2 672	311	852	854	432	223
Empregados e trabalhadores domésticos	1 566	121	362	611	305	167
Conta própria e empregadores	221	26	97	59	23	15
Não remunerados	546	112	232	102	72	29
Trabalhadores na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso	338	52	161	82	32	13
5 a 13 anos	412	67	181	96	46	23
Empregados e trabalhadores domésticos	71	6	23	25	8	7
Conta própria e empregadores	34	6	18	8	2	
Não remunerados	176	36	79	30	22	9
Trabalhadores na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso	131	19	60	33	13	5
14 a 17 anos	2 260	244	672	758	386	200
Empregados e trabalhadores domésticos	1 496	115	339	586	297	159
Conta própria e empregadores	186	20	79	52	21	14
Não remunerados	370	76	153	72	49	19
Trabalhadores na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso	208	32	100	49	19	7
14 ou 15 anos	652	82	241	178	88	63
Empregados e trabalhadores domésticos	329	29	100	104	54	43
Conta própria e empregadores	60	6	31	13	6	5
Não remunerados	165	30	66	38	20	11
Trabalhadores na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso	98	17	44	24	9	4
16 ou 17 anos	1 608	162	430	580	298	137
Empregados e trabalhadores domésticos	1 167	86	239	482	243	117
Conta própria e empregadores	127	14	49	39	15	9
Não remunerados	205	47	87	34	29	8
Trabalhadores na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso	110	15	56	25	11	3
18 anos ou mais	92 787	7 260	23 313	40 219	14 571	7 424
Empregados e trabalhadores domésticos	62 309	4 225	13 705	29 287	9 870	5 221
Conta própria e empregadores	25 157	2 378	7 133	9 775	3 908	1 964
Não remunerados	1 774	263	641	442	331	97
Trabalhadores na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso	3 548	393	1 834	715	462	142

ANEXO D – PNAD GRUPAMENTOS DE ATIVIDADES

Tabela 4 - Número de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos ocupados por grupamento de atividade do trabalho principal
Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2014

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e aquicultura	Comércio e reparação	Serviços de alojamento, alimentação, transportes, financeiros e imobiliários	Indústria de transformação, extração mineral, petróleo, gás, eletricidade e água	Administração pública, educação, saúde, serviços sociais, coletivos e pessoais	Construção	Serviços domésticos	Atividades maldefinidas	Total
Norte	189.697	79.896	37.917	38.818	16.793	22.500	22.006	700	408.327
Rondônia	16.373	6.801	3.022	2.015	252	2.771	2.518		33.752
Acre	13.607	2.520	2.352	1.680	504	1.008	840		22.511
Amazonas	45.137	13.483	6.584	2.506	3.765	4.075	3.449		78.999
Roraima	3.802	1.902	2.091	570	190	952	950		10.457
Pará	97.488	43.690	20.804	30.007	10.292	11.642	9.375	700	223.998
Amapá	2.322	1.807	258		258	1.032	2.067		7.744
Tocantins	10.968	9.693	2.806	2.040	1.532	1.020	2.807		30.866
Nordeste	509.185	213.895	98.765	80.309	62.238	66.232	66.348	868	1.097.840
Maranhão	121.125	31.434	11.500	7.667	5.364	13.032	18.399		208.521
Piauí	63.901	24.104	5.606	3.926	5.045	5.606	7.287		115.475
Ceará	50.313	28.003	17.256	20.902	8.604	8.371	11.188		144.637
Rio Grande do Norte	16.192	8.774	2.699	2.699	5.398	2.700	1.349		39.811
Paraíba	36.748	17.440	9.341	5.605	4.358	4.981	3.736		82.209
Pernambuco	35.745	21.723	11.052	19.116	7.251	6.172	8.030	270	109.359
Alagoas	18.548	11.965	7.775	1.794	2.990	1.794	2.990	598	48.454
Sergipe	23.852	11.206	3.253	5.061	3.975	3.614	2.168		53.129
Bahia	142.761	59.246	30.283	13.539	19.253	19.962	11.201		296.245
Sudeste	158.609	277.741	209.689	125.136	123.446	76.691	50.631		1.021.943
Minas Gerais	105.204	86.634	45.002	36.109	28.084	27.562	25.584		354.179
Espírito Santo	21.748	15.281	10.579	6.463	6.462	9.400	4.114		74.047
Rio de Janeiro	5.167	27.809	23.309	5.824	12.295	11.654	5.818		91.876
São Paulo	26.490	148.017	130.799	76.740	76.605	28.075	15.115		501.841
Sul	126.057	137.716	72.386	87.388	58.696	45.773	18.071		546.087
Paraná	42.126	48.186	31.123	23.967	23.381	15.618	6.169		190.570
Santa Catarina	22.953	41.737	19.475	32.684	11.823	12.517	2.087		143.276
Rio Grande do Sul	60.978	47.793	21.788	30.737	23.492	17.638	9.815		212.241
Centro-Oeste	40.855	86.218	42.668	24.478	24.950	20.242	17.770		257.181
Mato Grosso do Sul	8.426	17.701	5.900	2.109	4.216	6.320	5.480		50.152
Mato Grosso	14.139	22.702	10.708	5.997	5.140	2.573	4.713		65.972
Goiás	17.375	36.974	17.825	15.152	9.800	8.909	7.577		113.612
Distrito Federal	915	8.841	8.235	1.220	5.794	2.440			27.445
Brasil	1.024.403	795.466	461.425	356.129	286.123	231.438	174.826	1.568	3.331.378

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração própria

Nota: Ausência de informação significa que não há registros dos casos na amostra ou a amostra não comporta desagregação para o recorte

ANEXO E – LISTA TIP – DECRETO 6481/2008

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008.

Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT),

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), na forma do Anexo, de acordo com o disposto nos artigos 3º, “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999 e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000.

Art. 2º Fica proibido o trabalho do menor de dezoito anos nas atividades descritas na Lista TIP, salvo nas hipóteses previstas neste decreto.

§ 1º A proibição prevista no caput poderá ser elidida:

I - na hipótese de ser o emprego ou trabalho, a partir da idade de dezesesseis anos, autorizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, após consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, desde que fiquem plenamente garantidas a saúde, a segurança e a moral dos adolescentes; e

II - na hipótese de aceitação de parecer técnico circunstanciado, assinado por profissional legalmente habilitado em segurança e saúde no trabalho, que ateste a não exposição a riscos que possam comprometer a saúde, a segurança e a moral dos adolescentes, depositado na unidade descentralizada do Ministério do Trabalho e Emprego da circunscrição onde ocorrerem as referidas atividades.

§ 2º As controvérsias sobre a efetiva proteção dos adolescentes envolvidos em atividades constantes do parecer técnico referido no § 1º, inciso II, serão objeto de análise por órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego, que tomará as providências legais cabíveis.

§ 3º A classificação de atividades, locais e trabalhos prejudiciais à saúde, à segurança e à moral, nos termos da Lista TIP, não é extensiva aos trabalhadores maiores de dezoito anos.

Art. 3º Os trabalhos técnicos ou administrativos serão permitidos, desde que fora das áreas de risco à saúde, à segurança e à moral, ao menor de dezoito e maior de dezesesseis anos e ao maior de quatorze e menor de dezesesseis, na condição de aprendiz.

Art. 4º Para fins de aplicação das alíneas “a”, “b” e “c” do artigo 3º da Convenção nº 182, da OIT, integram as piores formas de trabalho infantil:

I - todas as formas de escravidão ou práticas análogas, tais como venda ou tráfico, cativo ou sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou obrigatório;

II - a utilização, demanda, oferta, tráfico ou aliciamento para fins de exploração sexual comercial, produção de pornografia ou atuações pornográficas;

III - a utilização, recrutamento e oferta de adolescente para outras atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas; e

IV - o recrutamento forçado ou compulsório de adolescente para ser utilizado em conflitos armados.

Art. 5o A Lista TIP será periodicamente examinada e, se necessário, revista em consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas.

Parágrafo único. Compete ao Ministério do Trabalho e Emprego organizar os processos de exame e consulta a que se refere o caput.

Art. 6o Este Decreto entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2008; 187o da Independência e 120o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Carlos Lupi

Este texto não substitui o publicado no DOU de 13.6.2008 e retificado no DOU de 23.10.2008

LISTA DAS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL (LISTA TIP)

I. TRABALHOS PREJUDICIAIS À SAÚDE E À SEGURANÇA

Atividade: Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
1.	Na direção e operação de tratores, máquinas agrícolas e esmeris, quando motorizados e em movimento	Acidentes com máquinas, instrumentos ou ferramentas perigosas	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites), mutilações, esmagamentos, fraturas
2.	No processo produtivo do fumo, algodão, sisal, cana-deaçúcar e abacaxi	Esforço físico e posturas viciosas; exposição a poeiras orgânicas e seus contaminantes, como fungos e agrotóxicos; contato com substâncias tóxicas da própria planta; acidentes com animais peçonhentos; exposição, sem proteção adequada, à radiação solar, calor, umidade, chuva e frio; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); pneumoconioses; intoxicações exógenas; cânceres; bissinoses; hantavírus; urticárias; envenenamentos; intermações; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas; ferimentos e mutilações; apagamento de digitais
3.	Na colheita de cítricos, pimenta malagueta e semelhantes	Esforço físico, levantamento e transporte manual de peso; posturas viciosas; exposição, sem proteção adequada, à radiação solar, calor, umidade, chuva e frio; contato com ácido da casca; acidentes com instrumentos perfurocortantes	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); intermações; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas; apagamento de digitais; ferimentos; mutilações
4.	No beneficiamento do fumo, sisal, castanha de caju e cana-deaçúcar	Esforço físico, levantamento e transporte de peso; exposição a	Fadiga física; afecções músculo-esqueléticas, (bursites, tendinites,
		poeiras orgânicas, ácidos e substâncias tóxicas	dorsalgias, sinovites, tenossinovites); intoxicações agudas e crônicas; rinite; bronquite; vômitos; dermatites ocupacionais; apagamento das digitais
5.	Na pulverização, manuseio e aplicação de agrotóxicos, adjuvantes, e produtos afins, incluindo limpeza de equipamentos, descontaminação, disposição e retorno de recipientes vazios	Exposição a substâncias químicas, tais como, pesticidas e fertilizantes, absorvidos por via oral, cutânea e respiratória	Intoxicações agudas e crônicas; poli-neuropatias; dermatites de contato; dermatites alérgicas; osteomalácias do adulto induzidas por drogas; cânceres; arritmias cardíacas; leucemias e episódios depressivos
6.	Em locais de armazenamento ou de beneficiamento em que haja livre desprendimento de poeiras de cereais e de vegetais	Exposição a poeiras e seus contaminantes	Bissinoses; asma; bronquite; rinite alérgica; enfizema; pneumonia e irritação das vias aéreas superiores
7.	Em estábulos, cavalarias, currais, estrebrias ou pocilgas, sem condições adequadas de higienização	Acidentes com animais e contato permanente com vírus, bactérias, parasitas, bacilos e fungos	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusões; tuberculose; carbúnculo; brucelose; leptospirose; tétano; psitacose; dengue; hepatites virais; dermatofitoses; candidíases; leishmanioses cutâneas e cutâneo-mucosas e blastomicoses
8.	No interior ou junto a silos de estocagem de forragem ou grãos com atmosferas tóxicas, explosivas ou com deficiência de oxigênio	Exposição a poeiras e seus contaminantes; queda de nível; explosões; baixa pressão parcial de oxigênio	Asfixia; dificuldade respiratória; asma ocupacional; pneumonia; bronquite; rinite; traumatismos; contusões e queimaduras
9.	Com sinalizador na aplicação aérea de produtos ou defensivos agrícolas	Exposição a substâncias químicas, tais como pesticidas e fertilizantes, absorvidos por via oral, cutânea e respiratória	Intoxicações exógenas agudas e crônicas; polineuropatias; dermatites; rinite; bronquite; leucemias; arritmia cardíaca; cânceres; leucemias; neurastenia e episódios depressivos.

10.	Na extração e corte de madeira	Acidentes com queda de árvores, serra de corte, máquinas e ofidismo	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); esmagamentos; amputações; lacerações; mutilações; contusões; fraturas; envenenamento e blastomicose
11.	Em manguezais e lamaçais	Exposição à umidade; cortes; perfurações; ofidismo, e contato com excrementos	Rinite; resfriados; bronquite; envenenamentos; intoxicações exógenas; dermatites; leptospirose; hepatites virais; dermatofitoses e candidíases

Atividade: PESCA

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
12.	Na cata de iscas aquáticas	Trabalho noturno; exposição à radiação solar, umidade, frio e a animais carnívoros ou peçonhentos; afogamento	Transtorno do ciclo vigília-sono; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; hipotermia; lesões; envenenamentos; perfuração da membrana do tímpano; perda da consciência; labirintite e otite média não suprativa e apnéia prolongada
13.	Na cata de mariscos	Exposição à radiação solar, chuva, frio; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; acidentes com instrumentos perfurocortantes; horário flutuante, como as marés; águas profundas	Queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas; hipertemia; fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; ferimentos; fadiga; distúrbios do sono; afogamento
14.	Que exijam mergulho, com ou sem equipamento	Apnéia prolongada e aumento do nitrogênio circulante	Afogamento; perfuração da membrana do tímpano; perda de consciência; barotrauma; embolia gasosa; síndrome de Raynaud; acrocianose; otite barotraumática; sinusite barotraumática; labirintite e otite média não suprativa
15.	Em condições hiperbáricas	Exposição a condições hiperbáricas, sem períodos de compressão e decompressão	Morte; perda da consciência; perfuração da membrana do tímpano; intoxicação por gases (oxigênio ou nitrogênio); barotrauma; embolia gasosa; síndrome de Raynaud; acrocianose; otite barotraumática; sinusite barotraumática; labirintite; otite média não suprativa; osteonecrose asséptica e mal dos caixões (doença descompressiva)

Atividade: I E

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
16.	Em cantarias e no preparo de cascalho	Esforço físico; posturas viciosas; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; exposição a poeiras minerais, inclusive sílica	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); DORT/LER; ferimentos e mutilações; rinite; asma; pneumoconioses; tuberculose
17.	De extração de pedras, areia e argila (retirada, corte e separação de pedras; uso de instrumentos contusocortantes, transporte e arrumação de pedras)	Exposição à radiação solar, chuva; exposição à sílica; levantamento e transporte de peso excessivo; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; condições sanitárias precárias; corpos estranhos	Queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; hipertermia; fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; ferimentos; mutilações; parasitoses múltiplas e gastroenterites; ferimentos nos olhos (córnea e esclera)
18.	De extração de mármore, granitos, pedras preciosas, semipreciosas e outros minerais	Levantamento e transporte de peso excessivo; acidentes com instrumentos contudentes e perfurocortantes; exposição a poeiras inorgânicas; acidentes com eletricidade e explosivos; gases asfixiantes	Fadiga física; afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); esmagamentos; traumatismos; ferimentos; mutilações; queimaduras; silicose; bronquite; bronquiolite; rinite; tuberculose; asma ocupacional; enfisema; fibrose pulmonar; choque elétrico; queimaduras e mutilações; asfixia
19.	Em escavações, subterrâneos, pedreiras, garimpos, minas em subsolo e a céu aberto	Esforços físicos intensos; soterramento; exposição a poeiras inorgânicas e a metais pesados;	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); asfixia; anóxia; hipóxia; esmagamentos; queimaduras; fraturas; silicose; tuberculose; asma ocupacional; bronquites; enfisema pulmonar; cânceres; lesões oculares; contusões; ferimentos; alterações mentais; fadiga e estresse
20.	Em locais onde haja livre desprendimento de poeiras minerais	Exposição a poeiras inorgânicas	Pneumoconioses associadas com tuberculose; asma ocupacional; rinite; silicose; bronquite e bronquiolite
Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
21.	Em salinas	Esforços físicos intensos; levantamento e transporte manual de peso; movimentos repetitivos; exposição, sem proteção adequada, à radiação solar, chuva e frio	Fadiga física; stress; afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); DORT/LER; intermações; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas

Atividade: I T

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
22.	De lixa nas fábricas de chapéu ou feltro	Acidentes com máquinas e instrumentos perigosos; exposição à poeira	Ferimentos; lacerações; mutilações; asma e bronquite
23.	De jateamento em geral, exceto em processos enclausurados	Exposição à poeira mineral	Silicose; asma; bronquite; bronquiolite; stress e alterações mentais
24.	De douração, prateação, niquelação, galvanoplastia, anodização de alumínio, banhos metálicos ou com desprendimento de fumos metálicos	Exposição a fumos metálicos (cádmio, alumínio, níquel, cromo, etc), névoas, vapores e soluções ácidas e cáusticas; exposição a altas temperaturas; umidade	Intoxicações agudas e crônicas; asma ocupacional; rinite; faringite; sinusite; bronquite; pneumonia; edema pulmonar; estomatite ulcerativa crônica; dermatite de contato; neoplasia maligna dos brônquios e pulmões; ulceração ou necrose do septo nasal; queimaduras

25.	Na operação industrial de reciclagem de papel, plástico e metal	Exposição a riscos biológicos (bactérias, vírus, fungos e parasitas), como contaminantes do material a ser reciclado, geralmente advindo de coleta de lixo	Dermatoses ocupacionais; dermatites de contato; asma; bronquite; viroses; parasitoses; cânceres
26.	No preparo de plumas e crinas	Exposição ao mercúrio e querosene, além de poeira orgânica	Transtornos da personalidade e de comportamento; episódios depressivos; neurastenia; ataxia cerebelosa; encefalopatia; transtorno extrapirramidal do movimento; gengivite crônica; estomatite ulcerativa e arritmias cardíacas
27.	Na industrialização do fumo	Exposição à nicotina	Intoxicações exógenas; tonturas e vômitos
28.	Na industrialização de cana de açúcar	Exposição a poeiras orgânicas	Bagaçose; asma; bronquite e pneumonite
29.	Em fundições em geral	Exposição a poeiras inorgânicas, a fumos metálicos (ferro, bronze, alumínio, chumbo, manganês e outros); exposição a altas temperaturas; esforços físicos intensos;	Intoxicações; siderose; saturnismo; beriliose; estanhose; bronquite crônica; bronquite asmática; bronquite obstrutiva; sinusite; cânceres; ulceração ou necrose do septo nasal; desidratação e intermação; afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites)
30.	Em tecelagem	Exposição à poeira de fios e fibras mistas e sintéticas; exposição a corantes; postura inadequadas e esforços repetitivos	Bissinose; bronquite crônica; bronquite asmática; bronquite obstrutiva; sinusite; fadiga física; DORT/LER
31.	No beneficiamento de mármore, granitos, pedras preciosas, semipreciosas e outros bens minerais	Esforços físicos intensos; acidentes com máquinas perigosas e instrumentos perfuro-cortantes; exposição a poeiras inorgânicas; acidentes com eletricidade	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); traumatismos; ferimentos; mutilações; silicose; bronquite; bronquiolite; rinite; tuberculose; asma ocupacional; enfisema; fibrose pulmonar; choque elétrico
32.	Na produção de carvão vegetal	Exposição à radiação solar, chuva; contato com amianto; picadas de insetos e animais peçonhentos; levantamento e transporte de peso excessivo; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; queda de toras; exposição à vibração, explosões e desabamentos; combustão espontânea do carvão; monotonia; estresse da tensão da vigília do forno; fumaça contendo subprodutos da pirólise e combustão incompleta: ácido pirolenhoso, alcatrão, metanol, acetona, acetato, monóxido de carbono, dióxido de carbono e metano	Queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; hipertemia; reações na pele ou generalizadas; fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; DORT/LER; ferimentos; mutilações; traumatismos; lesões osteomusculares; síndromes vasculares; queimaduras; sofrimento psíquico; intoxicações agudas e crônicas
33.	Em contato com resíduos de animais deteriorados, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos ou dejetos de animais	Exposição a vírus, bactérias, bacilos, fungos e parasitas	Tuberculose; carbúnculo; brucelose; hepatites virais; tétano; psitacose; ornitose; dermatoses ocupacionais e dermatites de contato
34.	Na produção, processamento e manuseio de explosivos, inflamáveis líquidos, gasosos ou liquefeitos	Exposição a vapores e gases tóxicos; risco de incêndios e explosões	Queimaduras; intoxicações; rinite; asma ocupacional; dermatoses ocupacionais e dermatites de contato
35.	Na fabricação de fogos de artifícios	Exposição a incêndios, explosões, corantes de chamas (cloreto de potássio, antimônio trissulfeto) e poeiras	Queimaduras; intoxicações; enfisema crônico e difuso; bronquite e asma ocupacional
36.	De direção e operação de máquinas e equipamentos elétricos de grande porte	Esforços físicos intensos e acidentes com sistemas; circuitos e condutores de energia elétrica	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; esmagamentos; fraturas; queimaduras; perda temporária da consciência; carbonização; parada cardíaco-respiratória
37.	Em curtumes, industrialização de couros e fabricação de peles e peles	Esforços físicos intensos; exposição a corantes, alvejantes, álcalis, desengordurantes, ácidos, alumínio, branqueadores, vírus, bactérias, bacilos, fungos e calor	Afecções músculo-esquelética(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); tuberculose; carbúnculo; brucelose; antrax; cânceres; rinite crônica; conjuntivite; pneumonite; dermatites de contato; dermatose ocupacional e queimaduras
38.	Em matadouros ou abatedouros em geral	Esforços físicos intensos; riscos de acidentes com animais e ferramentas perfuro-cortantes e exposição a agentes biológicos	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusões; ferimentos; tuberculose; carbúnculo; brucelose e psitacose; antrax
39.	Em processamento ou empacotamento mecanizado de carnes	Acidentes com máquinas, ferramentas e instrumentos perfurocortantes; esforços repetitivos e riscos biológicos	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusão; amputação; corte; DORT/LER; tuberculose; carbúnculo; brucelose; psitacose
40.	Na fabricação de farinha de mandioca	Esforços físicos intensos; acidentes com instrumentos perfurocortantes; posições inadequadas; movimentos repetitivos; altas temperaturas e poeiras	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusão; amputações; cortes; queimaduras; DORT/LER; cifose; escoliose; afecções respiratórias e dermatoses ocupacionais
41.	Em indústrias cerâmicas	Levantamento e transporte de peso; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; exposição ao calor e à umidade; exposição à poeira; acidentes com máquinas e quedas	Fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; desidratação; intermação; doenças respiratórias, com risco de silicose; fraturas; mutilações; choques elétricos

42.	Em olarias nas áreas de fornos ou com exposição à umidade excessiva	Levantamento e transporte de peso; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; exposição ao calor e à umidade; exposição à poeira; acidentes com máquinas e quedas	Fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; desidratação; intermação; doenças respiratórias, com risco de silicose; fraturas; mutilações; choques elétricos
43.	Na fabricação de botões e outros artefatos de nácar, chifre ou osso	Acidentes com máquinas e ferramentas perfuro-cortantes; esforços repetitivos e vibrações, poeiras e ruídos	Contusões; perfurações; cortes; dorsalgia; cervicália; síndrome cervicobraquial; tendinites; bursites; DORT/LER; alterações temporária do limiar auditivo; hipoacusia e perda da audição
44.	Na fabricação de cimento ou cal	Esforços físicos intensos; exposição a poeiras (sílica); altas temperaturas; efeitos abrasivos sobre a pele	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); silicose; asma ocupacional; bronquite; dermatites; dermatoses ocupacionais; intermação; ferimentos; mutilações; fadiga e estresse
45.	Na fabricação de colchões	Exposição a solventes orgânicos, pigmentos de chumbo, cádmio e manganês e poeiras	Encefalopatias tóxicas agudas e crônicas; hipertensão arterial; arritmias cardíacas; insuficiência renal; hipotireoidismo; anemias; dermatoses ocupacionais e irritação da pele e mucosas
46.	Na fabricação de cortiças, cristais, esmaltes, estopas, gesso, louças, vidros ou vernizes	Esforços físicos intensos; exposição a poeiras (sílica), metais pesados, altas temperaturas, corantes e pigmentos metálicos (chumbo, cromo e outros) e calor	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); queimaduras; catarata; silicose; asma ocupacional; bronquite; enfisema; intoxicação; dermatoses ocupacionais; intermação
47.	Na fabricação de porcelanas	Exposição a poeiras minerais e ao calor; posições inadequadas	Pneumoconioses e dermatites; fadiga física e intermação; afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); DORT/LER
48.	Na fabricação de artefatos de borracha	Esforços físicos intensos; exposição a produtos químicos, antioxidantes, plastificantes, dentre outros, e ao calor	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); câncer de bexiga e pulmão; asma ocupacional; bronquite; enfisema; intoxicação; dermatoses ocupacionais; intermação e intoxicações; queimaduras
49.	Em destilarias de álcool	Exposição a vapores de etanol, metanol e outros riscos químicos; risco de incêndios e explosões	Cânceres; dermatoses ocupacionais; dermatites de contato; intermação; asma ocupacional; bronquites; queimaduras
50.	Na fabricação de bebidas alcoólicas	Exposição a vapores de etanol e a poeira de cereais; exposição a bebidas alcoólicas, ao calor, à formação de atmosferas explosivas; incêndios e outros acidentes	Queimaduras; asfixia; tonturas; intoxicação; irritação das vias aéreas superiores; irritação da pele e mucosas; cefaleia e embriaguez
51.	No interior de resfriadores, casas de máquinas, ou junto de aquecedores, fornos ou alto-fornos	Exposição a temperaturas extremas, frio e calor	Frio; hipotermia com diminuição da capacidade física e mental; calor, hipertermia; fadiga; desidratação; desequilíbrio hidroeletrólítico e estresse
52.	Em serralherias	Exposição a poeiras metálicas tóxicas, (chumbo, arsênico cádmio), monóxido de carbono, estilhaços de metal, calor, e acidentes com máquinas e equipamentos	Neoplasia maligna dos brônquios e pulmões; bronquite; pneumonite; edema pulmonar agudo; enfisema intersticial; queimaduras; cortes; amputações; traumatismos; conjuntivite; catarata e intoxicações
53.	Em indústrias de móveis	Esforços físicos intensos; exposição à poeira de madeiras, solventes orgânicos, tintas e vernizes; riscos de acidentes com máquinas, serras e ferramentas perigosas	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); neoplasia maligna dos brônquios e pulmões; bronquite; pneumonite; edema pulmonar agudo; enfisema intersticial; asma ocupacional; cortes; amputações; traumatismos; dermatose ocupacional; anemias; conjuntivite
54.	No beneficiamento de madeira	Esforços físicos intensos; exposição à poeira de madeiras; risco de acidentes com máquinas, serras, equipamentos e ferramentas perigosas	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); asma ocupacional; bronquite; pneumonite; edema pulmonar agudo; enfisema intersticial; asma ocupacional; dermatose ocupacional; esmagamentos; ferimentos; amputações; mutilações; fadiga; stress e DORT/LER
55.	Com exposição a vibrações localizadas ou de corpo inteiro	Vibrações localizadas ou generalizadas	Síndrome cervicobraquial; dor articular; moléstia de Dupuytren; capsulite adesiva do ombro; bursites; epicondilitis lateral; osteocondrose do adulto; doença de Kohler; hérnia de disco; artroses e aumento da pressão arterial
56.	De desmonte ou demolição de navios e embarcações em geral	Esforços físicos intensos; exposição a fumos metálicos (ferro, bronze, alumínio, chumbo e outros); uso de ferramentas pesadas; altas temperaturas	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); asfixia; perda da consciência; fibrilação ventricular; queimaduras; fraturas; contusões; intermação; perfuração da membrana do tímpano

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
57.	Em sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica	Exposição à energia de alta tensão; choque elétrico e queda de nível.	Eletrochoque; fibrilação ventricular; parada cardíaca; traumatismos; escoriações; fraturas

Atividade: C

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
58.	Construção civil e pesada, incluindo construção, restauração, reforma e demolição	Esforços físicos intensos; risco de acidentes por queda de nível, com máquinas, equipamentos e ferramentas; exposição à poeira de tintas, cimento, pigmentos metálicos e solventes; posições inadequadas; calor; vibrações e movimentos repetitivos	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; fraturas; esmagamentos; traumatismos; afecções respiratórias; dermatites de contato; intermação; síndrome cervicobraquial; dores articulares; intoxicações; polineuropatia periférica; doenças do sistema hematopoiético; leucocitose; episódios depressivos; neurastenia; dermatoses ocupacionais; DORT/LER; cortes; contusões; traumatismos

Atividade: C (R V A O P D)

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
59.	Em borracharias ou locais onde sejam feitos recapeamento ou recauchutagem de pneus	Esforços físicos intensos; exposição a produtos químicos, antioxidantes, plastificantes, entre outros, e calor	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); queimaduras; câncer de bexiga e pulmão; asma ocupacional; bronquite; enfisema; intoxicação; dermatoses ocupacionais; intermação e intoxicações

Atividade: T A

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
60.	No transporte e armazenagem de álcool, explosivos, inflamáveis líquidos, gasosos e liquefeitos	Exposição a vapores tóxicos; risco de incêndio e explosões	Intoxicações; queimaduras; rinite e dermatites de contato
61.	Em porão ou convés de navio	Esforços físicos intensos; risco de queda de nível; isolamento, calor e outros riscos inerentes às cargas transportadas	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); lesões; fraturas; contusões; traumatismos; fobia e transtorno do ciclo vigília-sono
62.	Em transporte de pessoas ou animais de pequeno porte	Acidentes de trânsito	Ferimentos; contusões; fraturas; traumatismos e mutilações

Atividade: S S S

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
63.	No manuseio ou aplicação de produtos químicos, incluindo limpeza de equipamentos, descontaminação, disposição e retorno de recipientes vazios	Exposição a quimioterápicos e outras substâncias químicas de uso terapêutico	Intoxicações agudas e crônicas; polineuropatia; dermatites de contato; dermatite alérgica; osteomalácia do adulto induzida por drogas; cânceres; arritmia cardíaca; leucemias; neurastenia e episódios depressivos
64.	Em contato com animais portadores de doenças infectocontagiosas e em postos de vacinação de animais	Exposição a vírus, bactérias, parasitas e bacilos	Tuberculose; carbúnculo; brucelose; psitacose; raiva; asma; rinite; conjuntivite; pneumonia; dermatite de contato e dermatose ocupacional
65.	Em hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao cuidado da saúde humana, em que se tenha contato direto com os pacientes ou se manuseie objetos de uso dos pacientes não previamente esterilizados	Exposição a vírus, bactérias, parasitas e bacilos; stress psíquico e sofrimento; acidentes com material biológico	Tuberculose; AIDS; hepatite; meningite; carbúnculo; toxoplasmose; viroses, parasitoses; zoonose; pneumonias; candidíases; dermatoses; episódios depressivos e sofrimento mental
66.	Em laboratórios destinados ao preparo de soro, de vacinas e de outros produtos similares	Exposição a vírus, bactérias, parasitas, bacilos e contato com animais de laboratório	Envenenamentos; cortes; lacerações; hepatite; AIDS; tuberculose; carbúnculo; brucelose; psitacose; raiva; asma; rinite crônica; conjuntivite; zoonoses; ansiedade e sofrimento mental

Atividade: S C , S , P O

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
67.	Em lavanderias industriais	Exposição a solventes, cloro, sabões, detergentes, calor e movimentos repetitivos	Polineurites; dermatoses ocupacionais; blefarites; conjuntivites; intermação; fadiga e queimaduras
68.	Em tinturarias e estamparias	Exposição a solventes, corantes, pigmentos metálicos, calor e umidade	Hipotireoidismo; anemias; polineuropatias; encefalopatias; hipertensão arterial; arritmia cardíaca; insuficiência renal; infertilidade masculina; queimaduras; intermação e depressão do Sistema Nervoso Central.
69.	Em esgotos	Esforços físicos intensos; exposição a produtos químicos utilizados nos processos de tratamento de esgoto, tais como cloro, ozônio, sulfeto de hidrogênio e outros; riscos biológicos; espaços confinados e riscos de explosões	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); escolioses; disfunção olfativa; alcoolismo; asma; bronquite; lesões oculares; dermatites; dermatoses; asfixia; salmoneloses; leptospirose e disfunções olfativas

70.	Na coleta, seleção e beneficiamento de lixo	Esforços físicos intensos; exposição aos riscos físicos, químicos e biológicos; exposição a poeiras tóxicas, calor; movimentos repetitivos; posições antiergonômicas	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); ferimentos; lacerações; intermações; resfriados; DORT/LER; deformidades da coluna vertebral; infecções respiratórias; piodermites; desidratação; dermatoses ocupacionais; dermatites de contato; alcoolismo e disfunções olfativas
71.	Em cemitérios	Esforços físicos intensos; calor; riscos biológicos (bactérias, fungos, ratos e outros animais, inclusive peçonhentos); risco de acidentes e estresse psíquico	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); ferimentos; contusões; dermatoses ocupacionais; ansiedade; alcoolismo; desidratação; câncer de pele; neurose profissional e ansiedade
72.	Em serviços externos, que impliquem em manuseio e porte de valores que coloquem em risco a sua segurança (Office-boys, mensageiros, contínuos)	Acidentes de trânsito e exposição à violência	Traumatismos; ferimentos; ansiedade e estresse
73.	Em ruas e outros logradouros públicos (comércio ambulante, guardador de carros, guardas mirins, guias turísticos, transporte de pessoas ou animais, entre outros)	Exposição à violência, drogas, assédio sexual e tráfico de pessoas; exposição à radiação solar, chuva e frio; acidentes de trânsito; atropelamento	Ferimentos e comprometimento do desenvolvimento afetivo; dependência química; doenças sexualmente transmissíveis; atividade sexual precoce; gravidez indesejada; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; hipertensão; traumatismos; ferimentos
74.	Em artesanato	Levantamento e transporte de peso; manutenção de posturas inadequadas; movimentos repetitivos; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; corpos estranhos; jornadas excessivas	Fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; DORT/LER; ferimentos; mutilações; ferimentos nos olhos;
Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
			fadiga; estresse; distúrbios do sono
75.	De cuidado e vigilância de crianças, de pessoas idosas ou doentes	Esforços físicos intensos; violência física, psicológica e abuso sexual; longas jornadas; trabalho noturno; isolamento; posições antiergonômicas; exposição a riscos biológicos.	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); DORT/LER; ansiedade; alterações na vida familiar; síndrome do esgotamento profissional; neurose profissional; fadiga física; transtornos do ciclo vigília-sono; depressão e doenças transmissíveis.

Atividade: S D

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
76.	Domésticos	Esforços físicos intensos; isolamento; abuso físico, psicológico e sexual; longas jornadas de trabalho; trabalho noturno; calor; exposição ao fogo, posições antiergonômicas e movimentos repetitivos; tracionamento da coluna vertebral; sobrecarga muscular e queda de nível	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusões; fraturas; ferimentos; queimaduras; ansiedade; alterações na vida familiar; transtornos do ciclo vigília-sono; DORT/LER; deformidades da coluna vertebral (lombalgias, lombociatalgias, escolioses, cifoses, lordoses); síndrome do esgotamento profissional e neurose profissional; traumatismos; tonturas e fobias

Atividade: T

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
77.	De manutenção, limpeza, lavagem ou lubrificação de veículos, tratores, motores, componentes, máquinas ou equipamentos, em que se utilizem solventes orgânicos ou inorgânicos, óleo diesel, desengraxantes ácidos ou básicos ou outros produtos derivados de óleos minerais	Exposição a solventes orgânicos, neurotóxicos, desengraxantes, névoas ácidas e alcalinas	Dermatoses ocupacionais; encefalopatias; queimaduras; leucocitoses; elaiocitose; episódios depressivos; tremores; transtornos da personalidade e neurastenia
78.	Com utilização de instrumentos ou ferramentas perfurocortantes, sem proteção adequada capaz de controlar o risco	Perfurações e cortes	Ferimentos e mutilações
79.	Em câmaras frigoríficas	Exposição a baixas temperaturas e a variações súbitas	Hipotermia; eritema pérmio; geladura (Frostbite) com necrose de tecidos; bronquite; rinite; pneumonias
80.	Com levantamento, transporte, carga ou descarga manual de pesos, quando realizados raramente, superiores a 20 quilos, para o gênero masculino e superiores a 15 quilos para o gênero feminino; e superiores a 11 quilos para o gênero masculino e superiores a 7 quilos para o gênero feminino, quando realizados freqüentemente	Esforço físico intenso; tracionamento da coluna vertebral; sobrecarga muscular	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); lombalgias; lombociatalgias; escolioses; cifoses; lordoses; maturação precoce das epífises
81.	Ao ar livre, sem proteção adequada contra exposição à radiação solar, chuva, frio	Exposição, sem proteção adequada, à radiação solar, chuva e frio	Intermações; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas; hipertensão; dermatoses; dermatites; conjuntivite; queratite; pneumonite; fadiga; intermação

82.	Em alturas superiores a 2,0 (dois) metros	Queda de nível	Fraturas; contusões; traumatismos; tonturas; fobias
83.	Com exposição a ruído contínuo ou intermitente acima do nível previsto na legislação pertinente em vigor, ou a ruído de impacto	Exposição a níveis elevados de pressão sonora	Alteração temporária do limiar auditivo; hipoacusia; perda da audição; hipertensão arterial; ruptura traumática do tímpano; alterações emocionais; alterações mentais e estresse
84.	Com exposição ou manuseio de arsênico e seus compostos, asbestos, benzeno, carvão mineral, fósforo e seus compostos, hidrocarbonetos, outros compostos de carbono, metais pesados (cádmio, chumbo, cromo e mercúrio) e seus compostos, silicatos, ácido oxálico, nítrico, sulfúrico, bromídrico, fosfórico, pícrico, álcalis cáusticos ou substâncias nocivas à saúde conforme classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS)	Exposição aos compostos químicos acima dos limites de tolerância	Neoplasia maligna dos brônquios e pulmões; angiosarcoma do fígado; polineuropatias; encefalopatias; neoplasia maligna do estômago, laringe e pleura; mesoteliomas; asbestoses; arritmia cardíaca; leucemias; síndromes mielodisplásicas; transtornos mentais; cor pulmonale; silicose e síndrome de Caplan
85.	Em espaços confinados	Isolamento; contato com poeiras, gases tóxicos e outros contaminantes	Transtorno do ciclo vigília-sono; rinite; bronquite; irritabilidade e estresse
86.	De afiação de ferramentas e instrumentos metálicos em afiadora, rebolo ou esmeril, sem proteção coletiva contra partículas volantes	Acidentes com material cortante e com exposição a partículas metálicas cortantes desprendidas da afiadora	Ferimentos e mutilações
87.	De direção, operação, de veículos, máquinas ou equipamentos, quando motorizados e em movimento (máquinas de laminação, forja e de corte de metais, máquinas de padaria, como misturadores e cilindros de massa, máquinas de fatiar, máquinas em trabalhos com madeira, serras circulares, serras de fita e guilhotinas, esmeris, moinhos, cortadores e misturadores, equipamentos em fábricas de papel, guindastes ou outros similares)	Esforços físicos; acidentes com ferramentas e com sistemas condutores de energia elétrica	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; esmagamentos; fraturas; queimaduras e parada cardíaca respiratória
88.	Com exposição a radiações ionizante e não-ionizantes (microondas, ultravioleta ou laser)	Exposição a radiações não-ionizante e ionizante (raios X, gama, alfa e beta) em processos industriais, terapêuticos ou propedêuticos (em saúde humana ou animal) ou em prospecção; processamento, estocagem e transporte de materiais radioativos	Carcinomas baso-celular e espino-celular; neoplasia maligna da cavidade nasal, brônquios, pulmões, ossos e cartilagens articulares; sarcomas ósseos; leucemias; síndrome mielodisplásica; anemia aplástica; hemorragias; agranulocitose; polineuropatia; blefarite; conjuntivite; catarata; gastroenterite; afecções da pele e do tecido conjuntivo relacionadas com a radiação, osteonecrose e infertilidade masculina
89.	De manutenção e reparo de máquinas e equipamentos elétricos, quando energizados	Esforços físicos intensos; exposição a acidentes com sistemas, circuitos e condutores de energia elétrica e acidentes com equipamentos e ferramentas contuso-cortantes	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; esmagamentos; fraturas; queimaduras; perda temporária da consciência; carbonização; parada cardíaco-respiratória

II. TRABALHOS PREJUDICIAIS À MORALIDADE

Item	Descrição dos Trabalhos
1.	Aqueles prestados de qualquer modo em prostíbulos, boates, bares, cabarés, danceterias, casas de massagem, saunas, hotéis, salas ou lugares de espetáculos obscenos, salas de jogos de azar e estabelecimentos análogos
2.	De produção, composição, distribuição, impressão ou comércio de objetos sexuais, livros, revistas, fitas de vídeo ou cinema e cds pornográficos, de escritos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos pornográficos que possam prejudicar a formação moral
3.	De venda, a varejo, de bebidas alcoólicas
4.	Com exposição a abusos físicos, psicológicos ou sexuais.

*

ANEXO F – TABELA INSTITUTO SANTA LÚCIA

INSTRUMENTAL DE COLETA DE DADOS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Tipologia de Serviço: Serviços Especializado de Abordagem Social - SEAS Crianças e Adolescentes

Período: 2015

Meta do convênio:

Atendimentos Prestados - dimensionamento de demanda							
Serviços	Abordagens	Solicitações	Pessoas atendidas	Recusa de atend.	Evasão	Famílias	Acomp./PIA
Janeiro	1902	69	889	42	11	144	46
Fevereiro	1647	91	879	39	7	172	47
Março	1564	58	891	74	10	200	62
Abril	1750	49	856	38	8	206	37
Maio	1948	83	971	63	10	169	34
Junho	1852	64	935	56	12	193	31
Julho	2085	184	1031	59	12	190	39
Agosto	2219	108	1011	49	11	239	41
Setembro	1892	95	917	60	28	315	39
Outubro	2201	104	984	92	17	363	36
Novembro	2109	73	1033	126	19	213	35
Dezembro	3233	81	1240	82	16	232	34
Total	24402	1059	11697	780	161	2548	441

Faixa Etária dos Atendidos											
Serviços	0 a 5 anos		6 a 11 anos		12 a 14 anos		15 a 17 anos		Não Informado (NI)		total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Janeiro	77	61	174	83	229	64	118	40	0	2	848
Fevereiro	78	60	132	74	196	58	145	40	0	0	783
Março	69	73	135	75	193	52	175	61	0	0	833
Abril	86	66	138	74	221	64	148	32	10	1	840
Maio	85	67	164	75	212	57	138	51	4	2	855
Junho	116	62	163	70	205	57	151	40	7	0	871
Julho	134	71	195	91	243	81	187	53	0	0	1.055
Agosto	139	70	199	85	207	51	165	55	0	0	971
Setembro	103	70	148	91	207	70	153	51	0	0	893
Outubro	113	100	147	95	218	58	147	49	3	0	930
Novembro	97	78	159	102	246	60	189	56	2	0	989
Dezembro	138	108	222	134	251	81	164	55	1	0	1.154
Total	1.239	886	1.975	1.048	2.428	753	1.860	583	27	5	11.028

Encaminhamentos Realizados										
Serviços	CREAS para Abrigamento	CREAS para inserção de PTRS	Saica	CT	Retorno Familiar	Saúde	Sentinelas	SGDA	Outros	Total
Janeiro	5	79	1	130	5	6	0	3	178	407
Fevereiro	18	96	8	162	1	13	0	6	143	447
Março	4	78	7	174	3	7	0	3	76	352
Abril	7	66	2	162	1	4	0	3	85	330
Maio	6	115	7	186	7	7	0	2	179	509
Junho	5	82	13	138	5	13	0	6	42	304
Julho	10	61	15	240	3	17	0	4	349	699
Agosto	5	43	3	147	2	17	0	18	341	576
Setembro	14	44	17	135	5	7	0	2	206	430
Outubro	20	50	13	135	4	8	0	8	177	415
Novembro	12	41	3	114	2	4	0	5	170	351
Dezembro	12	50	4	112	4	4	0	3	162	351
Total	118	806	89	1.845	42	100	0	69	2.098	9.573

Especificidade e Classificação da Demanda - quadro I									
Serviços	Trabalho Infantil	Situação de Rua	PPCAM	Dep. Químico	Exploração sexual	Faz uso de álcool	Em cumprimento de MSE MA	Em descumprimento de MSE MA	Total
Janeiro	782	58	0	83	1	23	7	6	960
Fevereiro	633	81	0	81	3	21	6	4	829
Março	610	90	1	83	2	29	6	6	827
Abril	709	123	1	82	8	19	7	5	954
Maio	753	98	1	95	5	27	7	7	993
Junho	744	100	1	84	3	26	6	5	969
Julho	816	132	0	87	5	21	6	15	1082
Agosto	879	82	0	79	4	19	6	5	1074
Setembro	808	102	0	85	7	25	4	7	1038
Outubro	831	124	0	80	4	20	4	9	1072
Novembro	922	105	0	76	4	22	4	6	1139
Dezembro	1031	99	0	61	4	30	4	5	1234
Total	9518	1184	4	876	50	282	67	80	12371

Especificidade e Classificação da Demanda Atendida - quadro II				
Meses	Falta de vagas em clínicas para trato de dep. Química	Falta de vaga para SAICA	Falta de vaga em República Jovem	Total
Janeiro	8	0	0	8
Fevereiro	9	0	0	9
Março	11	0	0	11
Abril	8	0	1	9
Maio	10	0	1	11
Junho	14	0	1	15
Julho	10	0	1	11
Agosto	11	0	1	12
Setembro	10	0	1	11
Outubro	14	0	1	15
Novembro	13	0	1	14
Dezembro	7	0	1	8
Total	125	0	9	134

Visitas Domiciliares		
Meses	Visitas domiciliares	total
Janeiro	42	42
Fevereiro	30	30
Março	54	54
Abril	36	36
Maio	44	44
Junho	49	49
Julho	38	38
Agosto	41	41
Setembro	62	62
Outubro	39	39
Novembro	47	47
Dezembro	37	37
Total	519	519

Prestação de Serviços (não constantes em termo de convênio)						
Meses	Transp. CRAS/ CREAS	Transp. CT de acolhida	Transp. Saúde	Transp. Rede	Outros	Total
Janeiro	1	1	5	4	2	13
Fevereiro	6	6	7	0	6	25
Março	6	4	3	4	4	21
Abril	9	2	0	3	5	19
Maio	12	4	0	6	5	27
Junho	2	4	8	5	0	19
Julho	7	4	2	5	0	18
Agosto	1	4	0	7	2	14
Setembro	7	1	1	8	0	17
Outubro	6	9	0	3	8	26
Novembro	4	11	0	4	0	19
Dezembro	6	4	0	4	0	14
Total	67	54	25	53	35	235

ANEXO G – RESOLUÇÃO COMAS Nº 1144/2016

sexta-feira, 2 de dezembro de 2016

Diário Oficial da Cidade de São Paulo

São Paulo, 61 (225) – 89

ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

GABINETE DA SECRETÁRIA

Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS, na Portaria nº 26/SMADS/2013 que delega as SAS a competência de autorizar a inscrição no CENTS de organizações certificadas e/ou conveniadas com a SMADS e com base nas informações dos setores competentes, autoriza o reinscrição da entidade/organização Liga das Senhoras Católicas de São Paulo no Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS a partir de 01/12/2016.

SUPERVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ITAQUERA – SAS/IO

DESPACHO DE RECADASTRAMENTO NO CENTS
Considerando o estabelecido no Decreto nº 52.830 de 17/12/11 que Reorganiza o Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS, na Portaria nº 32/SMADS/2014 que delega as SAS a competência de autorizar o recadastro no CENTS de organizações certificadas, na SMADS e com base nas informações dos setores competentes, autoriza o recadastro da entidade/organização Associação de Assistência Social Eny Vieira Machado no Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS, CNPJ 15.308.663/0001-45 a partir de 01/12/2016.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO COMAS – SP Nº 1146/2016 DE 29 DE NOVOBRO DE 2016

Dispõe sobre a instituição dos Conselhos Gestores dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS e Centros de Referência Especializados de Assistência Social para a População em situação de rua – Centro Pop.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo – COMAS-SP no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 12.524, de 01.12.97, regulamentada pelo Decreto nº 38.877, de 21.12.99 e, com as disposições de seu Regimento Interno em reunião ordinária de 29 de novembro de 2016 e,

Considerando que o art. 204, inciso II da Constituição Federal prevê a participação da população por meio de suas organizações representativas para formulação e controle das políticas em todos os níveis;

Considerando que a Lei Orgânica de Assistência Social em seu artigo sexto define que as ações de assistência social são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social e por um conjunto de instâncias deliberativas compostas por diversos setores;

Considerando que a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pela Resolução/CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, definiu que um dos grandes desafios da construção dessa política é a criação de instrumentos e mecanismos que venham garantir a efetiva participação dos usuários nos conselhos e fóruns enquanto sujeitos de direitos e não mais indivíduos e grupos de atendidos, sub-representados;

Considerando que o exercício do controle social deve considerar participativos os aspectos éticos e pedagógicos dessa experiência, com vistas a formar cidadãos mais empoderados e comprometidos com uma sociedade mais justa e igualitária.

Considerando que a gestão democrática da assistência social, que tem na participação da sociedade civil, nos processos de formulação das políticas e na fiscalização das ações seus traços mais inovadores,

Considerando que o conselho gestor deve ser compreendido como um locus privilegiado por sua composição paritária e pelo lugar institucional que ocupa, para o debate sobre os diferentes e conflitantes interesses, demandas e objetivos presentes na sociedade e,

Considerando que o Decálogo dos Direitos Socioassistenciais institui o Direito de equidade social e de manifestação pública traduzida em direito do cidadão e da cidade, de manifestar-se, exercer protagonismo e controle social na política de assistência social, sem sofrer discriminações, restrições ou atitudes vexatórias derivadas do nível pessoal de instrução formal, etnia, raça, cultura, credo, idade, gênero, limitações pessoais.

Considerando que esta matéria responde as deliberações das diversas Conferências Municipais de Assistência Social RESOLVE

Art. 1º – Aprovar a instituição dos Conselhos Gestores dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS e Centros de Referência Especializados de Assistência Social para a População em situação de rua – Centro Pop.

Parágrafo Único – Os Conselhos Gestores terão sua abrangência descentralizada, respeitando a referência das respectivas áreas CRAS/CREAS/Centro Pop, normatizada em Resolução específica do COMAS/SP após avaliação e realização de Audiências Públicas para tal finalidade.

Art. 2º – O Conselho Gestor dos CRAS, CREAS, Centro Pop é um colegiado com caráter permanente, deliberativo e sem remuneração, destinados ao planejamento, avaliação, fiscalização e controle da execução das políticas públicas de assistência social, em sua área de abrangência.

Parágrafo Único – Entende-se por deliberativo as atribuições previstas no Artigo 4º da presente Resolução, em abrangência local e não as atribuições técnicas, administrativas e financeiras do COMAS/SP e deliberativos do COMAS/SP.

Art. 3º – Cada Conselho Gestor será composto por 18 (dezoito) integrantes, sendo 09 (nove) titulares e 09 (nove) suplentes, com a seguinte representatividade:

II – quatro representantes de Usuários(a) da Assistência Social;

III – um(a) representante de Trabalhadores(as) do SUAS, do CRAS/CREAS/Centro Pop;

IV – dois representantes de Trabalhadores(as) do SUAS da rede socioassistencial conveniada e não conveniada;

V – um(a) representante de Entidade ou Organização Social da rede socioassistencial conveniada e não conveniada;

§ 1º A eleição de representantes do(a)s integrantes do Conselho Gestor dar-se-á em Assembleias autônomas conduzida com direção eleita, sendo indicado(a) e aprovado(a) pelos seus pares, com idade a partir de 18 (dezoito) anos, referência e participante ativo.

§ 2º O mandato do(a)s integrantes de cada Conselho Gestor será de 02 (dois) anos, permitida apenas uma única recondução.

§ 3º A Posse do(a)s integrantes dos Conselhos Gestores será publicada em Diário Oficial da Cidade de São Paulo pelo COMAS-SP, após o envio das atas das Assembleias de eleição e da lista nominal do(a)s integrantes eleitos pela Supervisão

de Assistência Social, onde está referenciado o CRAS/CREAS/Centro Pop, conforme prazo previsto no artigo 8º

§ 4º O Conselho Gestor reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, podendo ser convocado extraordinariamente por solicitação da maioria de seus integrantes.

Art. 4º – Compete ao Conselho Gestor, observar as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social

I – acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços e ações da política pública de assistência social, prestados à população no âmbito do CRAS/CREAS/ Centro Pop;

II – propor medidas para aperfeiçoar o planejamento, a organização, a avaliação e o controle das ações e dos serviços do CRAS/CREAS/Centro Pop;

III – examinar propostas, denúncias e queixas, encaminhadas por qualquer pessoa ou entidade, encaminhando para providências do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo, COMAS/SP, dentro de sua atribuição;

IV – contribuir na definição de estratégia de ação visando à integração do trabalho do CRAS/CREAS/Centro Pop ao Plano Municipal de Assistência Social, assim como planos, programas e projetos interestaduais, cuja versão final do referido Plano, será aprovada pelo COMAS/SP;

V – elaborar e aprovar o Regimento Interno e normas de funcionamento do Conselho Gestor;

VI – elaborar relatório anual de suas atividades, divulgando-o à comunidade local e encaminhando-o ao Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 5º Cada Conselho Gestor terá uma Mesa Diretora com a seguinte composição:

I – um(a) Presidente – (Sociedade Civil);

II – um(a) Vice Presidente – (Poder Público);

III – primeiro(a) Secretário(a) – (Poder Público);

IV – segundo(a) Secretário(a) – (Sociedade Civil);

§ 1º O(a)s integrantes da Mesa Diretora serão escolhidos(a) s entre o(a)s conselheiro(a)s, na primeira reunião.

§ 2º O mandato da Mesa Diretora terá a duração de um ano permitida reeleição uma única vez por igual período.

Art. 6º A Ata de cada reunião deverá ser aprovada e assinada pelo(a)s integrantes e, posteriormente, encaminhadas pelo(a) secretário(a) da mesa diretora, para publicação no Diário Oficial do Município.

§ 1º Nas atas se resumirão com clareza os fatos relevantes ocorridos durante a sessão, pareceres e conclusões devendo indicar ainda:

I – data e hora da abertura e encerramento da sessão;

II – nome do(a) Presidente;

III – os nomes dos(a)s integrantes participantes, bem como de eventuais convidados(a)s;

IV – possíveis justificativas de ausências;

§ 1º As atas deverão também ser afixadas em local de fácil acesso e visualização a todos o(a)s usuários(a)s, bem como os comunicados do Conselho Gestor.

Art. 7º O Regimento Interno deverá ser elaborado e aprovado pelo Conselho Gestor a partir de 60 (sessenta) dias de sua implantação e referendado ou modificado a cada cinco de nova gestão;

Art. 8º Os CRAS/CREAS/Centros Pop terão até 09 (nove) dias para implantar seu Conselho Gestor, a partir da data da publicação desta Resolução.

Art. 9º A SMADS proporcionará ao Conselho Gestor condições físicas e estruturais para o seu pleno e regular funcionamento.

Art. 10º O COMAS-SP encaminhará Minuta de Regimento Interno do Conselho Gestor para subsidiar a elaboração deste documento.

Art. 11º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CARLOS NAMBU
Presidente – COMAS-SP

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS-SP

COMUNICADO COMAS-SP Nº 210/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS-SP, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI 12.524, DE 01.12.97, REGULAMENTADA PELO DECRETO 38.877, DE 21.12.99 E, COM AS DISPOSIÇÕES DE SEU REGIMENTO INTERNO, COMUNICA A REALIZAÇÃO DA REUNIÃO DA COMISSÃO DA ORGANIZADORA CENTRAL DA XII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NOS DIAS 05 E 07 DE DEZEMBRO DE 2016, DAS 09H00 ÀS 17H00, NA SEDE DO CONSELHO, SITO À PRAÇA, ANTÔNIO PRADO, Nº 33, 12º ANDAR, CENTRO, SÃO PAULO/SP.

CARLOS NAMBU
Presidente – COMAS/SP

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS-SP

COMUNICADO – COMAS – SP Nº 211/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS-SP, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI 12.524, DE 01.12.97, REGULAMENTADA PELO DECRETO 38.877, DE 21.12.99 E, COM AS DISPOSIÇÕES DE SEU REGIMENTO INTERNO, CONVOCA O(S) CONSELHEIRO(S) TITULAR(ES) E SUPLENTE(S) PARA REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2016 (TERÇA – FEIRA), DAS 09H00, ÀS 12H30, NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, VIADUTO JACAREI, 100 – BELA VISTA, SÃO PAULO – SP.

CARLOS NAMBU
Presidente – COMAS/SP

Nota:

1- Secretaria Executiva - Verificação de quórum e substituição de Conselheiro(a)s;

2 – Apreciação e Deliberação do Plano Decenal de Assistência Social da Cidade de São Paulo – PDMS-SP (2016-2026);

RESOLUÇÃO COMAS – SP Nº 1144, DE 28 DE NOVOBRO DE 2016.

Dispõe sobre a aprovação das ações previstas no âmbito da Política de Assistência Social no Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Trabalhador.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS-SP, no uso das competências que lhe conferem a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993; a Lei Municipal nº 12.524, de 1º de dezembro de 1997; o Decreto nº 38.877, de 21 de dezembro de 1999; o artigo 3º da Resolução COMAS-SP nº 568/2012 (Regimento Interno), em reunião extraordinária de 28 de novembro de 2016 e,

Considerando o Decreto nº 47.225, de 25 de abril de 2006, que institui a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil,

Considerando que a erradicação do trabalho infantil constitui uma das prioridades da política pública de assistência e desenvolvimento social no Município de São Paulo;

Considerando a implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI neste Município, bem como as diretrizes previstas na Portaria nº 458, de 4 de outubro de 2001, da Secretaria de Estado de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, estabelecendo a necessidade

de ser constituída a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, para contribuir com as ações de combate ao trabalho infantil,

RESOLVE:

Artigo 1º. Aprovar as ações previstas no âmbito da Política de Assistência Social no Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Trabalhador, conforme documento anexo.

Parágrafo Único – O Anexo estará disponível conforme previsto no artigo 2º desta Resolução.

Artigo 2º - O Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Trabalhador será publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e publicado nos seguintes endereços eletrônicos:

- Site do COMAS/SP: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/comas/>
- Blog do COMAS/SP (através de link): www.comassp.blogspot.com

- Facebook do COMAS/SP (através de link): <https://www.facebook.com/pages/COMASSP>
- site da SMADS: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secrarias/assistencia_social/

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

CARLOS NAMBU
Presidente
COMAS-SP
ANEXO

ANEXO DA RESOLUÇÃO COMAS – SP Nº 1144/2016

Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Trabalhador

Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de São Paulo

Versão de Outubro de 2016

Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de São Paulo

Coordenação: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo
Secretária Municipal: Luciana Temer
Coordenação de Proteção Social Especial: Isabel Cristina Bueno da Silva

Daniel Martins Silva Cassia Garenti da Silva Gustavo Tendório Accioly Elsiane dos Santos Heder Sousa Carolina Vanderlei C. de Almeida Alice Grant Marzano Andréia Lavelli Marcus Vinícius F. Alves Willian Pacheco Clóvis Tadeu Dias Patrícia Santos Evanice Gomes Thais Romol Tavares Vanja Regina Grillo Cardoso Lyana Rodrigues K.Puosso Claudia de Oliveira e Silva Rosaly D' Aquí Rita de Cassia Bessa dos Santos Mauro Caseri Fabio de Godoy Luciana Cavalcanti Claudete Dias Silva Rute Crenomini de Melo Maria José de Andrade Filha Amílcar Ferraz Farina Patrícia de Sales Veiga Sanches Mario Fernando Petrilli Nascimnto João Paulo Guilherme dos Santos Roberto Koguruma Rita de Cássia M. de L. Siqueira Vanessa de Souza Ferreira Vera Lúcia de F. Rosa Maria Inês Shigekawa Gabriela Moccia de Oliveira Cruz Adriana Ignácio de Souza Viviane Canecinho Ferrerinho Pierre Kornei	Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo Ministério Público do Trabalho – MPT/PRT 2ª região Ministério Público do Trabalho – MPT/PRT 2ª região Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social Superintendência Regional do trabalho e Emprego no Estado de SP Superintendência Regional do trabalho e Emprego no Estado de SP Fundação Abrinq Fundação Travessia Fundação Travessia Fundação Travessia Sindicato dos Comerciantes – SP – Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Secretaria Municipal de Educação Secretaria Municipal de Educação Secretaria Municipal de Esportes e Recreação Secretaria Municipal de Saúde/ COVISA Secretaria Municipal de Saúde/ COVISA Secretaria Municipal de Saúde/ COVISA Secretaria Municipal Direitos Humanos e Cidadania Secretaria Municipal Direitos Humanos e Cidadania Secretaria Municipal do Desenv. Trabalho e Empreendedorismo. Secretaria Municipal do Desenv. Trabalho e Empreendedorismo. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente Secretaria Municipal de Cultura Secretaria Municipal da Cultura Secretaria Municipal das Sub Prefeituras Secretaria Municipal de Segurança Urbana/GCM Secretaria Municipal das Sub Prefeituras Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social/CPSP Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social/CPSE Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social/CPSE Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social/CPSE Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social/CPSE Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social/CPSE Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social/CPSE
---	---

Consultoria UNESCO/SMADS : Renata Junqueira Ayres Vilas Boas

São Paulo, Outubro de 2016